

Vol. 7, Nº 13 | julho - dezembro de 2022 | ISSN 2527-0524

# OFÍCIOS DE *clio*

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS DE  
GRADUAÇÃO E DO PPG EM HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Os mundos do trabalho no Brasil independente e  
as experiências de trabalhadoras e trabalhadores  
em suas diversas perspectivas: gênero, raça,  
classe, etnia e cultura



# OFÍCIOS DE *clio*

Revista Discente dos cursos de graduação e  
do PPG em História da Universidade Federal  
de Pelotas

Vol. 7, Nº13 | julho – dezembro 2022 | ISSN 2527-0524



**Reitora:**

Isabela Fernandes Andrade

**Vice-Reitora:**

Úrsula Rosa da Silva

**Pró-Reitora de Ensino:**

Maria de Fátima Cossio

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:**

Flávio Fernando Demarco

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura:**

Eraldo dos Santos Pinheiro

**Pró-Reitor Administrativo:**

Ricardo Hartlebem Peter

**Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:**

Paulo Roberto Ferreira Júnior (Reitor eleito)

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**Diretor:**

Sebastião Peres

**Vice-Diretora:**

Andréa Bachettini

**LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA**

**Coordenadora:**

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional Maria Inez Figueiredo Figas Machado – CRB 10/1612 Biblioteca Campus Porto - UFPel

032 Ofícios de Clio [recurso eletrônico]: Revista Discente dos

Cursos de História da Universidade Federal de Pelotas / Universidade Federal de Pelotas. Laboratório de Ensino de História – v.7, n. 13 (2022) - Pelotas: LEH, 2016 - .

Semestral  
ISSN: 2527-0524.

1. História - Periódico. I. Universidade Federal de Pelotas.  
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 981

**EXPEDIENTE**

**Editora-Chefe**

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Márcia Janete Espig - Universidade Federal de Pelotas

**Editora Assistente**

Laura Bergozza Pereira - Universidade Federal de Pelotas

**Equipe Editorial**

Ariane Regina Bueno Cunha - Universidade Federal de Pelotas

Bethânia Luísa Lessa Werner - Universidade Federal de Pelotas

Douglas Reisdorfer – Universidade Federal de Pelotas

Fernando Antônio Brod - Universidade Federal de Pelotas

Francine Sedrez Bunde - Universidade Federal de Pelotas

Isabelle Branco Chaves – Universidade Federal de Pelotas

Vitor Borges da Cunha – Universidade Federal de Pelotas

**Capa**

Domínio Público

**CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Beatriz Meinerz - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Rodrigues Gastaud - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Clarice Speranza - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dalila Müller - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eliane Teresinha Peres - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Gilberto Calil - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz - Universidade Federal do Pampa

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Luiza Horn Iotti - Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dra. Alessandra Gasparotto - Universidade Federal de Pelotas

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Inez Klein - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Sosa González – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carolina Kesser Barcelos - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Daniele Gallindo G. Silva - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elisabete Leal - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira – Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Larissa Patron Chaves - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lisiane Sias Manke - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lorena Almeida Gill - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Patrícia Weiduschadt – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Paulo César Possamai - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rejane Jardim - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sebastião Peres - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Thiago Amorim – Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Viviane Saballa - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Wilian Bonete – Universidade Federal de Pelotas

## **PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO**

Ana Inez Klein  
André Luiz Sales Melo  
Caroline Duarte Matoso  
Charles Pereira Pennaforte  
Cristina Dallanora  
Daniele Gallindo Gonçalves  
Fábio Alexandre da Silva  
João Batista Teófilo Silva  
José Ricardo Marques Resende Júnior  
Kleber Antonio de Oliveira  
Leandro Santos Fernandes  
Liana Severo Ribeiro  
Lisiane Beltrão Pereira  
Lorena Almeida Gill  
Lucas Cid Gigante  
Lucas Maceno Sales  
Marcos Felipe Vicente  
Maria Clara Lysakowski Hallal  
Maria Isabela Mendonça dos Santos  
Naicon de Souza Brinco  
Natália Garcia Pinto  
Nathalia Vince Esgalha Fernandes  
Paula Raquel da Silva Jales  
Raiane Florentino  
Renata Albuquerque Ribeiro  
Taiane Mendes Tabor da  
Vitor Leandro de Souza

## Sumário

### **Apresentação do Número 13**

*Equipe Editorial* .....p. 7

### **Dossiê: Os mundos do trabalho no Brasil independente e as experiências de trabalhadoras e trabalhadores em suas diversas perspectivas: gênero, raça, classe, etnia e cultura**

*Maria Clara Lysakowski Hallal e Taiane Mendes Taborda* .....p. 11

### **“É preciso que nós artistas, como uma boa porção do povo brasileiro, lutemos contra essa subserviência(...)”. A organização dos trabalhadores e o pleito de 15 de setembro de 1890 no Ceará**

*Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos* .....p. 15

### **Em posse de liberdade: a liberalidade de terceiro em pedidos de alforria e trabalho compulsório (1870-1890)**

*Maria Fernanda Ribeiro Cunha* .....p. 30

### **Trabalhadores negros entra a escravidão e a liberdade**

*Helen da Silva Silveira* .....p. 46

### **Recuperando a fala? As contribuições das pesquisas em processos trabalhistas para a reafirmação da classe trabalhadora brasileira enquanto sujeito de sua própria história no pós-1930**

*Luiz Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva* .....p. 66

### **Possibilidades teórico-metodológicas entre raça (cor) e sindicalismo: pautas do Centro Operário de Barra Mansa-RJ como amostragens (1930)**

*Thompson Clímaco Alves* .....p. 82

### **Trabalho produtivo e reprodutivo: apontamentos feministas acerca do trabalho em O Capital (Livro I)**

*Victoria Carvalho Junqueira* .....p. 99

### **Mundos do Trabalho infantil: Registros de uma fotógrafa imigrante**

*Maria Clara Hallal e Taiane Taborda* .....p. 117

**Professores e Trabalhadores: memórias docentes sobre o Curso de História da FAFIN/FFCL (atual UFRN)**

*Clivya da Silveira Nobre* .....p. 133

**Dossiê Educação**

**Ensino de História Antiga: interação culturais religiosos em Roma**

*Fábio Borges Ribeiro Júnior* .....p. 152

**Artigos Livres**

**A relação entre população, voto e política, antes e durante o período da Ditadura Militar no Brasil**

*Cellini Chrystini Gomes Ribeiro* .....p. 163

**O Patrimônio e a Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira: o reflexo do PNDH-3 no legislativo municipal de Porto Alegre e o caso da Avenida Castelo Branco**

*Angélica Vedana* .....p. 173

**“Pra não dizer que não falei das flores” e “Tropicália”: um estudo comparativo da canção de protesto e da canção de vanguarda**

*Carlos Eduardo da Silva Pereira* .....p. 187

**Uma reflexão weberiana sobre o Bolsonarismo: o mito de mediocridade**

*Sérgio Schargel* .....p. 198

**Formação literária de uma nova nação: a história do teatro e o pré-romantismo no Brasil (1808-1836)**

*Victor Augusto Mendonça Guasti* .....p. 218

**Aprimoramento ociosidade no pós-abolição (1888): uma questão irremediável**

*Ingrid Stefanny Santos da Conceição* .....p. 232

**As representações do colono Erechim em *Gatos à Paisana* (1962) de Gladstone Osório Mársico**

*Gláucia Elisa Zinani Rodrigues* .....p. 250

### ***Apresentação do Número 13***

Prezados(as) leitores(as), autores(as) e demais colaboradores da Revista Discente *Ofícios de Clio*, é com prazer que a equipe editorial apresenta a publicação do décimo terceiro número de nossa revista. Damos prosseguimento, assim, ao trabalho criterioso de divulgação científica já demonstrado por esta publicação, a qual constitui importante espaço para graduandos e pós-graduandos que desejam publicar suas pesquisas, qualificar seu trabalho e aprimorar sua escrita. Com a chegada de novos ares para a ciência e o conhecimento, desejamos contribuir para a retomada da valorização do saber no tempo em que vivemos. Como sempre, a revista traz espaço para publicação de dossiê, artigos livres e resenhas. O presente número contém oito manuscritos entre os artigos livres e o dossiê permanente Educação.

Para dar início, temos um artigo presente no dossiê Educação. Resultado da experiência de estágio supervisionado com o Ensino Médio, o graduando em história pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, Fábio Borges Ribeiro Júnior, apresenta o artigo intitulado *Ensino de História Antiga: interações culturais nos cultos religiosos em Roma*. Ao longo do artigo o autor discute tanto aspectos teóricos quanto aspectos práticos relacionados à formação docente, dialogando com as propostas inseridas na BNCC e as realidades encontradas em sala de aula. Além disso, também são apresentados os resultados do seminário desenvolvido com os estudantes, destacando a importância da coletividade na construção do conhecimento, a apropriação ativa do mesmo e as diferentes abordagens possíveis para o ensino de História Antiga.

Seguindo para a seção de artigos livres, temos o trabalho intitulado *A relação entre população, voto e política, antes e durante o período da Ditadura Militar no Brasil*, em que Cellini Chrystini Gomes Ribeiro, Bacharela pelo curso de história do Centro Universitário Internacional (UNINTER), traça uma comparação entre a participação popular na política antes e durante o período de Ditadura Militar no Brasil. O objetivo é ter uma melhor compreensão sobre o período transcorrido entre a crise de 1930 e o fim do regime ditatorial brasileiro. Com isso, a autora busca evidenciar a relação do voto com o protagonismo popular na luta por mudanças nesse período.

Em seguida, no artigo intitulado *O Patrimônio e a Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira: o reflexo do PNDH-3 no legislativo municipal de Porto Alegre e o caso da Avenida Castelo Branco*, a autora, doutoranda do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Angélica

Vedana, investiga o patrimônio relativo a ditadura civil-militar brasileira em Porto Alegre, em especial no recorte temporal de 2009 aos dias atuais, período no qual o país volta sua atenção para políticas reparatórias de memória e instaura a PNDH-3 e a Comissão da Verdade. Assim, buscando compreender as releituras e interpretações da memória da ditadura civil-militar e as disputas, em especial no âmbito legislativo municipal, do que deveria ser lembrado ou esquecido quanto o período.

Ainda em reflexão sobre a ditadura civil-militar, temos uma análise do âmbito cultural. Trazendo em perspectiva as canções *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores* de Geraldo Vandré e *Tropicália* de Caetano Veloso, o doutorando em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Carlos Eduardo da Silva Pereira propõe, em seu artigo “*Pra não dizer que não falei das flores*” e “*Tropicália*”: *um estudo comparativo da canção de protesto e da canção de vanguarda*, uma análise do contexto cívico-militar em que as músicas foram criadas, como resistência cultural e questionamento. Além disso, o autor também aborda um estudo acerca de parâmetros estéticos e técnicos, apresentando a complexidade dentro da crítica musical e suas influências até hoje.

Enveredando pelas feridas do tempo presente, o autor Sérgio Schargel, doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, escreveu o artigo intitulado *Uma reflexão weberiana sobre o Bolsonarismo: o mito da mediocridade*, em que discute o messianismo no Bolsonarismo a partir de textos de Max Weber. Para além da base teórica weberiana, o autor ampara-se em testes estatísticos qui-quadrado sobre variáveis categóricas do banco de dados do Latinobarómetro, corroborando com os argumentos levantados a respeito dos motivos da recepção e, conseqüente, messianismo de Bolsonaro. Dessa forma, o autor conclui que a fusão entre as variáveis como apoio à democracia, medo do futuro e a alta taxa de desilusão contra uma elite política, forneceu um cenário propício à ascensão do profeta.

Já o artigo elaborado por Victor Augusto Guasti, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História das Relações Políticas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, e intitulado *Formação literária de uma nova nação: a história do teatro e o pré-romantismo no Brasil (1808-1836)*, busca debater a transição entre os modelos literários e teatrais vigentes no país na primeira metade do século XIX, expondo neste recorte temporal a permanência de determinadas características do arcadismo, bem como a inserção dos novos conceitos do romantismo, tais como o enaltecimento do patriotismo e do nacionalismo, no movimento que se constituía neste período, denominado de Pré-Romantismo. Neste sentido,



Guasti busca também identificar o contexto sociopolítico em que o Brasil estava imerso e a relação deste com a busca por novos modelos de produção literária, caracterizando também os agentes sociais responsáveis por algumas das primeiras elaborações do Pré-Romantismo.

Na sequência, no artigo intitulado *Aprimoramento à ociosidade no pós-abolição (1888): uma questão irremediável*, Ingrid Stefanny Santos da Conceição, graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas, realiza exame do combate à ociosidade no Brasil após a abolição da escravatura. Valendo-se da metodologia da Análise do Discurso e da perspectiva da Criminologia Crítica, a autora analisa o Projeto de Lei nº33/1888, o qual visava à repressão da ociosidade, e os debates parlamentares envolvidos em sua aprovação. Com isso, a autora demonstra como tal normativa tinha como finalidade o controle social e racial dos egressos do cativo.

No artigo intitulado *As representações do colono Erechim em Gatos à Paisana (1962) de Gladstone Osório Mársico*, da autora doutoranda em história pela Universidade de Passo Fundo, Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, nos são apresentadas as representações sobre a figura do “colono” na obra de Gladstone Osório Mársico, em especial em seu romance *Gatos à Paisana*. Incluindo revisões bibliográficas, fontes orais e se propondo a entrecruzar História e Literatura, a autora analisa as formas as quais a colônia e os colonos de um município do interior do Rio Grande do Sul em meados do século XX eram compreendidos e como suas experiências eram retratadas através da literatura.

Esperamos que, com estes trabalhos, o(a) leitor(a) tenha um vislumbre do conhecimento que tem sido produzido no âmbito das universidades por graduandos e pós-graduandos. Boa leitura!

*Equipe Editorial:*

*Márcia Janete Espig*

*Ariane Regina Bueno Cunha*

*Bethânia Luísa Lessa Werner*

*Douglas Reisdorfer*

*Fernando Antônio Brod*

*Francine Sedrez Bunde*

*Isabelle Brancão Chaves*

*Laura Bergozza Pereira*

*Vitor Borges da Cunha*

*Apresentação do Dossiê:***Os mundos do trabalho no Brasil independente e as experiências de trabalhadoras e trabalhadores em suas diversas perspectivas: gênero, raça, classe, etnia e cultura**Maria Clara Lysakowski Hallal,<sup>1</sup> UFPELTaiane Mendes Taborda,<sup>2</sup> UFPEL

Em 2022 o Brasil completou 200 anos como país independente tendo como base de sua formação social e da configuração do seu mercado de trabalho o modelo escravista. Buscando refletir sobre os rumos dos mundos do trabalho e das trabalhadoras e trabalhadores no Brasil independente, esse Dossiê buscou pesquisadoras e pesquisadores que quisessem contribuir com artigos que analisassem as pluralidades que atravessam os mundos do trabalho no Brasil, como a classe, a raça, o gênero e a cultura.

O país, após emancipar-se de Portugal, passou da adoção da mão de obra escravizada negra para a imigrante branca, constituindo de forma desigual as suas relações de trabalho pautando-se na exploração, informalidade e precariedade na Primeira República. Fato moldado posteriormente pela política trabalhista de Getúlio Vargas e a implementação de uma legislação que regulamentasse essas relações, a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943.

Embora ao longo da história essa legislação tenha sido alterada de acordo com as necessidades do capital, recentemente acirraram-se os discursos neoliberais que cercam os direitos trabalhistas promovendo alterações mais aceleradas. Por outro lado, a profunda crise econômica que tem afligido o país nos últimos anos coloca novas questões diante do aumento do desemprego e da massa de trabalhadoras e trabalhadores jogados na informalidade.

Diante do exposto, as pesquisas reunidas neste Dossiê, refletem sobre as mais variadas experiências de trabalhadoras e trabalhadores nos mundos do trabalho do Brasil independente. Destacando as suas ações frente aos grupos dominantes no contexto de trabalho escravizado, livre formal ou informal, imigrante, feminino, operário e educacional.

A abertura deste dossiê discute a situação dos trabalhadores cearenses no contexto após a instauração da República brasileira. Assim, a mestranda em História, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos, no artigo “É

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo PPGH – UFPEL, com financiamento CAPES. É pesquisadora do Laboratório de Política e Imagem (LAPI UFPEL). Tem interesse em estudos sobre cultura visual, cidades, gênero e processos migratórios. E-mail para contato: clarahallal@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em História pelo PPGH - UFPEL e professora de Ensino Fundamental e Médio. E-mail para contato: taianemt@gmail.com

*preciso que nós artistas, como uma boa porção do povo brasileiro, lutemos contra essa subserviência(...)" A organização dos trabalhadores e o pleito de 15 de setembro de 1890 no Ceará*, discute como os trabalhadores cearenses se (re)organizaram politicamente sob o novo regime. A autora conclui que o advento da república proporcionava um novo cenário político nacional, e maior expectativa de participação social e política dos trabalhadores/operários/artistas no Ceará. Para a autora, tais grupos se dividiram e formaram suas alianças para efetivarem essa representação.

A doutoranda em História Social da Cultura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Maria Fernanda Ribeiro Cunha, no artigo intitulado *Em posse de liberdade: a liberalidade de terceiro em pedidos de alforria e trabalho compulsório (1870-1890)*, analisa as conquistas emancipacionistas da década de 1870, atentando para os pedidos de liberdade mediante pecúlio obtido por meio de terceiro, para discutir os significados sociais envolvidos nas dívidas contraídas por trabalhadores libertos, sobretudo envolvidas na garantia de trabalho. Analisando processos judiciais, a autora entende que a lógica senhorial se reafirmava na exploração de trabalhadoras e trabalhadores escravizados, portanto, a proibição da liberalidade de terceiro na obtenção de pecúlio foi analisada como maneira de controle por parte da classe senhorial na exploração do trabalho.

Outro importante estudo sobre os trabalhadores escravizados e libertos, é o artigo *Trabalhadores negros entre a escravidão e a liberdade*, em que a doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Helen da Silva Silveira, se atém a pensar os trabalhadores e as trabalhadoras negras/os na condição de escravizadas/os e livres em Santa Cruz do Sul entre os anos de 1863 e 1905, através de um livro de batismo de cativos e de uma fotografia. Assim, a autora mostra o quanto a escravidão esteve presente no interior do Rio Grande do Sul, ainda que o imaginário social ressalte pessoas de pele e cabelo claros, descendentes de imigrantes europeus. Além disso, o estudo nos ajuda a compreender que a escravidão foi um dos pilares para a constituição do trabalho no local, no século XIX. Logo, devemos estar atentos às fontes que nos auxiliem a visibilizar essas pessoas.

O mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Luis Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva revisa a produção historiográfica recente e algumas das contribuições que essas pesquisas têm dado no âmbito da história social do trabalho. Com o seu artigo *Recuperando a fala? As contribuições das pesquisas em processos trabalhistas para a reafirmação da classe trabalhadora brasileira enquanto sujeito de sua própria história no pós-1930*, o autor destaca a importância

que esses estudos dão aos processos da Justiça do Trabalho, uma fonte através da qual se pode ampliar a compreensão das experiências de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros na luta por seus direitos, a partir da década de 1930.

Em um artigo teórico, denominado *Possibilidades teórico-metodológicas entre raça (cor) e sindicalismo: pautas do Centro Operário de Barra Mansa-RJ como amostragens (1930)*, o mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Thompson Clímaco Alves, discute as relações entre raça e sindicalismo a partir de algumas pautas do Centro Operário de Barra Mansa, durante a década de 1930. O autor entende que, obviamente, as relações entre raça e sindicalismo não são constituídas somente nos sindicatos, contudo, não se pode negar as questões raciais dentro desses espaços. Assim, pensando a década de 1930, e o Centro Operário de Barra Mansa, o autor conclui que há questões raciais nos sindicatos que não podem ser ignoradas. Tal fato fica evidente em assuntos como sindicalização dos trabalhadores rurais, instrução primária e assistência médica que, teoricamente, poderiam ser desvinculados de raça, mas na verdade não estão.

Ainda pensando os mundos do trabalho sob a perspectiva teórica, Victoria Junqueira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UNB), no artigo *Trabalho produtivo e reprodutivo: apontamentos feministas acerca do trabalho em O Capital (Livro I)*, analisa o papel das mulheres no processo de produção descrito por Karl Marx, contrastando com leituras de obras dos feminismos negro, marxista e decolonial. Assim, a autora nos auxilia a compreender que houve apagamento de raça tanto na obra marxiana como no próprio marxismo. E, por meio das leituras sobre os feminismos negros e decolonial, poderemos entender melhor esses processos de supressão das questões de raça na obra de Karl Marx.

No artigo *Mundos do Trabalho infantil: Registros de uma fotógrafa imigrante*, as doutorandas em História, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Maria Clara Hallal e Taiane Taborda, investigam, por meio de fotografias, como Hildegard Rosenthal - uma fotógrafa imigrante - capturou um grupo específico de habitantes/ocupantes da cidade de São Paulo em 1940: os jovens trabalhadores que exerciam suas atividades na urbe paulistana. As autoras, compreendem que, os registros da fotógrafa auxiliam a compreender os mundos do trabalho da década de 1940. Por meio dessas imagens, as doutorandas compreenderam que, a fotógrafa Hildegard Rosenthal capturou meninos/jovens trabalhadores, a maioria negros, e que muitas vezes, tinham que ingressar precocemente no mercado de trabalho, em muitos casos, informal e sem mecanismos de seguridade social. Logo, entende-se que, sob o viés de

Hildegard Rosenthal, os mundos do trabalho infantil eram, na maioria, sem direitos, garantias e vulnerável, especialmente para os jovens negros.

Para concluir nosso Dossiê, a mestrandia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Clivya da Silveira Nobre, em seu artigo *Professores e Trabalhadores: memórias docentes sobre o Curso de História da FAFIN/FFCL (atual UFRN)*, investiga de que maneira um grupo de professores aposentados do Curso de História da Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN), posteriormente chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), construiu representações da formação ofertada no Curso e das condições do trabalho docente, no período anterior à sua incorporação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1968. Portanto, por meio de entrevistas realizadas com os docentes da primeira e segunda gerações, a autora entende que os três entrevistados construíram suas próprias representações do ensino no Curso de História da FAFIN/FFCL. Igualmente, esses docentes construíram suas memórias em torno das dificuldades que passaram na época, como falta de recursos e salários baixos, mas, apesar disso, sempre se mantiveram atualizados.

Após essa breve apresentação dos estudos que compõe o número da revista *Ofícios de Clio* dedicado aos trabalhadores e às trabalhadoras, destacamos que as análises aqui percorridas estão concentradas nos mundos do trabalho desde o período da escravidão, incluindo trabalhadores/as escravizados/as e libertos/as até o período republicano.

Por meio de discussões teóricas, são pensados também os marcadores de raça e gênero, em pauta e necessários na atualidade. Além disso, algumas nuances dos mundos do trabalho infantil foram abordadas viabilizando novas questões e discussões sobre o tema. Por último, esse Dossiê expõe a importante contribuição da oralidade como fonte ao reconstruir representações e vivências laborais de docentes.

A pluralidade que baliza o campo da história do trabalho deixa ver a complexidade e a relevância que estas pesquisas têm para que possamos melhor compreender e questionar os rumos que os mundos do trabalho tomam nos dias atuais.

Esperamos que as leituras sejam proveitosas e frutíferas!

**“É preciso que nós artistas, como uma boa porção do povo brasileiro, lutemos contra essa subserviência(...)”. A organização dos trabalhadores e o pleito de 15 de setembro de 1890 no Ceará**

*“It is necessary for us, artists, as a good parcel of the Brazilian people, to fight against this subservience”. The coordination of workers and the September 15, 1890 election in Ceará*

Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos,<sup>1</sup> UECE

### **Resumo**

No contexto de (re)organização política inaugurado pela proclamação da República, grupos com culturas políticas distintas, antigos chefes monarquistas, trabalhadores e republicanos positivistas disputaram a eleição de 1890 para a Constituinte. Levando em consideração essa conjuntura, a discussão a respeito da organização dos trabalhadores em meio as disputas intra-oligárquicas e a participação desses sujeitos no pleito de 15 de setembro de 1890, no Ceará, é objetivo central deste artigo. Para isso, definiu-se, como objeto de estudo, os jornais *Libertador*, *Cearense* e *O Estado do Ceará*, por representarem órgãos de imprensa de três distintas agremiações políticas cearenses. A análise proposta beneficia-se de reflexões teóricas inseridas no campo da História Cultural do Político.

**Palavras-chave:** Ceará; República; Trabalhadores.

### **Abstract**

In the context of political (re)organization inaugurated by the proclamation of the Republic, groups with different political cultures, former monarchist leaders, workers, and positivist republicans disputed the 1890s election for the Constituent Assembly. Taking this situation into account, this article focuses on the discussion about the organization of workers amid intra-oligarchic disputes and the participation of these subjects in the September 15, 1890 election in Ceará. To do that, three newspapers representing press organizations from different political associations in Ceará were selected as subjects of analysis: the *Libertador*, the *Cearense*, and the *Estado do Ceará*. The theoretical reflections that help us analyze these subjects are situated in the Cultural History of Politics field.

**Keywords:** Ceará; Republic; Workers.

### **Introdução**

Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados pela expectativa de ampliação de direitos e participação política da população. O período de transição entre as formas de governo que se demonstravam antagônicas gerou uma atmosfera de grandes

---

<sup>1</sup> Mestranda no Mestrado Acadêmico em História, Culturas e Especialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE). Contato: Taynara.Raquel@aluno.uece.br.

expectativas entre as “camadas antes excluídas do jogo político”, grupos que almejavam participar das decisões políticas do país (CARVALHO, 2011, p. 22). O entusiasmo dos trabalhadores, em especial, pudera ser notado a partir do surgimento de inúmeras organizações por todo o país, que se autoproclamavam operárias. No Ceará, esse entusiasmo logo se dissipou, quando, no primeiro ano da República, os trabalhadores organizados sofreram repressão por parte do governo provisório do Ceará, ao tentarem eleger, no pleito de 1890, um representante da classe para a Constituinte.

Em 1890, no Ceará, mais especificamente na capital de Fortaleza, onde ocorriam as maiores movimentações políticas e circulação de ideias, grupos políticos novos e antigos se organizavam para concorrer às vagas na Constituinte, formando alianças e indicando os nomes dos seus representantes para o pleito de 15 de setembro. Nesse contexto de (re)organização política, os trabalhadores, otimistas com a nova forma de governo, também buscaram uma oportunidade para garantir a representação da classe trabalhadora na Constituição republicana.

Na corrida para o pleito de 15 de setembro, os trabalhadores cearenses, no intuito de divulgar suas ações e ideias, contavam com os órgãos de imprensa de agremiações com culturas políticas<sup>2</sup> distintas, compostas por antigos monarquistas e republicanos positivistas: o Clube Democrático e o Centro Republicano Cearense. Para identificar as ações e vertentes dos grupos de trabalhadores no recorte espaço-temporal que acaba de ser apresentado, a análise dos jornais publicados por essas duas agremiações é central para este estudo, uma vez que, nesse período, as organizações de trabalhadores, que, segundo Pereira (2001), emergiam em meio às disputas intra-oligárquicas, não possuíam veículo de comunicação impressa.

A organização dos trabalhadores em torno da República recém-proclamada não foi homogênea e, na Fortaleza daquela época, surgiram dois grupos divergentes que buscavam se estruturar e conquistar espaço na nova conjuntura. Esses grupos tinham como tendência de atuação um caráter positivista. Segundo Batalha (2000), a tendência positivista consistia em defender as melhorias de condições de vida e trabalho por meio de “apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e busca de formas de entendimento sem recurso à greve e outras formas mais radicais de luta” (BATALHA, 2000, p. 26).

Posto isso, o objetivo central do presente artigo é discutir a respeito da organização dos trabalhadores no Ceará no primeiro ano da República, em meio a disputas travadas entre

---

<sup>2</sup> Sobre cultura política, ver: (MOTTA, 2009, p. 21); (PACHECO, 2008, p. 184); (PESAVENTO, 2014, p. 75).



antigos monarquistas e republicanos “puros”, na configuração da nova forma de governo. Tratamos, de modo mais específico, da participação desses trabalhadores, também denominados artistas<sup>3</sup>, no pleito de 15 de setembro de 1890, quando, um dia antes, protagonizaram um evento veementemente utilizado por grupos que faziam oposição ao Governo Provisório do Ceará como forma de denunciar o autoritarismo da República.

Para cumprir com esse objetivo, este artigo está organizado em três tópicos. No primeiro, abordamos, de forma breve, o advento da República no Ceará. No segundo tópico, tratamos das relações entre os trabalhadores organizados e outros grupos que compunham a conjuntura política do período e o desejo do Partido Operário em participar da eleição para a Constituinte. Por fim, discorremos sobre a repressão do Governo Provisório Cearense à passeata do Partido Operário realizada à véspera do pleito de 15 de setembro de 1890.

### **“A memória não nos dá fato igual na história dos povos; uma república saída da monarquia em horas”<sup>4</sup>**

Neste tópico, recuamos um pouco o recorte temporal para o ano de 1889, a fim de percebermos como se deu o advento da República no Ceará, e faremos isto por meio da análise dos jornais de maior circulação daquela época, a saber, o *Cearense* e a *Gazeta do Norte*. Ambos os jornais pertenciam a facções liberais: o primeiro foi órgão de imprensa da facção liberal liderada pelo Conselheiro Rodrigues Junior, e o segundo representava os liberais das famílias Pompeu e Accyoli.

A notícia da instauração do novo regime chegou à província ainda no dia 15 de novembro de 1889, por meio de um telegrama enviado a uma importante casa comercial. O chefe dessa casa não demorou a comunicar ao presidente da província do Ceará, Morais Jardim, o que havia acontecido. A fim de averiguar se a notícia era verdadeira, o presidente conferenciou com alguns chefes políticos e comandantes da força pública, mas não obteve resposta imediata. Após a meia-noite, chegaram alguns telegramas de Recife tratando da Proclamação da República.

Segundo os telegramas, o general Deodoro, à frente de dois batalhões, intimara o gabinete a demitir-se e fora até a Câmara Municipal para proclamar a república, em seguida

---

<sup>3</sup> Nos jornais que utilizamos como fonte e na bibliografia sobre o período estudado, os trabalhadores denominados como artistas são aqueles que exerciam pequenas profissões. Segundo Cardoso, esses artistas eram “[...] marceneiros, mestres-de-obra, escultores, curtidores, pintores, dentre outros trabalhadores afeiçoados às habilidades manuais “[...] (CARDOSO, 2009, p.146). Nas narrativas dos jornais *Cearense*, *Libertador* e *O Estado do Ceará*, as palavras trabalhadores, artistas e operários são usadas como sinônimos.

<sup>4</sup> A NOVA era. **Cearense**, ano 44, n. 261, Fortaleza, 22 nov. 1889. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506\\_1889\\_00261.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1889_00261.pdf). Acesso em: 20 dez. 2021.

assumindo o governo provisório e constituindo o novo ministério. Moraes Jardim, após tomar conhecimento do conteúdo dos telegramas, no final da manhã do dia 16 de novembro, reuniu, no palácio<sup>5</sup>, chefes políticos, comandantes das forças da terra e do mar, a oficialidade e comerciantes. Contou-lhes os acontecimentos e pediu-lhes ajuda para controlar a situação e manter a ordem na província. Manter a ordem era a sua principal preocupação.

Momentos depois, no Passeio Público, o comandante do 11º Batalhão, Coronel Luiz Antonio Ferraz, foi aclamado “Governador do Estado Livre do Ceará”. O então governador dirigiu-se até o palácio, acompanhado da banda de música do 11º batalhão, a fim de depor o atual presidente do Ceará. Moraes Jardim, após fazer seu último pronunciamento, foi acolher-se na casa do Conselheiro Rodrigues Junior (A NOVA..., 1889, p. 1). Pelo que consta no jornal *Cearense*, não houve nenhuma resistência à Proclamação da República no Ceará. Abaixo, segue o trecho que representa a surpresa dos antigos monarquistas com a rapidez com a qual a república foi proclamada e consagrada como o governo do povo.

Quebrando os velhos moldes, a era nova necessita de elementos para fortificar-se.

A memória não nos dá factos iguais na história dos povos; uma república saída da monarquia em horas, sem abalos, sem luta, parece ser fato virgem.

E saiu uma república que rapidamente se impõe e é consagrada verdadeiro governo do povo e pelo povo (A NOVA..., 1889, p. 1).

Afora os republicanos e militares do Ceará, a sociedade cearense se manteve à parte dos acontecimentos das primeiras horas. Sem obter muitas informações sobre o ocorrido no dia 15 de novembro, no Rio de Janeiro, pois a comunicação telegráfica havia sido interrompida, os partidos políticos – os maiores interessados –, o povo e o comércio almejavam notícias completas. No dia 17 do mesmo mês, houve uma reunião na casa do Barão de Aquiraz, à qual compareceram chefes dos partidos políticos da província. Durante a reunião, decidiu-se aguardar os próximos acontecimentos.

Na imprensa, o jornal *Gazeta do Norte*, que, até 15 de novembro de 1889, declarava-se “Órgão liberal”, declarou-se “Órgão republicano” no dia 20 do mesmo mês (NOSSA..., 1889, p. 1). Assim como o *Cearense*, esse jornal também apresentou sua narrativa sobre o advento da república no Ceará e, ainda, deixou registrada a posição daqueles a quem o jornal representava.

---

<sup>5</sup> Palácio da Luz, atualmente sede da Academia Cearense de Letras.

A transformação que acaba de operar-se no cenário governamental, por mais estranha e inesperada que pareça, é o produto de fatores que por ora escapam ao nosso exame, mas que a história há de registrar e compreender, como já fez em relação a outras épocas e outros povos.

[...]

Aos velhos partidos, circunscritos nas suas aspirações e atividade dentro das raías constitucionais, só restava, depois da batalha, adoptar um dos seguintes alvites: resistir, abster-se, ou entrar em campo com suas forças em prol do novo regime.

[...]

Cumprimos esse dever aceitando os factos consumados, e esforçando-nos por consolidar as liberdades cidadãs e locais, de que tanto precisamos acima dos princípios abstratos da filosofia política, e pela qual estaremos sempre prontos a sacrificar as formas transitórias de governo (NOSSA..., 1889, p. 1).

A partir do trecho acima, compreendemos que não houve resistência, por parte dos liberais liderados por Accioly, à instauração da República no Ceará. Apesar de considerarem estranha tal “transformação”, posicionaram-se a favor da nova ordem e trataram logo de se declarar, também, republicanos. Isto se dá porque, segundo o discurso adotado por eles, optaram por entrar em campo com suas forças em prol do novo regime, ou seria melhor dizer que usaram suas forças em prol do novo regime para permanecer em campo? Ora, esses antigos monarquistas desejavam ser reaproveitados na construção da nova ordem.

No *Cearense*, observamos um discurso que segue a mesma linha da *Gazeta do Norte*, mostrando igual disposição para contribuir com a nova ordem. Contudo, mostram-se muito surpresos com a “repentina” mudança:

Em plena vitalidade monárquica, quando a câmara temporária, quase unanimemente composta de adeptos do 7 de Junho verificava seus poderes, o telégrafo comunica a proclamação da república, e o País a aceita sem protestos, a duvidar da celeridade do facto, surpreso e calmo (A NOVA..., 1889, p. 1).

Por meio das fontes, é possível perceber que, no Ceará, a notícia da proclamação da república foi recebida com surpresa e sem resistência. Assim como em âmbito nacional, o governo provisório do “Estado livre do Ceará” logo foi montado, e o novo regime, instaurado. Não houve uma revolução, como alguns republicanos desejavam e acreditavam. Apesar disso, a República tampouco foi simples quartelada, mas resultou “[...] de crises sobrepostas a que as instituições monárquicas foram incapazes de responder” (ALONSO, 2019, p. 141).

Instaurada a República, distintos grupos políticos entraram na disputa pela construção e condução da nova ordem. Por meio das *práticas letradas*, esses grupos travaram uma batalha pelo poder e, de acordo com a situação política na qual se encontravam, construíram a república ideal nas páginas de seus jornais.

Nesse contexto, em meio as disputas intra-oligárquicas e o autoritarismo do governo provisório cearense, os trabalhadores organizados buscavam melhores condições de vida e trabalho. No tópico seguinte, dissertaremos sobre o Partido Operário e a União Operária, dois grupos de trabalhadores que, no contexto apresentado, estiveram sob a “tutela” de grupos políticos que disputavam a condução da República no Ceará e, de formas distintas, ocupavam espaço na nova conjuntura.

**“A fase atual do nosso país exige que o aspecto ridendo que se nos manifesta, seja sucessivamente transformado em outros aspectos mais aproximados da realidade”<sup>6</sup>**

Segundo Montenegro (1980) e Cardoso (2009), os conflitos entre os republicanos e ex-chefes políticos monarquistas acabaram envolvendo a classe operária. Tal circunstância não favoreceu a participação autônoma dos operários organizados, uma vez que a sobrevivência desses, enquanto sujeito coletivo que buscava participação política, dependia das negociações com as oligarquias e, no novo contexto, também com o governo republicano. Essas relações mantidas entre os diversos grupos que compunham a conjuntura política cearense, cujas *culturas políticas*<sup>7</sup> eram divergentes, foram percebidas a partir da bibliografia estudada e, principalmente, da análise das narrativas presentes nos jornais do período.

No contexto referente ao nosso recorte espaço-temporal, identificamos dois grupos de operários na cidade de Fortaleza: o Partido Operário e a União Operária. Mas, além desses grupos, outros já ocupavam um espaço político há tempos e tinham seus próprios interesses. A fim de compreendermos a atuação do Partido Operário e da União Operária durante o ano de 1890, trataremos agora, de forma breve, das agremiações políticas às quais esses dois grupos estavam ligados.

No ano da Proclamação da República, surgiu o Centro Republicano Cearense (CRC), a primeira entidade em prol das causas republicanas fundada em Fortaleza. Esta entidade foi criada em 13 de junho de 1889, na data de aniversário de Antônio Sales<sup>8</sup>, mas sua instalação

---

<sup>6</sup> PARTIDO operário. **Cearense**, Fortaleza, ano 44, n.134, 19 de jun. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22678>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>7</sup> Entendemos cultura política “[...] como as representações e práticas sociais através das quais os agentes sociais de uma dada comunidade codificam, interpretam o campo político e agem sobre ele; como código particular de um tempo-espaço, que somente pode ser percebido quando operado nos espaços e momentos de sociabilidade do campo. Por meio desse código, vemos que cada prática, cada processo, cada atividade está ligada a uma rede de sentidos compartilhados pelo conjunto dos agentes sociais, a qual é perceptível apenas de forma indireta” (PACHECO, 2008, p. 184).

<sup>8</sup> Um dos fundadores do Centro Republicano (1889) e da Padaria Espiritual (1892). Foi Caixeiro, funcionário público, jornalista, poeta, memorialista e teatrólogo.

solene foi realizada em 1º de julho do mesmo ano, com a aprovação da Lei Orgânica redigida por Amorim Figueira, Floriano Florambel, Cândido Mariano e Pinheiro Júnior (BÓIA, 1984).

Essa agremiação teve como órgãos de imprensa o jornal *Libertador* e o periódico *A Pátria*. O primeiro surgiu no ano de 1881, inicialmente como órgão de imprensa da Sociedade Cearense Libertadora. Com a Proclamação da República no Brasil, passou a ser um dos jornais do Centro Republicano Cearense (CRC), publicando e apoiando as ações do governo provisório. *A Pátria*, periódico que surgiu em 28 de novembro de 1889, teve como redatores Martinho Rodrigues e Justiniano Serpa e também se proclamou adepto carbonário da República.

No mesmo espaço social no qual o Centro Republicano Cearense estava inserido, existiam outras importantes agremiações políticas, fundadas pelos “novos republicanos”<sup>9</sup>, que procuraram se inserir com rapidez na nova conjuntura, com a intenção de conquistar espaço na construção da República no Ceará. Aqui, destacamos apenas uma, o Clube Democrático. Esta agremiação foi fundada pelo Conselheiro Rodrigues Junior, líder de uma das facções liberais do Ceará, em fevereiro de 1890. Apesar de sua fundação ter ocorrido em 1890, ainda em 1889, o *Cearense*, jornal da então facção liberal, já se declarava “órgão republicano” em seu número 261 do dia 22 de novembro e, logo no número seguinte, declarou-se “órgão democrático”, demonstrando agilidade em adaptar-se à nova ordem (A NOVA..., 1889, p. 1).

Posto isso, discorreremos agora sobre as conexões entre os operários e os dois grupos políticos brevemente apresentados. Essas relações foram atravessadas por interesses mútuos e faziam parte de estratégias próprias de cada um desses agentes coletivos, fazendo com que o paradigma submissão e dominação fosse contrariado.

Segundo Cardoso (2009), o Partido Operário do Ceará, presidido por Anderson Ferro, recebeu apoio da família Paula Rodrigues, representada, no cenário político cearense, pelo Conselheiro Rodrigues Junior, fundador do Clube Democrático. Como forma de apoio ao Partido Operário, o Clube Democrático cedia espaço em seu órgão de imprensa, o jornal *Cearense*, às ideias e projetos defendidos pelos trabalhadores. O Partido Operário tinha pretensões de conquistar vaga na Assembleia Constituinte de 1891.

Já a União Operária, entidade que se caracterizou como uma sociedade beneficente, sem interesses políticos, tinha vínculo com o Centro Republicano Cearense (CRC) e, consequentemente, com o Governo Provisório do Ceará. A União Operária, assim como o

---

<sup>9</sup> Como também ficaram conhecidos aqueles que aderiram à República apenas após sua proclamação.

Partido Operário, também não tinha um órgão de imprensa próprio, seus discursos eram veiculados pelo *Libertador*, jornal do CRC.

Assim, percebemos que os dois grupos cearenses, cuja pauta principal era a melhoria das condições de vida das classes operárias, recebiam apoio de dois grandes grupos políticos que, por sinal, eram opositores. O Partido Operário estava ligado ao Clube Democrático, e a União Operária, ao Centro Republicano Cearense. Nessa conjuntura, a União Republicana<sup>10</sup>, outra grande agremiação política do período, não conseguiu apoio das classes operárias que, para seus líderes, poderiam ser fortes aliadas na eleição para a Constituinte. Desse modo, percebemos a aproximação das disputas intra-oligárquicas ao “núcleo de ‘artistas, operários e trabalhadores’, estabelecendo alianças tópicas, notadamente na política eleitoral”<sup>11</sup> (PEREIRA, 2001, p. 89).

No número 2 do dia 22 de julho de 1890, o jornal *O Estado do Ceará*<sup>12</sup> apresentou uma publicação do Partido Operário. O texto da publicação tratava da reunião ocorrida no dia anterior, quando a organização recebeu a visita de um representante da União Operária, o Sr. João da Rocha, que pedia a união dos *artistas*. Esse pedido de união não foi aceito pelo Partido Operário que, de acordo com o breve relato do ocorrido, presente no jornal, discordou das considerações do representante da União Operária a respeito dos intuítos políticos da agremiação.

#### PARTIDO OPERARIO

Realizou-se ontem, no lugar de costume, uma reunião d’essa distinta sociedade.

Foi proposto e aceito para tesoureiro do partido o Sr. Zeferino Beleza.

Depois de haver o Sr. 1º vice-presidente comunicado á casa uma carta dirigida pelo chefe do Partido Operário do Rio de Janeiro, Sr. Roberto K. Benjamin, apresentou-se no recinto o Sr. Rocha, por parte da União Operaria, trazendo uma missiva d’aquela mesmo cidadão, que lhe fora endereçada, com o mesmo fim: pedindo a união dos artistas. Foi muito bem recebido; deu-se-lhe a palavra, e então fez algumas considerações sobre os intuítos políticos que lhe constava eram atribuídas ao Partido Operário do Ceará.

Foi marcado o dia 3 de Agosto próximo para a escolha, por escrutínio prévio, o candidato do partido (PARTIDO..., *O Estado do Ceará*, 1890, p. 2).

<sup>10</sup> Agremiação fundada por antigos grupos monárquicos rivais, com objetivo de inserção no novo cenário político.

<sup>11</sup> No contexto histórico ao qual nos reportamos neste artigo, os termos operários, artistas e trabalhadores fazem referência aos trabalhadores de forma geral e, principalmente, aos profissionais dos pequenos ofícios. No Ceará, assim como em todo o Brasil, os movimentos de trabalhadores estavam se estruturando, e o termo operário era utilizado de forma genérica.

<sup>12</sup> Jornal da União Republicana.

Na citação acima, observamos o interesse da União Operária em fazer com que o outro grupo se juntasse a ela. Talvez, essa proposta de união tenha sido uma tentativa do Centro Republicano Cearense e do governo provisório de afastar o Parto Operário do pleito de 15 de setembro. A recusa a essa proposta pode ser inferida quando, ao final do relato, é comunicada a data na qual seria realizada a escolha do candidato do partido.

Analisando os jornais, identificou-se parte dos conflitos que envolviam antigos monarquistas, republicanos e operários. Destacamos alguns trechos do discurso do Partido Operário, publicado no *Cearense*, em resposta ao redator do jornal *A Pátria*, Dr. Justiniano de Serpa. Segundo Anderson Ferro, na edição do dia 17 de junho do *A Pátria*, Justiniano de Serpa havia dito que nem o Brasil, e muito menos o Ceará, necessitavam de um partido operário. Aqui, no Ceará, segundo Serpa, um partido desta ordem era um “espírito de imitação” daqueles existentes na Europa: “Diz a ilustre redação d’*A Pátria*: ‘Não nos parece que um partido operário no Brasil e principalmente no Ceará tenha razão de existir. Na Europa um partido d’essa ordem é uma necessidade. Aqui pode ser um espírito de imitação’” (PARTIDO..., *Cearense*, 1890, p. 2).

O chefe do Partido Operário fez um longo discurso em resposta à redação do jornal *A Pátria*, apresentou motivos pelos quais a organização se fazia necessária em âmbito nacional e local. Externou a insatisfação da classe com a monarquia, período no qual não houve “a mesma igualdade de direito, a mesma homogeneidade de princípios, a mesma concessão de graças, de que gozava as demais parcelas da sociedade brasileira” (PARTIDO..., *Cearense*, 1890, p. 2). Para esses sujeitos, a república representava um horizonte de melhorias.

A fase atual do nosso país exige que o aspecto ridículo que se nos manifesta, seja sucessivamente transformado em outros aspectos mais aproximados da realidade.

[...]

Tratemos por meio de reformas após reformas, de aperfeiçoamento a aperfeiçoamento, de modificar a maneira errada de pensar do povo.

A república, para que constitua o progresso e a verdade, deve envolver necessariamente toda uma série de instituições sociais, econômicas e políticas absolutamente diferentes das que estavam em vigor.

[...] n’este presente, digo, é preciso que nós artistas, como uma boa porção do povo brasileiro, lutemos contra essa subserviência, esse enervamento moral, esse indiferentismo, a que passivamente, até hoje nós temos submetido.

Dispondo de um contingente assaz numeroso para fazer peso na balança do grande pleito de 15 de setembro, contando com a imparcialidade preconizada pelo governo no livre cometimento do voto, é da máxima conveniência, segundo já demonstramos da tribuna, que concorramos às urnas e que elejamos também o nosso representante, mas um representante saído do

nosso meio, bastante compenetrado dos seus deveres, do menosprezo e da injustiça de que temos sido vítima, o qual possa pugnar pela nossa causa, defender os nossos interesses e portanto os da pátria (PARTIDO..., Cearense, 1890, p. 2) .

Anderson Ferro, representante da subjetividade coletiva daquele partido, defendia as reformas como uma maneira de transformar a conjuntura social herdada do período monárquico. Para isso, não bastava livrar-se da “realeza”, todas as instituições que representassem a monarquia deveriam ser destruídas. Essa fala nos remete ao discurso da construção de uma república pura defendido pelo Centro Republicano. Não se trata de nenhuma surpresa, pois é sabido que a república representou, e representa ainda hoje, uma proposta de organização ideal da sociedade, com viés político, social, econômico e cultural, o oposto da monarquia, um governo do povo. Sabe-se também que, apesar do pouco conhecimento da população do período a respeito do que era a república, vários grupos sociais viram nessa nova forma de governo a possibilidade de participação política e garantia de direitos. Como exemplo desses grupos, temos os trabalhadores.

Observando esse discurso, percebe-se o desejo de participação política e de luta contra a indiferença social. O primeiro passo para iniciar essa luta seria reunir os “artistas” e formar um grupo forte, coeso; o segundo, seria concorrer ao pleito de 15 de setembro. De acordo com o excerto citado acima, o Partido dispunha de um grande contingente, que faria “peso na balança do grande pleito” (PARTIDO..., Cearense, 1890, p. 1). Desta forma, o grupo buscava demonstrar força ao responder aos “insultos” do jornal *A Pátria*, um dos veículos de imprensa do CRC, ligado ao governo provisório.

Ainda sobre essa fala, destacamos a confiança dos operários na imparcialidade do governo na eleição. Ao final do trecho citado, fica claro que o Partido Operário concorrerá às urnas com um representante saído do meio deles, alguém que, de fato, compreendesse quais eram seus deveres e o menosprezo e a injustiça dos quais esses sujeitos foram vítimas. Esse representante deveria defender os interesses da classe. Apesar da crescente mobilização dos trabalhadores, estes ainda não tinham força suficiente para lançar uma chapa própria, de modo que precisaram compor a chapa do Clube Democrático, que se caracterizava como oposicionista ao governo provisório do Ceará, lançando o nome de três candidatos a deputado; dentre eles, Anderson Ferro.



**“A atmosfera fez-se a princípio abafada e sombria; e tão dolorosa foi a impressão que experimentámos quando o governo do Ceará chegou a revelar seus intuitos (...)”<sup>13</sup>**

Os conflitos entre os antigos monarquistas, operários e republicanos se acirravam ainda mais ao passo que o pleito de 15 de setembro se aproximava. Esses conflitos, até então, limitavam-se às medidas administrativas do governo provisório e às *práticas letradas*<sup>14</sup>, porém, à véspera da eleição para a Constituinte, materializaram-se e ultrapassaram os discursos presentes nas páginas dos jornais.

De acordo com a edição do dia de 16 de setembro de 1890 do jornal *O Estado do Ceará*, o Partido Operário, às vésperas da eleição para a Constituinte, foi vítima da violência do Governo Provisório. O jornal apresentou uma narrativa sobre a desolação e o terror que dominavam a capital. Narrou o episódio em que a “guarda cívica” do Ceará repreendeu bruscamente operários e “diversos cidadãos respeitáveis” que acompanhavam, em passeata, Anderson Ferro até sua casa. A passeata era uma demonstração de apoio ao Partido e, também, uma forma de mostrar ao governo provisório que o eleitorado não “pertencia” somente aos seus candidatos. Abaixo, apresenta-se parte da narrativa desse acontecimento feita pela redação do jornal da União Republicana.

Há dois dias acha-se esta capital sob o domínio da desolação e do terror, qual si a houvera invadido um exército inimigo.

[...]

Anteontem, 14 de setembro cerca de 1 hora da tarde, uma multidão de operários, tendo terminado uma sessão pública, na sala de suas reuniões ordinárias, à rua Formosa, saíram para acompanharem seu presidente até a residência d’este, como o tinham feito em todos os dias anteriores. Diversos cidadãos respeitáveis, cortesmente, incorporaram-se à passeata, com o intuito, natural na véspera de um dia de eleição, de mostrar as simpatias públicas que os cercavam e de animar o povo para o pleito do dia seguinte.

No momento em que a multidão, já um tanto rarefeita, penetrava na praça do Ferreira, pela rua da Alegria, caiu bruscamente sobre ela uma numerosa força da guarda cívica. Sem preceder intimação, nem proibição alguma, os soldados, de reflex desembainhados, começaram a espancar brutalmente o povo, ouvindo-se, ao mesmo tempo, a detonação de alguns tiros, partindo os primeiros do lado da força, e sendo de pólvora seca, para aterrar o povo. A’ imobilidade do primeiro momento, causada pela surpresa do ataque, sucedeu o ardor excitado pela necessidade da defesa; e alguns dos populares, que levavam revólveres, dispararam-nos sobre a força. Houve tiroteio, durante

<sup>13</sup> ACONTECIMENTOS de 14 de setembro. **Cearense**, ano 44, n. 207, Fortaleza, 28 set. 1890. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506\\_1890\\_00207.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1890_00207.pdf). Acesso em: 10/12/2021.

<sup>14</sup> Neste artigo, entendemos por *práticas letradas* “o uso cotidiano praticado entre aqueles que detêm o exercício da escrita e da leitura, tanto pela afirmação e domínio desse instrumental sobre aqueles que não o têm quanto pela apropriação dessas ferramentas como formas de inserção e intervenção social, essas práticas são territórios de lutas, embates e disputas por exercício de poder e capital simbólicos” (CARDOSO, 2016, p. 15).

alguns minutos, ficando feridos pelos reflexos muitos homens do povo e a bala dois ou três soldados (GRAVES..., 1890, p. 2).

Esse acontecimento foi abordado pelos três principais jornais do período: *Cearense*, *O Estado do Ceará* e *Libertador*. Cada um desses construiu uma narrativa e compartilhou com os “(e)leitores” (FERNANDES, 2006, p. 58) sua interpretação sobre os fatos. Cardoso (2009) fez uma breve análise dos discursos relacionados a tal episódio presentes nos jornais mencionados. De um lado, os grupos opositores utilizaram o ocorrido como forma de depreciar o governo provisório e os membros do Centro Republicano Cearense, apoiadores do Cel. Antonio Ferraz. De outro, o Centro Republicano Cearense tentou justificar a violência praticada contra os “artistas” e demais cidadãos que se juntaram à passeata, alegando que se tratava de um movimento que ameaçava a “ordem pública e a integridade de algumas autoridades” (CARDOSO, 2009, p. 68).

Segundo o trecho destacado, a passeata ocorrida às vésperas da eleição era algo comum entre os membros do dessa organização, que costumavam acompanhar o presidente do partido até sua residência. Mas, especialmente naquele dia, esse ato tinha um objetivo: encorajar a população a participar do pleito do dia seguinte.

Também é importante observar o discurso do Centro Republicano e do Governo Provisório sobre o fato ocorrido. O excerto de discurso a seguir foi publicado no jornal *Libertador*.

O público desta cidade passou anteontem pelo vexame e tristeza de assistir ao deponente espetáculo dado pelos inculcados chefes da oposição ao Governo Republicano e testemunhou a louca perversidade com que o despeito desses indivíduos atentou contra a ordem pública, o sossego e tranquilidade das famílias e até contra a vida dos cidadãos, cujas pessoas tornaram-se objeto de seu ódio e rancor mais entranhado (AS OCURRENCIAS..., 1890, p. 2).

Esta é apenas uma amostra da enorme publicação referente ao evento do dia 14 de setembro. Para os *centristas*<sup>15</sup>, os culpados do infeliz episódio foram os chefes opositores. O discurso culpa principalmente o Conselheiro Rodrigues Junior, alegando que este teria manipulado e influenciado os trabalhadores a atentar contra a ordem pública. Segundo a publicação, o Partido Operário constituía-se como um forte núcleo de apoio ao Clube Democrático.

---

<sup>15</sup> Membros do Centro Republicano Cearense e do Governo Provisório.

Na mesma publicação, após culpar os oposicionistas, há uma narrativa do evento, obviamente muito diferente daquela presente no jornal *O Estado do Ceará*, pois este jornal estava entre aqueles que faziam oposição ao governo. Cada um dos grupos abordou o 14 de setembro de forma a ser favorecido. A narrativa é cheia de detalhes, e sua leitura permite, inclusive, imaginar algumas cenas. O movimento, que, segundo os centristas, caracterizava um golpe, contou com a participação de aproximadamente 400 (quatrocentas) pessoas, das quais, 150 (cento e cinquenta) eram artistas/operários, e o restante pertencia a outras classes e curiosos. Para o Governo Provisório e o Centro Republicano, os operários não passam de massa de manobra dos antigos chefes monarquistas e, por vezes, eram tratados como ingênuos.

Abordando o que foi registrado no *Cearense*, que servia de porta-voz do Partido Operário na imprensa, destacam-se as denúncias a respeito das prisões durante o movimento sobre o qual se discute aqui. Entre os presos, estavam alguns candidatos da chapa Clube Democrático/Partido Operário, sendo eles: Anderson Ferro, Conselheiro Rodrigues Junior, Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa e Miguel Augusto Ferreira Leite. Nas edições seguintes, durante todo o mês de setembro, o jornal comentou o 14 de setembro e denunciou as fraudes eleitorais e a arbitrariedade do governo cearense.

Após o fim das apurações dos votos em todo o Ceará, constatou-se a eleição dos seguintes candidatos: senadores Major Joaquim de Oliveira Catunda, Major Manoel Bezerra de Albuquerque Junior e Bacharel Teodoro Carlos de Faria Souto; deputados Martinho Rodrigues, Justiniano de Serpa, Major Alexandre J. Barbosa Lima, Major Jose Freire Bezerril Fontenelle, João Lopes Ferreira Filho, Doutor José Avelino Gurgel do Amaral, Capitão José Bevilacqua e Manoel Coelho Bastos.

Todos os deputados e senadores eleitos pelo estado do Ceará foram apoiados pelo Centro Republicano Cearense e pelo governo provisório. As inúmeras críticas ao processo eleitoral que circulavam na imprensa cearense, veiculadas principalmente pelos jornais *Cearense* e *O Estado do Ceará*, não eram infundadas, tendo em vista que nenhum dos candidatos apoiados pelas demais agremiações foi eleito. A repressão realizada contra os trabalhadores, os resultados da eleição para a Constituinte e, principalmente, a desvalorização dos trabalhadores, enquanto sujeito coletivo em busca de participação política, por parte do governo republicano no Ceará representam o “impacto da tomada de consciência dos limites da nova ordem e da experiência de sua capacidade repressiva” (BATALHA, 2000, p. 38).

### Considerações finais

Sob uma atmosfera otimista, de fortes expectativas de maior participação social e, em última instância, de participação política, as quais resultariam em melhores condições de trabalho e qualidade de vida, os trabalhadores/operários/artistas, no Ceará, buscaram logo ocupar o espaço que a República prometia. Entre antigas oligarquias e republicanos positivistas, esses sujeitos se dividiram e formaram suas alianças.

A análise aqui conduzida permitiu identificar que, dentre as organizações de trabalhadores existentes no período abordado, o Partido Operário ganha maior destaque ao insistir na disputa por uma vaga na Constituinte e enfrentar o autoritarismo do Governo Provisório. Percebem-se os vínculos entre esse partido e o Clube Democrático como estratégias para a conquista de espaço na conjuntura política em questão. Contudo, não cabem, nessa relação, os rótulos de submisso e dominado, dada a existência de interesses de ambos os grupos. O Partido Operário precisava, de alguma forma, exprimir suas demandas, e isso foi possível a partir das conexões com grupos que, muito antes, já ocupavam um espaço político.

Esses trabalhadores, logo no primeiro ano da nova forma de governo, tornaram-se protagonistas de eventos que tornaram mais evidente o autoritarismo e a capacidade repressiva da República recém-proclamada. O 14 de setembro de 1890, no Ceará, mostrou que o horizonte de melhorias para as classes trabalhadoras não estava tão próximo assim.

### Fontes Utilizadas

Cearense (1846 - 1892)

Gazeta do Norte (1880 - 1890)

Libertador (1881 - 1892)

O Estado do Ceará (1890 - 1891)

A NOVA era. **Cearense**, ano 44, n. 261, Fortaleza, 22 nov. 1889. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506\\_1889\\_00261.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1889_00261.pdf). Acesso em: 20 dez. 2021.

ACONTECIMENTOS de 14 de setembro. **Cearense**, ano 44, n. 207, Fortaleza, 28 set. 1890. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506\\_1890\\_00207.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1890_00207.pdf). Acesso em: 10/12/2021.

AS OCCURENCIAS de ante-hontem. **Libertador**, Fortaleza, ano X, n. 210, 16 set. 1890. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865\\_1890\\_00210.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865_1890_00210.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

GRAVES acontecimentos. **O Estado do Ceará**, Fortaleza, ano 1, n. 44, 16 set. 1890. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/225746/per225746\\_1890\\_00044.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/225746/per225746_1890_00044.pdf). Acesso em: 07 nov. 2021.

NOSSA posição. **Gazeta do Norte**, Fortaleza, ano X, n. 257, 20 nov. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103950&pesq=&pagfis=8503>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PARTIDO operario. **O Estado do Ceará**, Fortaleza, ano 1, n. 02, 22 jul. 1890. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/estado-ceara/225746>. Acesso em: 07 nov. 2021.

PARTIDO operário. **Cearense**, Fortaleza, ano 44, n.134, 19 de jun. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22678>. Acesso em: 04 dez. 2021.

### Referências Bibliográficas

ALONSO, A. Instauração da República no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (org.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.135 - 141.

BATALHA, C. H. de M. **O movimento operário na Primeira República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BÓIA, W. **Antônio Sales e sua Época**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

CARDOSO, G. P. “**Bardos da canalha, quaresma de desalentos**”. Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

CARDOSO, G. P. **Práticas Letradas e a Construção do Mito Civilizador em Fortaleza**. “Luzes”, Seca e Abolicionismo em Fortaleza (1860-1930). Fortaleza: EDUECE/ Museu do Ceará, 2016.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MONTENEGRO, A. F. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MOTTA, R. P. S. **Culturas políticas na história**: Novos Estudos. 2. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PACHECO, R. de A. Cultura política: as mediações simbólicas do poder. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. de S. (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 172-184.

PEREIRA, A. G. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

## Em posse de liberdade: a liberalidade de terceiro em pedidos de alforria e trabalho compulsório (1870-1890)

*In possession of freedom: the liberality of a third party in requests for manumission and compulsory labor (1870-1890)*

Maria Fernanda Ribeiro Cunha,<sup>1</sup> PUC-RJ

### Resumo

As conquistas emancipacionistas da década de 1870 apontam para caminhos interessantes de pesquisa a respeito do trabalho compulsório. A atualização da lógica senhorial, na tentativa de controle e exploração da classe trabalhadora, dependia da construção de um aparelho de vigilância acerca dos meios de obtenção de propriedade, somente legitimados pelo trabalho. Nesse sentido, é possível analisar os pedidos de liberdade mediante pecúlio obtido por meio de terceiro, para discutir os significados sociais envolvidos nas dívidas contraídas por trabalhadores libertos, sobretudo envolvidas na garantia de trabalho. A proibição da liberalidade de terceiro na obtenção de pecúlio será analisada como maneira de controle por parte da classe senhorial na exploração do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho; Alforria; Jurisprudência; Pecúlio; Lei de 1871.

### Abstract

The emancipationist achievements of the 1870s point out to interesting approaches of research on compulsory labor. The updating of the manorial logic, in attempt to control and exploit the working class, depended on the construction of a surveillance apparatus on the means of obtaining property, only legitimized by work. In this sense, it is possible to analyze the requests for freedom through an annuity obtained through a third party, to discuss the social meanings involved in the debts contracted by freed workers, mainly involved in the guarantee of work. The prohibition of the liberality of a third party in obtaining an annuity will be analyzed as a way of controlling the manorial class in the exploitation of work.

**Keywords:** Labor; Freedom; Jurisprudence; Saving amount; Law of 1871.

### Introdução

Em dezembro de 1872 o Supremo Tribunal de Justiça recebia os autos e a sentença do processo protagonizado por Generosa, escravizada por um comerciante no interior da província do Rio de Janeiro. Juntamente com seus dois filhos, Generosa havia entrado com pedido de alforria mediante pecúlio e falta de matrícula, como previsto pela lei de 28 de setembro de 1871<sup>2</sup>. O caso, publicado nas páginas da *Gazeta Jurídica*, chegava à Corte, com

---

<sup>1</sup> Mestranda na linha de Experiências e Conexões Culturais, no Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro do Laboratório de Conexões Atlânticas da PUC-Rio. E-mail: fer\_ribcunha@hotmail.com.

<sup>2</sup> Operando diversas transformações no sentido da emancipação e da abolição da escravatura, a lei de 1871 garantia a liberdade para os filhos de mulheres escravizadas na corte, a partir da promulgação da lei; a libertação

recomendações de que o Egrégio Tribunal pudesse reavaliar a sentença, dada em primeira instância, da qual recorria Generosa, por intermédio do curador (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 352-364). Isso porque a sentença inicial julgava improcedente a ação movida por Generosa em favor de sua liberdade. O juiz de direito, Luiz Francisco da Câmara Leal, argumentava a respeito do que ele considerava ser “artifícios empregados pelo réu para ilicitamente obter o valor constante” (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 352). Ao alegar uma suposta ilegalidade na obtenção da quantia necessária ao pecúlio, Câmara Leal terminava alegando que Generosa não teria dado provas do abandono por parte de seu senhor e que a ação, portanto, era improcedente. Salvaguardados o domínio e a propriedade do senhor, o juiz encaminhava o processo ao Egrégio Tribunal e exigia, por fim, que os autores – Generosa e seus filhos – fossem entregues ao 3º embargante e senhor, Manoel Machado Barcellos Júnior (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 364).

O caso de Generosa chama a atenção em razão dos argumentos mobilizados em torno da liberdade – ou não – a ser concedida a ela e seus filhos. Isso porque, ao longo do processo é possível acompanhar o modo como a principal negociação parece acontecer no âmbito da exploração do trabalho de Generosa, incontornável no pagamento das custas de sua liberdade. Assim, o processo se apresenta, aos olhos dessa pesquisa, como a reivindicação da autonomia, pequena, mas muito relevante, de Generosa em escolher os credores de sua liberdade ou, em outras palavras, os responsáveis pela exploração de seu ofício inevitável. O trabalho compulsório, nesse sentido, deve ser analisado mediante as políticas de combate à ociosidade, para que seja possível compreender os meandros de medidas responsáveis por manter a lógica senhorial e a dependência, mais do que policiar a ociosidade.

Generosa utiliza, em defesa de sua autonomia, do principal instrumento legal conhecido à época como garantidor da liberdade de pessoas escravizadas: a lei de 28 de setembro de 1871. Conhecida como Lei do Ventre Livre, foi amplamente discutida à época por jurisconsultos, advogados e juristas, que debatiam seus desdobramentos nos periódicos jurídicos do período. Mais que libertar os filhos de mulheres escravizadas nascidos após aquela data, o texto previa a possibilidade de alforria mediante pecúlio, falta de matrícula,

---

do número de pessoas escravizadas equivalente ao fundo de emancipação, composto também pelos recursos obtidos no pagamento de multas e impostos pagos pelos senhores; a formação de pecúlio para pagamento de alforria por meio do trabalho e de doações, legados ou heranças recebidas com consentimento do senhor; a necessidade de matrícula dos escravos, bem como a consequente alforria diante da falta dela. (IMPÉRIO DO BRASIL, 1871).

bem como o fim da revogação de alforria por ingratidão<sup>3</sup>. Para o advogado colaborador da *Gazeta Jurídica*, J. L. de Almeida Nogueira,

Dentre as muitas dificuldades que diariamente avultam no direito pátrio, acarretadas pela lei [de 28 de setembro de 1871] e decretos sobre o elemento servil, e cuja solução reclama a constante solicitude dos poderes públicos e a cooperação patriótica de todas as inteligências competentes, algumas prendem-se à determinação da natureza do pecúlio, cuja formação foi permitida ao escravo para o fim de comprar sua liberdade (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 275).

O jurista ressalta, portanto, as possíveis discussões em torno da natureza do pecúlio de escravizados, utilizado para garantir a liberdade.<sup>4</sup> Ao longo do texto, uma preocupação maior parece tomar a atenção de J. L. de Almeida: as jurisprudências abertas em consequência da “generalidade” da lei - uma vez que, de acordo com o colaborador da *Gazeta Jurídica*, “a capacidade aquisitiva do escravo ficaria assim ilimitada quanto à natureza do objeto. Ele poderia, em poucas palavras, ser dono de tudo que lhe fosse doado ou deixado, ou que, consentindo o senhor, adquirisse por meio de suas forças” (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 273-274). Assim, ao obter capacidade aquisitiva e jurídica, a emancipação de pessoas escravizadas podia ser garantida de diferentes maneiras.<sup>5</sup> Mas as tentativas de controle senhorial recaíam sobre Generosa na primeira sentença, e a liberdade lhe é negada, em razão dos protestos de seu senhor.

## A legislação e o controle do trabalho

---

<sup>3</sup> A historiografia comprometida com o estudo da escravidão avalia os efeitos das conquistas emancipacionistas arremetidas na lei de 1871. Para Sidney Chalhoub, além de efetivamente libertar os filhos de mulheres escravizadas nascidos após a promulgação da lei, instituir a alforria por pecúlio, revogar a alforria por ingratidão e exigir a matrícula dos escravizados, a principal contribuição da lei de 28 de setembro de 1871 teria sido justamente a possibilidade de alforria independente da vontade senhorial. De acordo com Chalhoub, “[...] seria tolice desconsiderar a percepção geral de que emergira uma nova arena da luta de classes entre senhores e escravos como consequência da lei de 1871 [...]. A lei de 1871 fora pensada para proporcionar a busca individual de escravos pela liberdade; a emergência de trabalhadores negros como sujeitos coletivos da história era algo a ser combatido” (CHALHOUB, 2003, p. 148).

<sup>4</sup> Sobre a lei do *Ventre Livre*, J. L. Almeida, a despeito da argumentação em torno do pecúlio, avalia: “Inspirada por um grande pensamento moral e humanitário, ditada pela mais elevada concepção política em sua ideia fundamental, a grandiosa reforma que se operou no dia 28 de setembro de 1871, veio, todavia, originar não poucas e muitas sérias controvérsias no sistema da legislação brasileira”. (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 273).

<sup>5</sup> A respeito da considerável autonomia alcançada na medida que a capacidade jurídica e aquisitiva de pessoas escravizadas pudesse ser resguardada pela lei, é necessário observar a reflexão proposta por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira: “Nessa perspectiva, para estabilizar ou procrastinar a escravidão, a legislação escravista da segunda metade do século XIX abriu brechas para que escravos obtivessem a liberdade por via judicial à revelia da vontade senhorial” (CHALHOUB; TEIXEIRA, 2009, p. 24). Essa autonomia, portanto, podia parecer ameaçadora à lógica senhorial, de modo que as tentativas de estabilizar e procrastinar a escravidão, como avaliam os autores, dependiam de outras interpretações da lei, que pudessem equacionar esse conflito.



Com os avanços na legislação emancipacionista e a política de valorização das práticas migratórias, o que encontramos a partir da década de 1870 é uma classe trabalhadora cada vez mais plural.<sup>6</sup> É o que nos indica a lei reguladora de contrato de trabalho, aprovada no Decreto n. 2827, em 15 de março de 1879. Enquanto os debates que deram corpo às leis reguladoras de contrato de trabalho de 1830 e 1837 estiveram muito conectadas com a abolição do tráfico, como avalia Joseli Mendonça, é possível dizer que o novo regulamento de 1879 estivesse sentindo os efeitos da promulgação da lei de 28 de setembro de 1871 (MENDONÇA, 2012, p. 70). Isso porque, se levamos em conta que os nascidos em 1871 teriam completado sete anos em 1878, as medidas realizadas em nome da pretendida substituição de mão de obra escravizada entravam em vigor como resposta a essas conquistas emancipacionistas.

A diversidade da classe, marcada pela imigração e a alforria de trabalhadoras e trabalhadores escravizados que passaram a ocupar o mercado de trabalho de maneira diferente, torna ainda mais inequívoca a interpretação na lei que permitia arbitrariedades em relação aos policiados. A tentativa de delimitar melhor a legislação por meio da judicialização e do debate em torno das competências não incluía a uma definição mais precisa das condutas a serem policiadas pela medida preventiva. É interessante ressaltar, nesse momento, que, no empreendimento de atualização dos mecanismos de controle e manutenção das relações de dependência sob *libertas* e *libertos*, é possível encontrar as medidas de combate à ociosidade criminalizando trabalhadores e trabalhadoras informais, indiscriminadamente.

Para entender melhor essas questões, voltaremos ao processo protagonizado por Generosa. Além da apelante e de seus filhos, outros personagens povoam o processo de requerimento de liberdade, e é necessário voltar a atenção para o 3º embargante e senhor, Manoel Machado Barcellos Júnior. Quando olhamos para um processo de pedido de liberdade mediante pecúlio, baseado na lei de setembro de 1871, é preciso se atentar para as relações encobertas pelos termos jurídicos, sentenças e defesas dos advogados<sup>7</sup>. Generosa estava em

---

<sup>6</sup> Joseli Mendonça, em seus celebrados estudos a respeito das conquistas emancipacionistas na legislação, avalia a relação entre as leis reguladoras de contrato de trabalho na década de 1830 e as leis de proibição contra o tráfico. De acordo com a autora, os debates parlamentares apontam para a associação feita entre os jurisconsultos a respeito da necessidade de substituição da mão de obra escrava pela imigrante. No entanto, “ao conectarem o tráfico à imigração, portanto, os parlamentares miravam o futuro: era a expectativa de que a cessação do tráfico provocasse falta de trabalhadores que os estimulava a pensar nos estrangeiros. Mas, como veremos, ao relacionarem as duas questões, eles também miravam o passado, procurando atualizar as experiências de importação de africanos, até então bastante prolifera” (MENDONÇA, 2012, p. 70). Assim, é evidente que esse projeto não faria sentido na realidade plural da classe trabalhadora à época, que nunca deixou de contar com trabalhadoras e trabalhadores nacionais escravizados, *libertos* e livres.

<sup>7</sup> Sobre os meandros de um processo criminal, Elciene Azevedo pondera, em seus estudos acerca do Direito na relação entre pessoas escravizadas, seus senhores e a justiça, que: “[...] um universo pouco exposto – o dos bastidores de um processo criminal onde estão em jogo, mais do que a relação entre as partes, a própria relação

embate evidente com o seu senhor e de seus filhos, um comerciante conhecido nas redondezas de Valença, no interior da província<sup>8</sup>.

O advogado de Manoel Machado Barcellos Júnior, senhor de Generosa, argumenta sobretudo em duas linhas de raciocínio, baseadas na própria concepção da lei de 1871: Generosa não poderia receber o arbitramento de terceiro em favor da sua liberdade, pois isso implicaria em menos tempo de trabalho para o senhor (já que esse arbitramento encurtaria o tempo de obtenção do pecúlio); e a indenização de Manoel Machado Barcellos Júnior não dizia respeito apenas ao custo de Generosa (para ele ou para o Estado), mas ao valor do trabalho dela, esse muito mais subjetivo.

O que estava oculto nessa argumentação era o fato de que, escravizada ou liberta, Generosa haveria de trabalhar para pagar por sua liberdade e de seus filhos. O processo se dá, dessa forma, como maneira de garantir quem, ao fim, deteria o poder sobre a exploração do trabalho de Generosa. Fosse para pagar o curador ou o senhor, Generosa iria se tornar uma mulher liberta de Manoel apenas com muito trabalho. Dessa forma, o argumento todo gira em torno da indenização não financeira, mas moral na função de exploração do trabalho de Generosa. O advogado de Manoel não usa o argumento da ociosidade porque entende que o que está em questão é quem pode explorar o trabalho, inevitável, de Generosa. E são dessas diferentes formas de exploração da classe trabalhadora que pretendemos tratar ao pensarmos o combate à ociosidade e as formas de trabalho compulsório.

A mudança na concepção da liberdade após a lei de 1871 diz respeito, portanto, a uma questão de trabalho: a garantia da liberdade parecia estar sujeita à continuação da dependência e da exploração do trabalho, mediante o controle da classe trabalhadora. Com as medidas de combate à ociosidade, o Estado reafirmava o compromisso com a classe senhorial de manutenção da lógica de trabalho compulsório e da exclusividade para constituir propriedade. A coação ao trabalho ganhava os contornos da criminalização da ociosidade, produzindo uma nova forma de controle e encarceramento da classe trabalhadora, reduzindo drasticamente, mas não completamente, as oportunidades de obtenção da propriedade por parte dessa classe trabalhadora.

---

das partes com a justiça e da justiça com a sociedade que representa, ou da justiça consigo mesmo.” (AZEVEDO, 2010, p. 19). Assim, é preciso levar em consideração não só a relação entre os protagonistas dos processos, mas o modo como cada processo faz parte de um movimento de afirmação dos próprios juristas e advogados, bem como do Estado, enquanto legislador.

<sup>8</sup> É o que indicam as edições do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* em que consta o nome de Manoel Machado Barcellos Júnior. Entre o ano de 1849 e 1878, em dez edições Manoel Machado Barcellos Júnior aparece como assinante e em outras seções como a de negociantes e capitalistas.

Em outro processo veiculado pela *Gazeta Jurídica*, podemos acompanhar também a argumentação em torno da origem da obtenção de pecúlio como artifício de manutenção do domínio e controle sob trabalhadoras e trabalhadores escravizados. Tendo como apelante o Dr. Juiz de Direito de Sabará, e por apelada a escravizada Bazília, o processo mobiliza a lei de 28 de setembro de 1871 mais uma vez por meio da liberalidade de terceiro em caso de pecúlio para alforria. A interpretação do texto da lei dava margem para a contestação das garantias de liberdade pleiteadas pela própria lei, de modo que, advogados, juristas e senhores de escravos se utilizavam dessa lacuna para expor argumentos abertamente contrários à conquista de direitos das pessoas escravizadas, reunidas na lei do ventre livre.

Assim como no processo de Generosa e seus filhos, a figura de um curador aparece em favor de Bazília. Dessa vez, um curador geral intervém, certamente em razão da retirada do curador acusado de atuar como terceiro na liberdade da escravizada, e alega que as conjecturas realizadas em relação à origem da obtenção do pecúlio não teriam sido relevantes em relação ao impedimento da liberdade. Para o curador geral interino da 2ª vara de órfãos da corte, José Antônio Fernandes Lima, as provas teriam sido insuficientes. Ele argumentava em favor da liberdade de Bazília alegando a impossibilidade de apelação por parte do juiz, “desde que não se provou que a fonte de aquisição do pecúlio feito pela escrava Bazília (note-se bem), da escrava moça, prendada... era criminosa” (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 110).

O curador reafirmava, portanto, que a fonte de aquisição do pecúlio não teria sido criminosa, uma vez que as conjecturas baseadas na interpretação da lei não seriam suficientes para argumentar em contrário da liberdade. Ao reunir as informações que conseguimos a respeito de Bazília ao longo do processo protagonizado por ela, é possível inferir que estamos acompanhando o pedido de alforria por obtenção de pecúlio de uma escravizada ainda na menoridade. Para além da ênfase, dada pelo curador geral, na caracterização de Bazília como uma “escrava moça”, é preciso levar em conta a própria ocupação do curador na 2ª vara de órfãos da corte. Ademais, o processo todo se encaminha de modo a ratificar, no Tribunal da Relação da Corte, a decisão dada pelo juiz de direito – o que indica, mais uma vez, a menoridade de Bazília, como sugere o artigo 20 da lei 2.033, de setembro de 1871, em que processos em que menores de idade estivessem envolvidos passavam por apelação mandatória, garantindo assim a defesa dos menores<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Analisando a menoridade no sistema criminal brasileiro do século XIX, Otávio Augusto Ganzert Weinhardt chama a atenção para a necessidade de abrir *ex-officio*, ou seja, uma apelação necessária, para comprovação e direito de defesa em casos e sentenças em que estavam envolvidos menores de idade. Discorrendo acerca do caso de Joaquim, um garoto de treze anos acusado de matar o próprio irmão, Weinhardt pondera: “É possível

A aparente menoridade de Bazília acaba levando a argumentação, ao longo do processo, para o sentido da determinação de apelação necessária como um direito da escravizada. No entanto, se consideramos a discussão realizada em torno da origem da obtenção do pecúlio de Bazília, acompanhamos um argumento que abreviava a experiência de Bazília à sua condição de cativa reivindicando a liberdade, ainda que fosse menor de idade. A despeito de ser uma “moça”, Bazília era escrava. E podemos perceber o modo como a contestação de sua liberdade é entendida como ameaçadora à ordem pública.

O próprio curador geral, José Antônio Lima, que teria saído em defesa de Bazília, demonstra a dificuldade em atuar na mediação dos processos de alforria por obtenção de pecúlio. Isso porque, embora construindo um texto no sentido da liberdade de Bazília, o limite do trabalho, garantia de indenização dos senhores, precisava ser desenhado e evidenciado pelo curador. De acordo com ele, a coação ao trabalho teria se transformado no “aríete contra a liberdade”, ou seja, no instrumento responsável por invadir as portas da liberdade. Assim, para o curador, ao elaborar os artigos que proibiam a liberalidade de terceiro na obtenção de pecúlio, os legisladores teriam providenciado, “na justa e sábia suposição da ignorância, senão a necessidade do escravo, a segurança do pecúlio e o modo de o tornar produtivo” (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 112).

Pelo tom satírico da sugestão de que os legisladores, ao usarem o trabalho como “aríete da liberdade”, teriam suposto a ignorância, e a necessidade, do escravo pela alforria, não é possível dizer que José Antônio Fernandes Lima realmente acreditasse que o trabalho fosse uma condição para a liberdade, ou mesmo que o pecúlio produtivo fosse uma preocupação genuína. Deixando aparente a necessidade de argumentar a respeito da produtividade do pecúlio, o curador geral mostra as francas preocupações dos juízes e juriconsultos no processo de alforria de Bazília, como também no de Generosa: suas liberdades deveriam ser produtivas. O que explicaria o engrossamento das políticas de combate à ociosidade a partir das conquistas emancipacionistas da década de 1870.

Ao longo do processo, o curador geral segue argumentando, em defesa de Bazília, que:

---

concluir disso tudo que Joaquim estava submetido a condições de vida bastante duras. A reflexão trazida por Barretto mostra como a margem de liberdade oferecida pelo legislador, ao permitir que o Júri adentrasse à psique do agente, declarando se ele sabia ou não o que estava fazendo, servia, na prática, para punir o pobre, o marginalizado, o desprotegido. Aqui é necessário, ainda que brevemente, posicionar a criança no imaginário social do período. Ao contrário do que ocorria nos séculos anteriores, a criança já não era mais vista como um adulto em ‘escala reduzida’, ainda que não houvesse distinções claras entre categorias como infância, adolescência e juventude (ARIÈS, 1981, p. 39-176). Nesse período, elas começam a ser compreendidas em contraste com o adulto, como detentoras de necessidades próprias, como educação, cuidado e direcionamento.” (WEINHARDT, 2017, p. 62).

Então o escravo que pouco a pouco, por pequenas doações e seus trabalhos, correu o risco de ver desaparecer a moeda destinada a comprar sua liberdade, porque um dia vista curiosa a descobriu, ou que nunca a entregou para aumentá-la, por tal fato perdeu o direito à sonhada liberdade? A Lei não podia consignar princípio tão bárbaro, draconiano! Suponhamos que o senhor descobre no fundo da toska caixa do escravo certa quantia honesta e lícitamente adquirida; e como esse pecúlio não estava sob a cobertura do art. 49, pela doutrina da sentença, a quem pertenceria? Ao escravo? Não. Mas ao senhor? Por via de que regra? Ao fisco? Qual a Lei que o ordena? (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 110).

Evidenciando o caráter persecutório das argumentações em torno da ilegalidade na obtenção do pecúlio, José Antônio Fernandes Lima traz para o debate a figura do senhor ávido pelo controle de seus cativos, a procurar moedas<sup>10</sup>. Essa caricatura do confisco das moedas acaba por dar o tom do debate a respeito da necessidade do senhor de escravos de se ver envolvido na obtenção do pecúlio por parte de seus cativos, garantindo, assim, seu controle. A proibição da liberalidade por via de terceiro, ou seja, o pecúlio arrecadado por meio de empréstimo ou doação, acaba por mobilizar uma discussão fundamental em torno da lei de 1871: o preço da liberdade, a ser pago pelo trabalho. Bazília e Generosa precisavam, para além de fugir das vistas curiosas de seus senhores, trabalhar para obterem renda suficiente para a compra de suas alforrias.

Assim, o combate à ociosidade se apresenta enquanto conjunto de ferramentas produzidas pela lei para assegurar o trabalho e o pagamento pela liberdade conquistada a partir de 1871. José Antônio Lima demonstra, a despeito da enfática defesa pela alforria da escravizada, uma preocupação comum ao contexto de aumento das garantias de liberdade. Segundo o curador geral, a obtenção de pecúlio por meio da liberalidade de terceiro era uma alternativa saudável para a compra da liberdade. Isso porque, conseguindo a alforria por intermédio de um curador, pessoas escravizadas estariam menos sujeitas à prática de furtos e roubos, sobretudo de seus senhores (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 109).

No entanto, ao comparar as preocupações a respeito da ofensiva contra a propriedade, o curador geral avalia que a continuação da instituição da escravidão, mais relevante que o fim da corrupção da propriedade, representaria o verdadeiro perigo moral<sup>11</sup>. Em uma defesa

---

<sup>10</sup> Uma discussão importante merece lugar na construção dessa metáfora: mais que uma questão de ressarcimento ou indenização, é preciso olhar para a necessidade de manutenção do poder e da lógica senhorial. Para Sidney Chalhoub, sobre casos de escravos deixados em testamento, “na verdade, os escravos não esbarravam apenas na avareza dos herdeiros [de seus senhores], mas no próprio pacto de classe que garantia a continuidade da escravidão: a defesa do princípio da propriedade privada.” (CHALHOUB, 1990, p. 122).

<sup>11</sup> Em sua releitura de E. P. Thompson, a respeito da constituição da propriedade na fabricação do direito criminal, Eduardo Spiller Pena avalia as contribuições possíveis do historiador inglês nos estudos acerca do

evidente pela alforria de Bazília, o curador geral faz um balanço da discussão desenvolvida ao longo do processo:

A sentença evidentemente confunde pecúlio com alforria. Perde, portanto, todo o fundamento, conservando apenas o brilhantismo da frase, o argumento – ad terrorem – com o qual a sentença fechou os considerandos. O que incontestavelmente torna-se perigoso, é trancar-se as portas à mais nobre ambição da família brasileira, vedando-lhe os meios convinháveis para a prudente e legal extinção do fato condenado pela religião, moral, metafísica do direito, filosofia social e economia política. Reformai a sentença, libertando a escrava Bazília, doutíssimos Juízes, aos quais o saber e a probidade conferiram essa porção de centelha divina chamada – Justiça (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 111).

Desse modo, José Antônio Fernandes Lima traz para o processo uma das maiores contradições no uso da lei de 28 de setembro de 1871. Ao comentar sobre a “nobre ambição da família brasileira” para referir-se à extinção da escravidão, o curador escancara, como teria feito ao longo de todo o processo, os entraves colocados nas tentativas de liberdade e alforria. A despeito da concepção da lei baseada no argumento de necessidade do fim da escravidão, o que acompanhamos na jurisprudência é o malabarismo dos jurisconsultos, atuando como árbitros da razão de estado, para garantir que as interpretações da lei pudessem manter o controle e a dependência dos senhores de escravos a confiscarem moedas<sup>12</sup>.

A coerção ao trabalho aparece, portanto, como ferramenta fundamental para manutenção da exploração e da tutela, seja por meio do policiamento nas ruas, marca evidente no uso das medidas preventivas como os termos de bem viver, seja na palavra sóbria e bem versada dos jurisconsultos. Se o preço da liberdade deveria ser pago pelo trabalho e se o degrau moral entre a escravidão e a liberdade fosse representado pelo pecúlio e pelas maneiras de torná-lo produtivo, o que acompanhamos ao tentar redesenhar as experiências de

---

Brasil oitocentista. De acordo com Pena: “No âmbito da legislação criminal, os escravos foram, sem qualquer vacilo, impiedosamente perseguidos e controlados em nome da salvaguarda dos direitos da propriedade privada senhorial. De qualquer maneira, as conclusões de Thompson sobre a atitude e comportamento da nobreza Whig – em especial de seus lordes-juízes – na defesa parcial e indiscriminada dos direitos da propriedade, adaptam-se com certa naturalidade à atitude dos jurisconsultos emancipacionistas do Brasil imperial no seu respeito subserviente aos interesses da propriedade (mesmo que escravista), em detrimento de seus princípios jurídico-filosóficos favoráveis à liberdade.” (PENA, 2001, p. 30).

<sup>12</sup> Sobre a Razão de Estado, é importante mencionar mais uma vez a análise de Eduardo Spiller Pena a respeito do conceito. Ao ressaltar o papel de jurisconsultos, como Perdígão Malheiro, na mediação do conflito entre a liberdade e a propriedade na constituição do Estado imperial, Spiller Pena avalia que: “O interessante, porém, foi perceber que as possíveis contradições do discurso jurídico emancipacionista entre, de um lado, seus princípios filosófico-morais a favor da liberdade e, de outro, os que exigiam um ‘bom’ comportamento senhorial e a defesa da indenização pela perda da propriedade escravista (reconhecimento implícito, aliás, da legalidade desse direito) decorreram da obediência a outro princípio político fundamental defendido por eles: a manutenção da segurança e da ordem do Estado imperial. Como quadros integrantes da burocracia governamental, os jurisconsultos foram os arautos e defensores da ‘Razão de Estado’” (PENA, 2001, op.cit, p. 34).

policidados por uma medida preventiva é a criminalização da ociosidade, não como prevenção de crimes, mas como prevenção da lógica senhorial. Assim, mais que uma tentativa senhorial de educar pessoas escravizadas para o trabalho livre, é preciso levar em consideração que esses escravizados já habitavam o universo de trabalho informal e livre, especialmente para a constituição do pecúlio, de modo que a criminalização da ociosidade aparece como forma de acirrar e encarcerar uma classe trabalhadora repleta de pessoas libertas, livres, escravizadas, o que transformava suas experiências.<sup>13</sup> Ao comprovar ocupação e domicílio, os policidados por termo de bem viver comprovavam relativa subordinação ao trabalho e ao controle, o que, de maneira controversa, assegurava suas liberdades.

### **O policiamento como mecanismo de coação ao trabalho**

Na disputa entre a liberdade e a propriedade, encontramos a experiência de pessoas que precisaram lidar com o policiamento, com os obstáculos impostos por um judiciário que se pretendia moderador desse conflito e com um cotidiano negociado a partir da vigilância e do controle. Assim, a reforma operada no judiciário a partir da lei 2.033 de setembro de 1871 dependia, mesmo antes de sua concepção, de uma transformação de hábitos. É o que indica o texto publicado pelo advogado Carlos Perdigão, na seção “Gazeta Jurídica”, no periódico de mesmo nome.

Ao comemorar o segundo ano de publicação do periódico, Carlos Perdigão, redator-chefe da *Gazeta Jurídica*, escreve um artigo a respeito do que ele considerava ser a necessidade de criação de um Palácio de Justiça. Os argumentos do juriconsulto começam por levantar a sugestão de que uma instituição como essa poderia concentrar todas as jurisdições em um só edifício, o que facilitaria a união da instituição do Direito, num período marcado pela fragmentação do Estado imperial. Escrevendo em novembro de 1874, Perdigão

---

<sup>13</sup> Em sua análise a respeito da lei de 28 de setembro de 1871, Sidney Chalhoub avalia que a interpretação de que a lei aparece apenas como oportunidade dos senhores de educar pessoas escravizadas para o trabalho livre apaga a evidência nada sutil de que trabalhadores escravizados já estavam envolvidos no mercado de trabalho informal: “Alguns autores viram na lei do ventre livre o momento de afirmação ou de consolidação de um projeto de transição para o trabalho livre e de formação de todo um contingente de trabalhadores disciplinados e higienizados. Essa pode ser um a parte da história. É tentador interpretar o acesso à liberdade pela utilização do pecúlio como um a forma de ensinar aos escravos as virtudes da ascensão social pelo trabalho. Mas os escravos já pareciam saber havia muito tempo que sua melhor chance de negociar a liberdade com o senhor era juntar as economias e conseguir indenizar seu preço. Nesse sentido, ou pensamos que esses negros estavam disciplinados para o mercado de trabalho há muito tempo, ou então admitimos que eles podiam se atirar ao trabalho por motivos muito diversos de uma suposta inclinação irresistível pelo salário e pelos encantos dos patrões.” (CHALHOUB, 1990, op. cit, 160). O pecúlio aparece, portanto, como meio de assegurar o controle senhorial não apenas diante da decisão nos tribunais de legitimidade ou não da quantia arrecada, mas também como maneira de garantir que o trabalho compulsório pudesse transformar a ociosidade em crime. Importa dizer que essas pessoas recorreram, nos tribunais, e negociaram o acesso à cidade, como veremos ao longo desse trabalho.

avalia que: “há tempos em que sopra o vento das reformas! E nós estamos em um desses tempos!” (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 444). Comentava, ainda, que:

[...] quando os costumes mudaram, quando as condições da nossa justiça e do nosso foro foram modificadas, quando uma verdadeira revolução judiciária se operou, em relação ao progresso e às luzes do século, compreende-se que é preciso pôr tudo em relação com as necessidades e os hábitos novos (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 444).

O sentimento de mudança, sentido e comentado por Carlos Perdigão, certamente dizia respeito ao aumento das garantias de liberdade, respaldado não só pela participação ativa de pessoas escravizadas nas conquistas emancipacionistas representadas pela lei de 28 de setembro de 1871, mas também pela promulgação da lei 2.033, realizada uma semana antes, em 20 de setembro de 1871. A reforma judiciária, discutida ao longo das décadas de 1850 e 1860, como pudemos acompanhar nos debates parlamentares, organizava por meio da lei 2.033 uma série de procedimentos fundamentais à execução do direito penal e criminal.

A necessidade de inquérito policial mediante formação da culpa se apresenta enquanto uma das principais mudanças a serem realizadas, na reforma jurídica, no âmbito das garantias de liberdade. Isso porque a construção da culpa passa a depender de uma maior sistematização das provas e testemunhos, que davam corpo a um processo mais denso, passível de apelação e recurso. Enquanto no *Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832* a formação da culpa aparece enquanto medida paliativa em relação a uma prisão realizada, na lei 2.033 é possível perceber a relevância dos procedimentos de produção do inquérito policial, baseados na construção da culpa realizada de maneira prévia à prisão.<sup>14</sup> Discutida no âmbito da construção da jurisdição, a formação da culpa aparece como a sentença de pronúncia, avaliando a necessidade de um tribunal do júri ou não<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> O capítulo a respeito da formação da culpa no Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832 é precedido pelo capítulo acerca das prisões sem culpa formada, e que podiam ser executadas sem ordem escrita. Mais que no capítulo sobre a formação da culpa, propriamente dito, encontramos nos artigos 131, 132 e 133, a função cumprida por esse recurso no sentido de legitimar uma decisão suficientemente legítima, aos olhos da jurisprudência à época: a decisão do juiz de paz. O texto da lei 2.033 a esse respeito não apenas confere aos juízes de direito e chefes de polícia a formação do inquérito, como maneira de fortalecer a polícia judiciária, mas também evidencia a construção da culpa como parte fundamental da condução do inquérito policial, abrindo a possibilidade de pedido de habeas corpus em casos de fragilidade nesse processo. (IMPÉRIO DO BRASIL, 1832; IMPÉRIO DO BRASIL, 1871).

<sup>15</sup> Em uma petição de habeas corpus, na seção do Tribunal da Relação da Corte, na edição de 1873 da *Gazeta Jurídica*, uma discussão a respeito da competência dos juízes dos distritos criminais provoca um debate a respeito da formação da culpa: “É sabido que a formação da culpa não consiste na indagação e recolhimento das provas, coisa que pode competir até às simples autoridades policiais subalternas, mas sim consiste num todo jurídico, cuja parte principal é a Sentença de pronúncia ou não pronúncia; e tanto assim é que quando a Constituição, o Código de Processo e a Lei [2.033] de 20 de setembro citada, falam na prisão antes da culpa formada, referem-se a qualquer fase ou hipótese do processo da formação da culpa antes de dar-se aquela



É possível observar a maneira com que a liberdade de pessoas escravizadas acaba por mobilizar o discurso em torno da corrupção da propriedade, como preocupação fundamental na transformação dos hábitos.<sup>16</sup> Se o judiciário estava encontrando meios de se adaptar ao vento dos novos tempos, o que a avaliação dos jurisconsultos sugere é que a legislação precisava garantir a ordem, ou, em outras palavras, a Razão de Estado. Para entender como a reação do judiciário diante das conquistas emancipacionistas, entendidas como uma reforma fundamental dos hábitos, transforma a experiência de policiados, é preciso voltar ao processo de Bazília. O curador geral, em sua defesa da escravizada, argumenta a não-criminalidade de Bazília na obtenção do pecúlio. Para isso, no entanto, era preciso definir melhor o que seria entendido por criminalidade e das maneiras de corromper o direito à formação de pecúlio. Assim, José Antônio Fernandes Lima argumenta que:

Na aspiração à liberdade, espíritos não cultivados poderiam descer aos mais hediondos crimes: furtos, roubos mais ou menos agravados se cometeriam para a cousa elevar-se à categoria de pessoa; e o próprio senhor, mal garantido, seria a vítima de preferência. Descendo do maior ao menor, ainda essa aspiração poderia levar o escravo à prática de atos reprovados, ou de um esforço desmedido e hercúleo a ponto de comprometer a propriedade (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 109).

O argumento do curador, na defesa de Bazília, levanta mais uma vez a questão da produtividade do pecúlio como forma de garantir o controle sobre a criminalidade. Para garantir que o pecúlio de Bazília não fosse considerado criminoso, José Antônio Fernandes Lima utiliza-se do discurso de que, a despeito da criminalidade ser uma preocupação legítima, a escravizada não teria usado desses meios para obter seu pecúlio.

Assim, conseguimos mapear o modo como, na mudança jurídica e de hábitos, comentada por Carlos Perdigão, a transformação da experiência dos sujeitos sociais envolvidos nesse universo – entre escravizados, libertos e pessoas livres – estava diretamente ligada ao aumento das conquistas de liberdade, entendido como perigoso por parte da classe senhorial. Dessa forma, com os obstáculos enfrentados para obtenção de alforria, era preciso garantir que, ainda que as interpretações da lei pudessem estar a favor da classe senhorial, o

---

Sentença, sem a qual portanto não existe, aos olhos do nosso Legislador, tanto constituinte como ordinário, culpa formada ou formação da culpa.” (GAZETA JURÍDICA, 1873, p. 553-554)

<sup>16</sup> Ao analisar os códigos de posturas das primeiras décadas do século XIX, Chalhoub pondera que: “É reveladora a fórmula utilizada por estes códigos — elaborados por administradores-proprietários em defesa de seus bens — contra os despossuídos desta sociedade: ou se enquadram na categoria de trabalhadores compulsórios, os escravos, ou caem numa categoria que se vinha ampliando constantemente ao longo do século XIX — ou quem sabe desde muito antes —, as ‘pessoas, que se julgue não possuírem [...] objetos’, ou as ‘pessoas suspeitas’” (CHALHOUB, 1990, op. cit., p. 231).

cotidiano da classe trabalhadora estivesse sob o policiamento e o controle, justificado pelo combate à ociosidade, como forma de impedir a criminalidade, como acreditavam os juristas<sup>17</sup>.

Nesse sentido, a capacidade jurídica, assumida no momento da alforria, preocupa os juristas – sobretudo porque, a despeito dos debates que colocavam a escravidão como “fato condenado”, a conquista de direitos no âmbito jurídico e o aumento das garantias de liberdade podiam embaralhar a Razão de Estado. O equilíbrio entre a autoridade senhorial e a valorização da liberdade parece ser defendido em nome da coação ao trabalho por vias jurídico-policiais.<sup>18</sup> Conferindo sobretudo aos juristas a função de árbitros do Estado imperial, no conflito entre a liberdade e a propriedade, e garantidores do trabalho compulsório.

Ao voltar os olhos para o processo de Generosa e seus filhos, comentado no início desse capítulo, podemos encontrar outros argumentos que evidenciam a discussão pretendida em torno da atuação da justiça e da polícia enquanto mediadores do conflito entre as garantias de liberdade e a manutenção da lógica senhorial. O advogado do curador de Generosa, ao defender a capacidade jurídica da escravizada diante do próprio pedido de alforria, argumenta que:

Os escravocratas dizem que a apelação *ex-officio*, que a lei concede da decisão em tais causas, é prova viva de que é uma causa; mas não refletem, ou não querem refletir, que a apelação é um recurso de Direito natural que a ninguém se nega, por conter defesa racional, e tanto assim que, nos assuntos e negócios meramente administrativos, admite-se apelações sem ser em causas (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 361).

E como esse argumento, trazido neste trecho, transforma, efetivamente, a experiência de Generosa? Bom, na tentativa de delimitar melhor o Direito natural do Direito Positivo, o

---

<sup>17</sup> Vale mencionar que o projeto de abolição da escravidão contava com essas interpretações da lei que pudessem ajudar a conduzir o fim da escravatura sem grandes perdas para a classe senhorial. Em suas generosas contribuições com os estudos acerca da escravidão, Silvia H. Lara argumenta: “[...] a liberdade que vinha sendo concedida aos escravos constituía um problema que precisava ser melhor equacionado para que não pusesse em risco a própria continuidade da escravidão. O problema não era apreendido aqui em termos morais ou religiosos, mas políticos – tratava-se de pensar em medidas que pudessem regradar ou moderar, de algum modo, aquelas prerrogativas senhoriais que tantos efeitos negativos podiam produzir. Ou que, de outro modo, pudessem tornar o exercício do poder senhorial mais eficaz, mais capaz de produzir libertos timoratos e obedientes.” (LARA, 2010, p. 81).

<sup>18</sup> Em seu livro *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub analisa o processo de produção social do processo criminal, pensando no caráter moral em nome do trabalho. De acordo com Chalhoub, “assim, para dar apenas um exemplo, era uma prática bastante comum das autoridades policiais e judiciárias da época [final do século XIX e início do XX, na *belle époque*] interrogar as testemunhas de um determinado conflito sobre os antecedentes dos envolvidos. Perguntava-se ao interrogado, por exemplo, se o acusado era ‘morigerado e trabalhador’ ou ‘desordeiro e vadio’. É uma constatação óbvia, mas não por isso irrelevante, a de que este vocabulário dos agentes jurídicos em seu interrogatório revela que uma das funções essenciais do aparato policial e judiciário era o reforço dos valores fundamentais da ética de trabalho capitalista.” (CHALHOUB, 2012, p. 87).

advogado do curador acaba conferindo à Generosa a capacidade jurídica, que certamente só seria cogitada mediante a conquista da liberdade e a alforria. A apelação *ex-officio* conferia sentido mandatório ao pedido de alforria de Generosa, determinado em razão de Direito natural e indiscutível pela jurisprudência. Ao usar a falta de matrícula de Generosa e de seus filhos para argumentar que ela deveria ser alforriada, independente do pecúlio formado por ajuda de terceiro, o advogado mobiliza a lei de 1871 e a defesa poderia ter se encerrado mediante o uso desse argumento. Mas, ao reivindicar a possibilidade de Generosa entrar com a apelação *ex-officio*, o advogado abre brechas para a interpretação de que, ainda que a reforma judiciária e a lei do ventre livre tenham aumentado as garantias de liberdade, algumas questões incontestáveis precisaram ser levadas à barra dos tribunais, e nem sempre favoreciam as pessoas privadas de liberdade<sup>19</sup>.

A avaliação da escravidão pelo Direito passa, portanto, pela definição da liberdade das pessoas escravizadas. Ao reivindicar que o pedido de alforria constituísse uma causa levantada pelo Direito natural, o advogado argumenta que a liberdade de pessoas escravizadas se configura como um direito, irrefutável por parte dos juristas envolvidos no processo. É fundamental lembrar, no entanto, que na grande maioria dos processos, a liberdade é entendida pelo Direito positivo como um benefício conquistado, sobretudo em razão da benevolência dos senhores e legisladores do Estado Imperial. De modo que, para garantir essa liberdade, era necessário indenizar, os senhores e o Estado, com as garantias de trabalho compulsório e pecúlio<sup>20</sup>.

É preciso não perder de vista, dessa forma, que a indefinição – e as consequentes reivindicações – de liberdade fazem sentido quando pensadas por meio da atualização dos

---

<sup>19</sup> A respeito do papel do poder público na salvaguarda dos direitos de pessoas escravizadas, representado nesse caso pelo curador-geral, é importante observar, como mencionado por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira: “Eles [os escravizados] sabiam que parte essencial do processo de desmantelamento da escravidão consistia em submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei, e por isso aprenderam a solapar a autoridade senhorial colocando-se sob a guarda do poder público, ainda que fosse na condição de réus em processos criminais.” (CHALHOUB; TEIXEIRA, 2009, *op. cit.*, p. 25).

<sup>20</sup> Em processo aberto no Tribunal da Relação de Ouro Preto, é possível observar um argumento construído na confiança de um senso comum a esse respeito, em que o senhor de escravos e professor, Antônio Gonçalves Martins, é defendido pelo advogado, José Antônio Alves de Brito, que alega que, por ter furtado seu senhor, o escravizado Thomaz teria obtido pecúlio por meios criminosos. Nesse sentido, o juiz prossegue: “Quando as coisas não têm uma explicação racional e excedem as da credulidade humana, a inteligência repele-as por improváveis e inverossímeis. Nada por certo haveria de mais contrário à ordem social existente entre nós e de consequências mais perigosas, se passasse o princípio de que o escravo pode obter a sua liberdade, mediante pecúlio adquirido por qualquer meio, bastando somente ao escravo dizer que obteve de seu trabalho e economias. Quando a lei permitiu ao escravo a formação de um pecúlio, quis que ele fosse constituído com pleno conhecimento e ciência de seu senhor, e pelos meios estabelecidos em Direito [...]. Os favores devidos às causas de liberdade não podem estender-se a ponto de destruir o direito de propriedade, que é também um dos principais alicerces da ordem social, da riqueza pública e individual.” (GAZETA JURÍDICA, 1874, p. 268-269).

mecanismos de controle. Se a liberdade aparece sendo reivindicada, seja por pessoas escravizadas entrando com pedido de alforria, seja por advogados e juristas envolvidos na aplicação da sentença, por outro lado temos o movimento contrário de renovação dos mecanismos de controle. Se concordamos anteriormente que a liberdade só é paga com o trabalho (Generosa, Bazília e outros tantos escravizados obtém pecúlio na medida em que pagam com o próprio trabalho), então o combate à ociosidade se apresenta como alternativa de vigilância e encarceramento dessa classe trabalhadora.

Os processos de pedido de liberdade por pecúlio mediante terceiro apresentam indícios da importância moral do trabalho para a continuação da lógica senhorial. É possível observar os sentidos da dependência e da vontade senhorial nos debates acirrados em torno da origem da obtenção do pecúlio. Aprovando ou desaprovando a legitimidade do pecúlio obtido pelos cativos, o que os senhores de escravos faziam era reafirmar o universo de subordinação por meio do trabalho, pelo qual empenhavam esforços para manter. Ao fim e ao cabo, a exploração de trabalhadores e trabalhadoras mantinha a lógica senhorial, infiltrada nas leis e na justiça. Mas não sem a negociação permanente e o enfrentamento com a classe trabalhadora.

### Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos – CEBRAP**. São Paulo, n. 100, v. 1, p. 115-127, 2014.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. As vantagens e doçuras inapreciáveis da liberdade: africanos livres, arrematantes particulares e o trabalho compulsório. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 28, v. 1, p. 192-210, 2021.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. Para além dos tribunais: advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo. In.: LARA, Silvia H; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 199-237, 2006.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA, Fernando. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 14-45, 2009.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: ‘homens de cor’ brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi**, v. 11, n. 20, p. 114-135, 2010.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo, HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.
- GARZONI, Lericé. **Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-36, 1988.
- LARA, Silvia Hunold. O espírito das leis: tradições legais sobre a escravidão e a liberdade no Brasil escravista. **Africana Studia**, n. 14, v. 1, p. 73-92, 2010.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. Rio de Janeiro: Editora Access, 1994.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para “os que se irão buscar” – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. **História: Questões & Debates**, v. 56, n. 1, p. 63-85, 2012.
- PEÇANHA, Natália Batista. Crime e imigração: uma análise da associação das empregadas domésticas estrangeiras à criminalidade (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 18, v. 1, p. 287-306, 2020.
- PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- PEREIRA, Leonardo A. M. Negociações impressas: a imprensa e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **História (São Paulo)**, v. 35, e. 99, p. 1-21, 2016.
- WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. Reflexões sobre minoridade no sistema criminal do século XIX. **Res Severa Verum Gaudium**, n. 1, v. 3, p. 57-70, 2017.

## Trabalhadores negros entre a escravidão e a liberdade

*Black workers between slavery and freedom*

Helen da Silva Silveira,<sup>1</sup> UFRJ

### Resumo

Este artigo aborda a temática dos trabalhadores em escravidão e liberdade (1863-1905), na cidade de Santa Cruz do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul. As fontes a serem utilizadas são o livro de batismo de cativos desta cidade (1863-1873) e uma foto dos trabalhadores da linha férrea de 1905. Objetivo deste trabalho não é fazer uma cobertura ampla do período, dado que não se dispõe de fontes para tal, mas evidenciar que a população negra foi parte da classe trabalhadora local em ambos os períodos históricos, tanto em escravidão, quanto em liberdade. E também demonstrar que é possível trabalhar com essa temática mesmo nos “confins meridionais.”

**Palavras-Chave:** Escravidão; Liberdade; Trabalhadores; Fontes.

### Abstract

This article addresses the issue of workers in slavery and freedom (1863-1905), in the city of Santa Cruz do Sul, in the interior of the state of Rio Grande do Sul. The sources to be used are the book of baptism of captives of this city (1863-1873) and a photo of the workers of the railroad of 1905. such, but to show that the black population was part of the local working class in both historical periods, both in slavery and in freedom. And also to demonstrate that it is possible to work with this theme even in the “southern confines.”

**Keywords:** Slavery; Freedom; Workers; Sources.

### “Baptizou solenemente”: escravidão em Santa Cruz

O artigo discute trabalhadores negros em escravidão e liberdade na cidade do de Santa Cruz do Sul, uma cidade que construiu sua imagem e história oficial encima da imigração alemã, invisibilizando a presença de outros grupos sociais, como os negros. Mas estes não só viviam na cidade como eram parte da sua força de trabalho até antes dos imigrantes e continuaram a ser depois de sua chegada. Como fontes são utilizados documentos paroquiais de batismo de escravizados e fotos, a metodologia consiste em analisar como os batismos evidenciam redes de relações do mundo da escravidão e o uso de foto como fonte possível na história do trabalho.

A cidade de Santa Cruz do Sul se localiza em uma região conhecida como Vale do Rio Pardo, por causa do rio Pardo que perpassa por vários municípios e também porque a maior

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

parte destas cidades é resultante do desmembramento da cidade de Rio Pardo que abarcava boa parte do estado até meados do século XIX. Santa Cruz do Sul tem seu mito fundador na imigração. Existem diversos trabalhos produzidos sobre a história do município de Santa Cruz do Sul e a grande maioria deles parte do mesmo marco, a chegada dos imigrantes e a instalação da colônia em 1849: “Este primeiro período foi marcado pelo processo de instalação da colônia, entre 1849 até 1859. Esta periodização é seguida por inúmeros pesquisadores tendo como base o nível de produtividade local.”(NORONHA, 2012, p. 53). Há um entrelaçamento entre a chegada dos imigrantes e o início do desenvolvimento da economia e da povoação.

A imigração como mito fundador alimenta visões míticas sobre o seu processo. Por muito tempo acreditou-se na tese do isolamento geográfico, como se essas colônias tivessem sido instaladas em lugares completamente vazias demograficamente e que não tinham contato com ninguém o que teria proporcionado um fortalecimento étnico no qual valores inerentes aos imigrantes, como trabalho e moral, foram fortalecidos (Piassini, 2017; Grégio, 2016). Por muito tempo também acreditou-se que havia uma incompatibilidade natural entre a escravidão e a imigração devido aos valores morais inerentes e superiores dos imigrantes, conforme Eliege Alves:

A suposta incompatibilidade entre escravidão e capitalismo foi argumento construído em torno do afastamento histórico de escravos e imigrantes europeus [...] O negro, substituído pelo imigrante europeu, intencionalmente desapareceu da história do Rio Grande do Sul. (ALVES, 2011, p. 189).

Neste sentido, estas ideias alimentaram um paulatino apagamento dos sujeitos negros da história do estado e ajuda a entender a narrativa quase heroica da imigração em Santa Cruz do Sul que do nada, do meio do mato fez surgir um povoado e uma movimentada economia. Mas as lacunas e falhas deste discurso já vem sendo apontados pela historiografia estadual a algum tempo, para além dos autores citados existem também pesquisas locais que embora não discutam a fundo antes de 1849, apontam a existência de pessoas antes da segunda metade do século XIX é a dissertação de mestrado de Mateus Skolaude de 2008, denominada *Identities Rasuradas: o caso da comunidade afrodescendente de Santa Cruz do Sul (1970-200)*. Neste trabalho o autor analisa como o discurso da identidade germânica excluiu outros atores sociais, principalmente os negros e como está mesma população lidou com isso. Embora seu foco de análise seja o período de 1970 a 2000 o autor traz dados históricos interessantes sobre o início do século XIX:

Quando chegaram os primeiros colonos ainda existia o sobrado que fora a residência de Rosa (...) Rosa, para resguarda-se das investidas dos bugres, então muito abundantes, fizera cercar a sua morada pelos ranchos de seus numerosos escravos. Era o sobrado feito de madeira, mas coberto de telhas de barro. Morava então no sobrado, que serviu também para alojamento daquelles colonos, João de Faria Rosa, neto do precedente (...) João de Faria, como era mais conhecido, transportou esses primeiros colonos até o lugar dos lotes que lhes eram destinados na então Picada do Abel (MENEZES, 1914, p. 19 APUD SKLOLAUDE, 2008, p. 41).

O autor citado por Skolaude é João Bittencourt de Menezes, um dos primeiros historiadores locais que publicou trabalhos em 1910 e 1920 e foi republicado nos anos 2000, mas que não tive acesso. De qualquer forma, o trecho trazido por Skolaude aponta a existência de grupos sociais muito conhecidos na história do Brasil, indígenas, que ele chama de bugres, os luso-brasileiros, que no caso é o João de Faria Rosa e os negros, que são os escravizados. Ainda segundo Menezes e Skolaude o lugar ficou conhecido como Picada João Faria, e se localiza onde hoje é o núcleo urbano da cidade, devido ao avô deste mesmo senhor que era português e havia se instalado ali há muito tempo, ou seja, a presença destes grupos é muito antiga, muito anterior a chegada dos europeus imigrantes, no caso dos indígenas é meio óbvio dizer o quanto sua presença é antiga e anterior, mas não custa reforçar.

Se a imigração invisibiliza a existência de outros grupos, ela invisibiliza também suas contribuições. Assim, foram os braços imigrantes que construíram a cidade e que fizeram com que ela prosperasse e crescesse, o progresso da cidade se deve a imigração. Há também a questão da superioridade natural dos imigrantes que baseiam sua produção no trabalho livre e familiar. Porém o trabalho bastante importante é a pesquisa final de graduação de Guilherme Spindler de 2016, no qual o autor discute um processo crime envolvendo dois escravizados da colônia de Santa Cruz que possuíam sobrenomes alemães.

No processo “Lucas, pardo, jornalista, escravo de Adão Schirmer, foi acusado como autor do assassinato de Maria, preta, quitandeira, escrava de Henrique Jacob Graeff” (SPINDLER, 2016, p. 01). Além do processo-crime o autor também utiliza do censo populacional de 1872, o livro de batismo dos escravizados e libertos, o livro de óbito dos escravizados da paróquia e um relatório do diretor da colônia João Martinho Buff, tais fontes são usadas para verificar qual era a população escravizada existente em Santa Cruz do Sul na época.

Um dos primeiros apontamentos que o autor traz é que haviam escravizados no povoado, pois foram encontrados 190 registros de batismo e óbito nos livros da paróquia da



cidade que estão na Cúria Metropolitana e o censo de 1872, aponta a presença de 291 cativos no local. Pode não parecer muito, mas se pensar que era o período final da escravidão, quando, em tese, o tráfico interprovincial estava direcionando esta mão-de-obra para o sudeste, percebe-se a dimensão que representa 291 escravizados, muitos vivendo e convivendo dentro do território oficial da colônia.

O processo-crime trabalhado por ele é bem interessante e muito rico de detalhes, pois ajuda no entendimento das funções desempenhadas por estas pessoas e também suas relações e espaços que circulavam.

O crime: homicídio. Réu: Lucas, solteiro, mulato, 37 para 38 anos, natural de Rio Pardo, jornalista, filho de Brígida, escravo do Sr. Adão Schirmer. A vítima: Maria, preta, quitandeira, escrava do Sr. Jacob Graeff. O réu foi acusado de, na madrugada de 7 de março de 1876, assassinar Maria. Conclusão: improcedente (por falta de provas). Ela residia na “*Rua de Riopardinho, no terreno sob o numero nove, na quadra U*”. (SPINDLER, 2016, p. 17).

Tanto a profissão de jornalista, quanto a profissão de quitandeira exigem que esses trabalhadores circulem pelos espaços, ou seja, tanto o réu, quanto a vítima tinham uma vida no espaço público convivendo com outras pessoas, a vítima inclusive morava na vila. Uma das provas de convivência com outros indivíduos são as testemunhas do processo.

Em resumo, o documento Nº 4776 está organizado na seguinte ordem: Summario de Culpa; Auto do exame do cadáver; Termo de inquirição, com Felipe Spengler, Valentin Kolberg e Wiggo Thompson; Auto de Qualificação (o inquérito de Lucas); mais seis testemunhos, de Jacob Henrique Krauz, Valentin Kolberg, Felipe Spengler, Abrahão Tatsch, Wiggo Thompson e Mathias Martins; outro interrogatório do acusado; e as conclusões do Promotor Público e do Juiz formador da culpa (SPINDLER, 2016, p. 18).

Nas falas destas pessoas são relatados os acontecimentos do dia do assassinato de Maria e as testemunhas colocam que Lucas os havia prestado serviços, passado parte do dia jogando carteadado, que o réu estava a cavalo, portava uma espingarda e uma quantia em dinheiro, motivo pelo qual teria matado Maria. Estas informações permitem outro apontamento, a escravidão que se tinha ali não era muito diferente da escravidão presente no restante do país e apontam para “*a capilaridade e a legitimidade*” da mesma. Eram estes dois elementos que permitiam a presença da condição cativa em locais onde ela era proibida e também permitia que o cativo portasse armas e andasse a cavalo.

Outra coisa é que o escravismo não era desconhecido do cotidiano dos colonos, em razão de que, várias das testemunhas são imigrantes para os quais Lucas prestava serviço e com os quais jogava, ou seja, imigrantes e cativos teciam relações cotidianas de trabalho, mas também de lazer.

Além dos processos crimes e de antigos trabalhos uma outra fonte interessante são os registros paroquiais, dado que neles são registrados diversos dados sobre o indivíduo. Um tipo de registro paroquial muito utilizado são os livros de batismos de cativos. Segundo Luciano Gomes:

O batismo é o ato religioso que introduz o indivíduo na comunidade cristã. No império português, o ritual tornara-se particularmente importante, pois se constituiu como um pré-requisito para a participação na comunidade política – mesmo para os escravos na colônia americana [...]. Justamente pela importância deste ritual no cotidiano dos súditos da Coroa portuguesa, os livros de batismos tornaram-se, hoje, uma das fontes seguras para o estudo da sociedade brasileira no período colonial e imperial. (GOMES, 2013, p. 01).

Desta forma, esses registros são fontes confiáveis para quem trabalha com escravidão. Aqui temos o “Livro nº6: Batismo de Escravos e Libertos (25-06) 1863-1873, Freguesia de Santa Cruz” no qual foram registrados todos os nascidos escravizados daquela freguesia. São dez anos de documentos. Em geral, um livro de batismo costuma seguir um padrão, independente da condição ou cor de quem está recebendo os santos óleos. Nele contém as informações: nome, data de nascimento, natural ou legítimo, data de batismo, mãe, pai, dono da mãe, e por consequência do batizado, dono do pai, se for cativo, padrinho, madrinha e local da freguesia em que mora e observações, se houver. Neste livro constam 35 nomes, algo que parece pouco para dez anos de registros, mas há alguns fatores a se considerar que mais adiante serão explicadas. A partir deste livro eu criei um banco de dados excel com um campo para cada um destes dados, criando uma tabela que permitiria serializar e gerar dados estatísticos. Várias são as informações que se podem extrair daqui, mas antes de fazer uma análise mais detalhada dos registros em si, gostaria de falar sobre a coisa mais óbvia, porém muito significativa que este documento apresenta, a presença de negros e negras cativas, nativos e ou africanos, pós-1850 no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Este fato por si só, somado aos trabalhos apresentados anteriormente, já causa sérias infiltrações no discurso heróico imigrante. Ele também é uma forma de inserir esta cidade enquanto interior do Brasil em uma discussão que vem acontecendo desde o final dos anos de 1990 no campo da história do trabalho e que tem ganhado cada mais força, o lugar da

escravidão e dos escravizados na história social do trabalho nacional. Em um artigo que reverbera até os dias de hoje a autora Silvia Lara escreve o seguinte:

A maioria dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalho escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos. (LARA, 1998, p. 01).

Desta forma, por muito tempo a escravidão foi interpretada como não trabalho e os escravizados por consequência como não trabalhadores. Isto teve consequências no lugar e no peso que alguns marcos temporais passaram a ocupar e ter, como colocam os autores Paulo Fontes e Alexandre Fortes:

Essas perspectivas, abordagens e problemas historiográficos compartilhados ajudou a formar uma tradição acadêmica comum. Em 2009, os historiadores Sidney Chalhou e Fernando Teixeira da Silva resumiriam seus principais alvos como a demolição do “muro de Berlim historiográfico brasileiro”. Enquanto a metáfora parece um pouco desajeitada, o que significava era a necessidade de estudar e analisar a história e as experiências dos escravos e do salário “duplo grátis” trabalhadores como parte do mesmo processo histórico de formação da classe trabalhadora. Eles não apenas rejeitaram os limites artificiais e cronologias que dividiu os campos acadêmicos, mas também vislumbrou uma concepção ampliada de “Trabalho” e “trabalhadores” próprios. (FONTES; FORTES, 2018, p. 06-07).

Neste sentido, esta pode não parecer a melhor das metáforas, mas ela implica no marco cronológico da abolição, 1888, que costuma dividir escravidão do trabalho, escravizados e trabalhadores. Negros como não trabalhadores, como escravos, anômicos e deformados, brancos, principalmente os imigrantes, como trabalhadores, como liberdade e superioridade. Em um nível mais profundo, “a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu” (LARA, 1998, p. 03).

O muro de Berlim historiográfico ainda não foi totalmente derrubado e o paradigma da ausência ainda paira, mas é inegável que importantes avanços foram feitos no sentido de entender que escravidão era trabalho, que os escravizados eram trabalhadores, que a tese da substituição é falaciosa. Assim, a presença negra constatada a partir daqueles 35 registros de batismos da Freguesia de Santa Cruz reafirma que haviam trabalhadores e trabalhadoras negras escravizados naquela região, algo que não deveria ser visto com muita surpresa dada a

força da escravidão e sua capilaridade pelo território nacional, mas é importante que se reafirme isso para não ser esquecido.

Além das divisões que se criaram cronologicamente, as diferentes regiões do país receberam atenção de forma bastante desigual e “foi limitada aos dois estados mais importantes em termos econômicos e políticos (São Paulo e Rio de Janeiro) gerou uma grande demanda por pesquisas em outras regiões dentro das fronteiras do Brasil” (FONTES; FORTES, 2018, p. 12). Demandas e interpretações bastante equivocadas. A ideia de que a escravidão estaria associada unicamente com *plantations* e monoculturas fez com se acreditasse que ela estaria ausente do sul do país. Ao falar sobre Santa Catarina, Daniela Sbravati coloca que:

A historiografia tendeu a considerar o território catarinense a partir de determinadas “particularidades” de sua formação histórica. Por não se caracterizar como uma área tipicamente escravista, como as de grande plantação, o trabalho escravo foi muitas vezes subestimado e até desconsiderado em comparação a outras áreas do país. Desta maneira, a província, com suas características de produção familiar e econômica pouco ligada aos ciclos da acumulação pré-capitalista, não fazia realmente parte da dinâmica econômica de comércio interno e externo (SBRVATI, 2009, p. 14).

Desta forma, uma parte significativa do trabalho de pesquisa atualmente é desmistificar visões arraigadas sobre a região que pesquisamos, afinal pode não ser o centro, parecer um pouco longe, mas ainda é Brasil e participou dos processos de formação nacional.

A fonte paroquial é uma fonte complexa, dado que muitas são as relações e informações possíveis de serem extraídas dela. O primeiro registro do livro diz o seguinte:

Aos vinte e cinco de junho de mil oitocentos e sessenta e três na Villa de Thereza da Freguezia de Santa Cruz do baptizou o Padre Miguel Kellrer, missionário da Companhia de Jesus solenemente o Silociro, nascido aos vinte e seis de maio do anno passado, filho natural de Margarida, escravos de José Furtado Vieira, morador da Villa Thereza, sendo padrinhos Lucas Antonio Espinola, solteiro e morados da Villa Thereza e Senhorinha Pacifica da Conceição solteira. E apara contar fiz este termo que assignei<sup>2</sup>.

Como se pode ver, na Freguesia de Santa Cruz havia uma vila, a villa Thereza, que era o núcleo da freguesia e com exceção da madrinha todas as demais pessoas moravam na nela. Outra coisa, o batizado era uma criança pequena com pouco mais de um ano de idade e era filho natural de Margarida, isso significa que sua mãe não era casada com o pai do rebento ou

---

<sup>2</sup> As referências completas dos batismos citados neste artigo encontram-se junto das referências bibliográficas com seus respectivos links de acesso.

que eles não tinham uma relação reconhecida de alguma forma e que a paternidade acabava sendo omitida.

Nem José e nem os padrinhos, que são solteiros aliás, possuem o mesmo sobrenome o que pode apontar para o fato de serem de famílias diferentes, significando uma relação de compadrio e comadrio entre famílias distintas. E por último, o batismo além ser um rito religioso é também uma forma de registrar a posse sobre aquele que está recebendo os santos óleos, afinal batizar uma criança e dizer a quem ela pertencia é uma forma de registrar sua posse sobre ela. Como está no documento “Silociro, [...], filho natural de Margarida, escravos de José Furtado Vieira”.

Este é apenas o primeiro batismo do livro e dele foi possível perceber todas estas coisas, então quando se olha para todos se nota que há um micro universo social nos documentos. Se pode, por exemplo, ver as relações de gênero presentes naquela freguesia dos oitocentos, como disse Daniela Sbravati:

Sobre as mulheres e sua atuação social, pode-se considerar que existiu um silenciamento e, ainda que atualmente estejam mais presentes nas pesquisas historiográficas, a figura do senhor de escravos, por exemplo, continua a ser representado pelo homem (SBRAVATI, 2009, p. 15).

Neste caso, a autora se utiliza de várias fontes para pesquisar mulheres brancas solteiras e viúvas proprietárias de escravizados em Desterro do século XIX. Entre todas as mulheres nessas condições é Rita de Cássia Luiza da Silva Poyção quem mais chamou atenção da autora, por “seu nome estar presente em diferentes tipos de documentos, o que demonstra seu trânsito pela cidade” (SBRAVATI, 2009, p. 18). Rita de Cássia possuía casas e cativos a quem deixou parte de seus bens, incluindo a casa onde ela morava.

Na freguesia santa-cruzense encontrei dois registros de mulheres brancas batizando seus cativos, Thereza Maria de Jesus que era proprietária de Prudencia e de Margarita que fora batizada em setembro de 1864, residentes da Villa Thereza. O outro nome é de Clarinda Ignácia da Silva proprietária de Maria, mãe natural de Jacintho nascido e batizado no emblemático ano de 1871, também moradores da Villa Thereza. Existe também registros nos quais a mulher aparece juntamente com seu marido como proprietários, como Maria Fausta Lopes Chagas que junto com seu marido José Lopes Simões aparece mais de uma vez. Ao todo são três as vezes que o casal levou mães cativas para batizar seus rebentos.

Tem-se aqui uma dimensão possível de análise da documentação, para evidenciar a existência de mulheres para além da posição de esposa e mãe como fez Daniela Sbravati. No

entanto, antes que tratemos todas as mulheres como iguais é preciso pensar nas relações de gênero e raça de forma cruzada. Isto é fundamental para não perdermos de vista que uma sociedade colonizada e escravista como o Brasil do século XIX, a sociedade é altamente hierarquizada, ou seja, as pessoas partiam de lugares diferentes. Nos documentos apresentados por Daniela Sbravati e por esta que vos escreve as mulheres brancas são proprietárias de escravizados, são, portanto, escravistas também, ou seja, elas se beneficiavam do sistema ali existente e o alimentavam. Eram proprietárias de homens e de outras mulheres. Ainda que exista um silêncio sobre as mulheres é preciso perguntar qual a cor delas.

Como coloca a autora, Rita de Cássia alforriou Ignez quando esta tinha apenas três meses de vida, com a “condição pela qual ficou livre foi a de servir e acompanhar sua senhora enquanto viva fosse.” (SBRAVATI, 2009, p. 19). Isto só aconteceu quando Ignez já contava com seus 34 anos de idade. O mesmo destino coube a Justina, irmã de Ignez alforriada condicionalmente aos sete meses de vida, devendo também acompanhar sua senhora até o fim de sua vida. Elas eram filhas de Felícia que não foi citada no testamento e a autora não cita documentos sobre sua liberdade.

Isso é estratégico, é pensado, assim como batizar é ritualístico ao mesmo tempo em que registra a posse, libertar condicionalmente e manter membros da família sob sua posse são estratégias de dominação, formas de conservar um poder sobre aquelas pessoas e garantir determinados sentimentos de gratidão. No entanto, não se pode tomar essas mulheres por ingênuas e benevolentes senhoras, isso é infantilizá-las e subestimar suas capacidades. Já as mulheres negras lidavam com outras questões e sua situação possibilita um diálogo com produções transnacionais na História Global do Trabalho aonde, infelizmente, o apagamento das mulheres não é uma exclusividade brasileira e foi verificada em outros países como a Índia por exemplo. A pesquisadora Chintra Joshi ao analisar a presença das mulheres no mercado de trabalho coloca que:

Até muito recentemente não havia nenhum compromisso sério com as questões de gênero e o trabalho das mulheres na escrita da história do trabalho na Índia. Por um lado, porque as mulheres continuam invisíveis nas páginas da história em geral, e os historiadores do trabalho faziam pouco para dar-lhes visibilidade. Por outro lado, por conta da história do trabalho na Índia permanecer, até recentemente, centrada nas fábricas. O foco exclusivo na fábrica como o local do trabalho produtivo significou a negligência de outros espaços de trabalho, em áreas rurais e nas unidades domésticas (JOSHI, 2009, p. 01).

É necessário destacar que existem sérias diferenças entre a Índia e o Brasil, haja vista que, que o propósito e formato de suas colonizações foram distintos, mas se tratam de países do terceiro mundo com sociedades bastantes desiguais e hierárquicas a partir de marcadores como raça e casta. E como aqui, na Índia as mulheres, principalmente das classes mais empobrecidas, também foram invisibilizadas enquanto trabalhadoras. Há aqui uma aproximação.

No caso das mulheres negras para começar elas eram escravizadas, ou seja, trabalhavam forçadamente e pertenciam a alguém. Depois seus filhos, aqueles que estavam sendo batizados, estavam também sob o julgo do cativo, nesta hierarquia social elas estavam em um lugar bem mais vulnerável do que as mulheres brancas, com isso suas estratégias eram outras. É necessário um olhar interseccional<sup>3</sup> para compreender esse entrecruzamento de estruturas de dominação simultaneamente que moldam as experiências de cada sujeito e os colocam em posições sociais hierarquicamente desiguais.

No livro de batismo existem alguns casos de mulheres negras que foram mãe mais de uma vez. Em vinte e um de março de 1866, Margarida batizava seu segundo filho, Germano que nascera em vinte cinco de maio do ano anterior. Os padrinhos foram João e Caitana, ambos cativos de Sisundo Coelho Costa e a cerimônia aconteceu na Igreja Matriz de São João Batista no centro da Villa Thereza. Aqui temos um indício muito importante da formação de um laço familiar ritual entre cativos, dado que mãe, filho e padrinhos eram todos cativos. Assim como o ato de batizar registra a posse do escravista sobre mãe e filho cativos, ela também registra o compromisso sacramentado do padrinho e madrinha com a mãe e o filho e que, portanto, não pode ser desconsiderado ou deslegitimado pelos demais. Neste sentido, caso aconteça algo com a mãe, os padrinhos estariam ali para acompanhar seu rebento.

Esta é uma estratégia interessante porque garante a estes escravizados o direito ao convívio familiar e comunitário com seus iguais, garante que a criança recém-nascida não seja retirada de forma indiscriminada dos laços que ali se formam. Mãe e filho pertenciam a um proprietário, José Paranhos da Silva e os padrinhos pertenciam a outro proprietário, Sisundo Coelho Costa, ou seja, existe aqui um certo nível de mobilidade e circulação dos cativos pela vila, suas relações parentais extrapolavam os limites das senzalas de seus senhores. Percebe-se também que Silóciro, o primeiro filho de Margarida, teve como padrinho duas pessoas que eram livres e possivelmente brancas, haja vista que, em seus nomes não tinham adjetivos

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre esse conceito ver: (DAVIS, 2016); (AKOTIRENE, 2018); (COLLINS, 2017).

como libertos ou livres. Isso demonstra que diferentes relações se formavam a partir dos batismos, “laços para cima”, com pessoas livres e “laços para os lados”, com cativos. Assim a mãe cativa conseguia criar uma rede de relações que abarcassem várias pessoas que partiam de diferentes lugares e garantia para e ela e seus filhos um alcance maior de mobilidade e circulação.

Margarida batizaria ainda mais um rebento, desta vez seria Luiz que nasce em 1867, um ano após seu irmão Germano receber os santos óleos. Mas Margarida não foi a única mãe a levar mais de um filho seu para a pia batismal, Josefa também esteve três vezes na igreja para cumprir este mesmo ritual. Escravizada por Sebastião José da Silva, ela foi mãe de Manoel, que nasceu em dezembro de 1863, de Eva nascida em vinte e seis de dezembro de 1866 e de David que veio ao mundo em vinte e seis de novembro de 1870.

Moradores de Rincão del’Rei, uma localidade de Santa Cruz do Sul, o que chama a atenção no caso dos filhos de Josefa não são os padrinhos das crianças, que eram todos livre e sem qualquer indicio de cor ou passagem pelo cativo. O interessante aqui é que todos eles são pardos. Todos os filhos de Josefa são registrados como pardos, aliás, os únicos pardos documentados no livro, ela por outro lado não teve sua cor destacada. A cor de seus filhos é diferente daquela registrada para Balbina, filha de Zeferina e que pertencia ao mesmo escravista de Josefa, Sebastião José da Silva. Balbina foi aferida como preta em seu batismo e nasceu em vinte e um de abril de 1867, também em Rincão del’ Rei.

No entanto, a Balbina tinha como padrinhos uma combinação muito importante, pois seu padrinho foi João da Silva escravo de Cypriano José da Silva e sua madrinha foi Joaquina Maria de Oliveira, liberta. Veja que aqui temos um “laço para cima” e “um laço para o lado”, mas ambos são com pessoas negras e que vivem ou viveram a escravidão em algum momento. É considerável o potencial familiar e de liberdade que estes laços rituais possuíam, pois em cativo ela tinha um padrinho e em liberdade uma madrinha.

Perceba também que João tinha sobrenome, Silva, mesmo não sendo livre e este sobrenome era o mesmo de seu senhor Cypriano que por sinal tinha o mesmo segundo nome e sobrenome que o senhor de Josefa e Zeferina, o Sebastião. Tanto ele, quando Cypriano eram José da Silva o que indica que eles poderiam ser também parentes.

Neste sentido, Zeferina pode ter construído relações com cativos de familiares do seu senhor. A respeito do sobrenome Rodrigo Weimer coloca que: “Reconhecer ou negar um sobrenome ao ex-cativo possuía um significado político: é como se o antigo senhor, representado através de seu nome, conferisse um aval para a validação do testemunho do ex-



escravo.” (WEIMER, 2007, p. 224). Apesar de estar falando sobre libertos o autor traz um ponto que conversa com esta discussão que são as relações para cima, pois adotar o mesmo sobrenome de seu senhor significava vincular-se a alguém que estava acima na hierarquia social dos oitocentos.

Com certeza, Balbina partia de um lugar diferente de Manoel, Eva e David, pois ela era preta e eles eram pardos, o que se traduzia em vantagens sociais para eles, mesmo que os quatro fossem cativos do mesmo senhor. No entanto, Zeferina conseguiu equilibrar minimamente as coisas para sua filha ao escolher uma liberta como sua madrinha, ou seja, era alguém que sabia como alcançar a liberdade e que poderia ajudar Balbina a chegar lá e cuidar dela caso isso acontecesse.

Há ainda diversas outras situações e histórias que poderiam ser analisadas de forma mais detalhada, mas este artigo não pretende esgotar aquela fonte. No entanto, existe um último caso que gostaria de trazer para o centro do palco, o de Maria Basília.

Aos vinte e dois de março de mil oitocentos e sessenta e nove batizou solenemente e pos os santos óleos o (R.) P. Bernardo (E...) a Maria Basília, nascida aos quinze de fevereiro do ano passado, filha de Lauriana livre e de João escravo de Cypriano José da Silva, sendo padrinhos José e Joaquina libertos do que para constar fiz este assento que assignei. Padre José Stüer Vigário.

O registro dela faz meu olho de pesquisadora brilhar, pois inverte algo que estamos mais que acostumados, aqui a mãe é livre, provavelmente foi liberta após dar à luz, entre os meses de nascimento e batismo da criança. Maria Basília é também a única criança a ter o nome do pai identificado no livro e este pai já não é mais um desconhecido para nós, haja vista que, ele é o João que apadrinha Balbina e é cativo de Cypriano. A presença de João no batismo da filha levanta questões sobre os pais das crianças porque eles existem, mesmo que não tenham sido reconhecidos. Segundo Camila Cowling:

Os senhores do sexo masculino eram considerados *paterfamilias*, eram chefes de família com autoridade sobre esposa e os filhos e também sobre os dependentes, criados e escravos de ambos os sexos. [...] Os escravos que fossem pais podiam amar, cuidar e ajudar a comprar a alforria de seus filhos, e de fato o faziam, mas mesmo assim, não tinham nenhum vínculo oficial com a criança (COWLING, 2018, p. 110-111).

Desta forma, a paternidade e o direito dos escravizados homens a ela era seriamente prejudicada pelo não reconhecimento deles enquanto pai. Desconfio ainda que isso influencie

na masculinidade desses homens negros, Chintra Joshi explica que na Índia a capacidade dos homens de prover suas famílias afeta diretamente suas identidades.

Em segundo lugar, há uma mudança na psicologia social dos trabalhadores – um sentimento de perda de masculinidade. Para os homens empregados em indústrias, o trabalho fabril ordenava um *status* social que definia sua masculinidade e identidade. O trabalho dava a eles um sentimento de poder, um *status* dentro do mundo masculino urbano. Hoje, as narrativas dos homens trabalhadores exibem imagens de decadência e envelhecimento, fazendo comparações entre seus corpos e as máquinas surradas da fábrica. A perda de trabalho atualmente implica mais que uma perda econômica, significa também uma perda de masculinidade, uma emasculação, uma desestabilização da autoridade masculina dentro da família (JOSHI, 2009, p. 21).

Neste sentido, os homens negros cativos tinham que responder a outros homens que por sua vez eram brancos e seus senhores que acabavam tendo maior poder sobre suas mulheres e filhos e tinham seu poder e autoridade muito fragilizados, algo que deveria afetar suas identidades e acarretar em perda de uma dimensão significativa da masculinidade. Sendo assim a situação de João se torna ainda mais interessante porque ele é pai reconhecido, legitimado em batismo o que concede a ele de exercer essa paternidade de uma forma mais segura e extensa que pode proteger sua filha e participar de seu crescimento, mesmo que ela se torne livre e ele não ou vice-versa.

Já os padrinhos da pequena, assim como a mãe também eram livres, duas pessoas que viveram o cativeiro e alcançaram a liberdade o que aumentava ainda mais o contato e as chances dela com a emancipação. José, o padrinho liberto poderia cumprir o papel de pai na ausência de João.

Como disse antes, não pretendo esgotar esta fonte aqui, mas com base no que foi mostrado até aqui é possível entender que existiu escravidão em Santa Cruz do Sul, que os imigrantes sabiam, tinham contato e usufruíam dela. Ela também é anterior a chegada dos colonos e haviam um universo de sujeitos que podiam ser pardos ou pretos, ter padrinhos livres ou cativos ou um de cada. Podiam ter mãe cativa ou livre e tinham pai mesmo que este fosse ocultado ele existia e as vezes conseguia ser reconhecido como tal. As relações eram entre iguais e com aqueles que estavam hierarquicamente acima, mas existiam e formavam importantes redes de solidariedade, proteção e apoio.

Pode parecer pouco 35 batismos, mas aquela localidade existia a muito tempo, tendo seus escravizados registrados em Rio Pardo antes de ser elevada a Freguesia e ter um livro próprio. Estes registros estão dentro daqueles 291 cativos que Guilherme Spindler encontrou,

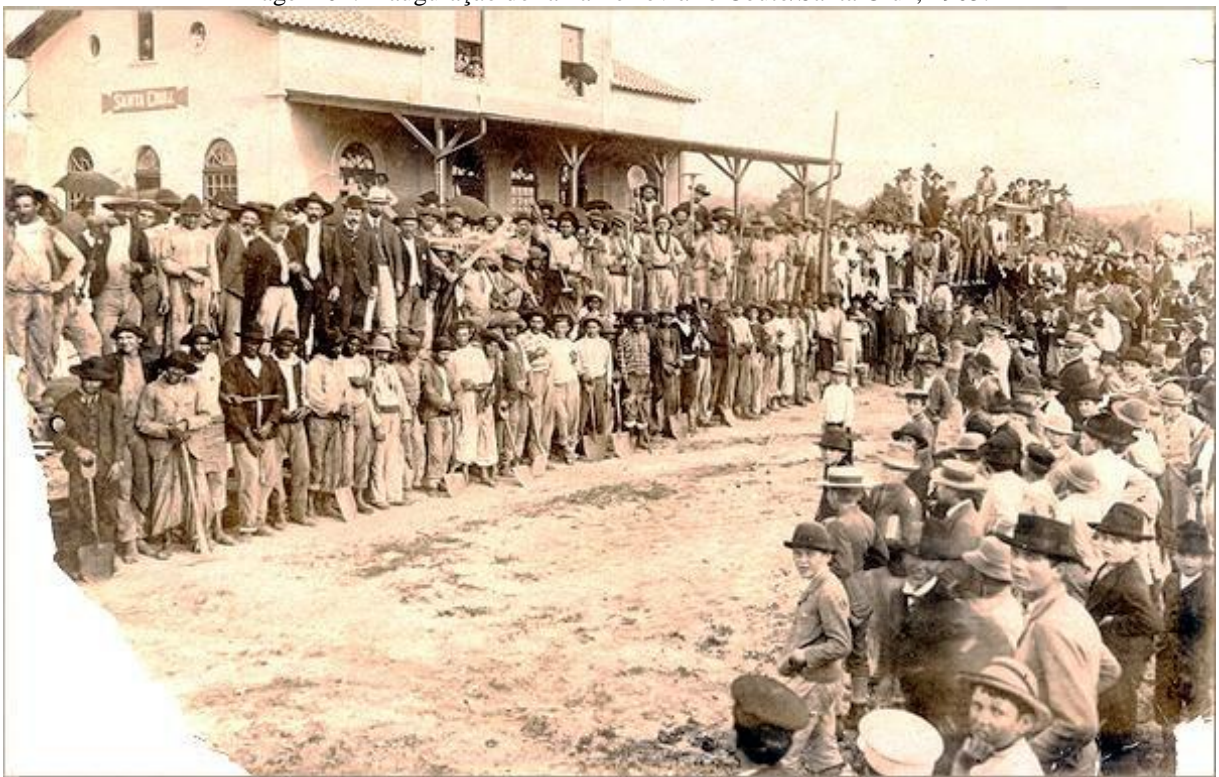
ou seja, a que se considerar outras fontes para termos uma noção melhor da quantidade de escravizados como ele fez.

Agora que sabemos como foi a vivência de trabalhadores e trabalhadoras em escravidão passemos para a liberdade, aquela que Zeferina, Josefa e Margarida passaram anos montando estratégias para conseguir.

### **Racializando os trabalhadores livres**

Avançando algumas décadas chegamos na agora emancipada cidade de Santa Cruz do Sul de 1905, uma cidade que está em pleno desenvolvimento econômico e tem na indústria do fumo o seu carro chefe. Esta cidade soube atrelar muito bem o discurso imigrante de infalível ética do trabalho e moral a certos incentivos econômicos para gerar prosperidade local (NORONHA, 2012). Mas o que pensar quando vemos a Imagem 01?

Imagem 01: Inauguração do ramal ferroviário Couto/Santa Cruz, 1905.



Fonte: Retirado de Noronha (2012, p. 59).

A ideia de tratar fotos como fontes consiste em poder problematizá-las, fazer análises e extrair informações, pois “Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é

necessário que as perguntas sejam feitas.” (MAUAD, 1996, p. 10). Uma fotografia é um tipo de registro do passado, um registro imagético que permite termos um vislumbre, ainda que momentâneo, de outra época. Ainda segundo Mauad:

Do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo, colocando, por conseguinte, um novo problema ao historiador que, além de lidar com as competências acima referidas, deve lidar com a sua própria competência, na situação de um leitor de imagens do passado. Retomamos, neste ponto, a pergunta anterior: como olhar através das imagens? Por tudo que já foi dito, considerando-se a fotografia como uma fonte histórica que demanda um novo tipo de crítica (MAUAD, 1996, p. 10).

Neste caso, a crítica me parece girar em torno das camadas que podem ser extraídas da imagem. Por muito tempo acreditou-se que os negros e negras teriam sido tão violentados pela escravidão que teriam se tornado serem anômicos e incapazes de se adaptar ao mercado de trabalho livre e ao trabalho assalariado. Por outro lado, em Santa Cruz do Sul a construção da identidade germânica é tão forte que além do atrelar a prosperidade local a imigração, existe, por exemplo, uma festa tradicional na cidade que ocorre todos os anos que se chama Oktober Fest, ou Festa de Outubro, uma tradicional festa alemã na qual as mascotes são o casal Fritz e Frida. Mas na foto acima podemos ver, mais uma vez, que não foi bem assim, sendo esta primeira camada que se pode extrair dela.

Esta foto é da inauguração do ramal ferroviário da cidade em 1905. Ele ligava Santa Cruz do Sul do Sul a estação do Couto de Rio Pardo. Segundo Mauad:

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sócio-cultural. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar (MAUAD, 1996, p.11).

Neste sentido, a foto expressa também a organização social, em alguma medida, do momento que está retratando. Aqui temos de um lado, a população no geral, com seus paletós e chapéus sociais, e do outro temos os trabalhadores responsáveis por construir aquele ramal, estes por sua vez usam roupas e chapéus simples de trabalho e carregam ainda os instrumentos que usaram na empreitada, como as pás. No meio destes trabalhadores, na linha superior direita, há homens bem vestidos e arrumados que devem ser as autoridades, haja vista que, segundo Andrius Noronha foi Borges de Medeiros, o então governador do estado,

quem inaugurou a estação. Se olharmos bem para estes trabalhadores percebemos que entre eles existe uma quantidade significativa de homens negros, ou seja, eles também foram responsáveis pela construção e estavam lá, ao lado, possivelmente do governador para posarem para a foto que marcaria aquele 15 de novembro de 1905.

Todavia, há um nível mais profundo da crítica a fonte a ser discutido, haja vista que, se olharmos com atenção para a foto, refletindo sobre a época em que foi tirada a partir das discussões que aqui foram feitas veremos que ela se relaciona com uma fase de embelezamento e urbanização desta cidade e o que seria do progresso sem a locomotiva? Robério Souza (2010) coloca que na Bahia do pós-abolição o trabalho ferroviário foi fundamental para a implementação das novas disciplinas de trabalho, dado que esta categoria foi fortemente marcada pelas “tentativas específicas de reorganização e regulamentação do processo de trabalho. Nas ferrovias essas práticas foram traduzidas em relações de trabalho rigidamente hierarquizadas e imposições disciplinares.” (SOUZA, 2010, p.02).

A ideia do progresso não passa somente pelo aperfeiçoamento das máquinas e do transporte, passa também pelo reordenamento das relações de trabalho e uma “reeducação” do trabalhador que deveria ser disciplinado e resiliente para aguentar as duras e longas jornadas de trabalho ferroviário. Ainda segundo o autor na estrada de ferro havia uma repartição dos trabalhadores que poderiam ocupar diversas funções de acordo com seu nível de especialização:

Esses trabalhadores estavam distribuídos entre “titulados” ou “mensaleiros” – aqueles que ocupavam empregos fixos – e os “jornaleiros” – recrutados para trabalhar como diaristas. Em se tratando da divisão do trabalho, sabe-se que havia o pessoal que, ganhando maiores vencimentos, era responsável pelas atividades desenvolvidas em seus respectivos setores. Tudo indica que os salários dos operários variavam de acordo com as profissões ocupadas, de modo que quanto mais especializado fosse o serviço maior seria a remuneração alcançada (SOUZA, 2010, p. 12).

Conforme os dados trazidos pelo autor os trabalhadores menos qualificados tinham cor e identidades bem demarcados e para perceber essa cor e identidade o autor também se utiliza de fotos aonde se pode ver homens negros trabalhando na estrada de ferro em 1900. Infelizmente não disponho de mais dados para saber como se distribuían as funções na construção do ramal ferroviário de Santa Cruz do Sul, mas é possível ter uma certa noção a partir da discussão e dos autores apresentados e fazer disto um apoio para hipóteses futuras. Mas uma coisa é certa no caso desta cidade, aquela estação foi fundamental para o escoamento da produção local de fumo e para a instalação posterior de linhas telefônicas que possibilitavam comunicações mais rápidas desta com outras cidades (Noronha, 2012).

Portanto, mesmo que os trabalhadores negros pudessem ocupar funções mais baixas não há como negar que eles estavam ali, inclusive para receber os devidos créditos na foto da inauguração.

De forma geral o que este artigo procurou demonstrar é que mesmo no interior do estado do Rio Grande do Sul, onde acredita-se existir somente pessoas de pele e olho claro, a população negra esteve e está presente. Escravidão foi disseminada e constituiu um braço fundamental do trabalho no século XIX. Mesmo que a historiografia de imigração tenha se esforçado para dizer o contrário os negros e negras são mais antigos do que os europeus que pra cá vieram na segunda metade daquele século e eles não só tinham contato com os escravizados como também usufruíam de seus serviços.

Já no século XX, quando a cidade estava em pleno crescimento urbano e econômico mais uma vez estavam lá os negros fazendo parte do processo, ainda que haja um esforço para invisibiliza-los seja grande existem fontes que nos possibilitam ver e identificar.

É importante também uma análise que demonstre a complexidade das relações e da sociedade em cada época. Na escravidão mesmo sendo uma sociedade violenta e hierárquica estes sujeitos negros e negras procuraram constituir suas famílias estendidas e rituais de forma que uma mãe pudesse garantir zelo, proteção e convívio familiar a seus rebentos, existe aqui uma noção de comunidade cativa que foi paulatinamente montada.

Para os homens, tanto em escravidão, quanto em liberdade, havia determinados aspectos de suas vivências que tinham impacto direto em suas masculinidades e era preciso pensar em estratégias para garantir que isso fosse minimamente assegurado sempre que possível. Estar presente no registro de batismo de sua filha e ser registrado como pai, ser reconhecido como trabalhador era imprescindível a eles. Os documentos paroquiais e as fotografias possibilitaram reconhecer homens negros constituindo famílias e como trabalhadores mostrando-se como fontes potentes.

Trabalhadores e trabalhadoras cativas e livres, funcionários da estrada de ferro sem os quais não tem Freguesia, não tem progresso e urbanização da cidade. Esses são seus lugares por direito nos processos históricos e mesmo que se tente muito, não há como tirar.

## **Fontes**

Lista de Batismos de Escravos e de Filhos de mulheres escravas

Silóciro. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p. 01. Registro de batismo de Silociro, batizado em 25/06/1863. Disponível na

Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN4-K?i=2&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Margarita. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.01. Registro de batismo de Margarida, batizada em 26/09/1864. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN4-K?i=2&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Jacinto. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03. Registro de batismo de Jacinto, batizado em 25/11/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN9-1?i=4&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Germano. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.01. Registro de batismo de Germano, batizado em 21/03/1866. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN4-K?i=2&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Luiz. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.01v. Registro de batismo de Luiz, batizado em 16/06/1868. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-Z?i=3&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Manoel. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Manoel, batizado em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Eva. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Eva, batizada em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

David. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de David, batizado em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Balbina. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Balbina, batizada em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Maria Basília. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Maria Basília, batizada em 22/03/1869. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-Z?i=3&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis - escravos em terras alemãs (São Leopoldo - 1850 - 1870). In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (Orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Tradução: Patrícia Ramos Geremias e Clemente Penna. Campinas: U NICAMP, 2018.
- GRIGIO, Ênio. “**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; MAYER, David (orgs). Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. *IRSH* 62 (2017), Special Issue, pp. 1–22 doi:10.1017/S0020859017000645
- GOMES, Luciano Costa. Compadrio e apadrinhamento de escravos em porto alegre, 1772 – 1800. **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis 2013. Anais Eletrônicos. Disponível em:  
<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/lucianogomes.pdf>. Acesso em: 13/01/2020.
- LARA, Silvia. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, 1998.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, RJ, vol. 1, nº2, 1996, p.73-98.
- NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos Empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2012.
- SOUZA, Robério. Organização e disciplina do trabalho ferroviário baiano no pós-abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, 2010.
- SBRAVATI, Fabiane. Mulheres de (In) certa condição. POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. (orgs). Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. Dossiê. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1 n. 2 (2009).
- JOSHI,Chintra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. (orgs). Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. Dossiê. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1 n. 2 (2009).
- PALERMO, Silvana Alejandra. Masculinidade, conflitos e solidariedades no mundo do trabalho ferroviário na argentina (1912-917).POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. (orgs). Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. Dossiê. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1 n. 2 (2009).
- PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração Alemã e Política: Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Hansel, Brügggen e Bartolomay**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.



SKOLAUDE, Mateus. **Identidades rasuradas:** O caso da comunidade afro-descendentes de Santa Cruz do Sul (1970-2000). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, 2008.

SPINDLER, Guilherme Würdig. **Escravos na colônia de Santa Cruz (1849 – 1889)** Lucas, escravo de Adão Schirmer e Maria, escrava de Henrique Jacob Graeff. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade:** experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo- RS, 2007.

## **Recuperando a fala? As contribuições das pesquisas em processos trabalhistas para a reafirmação da classe trabalhadora brasileira enquanto sujeito de sua própria história no pós-1930**

*Recovering the speak? The contributions of the research on labor lawsuits to the reaffirmation of the brazilian working class as a subject of its own history in the post-1930*

Luiz Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva,<sup>1</sup> UFSM

### **Resumo**

Ao longo dos últimos anos, tem crescido consideravelmente o número de pesquisas que, no âmbito da chamada história social do trabalho, têm buscado nos processos da Justiça do Trabalho, uma fonte através da qual se possa ampliar a compreensão das experiências de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros na luta por seus direitos, a partir da década de 1930. Se por um lado, esses trabalhos vêm revelando a riqueza desse tipo de fonte, que vai além muitas vezes da própria disputa trabalhista, por outro, têm ajudado a avançar um processo que já conta com algumas décadas, de revisão de certas interpretações da nossa historiografia no que toca à complexa relação entre classe trabalhadora e Estado, especialmente a partir de meados do século XX. Este artigo se propõe, portanto, a apresentar algumas dessas pesquisas e algumas das contribuições que elas têm dado a esse campo de estudos.

**Palavras-chave:** História do Trabalho; Justiça do Trabalho; Historiografia

### **Abstract**

Over the last few years, the number of studies that, within the scope of the so-called social history of work, have sought in the processes of the Labor Court, a source through which one can broaden the understanding of the experiences of Brazilian male and female workers. in the fight for their rights, starting in the 1930s. If, on the one hand, these works have been revealing the richness of this type of source, which often goes beyond the labor dispute itself, on the other hand, they have helped to advance a process that already It has a few decades of revision of certain interpretations of our historiography with regard to the complex relationship between the working class and the State, especially from the mid-twentieth century. This article proposes, therefore, to present some of these studies and some of the contributions they have made to this field of study.

**Keywords:** Labor History; Labor Courts; Historiography

### **Introdução**

A complexa relação entre as estruturas econômico-sociais e a ação autônoma dos sujeitos históricos, esteve, durante muito tempo, no centro das polêmicas intelectuais mais acaloradas no campo das ciências humanas em geral e, em especial, na historiografia. Em um já clássico artigo de revisão, os historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva,

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM). E-mail: luizeduardomingues@gmail.com

bem destacaram o fato de que, ao menos até a década de 1980, a presença da classe trabalhadora na historiografia brasileira, enquanto sujeito da história, esteve marcada pelo que denominam “paradigma da ausência” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 15). Ou seja, até então, grande parte do que era escrito se referia mais a uma história “sofrida” pelos trabalhadores, do que construída por eles próprios enquanto sujeitos sociais. Mesmo quando o tema em questão parecia dizer respeito diretamente a esses indivíduos, como no caso dos estudos sobre a criação das leis trabalhistas, via de regra, o único ou principal agente continuava sendo o Estado e as suas classes dirigentes. Dessa forma, o lugar restante para os trabalhadores era o de coadjuvante, quando não de meros espectadores que se limitariam a assistir o desenrolar dos processos históricos.

A introdução de novos problemas e pesquisa, a maior atenção dispensada a outros objetos, e, sobretudo, a adoção de novas abordagens interpretativas, foram esforços fundamentais feitos no sentido de “mover as estruturas” e relativizar o seu peso sobre a capacidade de ação dos sujeitos históricos.<sup>2</sup> Nas últimas quatro décadas, pelo menos, então, têm se revigorado o campo de pesquisa em história do trabalho nas suas mais diversas vertentes, e parte significativa dos trabalhos produzidos a partir dessa nova perspectiva, também têm se dedicado a revisar as interpretações mais tradicionais a respeito da relação entre o Estado e a classe trabalhadora – e o Movimento Sindical – no período pós-1930. Seguindo essa nova abordagem, muitas destas pesquisas demonstram uma preocupação em desfazer um certo perfil da classe trabalhadora nacional, desenhado ao gosto dos paradigmas interpretativos dominantes nas décadas de 1960 e 1970 – e também por intelectuais e lideranças políticas contemporâneas – no qual ela era representada muitas vezes no negativo. Era uma classe sem consciência, sem tradição e, conseqüentemente, sem capacidade de ação autônoma e, por isso, presa à tutela do Estado, especialmente após 1930 (NEGRO; SILVA, 2003). Como não poderia deixar de ser, por conseguinte, a legislação criada naquele momento, bem como os mecanismos que deveriam garantir a sua execução, embora respondendo às reivindicações de décadas de luta do Movimento Sindical, foram logo vistos como detentores da mesma carga autoritária e “despolitizante” das leis que se concentravam na restrição das atividades e da autonomia dos sindicatos de trabalhadores.

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo o importante ensaio publicado pela primeira vez, em finais da década de 1980, pela historiadora Emília Viotti da Costa (2001), no qual ela recupera esse debate, defendendo ao final, uma possível “síntese” entre as abordagens que dão mais peso às chamadas estruturas, e as que propunham um “anti-estruturalismo”, além de propor a inserção, nos horizontes de pesquisa, de outros problemas e sujeitos, que, ao menos até então, poucas atenções haviam merecido dos historiadores.

Não obstante, o processo de revisão historiográfica que ganhou força na década de 1980, contribuiu para desmontar definitivamente alguns esquemas rígidos demais para poder apreender com o grau de profundidade e complexidade necessários a dinâmica do desenvolvimento dessa relação classe-Estado, a partir do Movimento de 1930 e, já durante o Estado Novo, com a criação da doutrina “trabalhista”, e que não pode ser encarada nem como uma relação na qual os trabalhadores agem como marionetes que têm todos os seus movimentos coordenados pelo Estado (ainda que, talvez, com a ilusão de agir autonomamente), nem com base em uma ideia da simples abdicação do seu papel de sujeito em prol da direção do governo de Getúlio Vargas, o que se daria por meio de uma espécie de pacto ou acordo. Uma obra que conquistou um lugar de destaque dentro dessa perspectiva revisionista dos anos 1980, é o livro de 1988, *A Invenção do Trabalhismo*, fruto da tese de doutorado da historiadora e cientista política Angela de Castro Gomes. Fundamental para o estudo das relações entre os primeiros governos de Getúlio Vargas e os trabalhadores, este livro defende que houve uma participação efetiva dos próprios trabalhadores na construção da política “trabalhista” do Vargasismo, não cabendo, portanto, entendê-la como um mero engodo. Evidenciando que a busca por direitos trabalhista já figurava no repertório das reivindicações do Movimento Sindical muito antes de Getúlio Vargas assumir a presidência da República, Gomes recupera passagens importantes das lutas da classe trabalhadora brasileira ainda durante a Primeira República. Ao mesmo tempo, porém, a tese central da obra, que busca na ideia de “pacto” a chave para compreender a nova relação entre Estado e classe trabalhadora, especialmente a partir dos anos finais do Estado Novo, também nos parece problemática. Ao apregoar que houve a firmação de um “contrato” entre os trabalhadores (ou o “povo”) e o Estado (ou o presidente), baseado na “doação das leis sociais” (GOMES, 2005, p. 232) dá a entender que a conquista dos direitos trabalhistas, de fato – como queria a ditadura do Estado Novo – foi resultado de um presente do ditador carismático e não da pressão do próprio Movimento Sindical, embora, como vimos, a própria autora reconheça a importância desse passado de lutas em outros momentos da obra. Mais além, a noção de acordo, ou de um “pacto” entre o proletariado e o Estado pode, no limite, levar à relativização da importância da repressão política para a afirmação do projeto estatal. No final das contas, de acordo com essa perspectiva, tudo parece ter se resumido a uma escolha livre do conjunto da classe trabalhadora brasileira, de abrir mão da sua autonomia em “troca” de algumas garantias legais.

Um dos trabalhos mais recentes na área, a tese de Tamires Xavier Soares, *Nas trincheiras da sobrevivência: A Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul*, de 2020, ajuda a questionar essa perspectiva, ao apresentar casos de trabalhadores que, mesmo na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, na qual havia uma pressão ainda maior por parte do governo e dos setores patronais no sentido da conciliação, não hesitavam em recorrer à Justiça em busca dos seus direitos em um cenário de crescente deterioração nas condições de vida e trabalho (SOARES, 2020, p. 19). Mais além, pelos processos trabalhistas, a autora consegue enxergar focos importantes de resistência, mesmo em um momento de cerco ao Movimento Sindical por parte da Ditadura, como no caso de um operário demitido por planejar, ao lado de outros colegas, um movimento grevista na fábrica onde, até então trabalhava (SOARES, 2020, p. 236). Onde está o pacto? Não teriam os trabalhadores aberto mão de suas formas tradicionais de reclamação “em troca” da “proteção” do governo de Getúlio Vargas? Aparentemente, não só ainda havia motivos para a mobilização como, apesar do momento adverso, a classe trabalhadora ainda insistia em ter a sua fala ouvida, por dentro ou por fora dos órgãos do Estado

Ao longo deste artigo, portanto, estaremos discutindo justamente o quanto pesquisas recentes como a acima citada, têm se esforçado para, através de uma análise dos trabalhadores em movimento e não apenas dos decretos e da propaganda do governo, afastar o Estado do centro do cenário da história do trabalho. Com isso não pretendemos, evidentemente, advogar em prol de qualquer “empirismo”, nem tomar casos localizados de maneira a absolutizá-los, mas apresentar trabalhos que com a consistência de pesquisas de maior folego podem, inclusive, ajudar na construção de novas sínteses.

### **Movendo as estruturas: a busca por recuperar a agência dos trabalhadores na sua própria história**

No começo da década de 1980, o Movimento Operário em ascensão e a tendência que ficaria conhecida como “Novo Sindicalismo” buscavam romper definitivamente com a tradição herdada do período pós-1930, de atrelamento dos sindicatos à estrutura do Estado. Algumas das lideranças desse processo diziam inclusive, em seus discursos, que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) criada em 1943 durante a ditadura do Estado Novo, era o “AI-5 dos trabalhadores” em referência ao aparato legal repressivo da Ditadura Civil-

Militar que naquele momento começava a dar sinais claros de desgaste frente ao impulso tomado pelas mobilizações populares<sup>3</sup>.

Paralelamente, a nível de debate acadêmico, ao menos na área da história, os ares também eram de mudança. A partir da década de 1980 multiplicam-se cursos de pós-graduação, o que significa um aumento no potencial de pesquisa historiográfica a nível de universidades, e passam também a circular com mais frequência as obras de nomes fundamentais de uma nova história do trabalho que, ao menos desde os anos 1960, vinham, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, em um esforço de revisão e renovação desse campo de estudos. Entre os mais destacados autores que podemos encontrar como expressão desse movimento, e que terão uma influência fundamental no processo de renovação interna da história do trabalho no Brasil, podemos citar os historiadores ingleses Edward Palmer Thompson e Eric J. Hobsbawm, bem como o historiador estadunidense Eugene Genovese.

Embora tenha chegado por aqui com alguns anos de atraso<sup>4</sup>, a obra de E. P. Thompson passou a ocupar um lugar de destaque no processo de renovação da historiografia do trabalho no Brasil, ainda que sua influência se estenda para além das fronteiras desta área. Embora se possa encontrar referências à sua obra desde finais da década anterior, Thompson só teve sua obra fundamental, *The Making Of The English Working Class* (No Brasil, *A formação da classe operária inglesa*), publicada por aqui em 1987, quando a versão original data ainda de 1963. Deste trabalho, dividido em três volumes, sai uma das suas principais contribuições teóricas, que é a de se pensar o processo de formação da classe trabalhadora para além de uma dimensão meramente econômica e estrutural, mas levando em consideração aspectos como a cultura de classe as experiências vivenciadas pelos trabalhadores, inclusive na luta contra a exploração. Thompson está preocupado, sobretudo, em resgatar a “agência” dos trabalhadores, ou seja, sua condição de sujeitos de sua própria história. É no prefácio do primeiro volume desta obra que o historiador apresenta a tese de uma classe que “se faz” através da sua experiência conjunta. Nas palavras do próprio autor: “A classe operária não surgiu, tal como o sol em uma hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 2021, p. 9).

---

<sup>3</sup> A declaração de que a CLT seria o “AI-5 dos trabalhadores brasileiros” é atribuída ao então líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, em um de seus discursos no começo da década de 1970. A referência aparece em uma ilustração no livro de Munakata.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, o que traz Silvia Hunold Lara (1995) a respeito da recepção da obra de E.P. Thompson na academia brasileira.

Como veremos com maior atenção logo adiante, a busca por recuperar o papel ativo das classes subalternas diante de processos históricos está no centro das preocupações das pesquisas a partir de ações trabalhistas. Ao voltar os olhos para a atuação de trabalhadoras, trabalhadores e sindicatos nos tribunais do Trabalho, historiadores e historiadoras têm confirmado a importância de se escrever uma história pautada não mais apenas pelas ações impostas de cima para baixo, via Estado, mas com capacidade de colocar em perspectiva também a apropriação feita pela classe trabalhadora, o destinatário principal da política trabalhista, das medidas tomadas pelo governo. O que se vê a partir daí, é que há muito mais margem de manobra e brechas através das quais os trabalhadores puderam não apenas expressar o seu descontentamento com a situação vigente, de carestia e maior exploração do trabalho, sobretudo a partir de meados dos anos 1940, mas também se apossar do discurso oficial quanto às leis e garantias. Munida do aparato legal criado sim pelo governo, mas reivindicado pelo próprio Movimento Sindical desde a Primeira República, a classe trabalhadora saiu em luta pelo “direito a ter direitos” (PAOLI, 1989, p. 43) mesmo quando isso a colocava em conflito com a política Vargasista.

### **A Justiça do Trabalho como campo de disputa**

A Justiça do Trabalho foi implementada efetivamente no Brasil pelo governo do Estado Novo em 1941, ainda que tivesse sua criação prevista desde a Assembleia Constituinte de 1934 (GOMES, 2002, p. 36-38), e era peça fundamental na montagem do modelo corporativo que inspirava os ideólogos da ditadura comandada por Getúlio Vargas. Essa nova Justiça, teria entre os seus principais idealizadores o jurista Oliveira Viana, entusiasta do corporativismo e um dos intelectuais mais próximos à cúpula do governo. Segundo ele, que buscava inspiração na chamada jurisprudência sociológica estadunidense, essa justiça deveria ser dotada de poder normativo, possibilitando uma relação “construtivista” e não meramente “interpretativa” com o texto constitucional, através da qual setores organizados da sociedade, como patrões e trabalhadores através de seus sindicatos, por exemplo, poderiam contribuir para a formulação de normas jurídicas (ABREU, 2012, p. 172-186). Ao mesmo tempo em que surgia com o claro objetivo de enquadrar as reivindicações das classes trabalhadoras nos limites da institucionalidade do regime, buscando com isso tanto desestimular outros meios de luta, quanto amortecer os conflitos de classe, essa nova Justiça se transformou em uma efetiva ferramenta de luta pelos trabalhadores, na medida em que, diante da própria impossibilidade de recorrer a outros canais (como as greves e o protesto aberto, por exemplo), foi fundamental

para combater os abusos patronais, e mesmo para garantir que os direitos trabalhistas não se resumissem à letra morta.

É isso que têm demonstrado as pesquisas centradas na análise de processos trabalhistas impetrados por trabalhadoras e trabalhadores brasileiros junto ao Judiciário. O que tem se visto, é uma classe trabalhadora que busca diminuir o “abismo” de que falava o historiador estadunidense John French (2001, p. 10) e que de fato havia entre o que previa a legislação trabalhista e a realidade no cotidiano dos locais de trabalho. Em comparação a outras temáticas exploradas pela história social do trabalho, estes estudos são bastante recentes, datando a sua imensa maioria da década de 2010.

Como uma exceção que merece destaque, aparece o trabalho de Samuel Fernandes de Souza “*Coagidos ou subornados*”: *trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930*, tese de doutorado defendida por ele em 2007 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesta obra, o autor acompanha o desenvolvimento do processo de “judicialização das relações do trabalho” desde a criação das primeiras normas de regulação das relações trabalhistas e órgãos de arbitragem de conflitos, ainda na Primeira República, até a institucionalização da Justiça do Trabalho pelo governo do Estado Novo, já na década e 1940. Embora não desconheça o peso da repressão sobre o Movimento Sindical, nem ceda ao discurso da ditadura Vargas quanto à criação das leis sociais, Samuel defende – na contramão das abordagens tradicionais, e mesmo de algumas do pós-década de 1980 – que “o uso dos canais oficiais pelos trabalhadores na defesa de suas demandas favoreceu a organização operária”, mesmo que essa não fosse a real intenção do governo ao formular esses dispositivos (SOUZA, 2007, p. 18).

Tal afirmação vai no sentido oposto de uma historiografia mais tradicional que, via de regra, condenava, de conjunto, tanto a legislação social e a Justiça do Trabalho, quanto as leis que visavam retirar a autonomia dos sindicatos de trabalhadores. Uma das obras que ainda no começo dos anos 1980 carregava um teor bastante severo quanto ao caráter das leis trabalhistas e da Justiça do Trabalho, é *A legislação trabalhista no Brasil*, publicada em 1981 por Kazuma Munakata. Para este autor, as leis trabalhistas e os instrumentos institucionais de resolução de conflitos, como a Justiça do Trabalho, teriam como consequência a despolitização das lutas da classe trabalhadora, uma vez que transformaria “uma questão política, de correlação de forças entre o trabalhador e o patrão, numa questão jurídica e técnica” (MUNAKATA, 1985, p. 105). Na sua concepção, o objetivo central da regulação dirigida pelo governo do pós-1930, era “exterminar a luta de classes”, ao operar a destituição



dos trabalhadores de “todas as possibilidades de controle e decisão sobre seu próprio destino, confinando-os ao terreno da incompetência e da passividade [...]” (MUNAKATA, 1985, p. 78).

O Estado surge como um sujeito dotado de um poder quase absoluto. Sem possibilidade de ação, a classe trabalhadora apenas assiste ser despojada de todas as suas armas. De fato, na concepção de Munakata, as leis trabalhistas viriam para “cercar todo o terreno onde possa germinar a luta de classes, de modo a não deixar nenhuma brecha” (MUNAKATA, 1985, p. 78). Uma das maiores contribuições dos estudos sobre a ação dos trabalhadores no âmbito da Justiça do Trabalho têm sido, justamente, a de evidenciar que a classe trabalhadora via sim brechas na engrenagem corporativista do Estado Novo, e buscava explorá-las em favor dos seus interesses de classe, sempre que possível. Assim, através do que French denominou “consciência jurídica de classe”, trabalhadoras e trabalhadores se engajavam, eles próprios, de maneira individual ou coletiva na luta pela efetivação da legislação trabalhista (FRENCH, 2001, p. 10).

Assim como Samuel Fernandes de Souza, a historiadora Clarice Gontarski Speranza também consegue perceber, a partir do exame de processos trabalhistas, que muitos trabalhadores adotaram, desde o princípio, uma posição ativa diante da legislação social, de cobrança pela sua efetivação, e se utilizavam entre outras ferramentas, da Justiça do Trabalho para tanto. Sua tese de doutorado, *Cavando direitos: As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*, de 2012, investiga os conflitos de classe entre trabalhadores mineiros e empregadores, na região carbonífera do estado, utilizando-se para isso, sobretudo, de ações trabalhistas. De acordo com a autora, as reclamações na Justiça do Trabalho, movidas pelos mineiros, eram percebidas pelos próprios trabalhadores como uma ferramenta de que dispunham para “fazer valer” as leis trabalhistas criadas durante os governos Vargas nas décadas de 1930 e 1940 (SPERANZA, 2012, p. 113). Estudos de caso como este e o de Souza, que vão além, portanto da análise dos decretos e dos códigos de leis promulgados pelo governo, ajudam a afastar as leituras que, por limitarem-se a esse roteiro, acabam não conseguindo enxergar outra coisa que a ingerência estatal sobre todos os âmbitos da vida da classe trabalhadora. Este nos parece um importante avanço em relação a trabalhos que, mesmo buscando questionar as teses de que as leis trabalhistas seriam uma concessão estatal, acabavam resvalando novamente para o terreno da total impotência da classe trabalhadora diante do projeto oficial.

Nos apreça ser este o caso do importante trabalho de Adalberto Paranhos, intitulado *O roubo da fala: as origens da ideologia trabalhista no Brasil*, e, embora o autor rejeite certas tradições acadêmicas que veem o Estado como o sujeito máximo da história no Brasil do pós-1930, sua tese acaba por se aproximar, em certos aspectos, dessas tendências, ao apresentar esse mesmo Estado, personificado na figura de Getúlio Vargas, como capaz de sequestrar a “fala operária” e devolvê-la aos seus detentores transfigurada no mantra mistificado da “doação”, capaz de apagar por completo da memória as décadas de luta autônoma da Classe e de “amortecer” a luta de classes (PARANHOS, 1996, p. 10-13). Mais uma vez, nos parece ponto pacífico o fato de que a razão de fundo para a criação de todo o aparato da legislação trabalhista e social pelo governo de Vargas era buscar enquadrar as reivindicações da classe trabalhadora em um limite seguro, fazendo-as caber no arranjo corporativo do regime. O que nos parece realmente problemático na interpretação de Paranhos, assim como na de outros autores, como Munakata, é que, essas perspectivas não deixam qualquer margem para a ação autônoma dos trabalhadores, apesar da repressão. Mesmo admitindo que, para a criação das leis trabalhistas pesou significativamente “a força de pressão dos trabalhadores urbanos”, o autor, ainda assim, conclui que essa mesma legislação, “vinculada à legislação sindical”, acabava por se incorporar aos mecanismos de controle da ditadura. Ou seja, não aparece aqui qualquer possibilidade de uma leitura crítica pelos trabalhadores das leis que vinham responder às suas próprias reivindicações históricas. Entre a repressão política às lideranças sindicais e a “aproximação paternalista” (PARANHOS, 1996, p. 13) do conjunto do proletariado por meio do discurso da doação, não parece sobrar espaço para qualquer forma de reação. A apropriação indébita da fala dos trabalhadores, portanto, e a sua reintrodução entre os mesmos através da “ideologia trabalhista” que carrega de contrabando os interesses da burguesia industrial disfarçados de interesses da “Nação”, se opera de maneira aparentemente tranquila, sem que haja, da parte dos trabalhadores, quaisquer condições de uma assimilação ativa do que lhes é transmitido pela propaganda oficial, capaz de reinterpretar o discurso oficial com base na sua própria experiência de classe.

É inegável que a intenção do Varguismo com a assimilação em sua plataforma programática, das bandeiras históricas do Movimento Operário e a posterior criação de uma série de leis trabalhistas – que seriam plasmadas na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, em 1943 – era a captura do Movimento Sindical e o convencimento do conjunto da classe quanto aos alegados méritos do governo. O que não pode ser esquecido, por outro lado, é que esse é apenas um elemento da realidade, compondo-a também, a resistência de setores

do Movimento e do conjunto da classe, e a sua capacidade de interpretar as ações do governo de maneira autônoma. Da mesma forma, seria um grande equívoco pensar na legislação social e na Justiça do Trabalho apenas levando em consideração as aspirações do governo em relação a elas. Acreditamos que o campo da justiça, nesse caso, deve ser encarado como um lugar de disputa. Ainda que jamais se desse em condições iguais entre patrões e trabalhadores, essa disputa era possível e não era inimaginável que os trabalhadores, embora em franca desvantagem, pudessem se sagrar vitoriosos em muitos casos, caso contrário, talvez não tivéssemos tantos deles acessando este canal. Pensar a Lei e a Justiça dessa forma, tem sido um passo fundamental na direção da reavaliação da história dos trabalhadores no período pós-1930 e que, mais uma vez, conta com o aporte oferecido pelas pesquisas junto aos acervos do judiciário trabalhista. Uma das principais contribuições teóricas, por sua vez para esse movimento, vem novamente de Thompson.

Na obra *Whigs and Hunters: The origin of the Black Act* (Na versão brasileira, *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*), publicado pela primeira vez em 1975, Thompson discute o caráter da Lei e da Justiça em uma sociedade de classes e, sem atenuar o seu papel enquanto instrumento de dominação de uma classe sobre outra, o historiador defende uma certa autonomia da Lei que seria antes de tudo uma necessidade própria, indispensável para que possa cumprir o seu papel. Em outras palavras, a Lei deve mostrar-se o mais “justa” possível, sob o risco de ser desacreditada. Assim, diz ele

(...). Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa (THOMPSON, 1986, p. 354).

Com essa perspectiva, muitos autores têm, nas últimas décadas, apontado para os problemas de abordagens que viam as leis trabalhistas do pós-1930 como mera expressão do projeto de controle do governo sobre a classe trabalhadora, e a Justiça do Trabalho como uma ferramenta estéril para a garantia de direitos. Um bom exemplo é a dissertação de mestrado de Felipe Figueiró Klovan, *Sob o fardo do ouro negro: as experiências dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930*, defendida em 2014. Neste trabalho, o autor nos mostra que a legislação trabalhista esteve no centro dos principais conflitos e disputas entre os mineiros e a patronal, o que podia se expressar tanto através de greves, como ocorreu ainda na

década de 1930, quanto por meio de ações nas Juntas de Conciliação e Julgamento, órgão predecessor da Justiça do Trabalho. Para ele, de fato há “três formas interligadas de resistência” e de luta entre aqueles trabalhadores no período, quais sejam: “usos da Justiça, formação de sindicatos e greves”. (KLOVAN, 2014, p. 29). Segundo o autor, “(...) da mesma forma que os mineiros abriram túneis debaixo da terra para a extração de carvão, eles também desbravaram caminhos na Justiça à procura de seus direitos” (KLOVAN, p. 32). O autor salienta, também, o quanto mesmo a criação de novas entidades sindicais, amplamente estimuladas pelo governo de Getúlio Vargas ao longo da década de 1930, poderia se dar de uma forma que não representasse, necessariamente, uma simples submissão ao projeto estatal: “Se a formação dos sindicatos mineiros coincide com o projeto corporativista, por outro lado, estes operários vão além dos limites impostos por essa política estatal ao utilizarem a tática da greve, subvertendo o que poderia ser entendido como mero atrelamento ao governo” (KLOVAN, 2014, p. 34).

Em um artigo de 2015, o mesmo autor volta a mostrar o quanto a dicotomia entre acessar os canais institucionais criados pelo governo, como eram à época as Juntas de Conciliação e Julgamento, em busca da garantia de direitos ou recorrer aos métodos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como as greves, não estava colocada para aqueles trabalhadores na década de 1930 (KLOVAN, 2015, p. 53-74). Como destaca Klován, longe de “amortecer” a luta de classes, como sugerem certas interpretações, a conquista de direitos, através da legislação, foi um elemento capaz de colocar os trabalhadores em movimento, uma vez que só mobilizados, e muitas vezes contrariando a própria lei, poderiam garantir a execução dos mesmos. Em suas palavras,

O surgimento de novas leis sociais dentro de um aparato paternalista possibilitou aprendizados que se estenderam às lutas coletivas na tentativa de organizarem seus sindicatos e greves a partir do marco legal, oportunizado pela implantação do corporativismo que, em essência, pretendia apaziguar os conflitos de classe de modo a tentar controlar os sindicatos. Todavia, o mesmo paternalismo, que pretendia impedir a radicalização do movimento operário, era subvertido em diversos momentos, a partir da pressão das bases. Se por um lado, o Estado não conseguiu forçar o patronato a cumprir a Legislação, por outro, os operários explicitaram as suas insatisfações, recorrendo às táticas de paralização da produção capitalista, única forma *aparentemente* legal de pressionar o patronato ao impedir durante um tempo o lucro das classes dirigentes (KLOVAN, 2015, p. 72).

Ou seja, ao menos neste caso, muitas vezes se recorria a métodos extra-institucionais, como a paralisação da produção, a fim de garantir o cumprimento do aparato legal criado para regular as relações de trabalho.

Outro artigo que chama a atenção para a relação entre a mobilização dos trabalhadores e a luta pela garantia de direitos é o Glaucia Vieira Ramos Konrad, “*Não queremos briga e sim Justiça do Trabalho: Leis sindicais, leis trabalhistas e reivindicações dos trabalhadores no Estado Novo no Rio Grande do Sul*”, publicado em 2013. Aqui, a autora explora as diferentes formas que os trabalhadores rio-grandenses encontraram, no período, para exigir condições dignas de trabalho e de vida, que iam desde o envio de cartas ao ditador Getúlio Vargas, até a paralisação temporária do trabalho, como no caso de operários da construção civil de Porto Alegre, diante do atraso no pagamento dos salários por empreiteiras (KONRAD, 2013, p. 132).

Em sua dissertação de mestrado de 2014, *Justiça do Trabalho: entre a “lei” e a “Realidade” (1941-1945)*, a historiadora Tatiana Bartmann, defende que a Justiça do Trabalho exercia um papel “mediador” entre o que constava na legislação e a “vida real” das relações de trabalho, uma vez que caberia a ela “interpretar as leis trabalhistas e arbitrar em relação às situações e, que os direitos dos trabalhadores seriam colocados em prática.” (BARTMANN, 2014, p. 18). Nas palavras da autora, existia “um grande distanciamento entre o que os trabalhadores esperavam das leis e a realidade no chão da fábrica” (BARTMANN, 2014, p. 30). As ações dos trabalhadores na Justiça do Trabalho teriam, portanto, o objetivo de “encurtar” essa distância e tentar fazer com que a lei fosse realmente cumprida.

Esse também parece ser o sentido atribuído à legislação trabalhista e à Justiça do Trabalho pelo historiador Alisson Droppa, em sua tese de 2015, *Direitos trabalhistas: legislação, Justiça do Trabalho e trabalhadores do Rio Grande do Sul (1958-1964)*. Para o autor, “os motivos que levaram o Estado brasileiro a criar a legislação trabalhista podem ser secundarizados, pois o que importa aqui, efetivamente, é o uso que os agentes realizaram do aparato legal.” (DROPPA, 2015, p. 114). Dessa forma, Droppa sustenta, ao longo do seu trabalho, que as ações na Justiça do Trabalho, seja por meio de reclamações individuais, seja através de dissídios coletivos, foram expedientes amplamente explorados por trabalhadores e sindicatos, e que nem por isso estavam em contradição com a utilização de outros meios, como as greves, sendo, isso sim, duas faces de uma mesma luta por direitos trabalhistas, ainda que variando o nível de mobilização, de acordo com a categoria profissional. Muitos dos dissídios coletivos analisados pelo autor, para a década de 1960, inclusive, eram abertos na

esteira de movimentos paredistas. Além disso, segundo o autor, aquelas categorias que, através dos seus sindicatos, conseguiam combinar a disputa legal com a mobilização extra institucional, eram capazes de alcançar ganhos mais significativos em suas demandas (DROPPA, 2015, p. 118).

### **Conclusão**

Como vimos, nas últimas décadas tem avançado consideravelmente a produção em um novo campo de estudos da história social do trabalho, que volta o seu olhar para formas alternativas de reivindicação da classe trabalhadora, no caso, através das disputas nos tribunais do Trabalho. Acreditamos que a demora em olhar para esse aspecto da luta de classes esteja, ao menos em parte, diretamente relacionada com as leituras parciais do processo histórico que viam apenas a legislação sindical e trabalhista, por si só, escritas sob medida para o projeto corporativista do Varguismo, sem, por outro lado, dispensar a atenção necessária na forma como a Lei foi recebida pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, ao não o fazer, muitas das pesquisas orientadas por essa perspectiva tendiam a reforçar o discurso estatal de que a legislação social seria uma criação do governo e de que teria, quase que naturalmente, o poder de resolver os conflitos de classe.

Por outro lado, os trabalhos que se dedicam a explorar as fontes judiciais têm conseguido dar passos significativos na direção da superação desses limites, evidenciando que, mesmo quando o poder do Estado pareceu operar para manter tudo sob controle – inclusive a própria insatisfação dos trabalhadores – a classe trabalhadora encontrou meios para, através deles, procurar alternativas em prol dos seus direitos conquistados e contra a repressão estatal. Seja se arriscando em paralisações e greves, mesmo quando estas estavam terminantemente proibidas pela Lei, seja através de ações judiciais, ou ainda, através da combinação dessas e de outras formas de reivindicação, os trabalhadores estiveram a todo momento lutando para garantir, por seus próprios meios, que a legislação trabalhista fosse cumprida, não se limitando a esperar que assim fosse simplesmente pelas garantias dadas pelo Governo ou então pela boa vontade dos patrões. É evidente, porém, que o simples recurso a esse importante corpus documental, por si só, não constitui uma solução mágica para os limites que apontamos quanto à historiografia do trabalho no pós-1930. O estudo dessas fontes deve estar acompanhado, portanto, de uma leitura ao mesmo tempo flexível e crítica tanto da legislação trabalhista em seu conjunto, quanto da própria estrutura da Justiça do Trabalho.

Recorrendo mais uma vez a Thompson, compreendemos ser interessante pensar a relação da classe trabalhadora brasileira com o aparato legal do Varguismo, através da noção de “experiência”, entendida aqui, tal como definida pelo autor, enquanto “mediação” entre o ser social e a consciência social. Segundo Thompson, na confrontação com determinadas experiências, “velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.” (THOMPSON, 1981, p. 71). Pensar nesses termos a relação dos trabalhadores com a Justiça do Trabalho significa, compreendemos, enxergar a possibilidade de que esta tenha se dado não apenas nos termos desejados pelo governo ao criar esse mecanismo, mas tenha se pautado também pela própria experiência de classe desses sujeitos, abrindo inclusive a possibilidade de uma ressignificação desse aparato. O fato é que os trabalhadores e as trabalhadoras jamais deixaram de levantar sua voz contra o que consideravam abusos e em defesa de seus direitos. A releitura das fontes, a partir de uma perspectiva diversa, disposta a ver as “brechas” que os próprios trabalhadores viam e exploravam, e o olhar atento a novas e diversas fontes, bem como uma nova abordagem a partir das mesmas, tais como os processos trabalhistas, têm possibilitado que cada vez mais historiadores e historiadoras possam recuperar essa fala. Basta, portanto, saber, e querer ouvi-las.

### Referências bibliográficas

- ABREU, Luciano Aronne de. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. In: XI Encontro Estadual de História, 2012, Rio Grande. XI Encontro Estadual de História - História, Memória e Patrimônio, 2012.p.172-186
- BARTMANN, Tatiane. **Justiça do Trabalho: Entre a lei e a realidade (1941-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas: V.4, n. 26, p.11-49,2009. Disponível em: << <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558>>>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- COSTA, Emília Viotti da. Experiência versus estrutura: novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina: O que ganhamos? O que perdemos? **História – Unisinos**, São Leopoldo: Nº Especial, Ed. da UNISINOS, 2001.
- DROPPA, Alisson. **Direitos trabalhistas: legislação, Justiça do Trabalho e trabalhadores do Rio Grande do Sul (1958-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.
- FRENCH, John. **Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.
- PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: a experiência do mundo público na história do Brasil moderno”. **Estudos Avançados**, vol. 3, n. 7, São Paulo, set./dez. 1989.
- KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do ouro negro**: As experiências dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930. 2014. 234f Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.
- \_\_\_\_\_. Quebrando a calma: a mobilização dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul pelo cumprimento das leis trabalhistas durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis: v.7, n.14, julho-dezembro, p.53-74, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n14p53>>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Não queremos briga e sim Justiça do Trabalho: Leis sindicais, leis trabalhistas e reivindicações dos trabalhadores no Estado Novo no Rio Grande do Sul. **História em Revista**, Pelotas: n.19, dez., p. 124-136, 2013. Disponível em: <<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12472/7799>>>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo: n. 12, out., p.45-56, 1995. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática**: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.155-194.
- PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 1996. 224f Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas,1996.
- SOARES, Tamires Soares. **Nas trincheiras da sobrevivência**: A Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2020.
- SOUZA, Samuel Fernandes de. **“Coagidos ou subornados”**: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2007.
- SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.



THOMPSON, E.P. **A Formação da classe operária inglesa**, vol. 1: a árvore da liberdade. 12. Ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **A miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

## Possibilidades teórico-metodológicas entre raça (cor) e sindicalismo: pautas do Centro Operário de Barra Mansa-RJ como amostragens (1930)

*Race and unionism in Barra Mansa-RJ: racial issues and the local Workers' Center in the 1930s*

Thompson Clímaco Alves<sup>1</sup>, UFRJ

### Resumo

O presente trabalho é resultado de algumas considerações iniciais de uma pesquisa em andamento. Dessa forma, não há o interesse em apresentar conclusões apressadas ou resultados parciais. Dito isso, o intuito do artigo é discutir, de forma propositiva, as relações entre raça e sindicalismo a partir de algumas pautas do Centro Operário de Barra Mansa durante a década de 1930. Para isso, são mobilizados debates inscritos na história social do trabalho (dos mais tradicionais aos mais recentes) sobre sindicalismo nos anos 1930, bem como às críticas à ausência da raça nos debates da área. Além disso, são apresentadas possibilidades teórico-metodológicas com o intuito de aproximar questões presentes nos sindicatos, que aparentemente não estão vinculados à raça diretamente, como: sindicalização dos trabalhadores rurais, instrução primária e assistência médica.

**Palavras-chave:** Raça; sindicalismo; classe trabalhadora negra; Barra Mansa.

### Abstract

The present work is the result of some initial considerations of a research in progress. Thus, there is no interest in presenting hasty conclusions or partial results. That said, the intention of the article is to discuss, in a propositional way, the relations between race and unionism from some guidelines of the Centro Operário de Barra Mansa during the 1930s. For this, it is used debates from the labor history (from the most traditional to the most recent) about unionism in the 1930s, as well as the criticism to the absence of race in the debates of the area. In addition, theoretical and methodological possibilities are presented in order to approach issues present in the unions, which apparently are not linked to race directly, such as: rural workers unionization, primary education and medical assistance.

**Keywords:** Race; unionism; black working class; Barra Mansa.

### Introdução: Classe, raça e sindicalismo na historiografia brasileira

Os anos da década de 1930 são marcados por diversas mudanças políticas, sociais, econômicas (entre outras) dentro e fora do país. No Brasil, essas modificações passam a ocorrer após o Golpe de Getúlio Vargas, comumente chamado de “Revolução de 30” (FAUSTO, 1997). Ademais, esse também é um período de grandes modificações nos mundos do trabalho brasileiro devido a legislação trabalhista e de grande debate historiográfico. Apesar das contribuições e pioneirismo grande parte da historiografia clássica sobre o tema,

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista FAPERJ - Mestrado Nota 10. E-mail: thompsonclimaco@gmail.com

até o início dos anos 1980, consideraram as classes trabalhadoras como “massa de manobra”, dominadas e conduzidas pelo populismo na década de 1930. Segundo Marcelo Badaró, estes historiadores deram ênfase a convivência harmônica entre trabalhadores e empregados “arbitradas por um Estado que seria ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como interventor da legislação social” (MATTOS, 2003, p. 11).

Além disso, nas produções de 1970 pouco ou quase nada é mobilizado acerca da discussão racial e classe trabalhadora durante o governo Vargas. Consoante com Alexandre Fortes, a historiografia deste período focalizou nos debates sobre populismo, onde (de maneira geral) a classe trabalhadora seria manipulada pelo Estado. Destaca-se dessa linha historiográfica as obras de Francisco Weffort (1972; 1978), Luiz Werneck Vianna (1976) e Wanderley G. Dos Santos (1979), apesar das contribuições destas obras, ainda prevalece a perspectiva de que a incorporação à cidadania nos anos 1930 seria definida pela regulamentação estatal e restrita a parcelas específicas da população, comprometendo a universalidade da noção de direitos (FORTES, 2007, p. 72).

Especificamente na década de 1980, houve avanços nos debates a respeito da classe trabalhadora, sindicalismo e governo Vargas, mas ainda muito pouco sobre raça. Destaca-se no período as obras do sociólogo Ricardo Antunes e da historiadora Ângela de Castro Gomes. Antunes focaliza na interpretação do golpe de 1930 e transição do capitalismo industrial no Brasil (ANTUNES, 1980, p. 81). Além disso, o sociólogo analisa a relação do governo Vargas com a classe trabalhadora e mantém à perspectiva de sujeição da classe trabalhadora em relação ao Estado (ANTUNES, 1980, p. 81). Paulo Fontes e Isabelle Pires realizam uma excelente síntese quanto aos trabalhos historiográficos e sociológicos produzidos nos anos de 1980:

Ainda que, com enormes diferenças entre si, as análises sobre o sindicalismo nos anos 1930 realizadas na década de 1980 tendiam a enfatizar sobremaneira os aspectos manipulatórios e de cooptação estatal da legislação. A ação dos próprios trabalhadores era, em geral, negligenciada e mesmo quando abordada (quase que exclusivamente através das vanguardas sindicais ou de algumas greves) era subordinada a fatores explicativos estruturais e políticos que demarcavam sua fraqueza, incapacidade e heteronomia (FONTES; PIRES, 2021, p. 319).

Já os trabalhos de Ângela de Castro Gomes, fundamentais para as discussões a respeito do pós-1930 (com ênfase para *A invenção do trabalhismo*, 2005), dado que a historiadora analisa de forma ímpar as relações entre trabalhadores, identidade social e Estado

(entre outras questões). Ainda que Gomes apresente os discursos do governo varguista em relação aos trabalhadores e, conseqüentemente as políticas e ministérios formados para “salvar a tempo a situação do operário”, pouco mais de um parágrafo é dedicado a questão da “raça brasileira” e trabalhadores negros, bem como o sentido e a necessidade da criação do “dia da raça” como combate ao racismo no Estado Novo (GOMES, 2005, p. 222).

A historiografia social do trabalho, principalmente a partir dos anos de 1990, apresentou críticas às produções anteriores do pós-1930 em relação a experiência e agência da classe trabalhadora no período, muito por influência da historiografia inglesa, principalmente das contribuições de E.P Thompson. Os trabalhos de Alexandre Fortes fazem parte destas obras, inscritas na história social do trabalho brasileira, que se dedicaram a demonstrar que a classe trabalhadora da década de 1930 não era uma massa de manobra, controlada por um líder carismático (como apontado no início da discussão). Mas, sim de operários com consciência e organização diante do que consideravam desrespeito do momento em que conquistaram importantes direitos e o reconhecimento da sua dignidade como trabalhadores e cidadãos (FORTES, 2004).

A socióloga Maria Célia Paoli também realiza importantes críticas sobre as produções relacionadas a “Era Vargas”, nas ciências sociais e na história, que deixam de lado a experiência dos trabalhadores (PAOLI, 1987). A socióloga afirma que os trabalhos produzidos (até os anos 1980) tinham um limite historiográfico — no que se referia a classe trabalhadora — que iria do século XIX até 1930, após esse período, consoante com Paoli, a história dos trabalhadores era vinculada e contada a partir do Estado de maneira simultânea, como se produzir a história de um fosse como descrever o processo histórico do outro (PAOLI, 1987).

Ademais, Paoli destaca que analisar a década de 1930 e os mundos do trabalho trata-se do entendimento das forças políticas e o fazer-se dos subalternos. Dado que a

heterogeneidade brasileira aparece como diversidade de experiências vividas no interior das relações sociais historicamente constituídas, apontando para distintas formas de se viver situações concretas de dominação e exploração (PAOLI, 1987, p. 61).

John French é outro historiador com argumentações significativas quanto as interpretações da classe operária após o golpe de 1930. Segundo French, essas produções continham dois problemas cruciais que coadunam com as críticas de Fortes e Paoli: (i) análises que pressupõem que a legislação foi efetivamente colocada em prática no período

sem alterações e (ii) uma excessiva visão centrada no Estado “como resultado, as leis sindicais e trabalhistas raramente foram analisadas a partir das experiências, expectativas e lutas dos trabalhadores e empregadores, bem como de suas práticas organizacionais.” (FORTES, 2010, p. 192).

Em consonância com French, em relação aos dois “problemas cruciais” presentes nas interpretações do pós-1930 expostos acima, a não articulação entre raça (nem mesmo cor), classe e sindicalismo poderia ser mais uma dessas questões fulcrais ausentes nas discussões sobre o tema. Dado que desde os anos 1990 Silvia Lara já apontava que este distanciamento entre cor e mundos do trabalho era um problema historiográfica que também perpassava pelo distanciamento entre os mundos do trabalho escravista no século XIX e trabalho livre no século XX (LARA, 1998).

### **Raça e história social do trabalho: ausências e críticas**

Ao longo dos anos 2000 estas críticas sobre discussões raciais e de cor ganham ainda mais força na história social a partir das contribuições de Hebe Mattos (1998:2013), Marcelo Badaró Mattos (2009), Flávio Gomes (2006) Antônio Luigi Negro (1996; 2006) e Álvaro Nascimento (2016), entre outros (as). Consoante com Marcelo Mattos, não há como pensar na formação da classe trabalhadora assalariada sem considerar as lutas ocorridas entre escravizados e seus senhores no século XIX (MATTOS, 2009, p. 55). Mas como vimos até aqui, muito pouco (quase nada) é mobilizado sobre raça, classe e sindicalismo até o início do século XXI. Na mesma linha, Flávio Gomes & Antônio Luigi Negro denotam que a historiografia social do trabalho focalizou nos estudos a respeito da classe operária, sindicatos e partidos que acabaram silenciando a diversidade da classe trabalhadora (GOMES; NEGRO, 2006).

Mais recentemente, num artigo publicado em 2016, Álvaro Nascimento evidencia que após as críticas de Lara nos anos 1990 e de Gomes & Negro no início dos anos 2000, houve poucas mudanças no tocante às pesquisas que mobilizaram raça, racismo e mundos do trabalho no pós-abolição, segundo Nascimento:

Em termos metodológicos, os autores abraçavam-se a categorias profissionais, étnicas e nacionais, mas quase nada discutiam acerca dos conflitos e solidariedades no tocante à cor dos trabalhadores, chave fundamental para incluir o racismo como um problema histórico na historiografia dos mundos do trabalho (NASCIMENTO, 2016, p. 613).

Além disso, Nascimento reforça que são necessárias reflexões teóricas e metodológicas para além de perspectivas eurocêntricas na análise de sindicatos, greves e imprensa operária no Brasil, pois muitas vezes são utilizados:

[...] paradigmas de implantação da industrialização e do capitalismo na Europa, para trabalharmos o movimento operário e o surgimento da classe aqui, quando a realidade de países que experimentaram a escravidão moderna ou viveram dentro de hierarquias raciais, étnicas e de gênero complexas exigia e exige muito mais reflexões a partir de diálogos interseccionais que aqueles imaginados enquanto essencialmente brancos e europeus (NASCIMENTO, 2016, p. 618).

As críticas de Nascimento têm ainda mais relevância quando compreendemos raça e racismo durante os anos 1930. Segundo Gomes & Paixão, o pensamento desenvolvimentista e modernista do período acreditava que o processo de industrialização também iria solucionar mazelas sociais; inclusive no campo cultural, pois haveriam contatos entre as três raças diante dessas modificações, “permitindo com que no Brasil nossa modernidade pudesse se dar sem conflitos raciais abertos” (GOMES; PAIXÃO, 2008, p. 189). Ao mesmo tempo, ainda conforme Gomes & Paixão, esta miscigenação racial e cultural constituiria um povo homogêneo e este seria um dos principais objetivos para a formação de nação moderno à época (GOMES; PAIXÃO, 2008, p. 185).

Na mesma linha, Jerry Dávila ressalta que na década de 1930 os industriais e os educadores compartilhavam da mesma crença de modificação social a partir do desenvolvimentismo e a “raça” tinha um papel crucial neste projeto (DÁVILA, 2006). Pois ambos os setores adoram a visão de um Brasil sem conflitos raciais como boa parte da ideologia vigente que naturalizou as assimetrias sociorraciais existentes (GOMES & PAIXÃO, 2008, p. 189); mas como destaca Weinstein, mesmo que não houvessem explicitamente qualquer espécie de preconceito racial, não eram coincidências que as atribuições morais e culturais em relação a classe trabalhadora fossem muitos semelhantes com os estereótipos conferidos aos trabalhadores não-brancos (nacionais) na primeira república (WEISTEIN Apud DÁVILA, 2006, p. 35).

Outro aspecto de suma importância, é que por muito tempo a historiografia pouco discutiu raça e sua articulação com os mundos do trabalho, a sociologia brasileira (principalmente em São Paulo) deu um destaque considerável ao tema. Este debate renderia outro trabalho, desta forma, é válido apenas ressaltar que até os anos 1950 muito por influência das ideologias de eugenia e “democracia racial” o negro enquanto *raça* foi

pesquisado para que encontrassem sua contribuição na construção da nacionalidade brasileira, muitas vezes reduzida ao campo cultural (CUNHA, 1999). Já o negro enquanto indivíduo sujeito a intervenções científicas, jurídicas e a processos de “regulação moral” (CUNHA, 1999), passa a ganhar notoriedade nos estudos da sociologia paulista entre os anos 1950 e 1960, com ênfase para os trabalhos de Florestan Fernandes que contesta a “democracia racial”, mas por meio da perspectiva de *anomia social* onde o negro estaria impossibilitado de constituir família e propriedade pós 1888<sup>2</sup>.

Outrossim, segundo Gomes & Paixão, de maneira geral os trabalhos da sociologia paulista deixaram de perceber o caráter persistente do preconceito e das discriminações raciais, quando muito mobilizaram questões sobre desigualdade racial, mas não sobre racismo (GOMES; PAIXÃO, 2008, p. 174). Esta crítica coaduna com às Álvaro Nascimento e outros/as acerca das produções na história social do trabalho. Uma vez que raça, identidade nacional, justiça social estão no cerne dos debates acadêmicos, político e sociais nos anos 1930 (CUNHA, 1999, p. 273) não há como analisar a experiência da população negra — dentro ou fora dos mundos do trabalho — separadamente.

Conforme Angela de Castro Gomes o modelo de estado Varguista:

[...] precisava reconhecer o indivíduo, tanto em sua feição econômica, traduzida na iniciativa privada capitalista, quanto em uma nova dimensão política, traduzida pela explicitação de seu ideal de justiça social. A democracia da justiça social consagrava o bem comum como finalidade do Estado e o definia como a justa delimitação dos interesses de cada um. Isto significava a retomada da ideia de liberdade individual, agora limitada pelos critérios do interesse social. Significava também a retomada da ideia de igualdade, entendida como a igualdade de oportunidades na luta pela vida. Por isso, o sentido mais profundo, o critério último de valor contido no ideal de justiça social era exatamente o ideal de respeito ao trabalho e aos frutos do trabalho (GOMES, 2005, p. 204).

Especificamente para os operários negros, ser identificado como cidadão representava status social relacionado à experiência de luta pela cidadania pós-abolição (MATTOS, 2013). As políticas e discursos do Estado varguista (1930-1945) acerca do conceito de cidadão-trabalhador também destacam a classe trabalhadora negra com o intuito de demarcar uma postura de combate ao preconceito de cor, por meio do “dia da raça” e ênfase na demarcação

---

<sup>2</sup> O conceito de anomia social presente nas obras Florestan Fernandes (1964; 1972) afirma que os negros foram incapazes de se adaptar à sociedade capitalista devido ao longo período da escravidão, os mesmos não seriam capazes de adentrar no mercado de trabalho assalariado e nem mesmo constituir família. Mas, como demonstram as produções historiográficas posteriores, desde o século XIX, os negros livres ou libertos já faziam parte de um mercado de trabalho assalariado e com laços familiares e redes de apoio. Para mais sobre o debate, ver: DOMINGUES (2019); GOMES; PAIXÃO (2008).

positiva de “raça brasileira” (GOMES, 2005, p. 223). Essas políticas direcionadas aos proletários negros e a identidade do trabalho atrelada à honestidade, fazem parte da constituição racial de negros e negras do período que buscavam sua legitimidade enquanto cidadãos, distantes da descendência da escravização vinculada à noção de atraso (ALVES; BISPO NETO, 2021, p. 16).

Dado que o reconhecimento da cidadania estava ligado ao trabalho, os sindicatos podem apresentar intersecções com questões e demandas raciais mediante perspectivas teóricas e metodológicas que não limite as particularidades, heterogeneidades e experiências dos mundos do trabalho no Brasil, às concepções e explicações relacionadas a realidade europeia onde raça e cor não são levadas em consideração. Consoante com Paul Gilroy a partir de Luiza Barrios:

[...] raça também é vivida "através" de outras identidades, e o combate ao racismo pode estar presente em movimentos aparentemente não relacionados com a questão. Exemplos podem ser encontrados nas lutas pela melhoria de condições em bairros populares, no sindicalismo praticado por categorias com significativa presença negra, como é o caso dos empregados domésticos, ferroviários, portuários e trabalhadores da construção civil, entre outras (BARRIOS, 1996, p. 9).

Sendo assim, na próxima seção serão articuladas (de forma sucinta) algumas referências teórico-metodológicas e novas produções que fazem esta articulação entre raça, classe trabalhadora e sindicalismo com o intuito de compreender possíveis relações do movimento sindical barramansense, classe trabalhadora negra local e questões raciais dos anos 1930. Posto que numa região marcada pela escravização no século XIX como o Vale Fluminense pode apresentar tensões e solidariedades raciais na luta por direitos e cidadania dentro dos sindicatos durante o Governo Vargas. Além disso, Fortes & Negro salientam que apesar do caráter decisivo da intervenção estatal do pós-1930 no exercício da cidadania, negar aos sujeitos sociais a sua própria constituição nos leva de encontro às fontes (FORTES; NEGRO, 2002, p. 16).

### **Possibilidades teóricas e metodológicas na articulação entre raça (cor) e pautas sindicais: análise do Centro Operário de Barra Mansa**

Fundado em 10 de abril de 1933, o Centro Operário de Barra Mansa, se reconhecia como uma instituição de classe, composta por: carpinteiros, pedreiros, pintores, eletricitas, funcionários da indústria e do comércio, além dos trabalhadores rurais e outros ofícios. A



instituição previa um número ilimitado de sócios e foro no município de Barra Mansa (ALVES, 2021, p. 53). Dentre seus objetivos o Centro Operário destaca

promover, por todos os meios a seu alcance, a melhoria das condições do trabalho em geral, pleiteando e defendendo os interesses das classes que o compõem não só junto ao Ministério do Trabalho [...] como dos poderes públicos. [...] Além de assistência jurídica para os associados (ALVES, 2021, p. 53).

Antes de adentrar nas relações entre raça e os objetivos do Centro Operário, é válido mencionar as modificações promovidas pela lei de sindicalização. O estatuto dos proletários barramansenses também denotam que seu intuito é “colaborar com as autoridades e sindicalizar as classes do município” (ESTATUTO DO CENTRO OPERÁRIO DE BARRA MANSA, 1933, p. 3) em conformidade com a lei de 1931. Marcelo Badaró Mattos, enfatiza que o modelo de sindicato oficial instituído pelo Ministério do Trabalho detinha como objetivo claro servir como interlocutor dos trabalhadores com o governo de maneira mútua, operando dentro do Estado como órgão público, logo, submetido às demais diretrizes das instâncias governamentais (MATTOS, 2003, p. 12). Fortes e Negro ponderam que por um lado a vinculação dos sindicatos ao Estado subordinou as lutas imediatas e as estratégias do partido comunista, por outro, a institucionalização ampliou as possibilidades de direitos sob um governo autoritário “dissociavam-se, na experiência operária, as noções de direitos e de espaço público” (FORTES; NEGRO, 2002, p. 14).

Ainda conforme Alexandre Fortes, os sindicatos na década de 1930 asseguravam aos trabalhadores instrumentos para lutar pela efetivação de direitos, mesmo com todas as limitações, disputas e conflitos internos. Fortes também destaca que os trabalhadores, não só por meio dos sindicatos, lutaram para ampliar seus direitos políticos — dentro do possível — com suas próprias mãos no Governo Vargas (FORTES, 2004).

A partir do Estatuto do Centro Operário de Barra Mansa (1933) é possível perceber não só a preocupação de sindicalizar todas as classes como destacado acima, mas também havia a preocupação justamente em zelar pelas leis sociais como: férias, acidentes de trabalho, lei de 8 horas, dois terços entre outras. Além disso, outros três pontos chamam atenção no estatuto: (i) a criação de um curso de instrução primária para os associados, (ii) sindicalização dos trabalhadores rurais e (iii) assistência as famílias dos associados, incluindo os falecidos em serviço (ESTATUTO DO CENTRO OPERÁRIO DE BARRA MANSA, 1933, p. 4).

As produções mais tradicionais da história social do trabalho poderiam interpretar estas políticas apenas por um viés de “classe”. No entanto, mediante a máxima de Gilroy (já citada) onde raça é experimentada em movimentos que aparentemente não estão ligados, bem como as características sociorraciais específicas do Sul Fluminense e raça no centro das discussões nacionais, é possível relacionar o Centro operário de Barra Mansa com raça e demandas da classe trabalhadora negra.

Após o período áureo do café e abolição da escravidão, ocorre um grande êxodo no Vale do Paraíba Fluminense de libertos e seus descendentes (COSTA, 2015). Porém, ainda permanece um número considerável de negros e negras na microrregião que buscavam se legitimar em quanto cidadãos, uma vez que o ideal de liberdade foi constituído baseado na cor branca, afirma Hebe Mattos (MATTOS, 2013, p. 107). Desta maneira, o trabalho livre assalariado torna-se fundamental na tentativa de reivindicação de direitos da população negra fluminense.

Estritamente em Barra Mansa, nos anos 1930, havia uma porcentagem de 42% de negros (pretos e pardos) num período em que a cidade recebia suas primeiras grandes indústrias conseqüentemente um aumento populacional (ALVES; BISPO NETO, 2021, p. 18). Obviamente estes números precisam ser melhor discutidos não só pelos métodos dos censos, mas também da forma como a população se identifica e por quais motivos. Todavia, servem para nos ilustrar que mesmo os negros não sendo a maioria, estavam majoritariamente trabalhando nas zonas rurais da cidade<sup>3</sup>. Esta constatação reforça como a inserção dos trabalhadores rurais nas políticas sindicais estão sim correlacionados à questão racial.

Outro aspecto de suma importância é que os trabalhadores rurais estiveram fora de grande parte das modificações na legislação trabalhista durante a década de 1930, ou seja, em Barra Mansa isso simbolizava boa parte da classe trabalhadora negra. Não obstante, os trabalhadores negros do Vale Fluminense detinham grande gratidão à Getúlio Vargas como demonstram as entrevistas produzidas por Hebe Mattos e Ana Lugão Rios com negros e negras da microrregião. As falas do sr. Cornélio Cansino no livro *Memórias do Cativo* evidenciam esta gratidão: “Getúlio libertou nosso povo. [...] ele que botou o horário de oito horas de trabalho [...] não foi princesa Isabel que nos libertou, ela assinou [...], mas quem nos libertou do jugo da escravidão [...], foi Getúlio” (RIOS; MATTOS, 2005, p. 130). Mattos e Rios cunharam esta associação entre Princesa Isabel e Vargas como “coincidência narrativa”

---

<sup>3</sup> Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 30 out. 2019. p. 55.

devido a vinculação da imagem de ambos como libertadores do cativeiro por parte dos trabalhadores rurais do Sul Fluminense que entendiam as relações de trabalho nos anos 1930, ainda nos moldes da escravização. (RIOS; MATTOS, 2005, p. 130).

Sendo ou não uma coincidência, o fato é que a fala do sr. Cansino e de outros entrevistados não mencionados, expressam que sua liberdade foi concedida a partir dos direitos trabalhistas oriundos da CLT. Entretanto, Cancino e outros entrevistados no projeto *Memórias do Cativeiro* eram trabalhadores rurais e como já ressaltado essa categoria não obteve ganhos imediatos com a legislação trabalhista dos anos 1930. Assim, esses relatos só destacam a complexidade entre mundos do trabalho, raça e Estado na “Era Vargas”, que necessitam de pesquisas mais densas acerca desta articulação no Sul Fluminense muito além deste trabalho.

Para além dos impactos das leis trabalhistas no meio rural é importante pensarmos na participação sindical de categoriais do meio urbano (principalmente indústria e comércio) desde o pós-abolição, bem como as possibilidades e rupturas a partir de 1930. O historiador Aldrin Castellucci analisa o perfil racial e a participação de ex-escravizados no Centro Operário da Bahia entre 1890 e 1930, por meio das atas institucionais, nomes e outros documentos Castellucci constata que a maioria dos trabalhadores associados ao Centro Operária eram negros (CASTELLUCCI, 2010, p. 89). Além disso, ele também demonstra a complexidade das estratégias sociais e raciais após a abolição, visto que assim como Hebe Mattos identificou no Sul Fluminense, também há uma tentativa de desvinculação da cor e identificação como negro que culmina no aumento da classificação de pardos o que nos leva a ter ainda mais atenção com as identificações contidas nos censos (CASTELLUCCI, 2010, p. 118).

Já o trabalho de André Cicalo também versa a respeito da atuação de negros em instituições operárias, Cicalo perscruta a experiência negra entre os carregadores e ensacadores de café no Rio de Janeiro de 1930 até 1960. O antropólogo, do mesmo modo que Castellucci, demonstra o enredamento da relação entre o governo Vargas, classe trabalhadores e questão racial, dado que em meio aos portuários negros havia uma associação (coincidência narrativa) entre liberdade e legislação trabalhista:

Em março de 1945, um repórter do jornal *A Manhã* perguntou ao trabalhador portuário João Baptista Ribeiro Fragante qual era sua opinião sobre a legislação trabalhista promovida por Getúlio Vargas. O entrevistado afirmou que “o proletário antes de Getúlio Vargas, era um mero escravo econômico, que teve a sua lei de ventre livre em 1930 e a sua lei Áurea nos artigos 136 e

137 da Constituição de 10 de novembro de 1937!” (CICALO, 2015, p. 102).

Ademais, Cicalo reafirma que apesar do apoio da população negra, houve diversas tentativas oficiais do governo Vargas de minimizar as diferenças e desigualdades étnico-raciais mediante as ideologias de “democracia racial” e mestiçagem (como já mencionado ao longo do texto), assim como o desenvolvimentismo como solução para o problema no país (CICALO, 2015, p. 105). Desta maneira, “o contexto geral não incentivava o desenvolvimento de uma identidade política negra [demarcada nos sindicatos]” (CICALO, 2015, p. 105). Todavia, ainda consoante com Cicalo, raça e a etnicidade não deveriam deixar de serem consideradas nas pesquisas sobre sindicatos, pois provavelmente deixaram marcas significativas por razões históricas e sociais, e reitera:

[...] a grande presença de afro-brasileiros em alguns sindicatos não era simplesmente um efeito da resistência triunfal dos trabalhadores negros na defesa de seus empregos frente aos migrantes. Era também resultado de um processo geral de segregação, que confinava desproporcionalmente os afro-brasileiros a atividades pesadas e não especializadas[...] (CICALO, 2015, p. 118).

As considerações de Castellucci e Cicalo sobre atuação negra em organizações operárias são fundamentais para compreendermos o enredamento das relações raciais no Centro Operário de Barra Mansa no mesmo recorte temporal. A educação dos operários é outro campo fundamental onde raça e sindicalismo podem estar associados, devido a precariedade educacional de Barra Mansa, aproximadamente 50% da população local era analfabeta (ALVES, 2021, p. 53). O número de alfabetizados é ainda menor quando são contabilizados apenas os maiores de 18 anos dos sexos masculino e feminino. Consoante com o Censo de 1940, apenas 3.775 homens maiores de idade eram letrados e 2.575 mulheres, para uma população com um pouco mais de 26.000 habitantes (ALVES, 2021, p. 53).

É válido ressaltar que o Brasil, de maneira geral, detinha um problema educacional à época. Fato este, que ressalta ainda mais a medida e preocupação do Centro Operário com a educação de seus membros, principalmente os trabalhadores rurais como consta nos fins da instituição “promover, junto ao Conselho Nacional do Trabalho os benefícios que forem possíveis aos seus associados em geral e, em especial os trabalhadores rurais” (ESTATUTO DO CENTRO OPERÁRIO DE BARRA MANSA, 1933, p. 4). Sendo, os trabalhadores rurais majoritariamente negros/as esta ação está diretamente ligada à uma das maiores desigualdades entre negros e brancos pós-abolição, segundo Karl Monsma, o letramento.

Para Monsma, que examina as diferenças educacionais, familiares e laborais de negros/as e brancos/as em São Carlos (SP) pós 1888, a menor alfabetização da população negra resultou na permanência da mesma no mercado de trabalho braçal e exclusão de empregos melhores no comércio e no serviço público (MONSMA, 2010, p. 537). Além disso, o sociólogo estadunidense salienta que a ausência de letramento também impedia os negros de adquirirem propriedade e os deixavam vulneráveis a golpes. Na mesma linha, os estudos de George Andrews acerca da experiência de negros e brancos nos cem anos pós-emancipação na cidade de São Paulo, constatam a maior presença de negros no trabalho braçal e maior tempo para a promoção, ainda que os negros tivessem o mesmo grau de escolaridade dos brancos (ANDREWS, 1998). Deste modo, o ensino primário oferecido aos membros do Centro Operário de Barra Mansa, com destaque para participação dos trabalhadores rurais, estava relacionado à uma demanda primordial para homens e mulheres negros/as que poderiam abrir possibilidades de novos empregos, registros e compra de propriedades legais.

Por fim, o terceiro item a ser destacado no estatuto da instituição operária, que também pode ser relacionado às questões específicas da população negra, a preocupação com a família dos associados, além da assistência aos familiares dos membros falecidos no trabalho. O último ponto das disposições gerais do documento, deixa claro que na medida que os fundos permitissem, seria disponibilizado também para as famílias dos membros: assistência médica, hospitalar, dentária e curso de instrução primária.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, família, alimentação e educação eram as maiores preocupações da classe trabalhadora nos anos 1930 (GOMES, 2005). Logicamente, estas demandas não eram exclusividade dos proletários negros, mas diferente dos operários brancos - que também possuíam suas especificidades -, a classe trabalhadora negra trazia consigo a memória e trauma da escravidão, o racismo caracterizado e hierarquizado dentro e fora dos mundos do trabalho (ALVES; BISPO NETO, 2021, p. 18). Em diálogo com as produções acerca dos pós-emancipação, com destaque para as contribuições de Hebe Mattos, é possível perceber que a perspectivas de liberdade foram construídas a partir da cidadania, trabalho e família (MATTOS, 2013, p. 363). Ao contrário das interpretações de Florestan Fernandes que afirmam que a liberdade do negro, nesta conjuntura, estava ligada ao não-trabalho e na impossibilidade de construir família (FERNANDES, 2007, p. 74).

A socióloga Patrícia Hill Collins demarca que sem a família, redes de solidariedade e a *ética do cuidado* presentes nas comunidades afrodescendentes desde a escravidão, não seria possível a sobreviver ao processo de diáspora negra (COLLINS, 2019, p. 419). Os estudos

mais recentes de história da escravidão no Brasil denotam que a família foi diferencial no cativo e nas redes de solidariedade, bem como as contribuições de Mattos & Rios (2005) que evidenciam a pertinência dos laços de família no pós-abolição do Sul Fluminense. Portanto, ao articularmos as produções historiográficas anteriores aos anos 1930, torna-se evidente o quanto as políticas sindicais como: sindicalização dos trabalhadores rurais, assistência familiar e letramento, também são tocantes à raça e cor dos trabalhadores e não só à “classe”.

### **Considerações Finais**

Logicamente, as relações entre raça e sindicalismo não são constituídas somente nos sindicatos. Esta construção perpassa por outros espaços de sociabilidade, dentro e fora do ambiente de trabalho, considerando também marcadores de gênero, categoria religiosidade entre outros aspectos. Na mesma linha, Maria Célia Paoli destaca que:

Nem sempre o sindicato representa a classe e, quando representa, nem sempre isto mede a eficácia de sua barganha; esta eficácia, quando ocorre, nem sempre significa uma tradução política dos interesses de sua base; esta tradução política pode não caber em tipos de ação pré conhecidos que espalhariam o grau de sucesso ou insucesso perante seus representados e mesmo perante o Estado (PAOLI, 1987, p. 95).

No entanto, o que este trabalho busca denotar é que também há questões de raciais nos sindicatos que não podem deixar de serem consideradas, pois muito rapidamente se identificam questões de classe em trabalhos específicos sobre trabalhadores negros (como o de Cicalo e Castellucci por exemplo). Mas nem sempre salientam que há questões raciais em trabalhos que perscrutam classe trabalhadora em seu sentido heurístico. Dado o que foi apresentado de maneira bem breve ao longo do texto, à “heurística da classe” no Brasil não se desvincula da raça, racialização e racismo. Além disso, mesmo que sejam encontrados sindicatos sem qualquer participação negra, ainda se trata de uma questão racial, uma vez que branco também é raça.

Ademais, para melhor aproximar a experiência interseccionada por raça e classe no Centro Operário de Barra Mansa é necessário estreitar, ainda mais, os diálogos com as produções do pós-abolição, visto que as relações entre a questão racial e o sindicalismo vão além das apresentadas no tópico anterior. Segundo Marcelo Badaró, o compartilhamento de vivências de trabalho e vida em cidades brasileiras marcadas pela forte presença da

escravidão, entre o século XIX e o XX, podem nos informar sobre maneira de organização de lutas, valores e expectativas comuns que seriam centrais para a luta de classe à posteriori (MATTOS, 2011 p. 64).

Por isso, a análise dos nomes dos integrantes da instituição operária também são centrais para os próximos passos desta pesquisa. Dado que no trabalho de Castellucci (2010), esta metodologia se demonstrou eficaz na identificação de marcadores raciais e de classe em sindicatos, mas com o devido cuidado para não reduzir o perfil da classe trabalhadora ao de suas lideranças.

Outro aspecto que também necessita ser aproximado a essa discussão, é como raça e racialização foram mobilizadas por meio das mídias e experimentadas em espaços de lazer, moradia, dentro das fábricas e campo. Consoante com a historiadora Fernanda da Silva, em sociedades que vivenciaram a escravidão moderna como o Brasil, há uma “ênfase à hierarquização, que aloca a ideia de raça negra na base da pirâmide social, observada nas análises do racismo antinegro [...]” (SILVA, 2017. p. 80). Como já foi demonstrado anteriormente, esse debate esteve bastante presente na década de 1930, resta saber como o mundo do trabalho barramansense e as pautas sindicais (além das apresentadas) se relacionam com este processo. Além disso, Cicalo chama a atenção para que mesmo não havendo nenhuma questão explícita de cor ou raça nos mundos do trabalho, fora dele, os trabalhadores negros possuem uma experiência racializada (CICALO, 2015, p. 118). Logo, as informações dos jornais e associação de moradores precisam ser analisadas em conjunto com o estatuto do Centro Operário.

Sendo assim, ainda existem muitas lacunas nesta articulação entre raça, classe trabalhadora e sindicalismo em Barra Mansa Os elementos apresentados nesse artigo são possibilidades teóricas e metodológicas que visam a vinculação dos sentidos de raça e racialização (constituídos desde a primeira república) nos debates sobre classe trabalhadora, noções de pertencimento e luta por cidadania da população negra na década de 1930; dado que nesse período “classe e raça aparecem necessariamente como esferas sobrepostas e emaranhadas[...] cruzadas por discursos, significados negociados e silêncios” (CICALO, 2015, p. 126). Parafraseando uma crítica de Du Bois a respeito das análises historiográficas que excluem a diáspora negra da história e com isso perdem “parte do nosso movimento operário” (LINEBAUGH,1983), que não façamos este mesmo movimento no Brasil e percamos parte da raça, racialização e experiência negra constituinte do “nosso movimento operário”.

**Fontes:**

*ESTATUTO DO CENTRO OPERÁRIO DE BARRA MANSA*, 1933. Centro de documentação e Memória de Barra Mansa - RJ (CEDOC-BM).

Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

**Referências bibliográficas**

ALVES, Thompson Clímaco. **Entre lavouras e fábricas: trabalhadores e industrialização no município de Barra Mansa (1920-1930)**. Rio de Janeiro, 2021. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ALVES, Thompson Clímaco; BISPO NETO, Antonio Ramos. Ferreiros, escravos operários e metalúrgicos: trabalhadores negros e a metalurgia na cidade do Rio de Janeiro e na microrregião Sul Fluminense (Século XIX e XX). **Revista Cantareira (UFF)**, Niterói-RJ, 34ª ed. Jan-Jun, v. 1, p. 12-33, 2021.

ANDREWS. George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partido No Brasil: um estudo sobre a consciência de classe (1930-1935)**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNICAMP, 1980.

BARRIOS, Luiza. **Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil**, Afro-Ásia, nº 17, 1996.

CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). Afro-Ásia, 41, 2010. p.89.

CICALO, André. **Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964)**. Revista Brasileira de História, vol. 35, n. 69, 2015.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. “Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação” in PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 247-289.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



- FONTES, Paulo; PIRES, ISABELLE. A Revolução de 1930 e os sindicatos: história e historiografia do trabalho. In: Marco Aurélio Vannucchi; Luciano Aronne de Abreu. (Org.). **A era Vargas: (1930-1945)**. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, v. 1, p. 307-346.
- FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.
- FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.
- FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. **Revista anos 90, Porto Alegre**, v. 17, n. 31, jul. p. 173-195, 2010.
- FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, Trabalho e Cidadania no Brasil. **Revista trajetos**, Ceará, v. 1, n. 2, jan-jun. p. 1-20, 2002.
- GOMES, Ângela Maria de ê. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO; Antônio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 171-194, 2008.
- LARA, Silvia Hunold. *"Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil."* Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós- Graduados de História, n. 16, p. 25-38, 1998.
- LINEBAUGH, Peter. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ano 3, nº 6, p. 7-46. 1983.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX) - 3ed.rev. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 51-64, 2009.
- MONSMA, Karl. "Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista". **Revista Dados**, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 2, p. 509-543. 2010.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à história social do trabalho no Brasil, **Estudos Históricos**, vol. 29, n. 59, p. 607-626. 2016.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: Tempo, espaço e classe na história operária brasileira in **Cultura operária & identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). São Paulo: Editora Marco Zero, 1987.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Fernanda Oliveira. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História: Porto Alegre, 2017.

## Trabalho produtivo e reprodutivo: apontamentos feministas acerca do trabalho em *O Capital* (Livro I)

*Productive Labor and Reproductive Labor: feminist developments regarding Labour in “Capital: Volume I”*

Victoria Carvalho Junqueira,<sup>1</sup> UnB

### Resumo

Esse artigo contrasta minhas leituras de *O Capital* (Livro I) com leituras de obras dos feminismos marxista, negro e decolonial voltadas ao debate e à articulação das categorias de classe com gênero e raça. As autoras feministas marxistas resgatam os conceitos, a teoria e a metodologia construída por Marx para pensar a opressão feminina e a luta de classes ao lado da “luta dos sexos”, através da teoria da reprodução social e da crítica da divisão sexual do trabalho. Autoras associadas aos feminismos negro e decolonial, por sua vez, apontam para os apagamentos de raça existentes tanto na obra marxiana, como no marxismo e no feminismo.

**Palavras-Chave:** Trabalho reprodutivo; Feminismo Marxista; História das Mulheres.

### Abstract

For the past few decades, Marxist feminism, black feminism and decolonial feminism have shed new light into Marx’s work, using his theory and methodology to bring class criticism to the debates regarding race and gender. This paper contrasts my readings of *Capital Volume I* with these feminist theories, in order to rethink women’s oppression and class struggles alongside sex, mainly through reproductive labor theory and the sexual division of labor. Black and decolonial feminists, on the other hand, point to colorblindness on Marx’s, marxist and marxist-feminist works.

**Keywords:** Reproductive labor; Marxist Feminism; Women’s History.

### Introdução

O fortalecimento de movimentos sociais negros e feministas ao longo do século XX propiciou boas críticas ao pensamento de Marx e ao marxismo, o que permitiu uma análise mais complexa da exploração do trabalho no sistema capitalista e da dinâmica da luta de classes. Ainda que o exercício da crítica seja essencial à própria dialética de Marx, apontar lacunas no pensamento marxiano e no pensamento marxista pode levantar defesas do *status quo* por parte de alguns pensadores. Questiona-se, frequentemente, se um homem do século XIX, como Marx, poderia ter elaborado seu pensamento incluindo como agentes históricos também as mulheres e as pessoas negras. Consoantemente, tal revisão do pensamento de Marx, entre outros autores de séculos passados, costuma levantar acusações de “anacronismo”.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

Primeiramente, esse tipo de questionamento desconsidera o fato de que Marx tratou, ainda que parcialmente, em *O Capital* Livro I, da presença do trabalho feminino nas fábricas. As mulheres, ainda que sejam coadjuvantes em sua análise, já figuram em inúmeros capítulos. Da mesma forma, o livro encerra-se com um capítulo dedicado à colonização, intitulado “A teoria moderna da colonização”, ou seja, o próprio Marx já tinha sua atenção capturada por um universo estruturado no racismo e no colonialismo, ainda que ele mesmo não apresentasse um pensamento racialmente crítico. Para Penelope Deutscher (2014, p.5), novas análises de autores já amplamente estudados visam teorizar acerca de conceitos e problemas ausentes nesses autores, não enquanto falhas de uma teoria, mas objetivando dar forma a eles enquanto potências do trabalho filosófico.

Destarte, é perceptível que o livro I de *O Capital* apresenta uma noção de “luta de classes” sem mulheres e pessoas negras, indicativa de que já à época de sua publicação, em 1867, *O Capital* foi uma teoria que deixou à margem estes sujeitos históricos. Obras anteriores à de Marx que tiveram circulação razoável no contexto europeu já defendiam a igualdade entre os sexos, como os revolucionários franceses Nicolas de Condorcet (1789) e Olympe de Gouges (1791), e a intelectual inglesa Mary Wollstonecraft (1794). Jean-Jacques Rousseau (1762), contudo, defendia a existência de uma diferença fundamental entre os sexos, que tornava os homens de alguma forma superiores às mulheres. Ao tratar da educação de Sofia, em *Emílio*, Rousseau reconhece que em tudo que não depende do sexo, a mulher é igual ao homem, tem os mesmos órgãos, as mesmas necessidades e as mesmas capacidades (OKIN, 1992, p. 115-116). No entanto, as mulheres diferenciavam-se justamente pelo sexo, e pelo fato de que o seu sexo e suas capacidades reprodutivas as tornavam irracionais. Sofia devia se tornar uma fêmea desejável, casta e obediente, mãe devota e inquestionavelmente fiel (OKIN, 1992, p. 119).

Por outro lado, também sabemos que, em tempos mais recentes, a própria teoria feminista teve seus limites: o feminismo branco burguês assumiu uma missão civilizatória que serviu à colonização europeia e oprimiu as mulheres de cor e mulheres pobres, como apontam os estudos de bell hooks (1984), de Françoise Vergès (2020) e de Oyèrónké Oyèwùmí (2017). Na crítica de Vergès (2020, p. 51), a categoria ‘mulheres’ foi fabricada pela matriz Estado, patriarcado e capital para legitimar as políticas de reprodução, notadamente racializadas, pelo incentivo à natalidade em localidades brancas e ricas e com práticas de controle da reprodução em periferias locais e globais. Analiso o papel das “mulheres” no processo de produção descrito por Karl Marx com a ressalva de que “mulheres” é uma categoria problemática, mas ainda útil.

No século XXI, a tríade raça-classe-gênero foi consagrada dentro dos estudos das ciências humanas e sociais, que tentaram lidar com tais apagamentos históricos. Apesar da crítica de uma esquerda marxista mais tradicional a uma esquerda contemporânea “fragmentada” demasiado focada em “políticas identitárias” ou num “identitarismo” individualizante, a teoria feminista, os estudos de sexualidade, de raça e cultura forneceram uma nova profundidade ao marxismo, tornando-o mais plural.<sup>2</sup>

Por outro lado, como afirmou Bhattacharya (2019, p. 101-102), “o marxismo, apesar de tropeços históricos realizados em seu nome, permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e oferece pistas de como acabar com ela”. Ainda, Gimenez (2018) argumenta que o feminismo marxista deve se atentar para o fato de que mulheres (brancas, ricas) também oprimem mulheres (racializadas, pobres), especialmente no tocante ao trabalho doméstico. Num contexto mais amplo de empobrecimento da classe trabalhadora e declínio contínuo do número de empregos disponíveis, tendência registrada nos últimos trinta anos, como pensar as “questões das mulheres” junto do empobrecimento da classe trabalhadora? Pensadoras marxistas como Bhattacharya (2019) e Gimenez (2018) voltam a Marx para levar a cabo tal exercício.

Pensar articuladamente raça, classe e gênero no século XXI automaticamente remonta-nos à “interseccionalidade” formulada pela autora norte-americana Kimberlé Crenshaw. Crenshaw, em “A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”, foi responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e gênero, chamando atenção para o fato que as leis e as políticas estadunidenses à época não previam que as mulheres negras eram, ao mesmo tempo, oprimidas pelo sexismo e pelo racismo.

A interseccionalidade de Crenshaw recebeu críticas marxistas e pós-estruturalistas. De acordo com Machado (2018, p. 28):

Sara Carbin e Maria Edenheim, pesquisadoras nórdicas de matriz teórica pós-estruturalista, argumentam que seu crescimento [o da interseccionalidade] na pesquisa feminista europeia e norte-americana foi resultado da falta de discussões ontológicas importantes, tendo sido adotado como uma espécie de linguagem universal que permitiria um consenso entre feministas de orientações políticas e teóricas conflitantes. Para as autoras, “a interseccionalidade [...] não preenche os requerimentos de uma teoria”.

<sup>2</sup> Conforme Rose Marie Muraro (2020, p.30), ocorre há décadas esse embate dentro das organizações de esquerda: “Os homens ficavam muito incomodados, porque as feministas trabalhavam com reprodução e sexualidade, e diziam que isso era divisionismo [...]. Nascia então a polêmica que iria se estender pelos anos 1980: a de qual luta era mais prioritária, a geral (de classes) ou a específica, isto é, as lutas das mulheres, dos negros, etc. [...] Havia os marxistas dizendo que a luta de classes englobava todas as outras e que, uma vez erradicada a sociedade de classes, automaticamente todas as outras contradições se resolveriam, e, do lado oposto, os outros”.

Machado (2018, p. 29) demonstra que, apesar dessas críticas, a própria Crenshaw nunca defendeu nenhum identitarismo e reconheceu a interseccionalidade enquanto ferramenta de análise daquele caso específico, afirmando que não postulou uma teoria universal da interseccionalidade. No entanto, a análise de Crenshaw suscitou usos subsequentes da interseccionalidade que geraram críticas mais profundas e produtivas: seria a interseccionalidade um método, uma teoria, um paradigma? Apesar da confusão gerada em torno da obra de Crenshaw, houve avanços no esforço de pensar a interseccionalidade e seus usos: para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma ferramenta, não um conceito fixo ou uma verdade absoluta. As autoras lembram que "o uso da interseccionalidade enquanto categoria analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais" (BILGE; COLLINS, 2021, p. 19). Mas como afirmam Collins e Bilge, o foco da interseccionalidade é ressaltar a "relacionalidade" entre as categorias, fornecendo uma estrutura para elas. Segundo as autoras: "A relacionalidade abrange uma estrutura analítica que muda o foco da oposição entre as categorias (por exemplo, as diferenças entre raça e gênero) para o exame de suas interconexões" (BILGE; COLLINS, 2021, p. 47).

Em alguns usos da interseccionalidade, autores marxistas chamaram a atenção para a falta de uma conceituação mais aprofundada de classe e do capitalismo. De fato, a crítica principal de Machado (2018, p. 34) a Crenshaw é que a última teria uma compreensão rasa do capitalismo. Dessa forma, faz-se necessária uma conceituação do capitalismo em seu momento histórico enquanto sistema que engendra racismo e (hétero)sexismo, elevando a interseccionalidade à sua potência máxima.

De todo modo, ainda que levando em consideração a teoria interseccional, outro embate atual questiona se as mulheres ainda possuem um elo em comum que as une enquanto classe política, em razão da opressão do gênero. Para feministas do Norte Global como Okin (1992) e Pateman (1990), mesmo que as mulheres tenham conquistado a cidadania em grande parte do mundo, enquanto grupo social, elas ainda não alcançaram a igualdade econômica e social em relação aos homens. Por outro lado, Bhattacharya (2019) racializa essa crítica no contexto norte-americano para demonstrar que mulheres brancas não estão em desvantagem econômica com relação aos homens racializados.

Ao levar em consideração as autoras acima acerca da complexidade de agrupar mulheres de todas as raças, classes, credos e sexualidade em uma única categoria, também se

faz necessário evocar Joan Scott<sup>3</sup>, quando indagamos: no que consistia a categoria “mulheres” em 1867, o ano de publicação do Livro I de *O Capital*? Aqui apresentamos um pedaço desse microcosmo, ao mostrar como Marx enxergou as questões das mulheres trabalhadoras nessa obra, e também os limites dessa teoria.

### **Contextualizando as mulheres trabalhadoras em *O Capital*, Livro I**

Partindo de um ponto de vista feminista, focado nas relações de poder entre os gêneros, e entre a mulher, o patriarcado, o racismo e o capital, uma leitura crítica de *O Capital*, Livro I, suscita questões importantes para repensar a luta de classes dentro de uma luta entre os sexos e o racismo estrutural difundido pela dominação colonial e imperialista europeia. Nesse sentido, a filósofa feminista Silvia Federici apontou os seguintes apagamentos em *O Capital*, Livro I:

As referências a gênero estão ausentes onde seriam mais esperadas, como nos capítulos sobre divisão social do trabalho, salários e reprodução da mão de obra. Ao reconhecer a existência de uma divisão sexual do trabalho na família, Marx apenas observa que essa tem uma base fisiológica, deixando de especificar [...] que a fisiologia é sempre apreendida e influenciada pelo filtro de mediações sociais e culturais (FEDERICI, 2021, p. 68).

Embora aponte tais apagamentos em *O Capital*, Federici (2021) observa que, em outros momentos de sua vida intelectual, Marx se pronunciou acerca da condição das mulheres:

Marx denunciou em seus primeiros trabalhos as desigualdades de gênero e o controle patriarcal sobre a vida das mulheres, especialmente na família burguesa. Em *Manuscritos econômicos-filosóficos*, texto de 1844, ecoando Charles Fourier, argumentou que a relação homem-mulher é indicadora de progresso social. Em *Ideologia Alemã*, ele fala que o pai se apropria do trabalho da mulher e das crianças. No *Manifesto Comunista*, Marx novamente ridiculariza a família burguesa (FEDERICI, 2021, p. 61).

De fato, a crítica às famílias burguesas está presente, ainda que de forma difusa, na obra de Marx e Engels. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*,

---

<sup>3</sup> O artigo de Scott, *Gênero como categoria de análise histórica* (1993), influenciou gerações subsequentes de pesquisadores e pesquisadoras da organização social da diferença sexual. Scott já vislumbrava em seu texto que o gênero não era equivalente a “mulheres”, nem tampouco seria uma categoria cuja conceituação seria fixa, e sim contingente. Segundo Andrade (2018, p.21), o gênero tem potencial autocrítico à medida em que se atualiza, mantendo-se alerta a novos problemas produzidos pela experiência de mulheres. A análise vertical que leva em conta apenas “homens” e “mulheres” não considera que as maneiras de viver o “sexo” também abarcam raça, sexualidade, etnia, nacionalidade, idade e identidade de gênero, universalizando a experiência de gênero para organizações e experiências diversas.

publicado em 1884, Engels afirma que a desigualdade entre homens e mulheres perante a lei era efeito da opressão econômica das mulheres, e não sua causa:

Na antiga economia doméstica comunista, a condução da casa, a carga das mulheres, era uma indústria pública tão socialmente necessária quanto a obtenção do alimento pelos homens. A família patriarcal e, sobretudo, a família monogâmica, mudaram isso. A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir à sociedade. Tornou-se serviço privado; a mulher se tornou a serviçal número um, alijada da participação na produção social (ENGELS, 2019, p. 74).

Nesse trecho, Engels explicita como o patriarcalismo e a monogamia, em sua análise, modificaram a posição social da mulher e a importância do trabalho doméstico, realizado principalmente pelas mulheres. O autor prossegue, afirmando que:

A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica ou dissimulada da mulher [...]. Hoje em dia, na grande maioria dos casos, o homem precisa ser aquele que ganha o sustento da família, o provedor, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe confere posição de dominação que não necessita de nenhum privilégio jurídico adicional. Na família, ele é o burguês e a mulher representa o proletariado (ENGELS, 2019, p. 75).

As mulheres trabalhadoras do período, contudo, ocupavam-se tanto nos trabalhos domésticos remunerados quanto no trabalho fabril. Há capítulos e subtemas em *O Capital, Livro I* que tratam do trabalho feminino nas fábricas com maior riqueza de detalhes. Sem dúvida, um ponto chave para uma análise com esse enfoque é o capítulo 13 “Maquinaria e grande indústria”, e o subitem “A superpopulação relativa” referente ao capítulo 23, intitulado “A lei geral da acumulação capitalista”. Tais partes da obra sublinham especificamente a composição da classe operária por mulheres e crianças, bem como a formação de um “exército industrial de reserva” a partir de um crescimento populacional maior do que um crescimento populacional natural – ou seja, uma superpopulação provocada e controlada, que visa fazer com que o processo de proletarização de populações camponesas avance cada vez mais, para que um conjunto de pessoas desempregadas exista sempre para apoiar a obtenção da mais-valia do trabalhador, cerceando o potencial revolucionário (HARVEY, 2013, p. 264-267).

Como foi possível que Marx tenha analisado a reprodução da força de trabalho, a criação do exército industrial de reserva e de uma superpopulação forçada enquanto aspectos fundamentais do modo de produção capitalista sem que percebesse que um aspecto básico que articula tais categorias é a reprodução humana e o seu impacto na vida das mulheres? Acima



já discorremos acerca dos trechos em que Marx e Engels falam da condição da mulher em outras partes de suas obras, e como diversos outros autores e autoras já tratavam dos direitos das mulheres à época, ou até mesmo em períodos anteriores. Apontar tais lacunas em uma obra como *O Capital*, portanto, não significa incorrer em anacronismo. Da mesma forma, aproximadamente cem anos depois, Michel Foucault (2007) nos forneceu uma análise riquíssima da produção de discursos sobre sexualidade como forma de controle dos corpos dos trabalhadores, sua reprodução, seu trabalho e o controle populacional, em *A História da Sexualidade*, sem que se voltasse especificamente para o corpo feminino, ignorando também a reprodução e fundindo histórias masculinas e femininas.

É compreensível que esses pensadores, por vezes, apresentem falhas em seus projetos intelectuais. A partir do trabalho de Deutscher (2017, p. 5-6), torna-se viável efetivar uma crítica que revisita os limites que são frequentemente atribuídos aos teóricos e aos filósofos: o gesto de identificar uma ausência no que pode ser extraído de uma teoria não deve tornar-se a evidência do fracasso daquela teoria. É necessário encontrar em meio a obras já canônicas como a de Marx, Engels e Foucault, a relação entre suas omissões, reservas e suspensões. Consequentemente, para que avancemos num projeto eficaz de inclusão da História das Mulheres junto ao cânone historiográfico e não mais enquanto empreitada marginal, tais lacunas ainda precisam ser preenchidas.

Segundo Dorlin (2021, p. 18), o saber feminista pode ser definido como uma genealogia no sentido foucaultiano, ao passo em que se trata de um projeto “de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para desassujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico”.

Como apontou Federici, de maneira precisa:

o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação do trabalho (FEDERICI, 2017, p. 24).

À época em que Marx e Engels publicaram suas obras, também era extraída a mais-valia do corpo das mulheres trabalhadoras, produtoras e reprodutoras de capital e mão-de-obra. Não à toa, em meio às intensas transformações no capitalismo industrial, ocorre a tipificação do crime de aborto, em 1803, pelo Parlamento britânico. Desde o final do século XVI, sanções contra a ilegitimidade eram parte integral do sistema judicial britânico, que

operava sob a lógica das “Leis dos Pobres”, objetivando proteger as paróquias do fardo econômico representado pelas as crianças pobres ilegítimas e suas mães (GOWING, 2003, p. 117). O advento do aborto enquanto ofensa criminal, contudo, surge como novidade do século XIX no controle populacional dentro das leis daquele reino.

Marx também fez avaliações críticas e complexas com relação à autoridade paterna dentro das famílias e à sua reestruturação, impulsionada pelo aumento da presença de mulheres e crianças nas fábricas do capitalismo industrial. Observa-se, em *O Capital* (Livro I), a transformação na divisão do trabalho e na jornada de trabalho realizada pela introdução da maquinaria nas manufaturas e sua relação com o trabalho feminino e infantil. Os trabalhos manuais que anteriormente eram especificamente masculinos em virtude da necessidade do dispêndio de maior força bruta, tornam-se possibilidades para mulheres e crianças capazes de operar máquinas. Por sua vez, os capitalistas extraíam uma parcela maior de mais-valor dessa força de trabalho, que era comprada a preços inferiores em comparação com o trabalho dos homens (MARX, 2011, p. 330-336).

Marx chamou a atenção dos seus leitores para outros problemas com relação à introdução da maquinaria, como a redução das jornadas de trabalho e maior exploração dos trabalhadores:

Vimos, então, como a maquinaria, apropriando-se do trabalho de mulheres e crianças, aumenta o material humano sujeito à exploração pelo capital, de que maneira ela confisca todo o tempo vital do operário mediante a expansão desmedida da jornada de trabalho e como seu progresso, que permite fornecer um produto imensamente maior num tempo cada vez mais curto, acaba por servir como meio sistemático de liberar, em cada momento, uma quantidade maior de trabalho, ou de explorar a força de trabalho cada vez mais intensamente (MARX, 2011, p. 330).

Seguidamente, Marx se mostra claramente contrário à exploração específica que recai sobre as mulheres e crianças, porém, argumenta que havia a possibilidade do surgimento de uma nova relação entre os sexos, rearranjada em função dessa nova estrutura produtiva:

Não foi, no entanto, o abuso da autoridade paterna que criou a exploração direta ou indireta de forças de trabalho imaturas pelo capital, mas, ao contrário, foi o modo capitalista de exploração que, suprimindo a base econômica correspondente à autoridade paterna, converteu esta última num abuso. Mas por terrível e repugnante que pareça a *dissolução do velho sistema familiar no interior do sistema capitalista*, não deixa de ser verdade que *a grande indústria*, ao conferir às mulheres, aos adolescentes e às crianças de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção situados fora da esfera doméstica, *cria o novo*

*fundamento econômico para uma forma superior da família e da relação entre os sexos* (MARX, 2011, p. 371, grifo meu).

Tal perspectiva otimista não é sustentada por Marx sequer no parágrafo seguinte de sua argumentação em *O Capital, Livro I*, mas, principalmente, também inspirou muitas críticas feministas no sentido de que pensadores radicais homens, desde então, foram incapazes de perceber a complexa realidade posta às mulheres trabalhadoras que também lideram suas famílias.

Pode-se argumentar que essa realidade ainda estava muito distante de Marx, e que foi apenas o neoliberalismo que aprisionou essas mulheres em jornadas de trabalho triplas – trabalho formal, trabalho doméstico e trabalho de cuidado? Uma análise mais aprofundada da formação da classe trabalhadora na Inglaterra, com uma periodização de longa duração, nos forneceria uma resposta mais completa. É possível afirmar, contudo, que desde o final do século XVIII, 13% dos *households*<sup>4</sup> na Inglaterra eram liderados por mulheres viúvas. Segundo Livingstone (2007, p. 143), viúvas tinham de 2 a 3 possibilidades a menos de casar de novo que viúvos, ao passo em que homens eram mais dependentes do trabalho de mulheres (especialmente se tinham crianças)<sup>5</sup>.

Outro ponto polêmico que surge nesse ponto da obra, era a denúncia de uma possível “degeneração” da classe operária formada por mulheres e crianças. O que Marx afirmou foi justamente que a composição operária feita por indivíduos de ambos os sexos e diversas faixas etárias seria:

em sua forma capitalista, natural-espontânea e brutal – em que o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador –, é uma fonte pestífera de degeneração e escravidão, pode se converter, sob as condições adequadas, em fonte de desenvolvimento humano (MARX, 2011, p. 371-372).

---

<sup>4</sup> Segundo Keith Wrightson (2013:30-34), o *household* era a unidade mais básica de produção econômica do século dezesseis e por longos períodos a frente. Era composta por um grupo de pessoas que vivia debaixo do mesmo teto, geralmente sob a autoridade de um chefe –em geral um homem adulto, embora nem sempre. O *household* era uma unidade de trabalho que possuía necessidades de consumo, reprodução e produção. Um *household* da nobreza podia incluir até 80 pessoas, dentre familiares imediatos, oficiais da propriedade, numerosos criados e filhos de clientes. Em classes abaixo da *gentry*, eram usualmente compostas por famílias nucleares.

<sup>5</sup> Ainda, segundo Bridget Hill (1989:6), poucas mulheres trabalhadoras no século XVIII passaram por alguma cerimônia legal de casamento. Aquelas que o faziam eram frequentemente desertadas, por vezes vendidas. A cerimônia de casamento e o divórcio eram processos financeiramente custosos. Inclusive, Hill menciona uma crise no casamento no final do século XVII e início do XVIII: em comparação com períodos anteriores, era o maior número de mulheres que não se casavam (HILL, 1989: p. 7). Além disso, de acordo com Hubbard (2012: p. 2), “era provável que mulheres se tornassem viúvas e se casassem novamente, repetidas vezes”.

O trecho impulsionou uma interpretação equivocada de Federici (2021, p. 67), que julgou que Marx falava da degeneração das trabalhadoras num sentido moralista, contudo, percebo que ele se referia a uma degeneração física, fornecendo relatos a respeito das variadas doenças que mulheres e crianças contraíram em trabalhos intensivos e inseguros, como nas minas abaixo da terra.

Outro relatório citado por Marx mencionava uma degeneração moral das operárias que chegavam a ter inúmeros filhos ilegítimos, porém Marx em si não faz nenhuma observação moralista acerca do que o outro autor julga enquanto uma “moralidade de baixo nível”. Marx estava, na verdade, citando as palavras de um relatório do Conde Montalembert sobre o trabalho infantil: “Não admira que a ignorância e o vício abundem numa população criada dessa maneira. [...] Sua moralidade está no mais baixo nível. [...] Grande parte das mulheres têm filhos ilegítimos, e muitas numa idade tão precoce” (MARX, 2011, p. 540). O trecho faz alusão às estratégias às quais os capitalistas recorriam para empregar mais mulheres e crianças, em razão do valor inferior da mão-de-obra desses grupos.

Outra hipótese de Federici é que Marx demonstrava ter a expectativa de que o trabalho industrial eventualmente incorporasse a mão-de-obra feminina, num processo similar ao da proletarização dos camponeses desapropriados de terra. Por tal motivo, ele fala da condição das trabalhadoras de maneira específica apenas no capítulo 13, silenciando-se a esse respeito em outros momentos da obra. Contudo, não era uma parcela majoritária da população feminina que era empregada no setor fabril: de acordo com Federici (2021), uma fração entre 20 a 30% da população feminina total. Além disso, segundo Federici, as mulheres abandonavam o trabalho assim que davam à luz. O trabalho doméstico continuou sendo feito em distritos industriais: à noite, aos domingos, realizado por jovens ou idosas que as operárias contratavam para cuidar das crianças (FEDERICI, 2021, p. 72).

Em *O Capital, Volume I*, Marx nos traz também, embora apenas de relance, um relato que ilumina a relação das trabalhadoras da época com os trabalhos domésticos. Durante a Guerra Civil nos Estados Unidos, um relato de um médico enviado ao interior pelo governo estadunidense observou que, em razão da guerra, a produção fabril havia sido suspensa, o que ocasionou às mulheres operárias “tempo livre necessário para amamentar suas crianças, em vez de envenená-las com Godfrey’s Cordial (um opiato), e também dispunham de tempo para aprender a cozinhar” (MARX, 2011, p. 468). Esse episódio sugere que apenas uma guerra e uma crise mundial propiciaram uma oportunidade para que essas mulheres realizassem trabalho de cuidado dos filhos e do lar, visto que, em outros momentos, as

operárias não tinham tempo para tal dedicação, como indica o costume que havia de alimentar bebês com opiato em vez do leite materno.

Essa questão pertence ao debate mais amplo acerca da diferença entre trabalho produtivo e não-produtivo que será melhor explorado no próximo item – basicamente, o fato de que em *O Capital, Livro I*, Marx não aborda uma grande variedade de formas de trabalho que já eram existentes na Inglaterra Moderna. Ainda assim, sem um olhar específico destinado a questionar a divisão sexual do trabalho, um estudioso com um olhar clínico pode observar como Marx deixou de lado a especificidade do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico frente ao trabalho manual ou intelectual, quando, por exemplo, define o trabalho enquanto “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2011, p. 188).

### **O problema do trabalho “não-produtivo” e a teoria da reprodução social**

Empenhada em preencher tais lacunas no pensamento de Marx, Federici (2021) também aponta que o desinteresse de Marx pelo trabalho doméstico “tinha raízes mais profundas, decorrentes de sua concepção de 'trabalho', do que considerava valioso nele e quais formas de trabalho julgava relevantes para o desenvolvimento capitalista e para a “luta de classes” (FEDERICI, 2021, p. 75-76).

Para Marx, o processo de trabalho opera uma transformação do objeto de trabalho de acordo com uma finalidade concebida desde o início:

Com exceção da indústria extrativa, cujo objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza, tal como a mineração, a caça, a pesca etc. (a agricultura, apenas na medida em que, num primeiro momento, explora a terra virgem), todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como a semente na agricultura (MARX, 2011, p. 190).

Seja por estar demasiado focado no processo industrial, ou por, de fato, não ter considerado o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico enquanto trabalhos, quando fazemos a leitura desse excerto de *O Capital*, percebemos uma limitação teórica na análise de Marx. Subsiste uma noção de que o trabalho deve produzir algo: seja a matéria-prima em si, fruto de extrativismo, seja a transformação industrial que várias matérias primas sofrerão na fabricação de um objeto.

De fato, como aponta Arruzza (2017, p. 44), no centro do debate marxista acerca do trabalho doméstico está o questionamento se este produz valor e mais-valor ou apenas valor de uso. Segundo a autora,

as feministas marxistas e socialistas não negam que o trabalho de reprodução é um tipo de trabalho [...]. Mas elas insistem que a forma social desse trabalho, e o conjunto específico de relações sociais no interior do qual ele se realiza (como, por exemplo, as relações de parentesco), pode ser distinguido teoricamente do trabalho formal remunerado (ARRUZZA, 2017, p. 47).

Arruzza faz tais apontamentos apoiada na chamada teoria da reprodução social. Em 1983, Lise Vogel identificou a noção de reprodução social como a base para uma teoria unitária da opressão de gênero e sua relação com o capitalismo (ARRUZZA, 2017, p. 40). A reprodução social chama a atenção para três dimensões na reprodução: 1) reprodução biológica da espécie, 2) a reprodução da força de trabalho 3) a reprodução das necessidades de provisionamento e cuidado. A questão aqui é a confusão entre produção e reprodução: algumas feministas, inclusive, afirmaram que se trata do mesmo processo, evocando que o próprio Marx daria indicativos nesse sentido. Arruzza (2017, p. 40) refuta com veemência essa observação, indicando uma diferença entre uma “reprodução social” (renovação e da manutenção da vida e das instituições e o trabalho necessário aí envolvido) e outra “reprodução societal” (reprodução de um sistema inteiro de relações sociais).

Há uma enorme controvérsia que cerca a teoria da reprodução social, acusada, por algumas feministas, de correr o risco do “determinismo biológico”, ao explicar a opressão das mulheres dentro do capitalismo a partir de seu papel no lar como aquelas que dão à luz e são trabalhadoras domésticas (ARRUZZA, 2017, p. 50). O importante é enxergar como esse papel é o resultado de dinâmicas sociais e de escolhas políticas, e não um produto inevitável da biologia (ARRUZZA, 2017, p. 50). A questão, ao fim e ao cabo, se coloca da seguinte forma: será que o processo de acumulação primitiva capitalista, as decorrentes novas relações de produção e exploração do trabalho, bem como a dinâmica de luta de classes, contribuíram para a criação de uma ideologia de gênero e de desigualdades de gênero de uma maneira fundamental? Ou será que essa desigualdade e ideologia de gênero estaria fundamentada numa divisão sexual do trabalho articulada pela família, unidade de organização social historicamente muito mais antiga do que o capitalismo? É justamente em razão de questionamentos como esses que não podemos falar de capitalismo sem trazer a evolução histórica do patriarcado dentro dele.

Em *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti elaborou dessa forma as questões desenvolvidas acima:

até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou de uma mera persistência de uma tradição cultural, na qual a mulher representava um ser submisso, ou ainda de uma redefinição dessa tradição, *tendo-se em vista seu emprego racional como meio para a consecução de fins como o confinamento, no lar, de uma mão-de-obra que o sistema produtivo dominante não tem capacidade de absorver* (SAFFIOTI, 1976, p. 19, grifo meu).

Questionamentos como os de Saffioti têm sido expandidos para investigações históricas, sociológicas, antropológicas e econômicas, principalmente desde a consagração dos *Women's Studies* e linhas de pesquisas de gênero nas universidades do Ocidente, especialmente nos EUA, desde os anos 1970<sup>6 7</sup>.

A resposta de Bhattacharya (2019, p. 102), ao analisar *O Capital* de Marx atentamente, é que a força de trabalho feminina para Marx e alguns marxistas é, na verdade, ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local “baseado em laços de parentesco”, nomeadamente, a família. Autoras como Federici (2017, p. 8) argumentam que, na transição do sistema feudal para o modo de produção capitalista, houve a reorganização do trabalho doméstico, da vida familiar, da criação dos filhos, da sexualidade, das relações entre homens e mulheres e da relação entre produção e reprodução na Europa dos séculos XVI e XVII. Com efeito, é frutífero analisar tais mudanças ocorridas nessa transição para responder mais inquietações dentre os estudos da divisão sexual do trabalho sob uma perspectiva histórica, mas infelizmente, Federici não forneceu embasamento documental convincente nessa obra para sustentar sua argumentação de que no feudalismo as mulheres não eram exploradas em função do trabalho doméstico e do trabalho reprodutivo como o foram no capitalismo.

---

<sup>6</sup> A partir de tese desenvolvida em um desses programas estadunidenses, a autora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2017) observou que as feministas ocidentais, enquanto grupo, transformaram as "questões particulares" das mulheres em questões públicas, de forma necessária e bem sucedida. Contudo, universalizaram sua experiência para o resto do mundo. Os conceitos feministas estão enraizados na família nuclear, generificada por excelência: há o homem-provedor e a mulher-dona-de casa. Como raça e classe não variam nesse modelo de família, o feminismo branco, preso no interior dessa família, não enxerga raça e classe.

<sup>7</sup> Mohanty e Alexander (2016) buscaram fazer um balanço das últimas décadas de *Women's Studies* nos EUA, acompanhando a nova visibilidade dos *women's issues* no cenário global, tentando propiciar uma visão que articulasse o global com o local, a partir de experiências, histórias e auto-reflexões das feministas de cor e do terceiro mundo, acompanhando a globalização e as mudanças geopolíticas. Segundo elas, nos anos 1970 a formulação da categoria "gênero" e sua difusão por uma variedade de disciplinas era um dos mais importantes objetivos dos *Women's Studies*. Nos anos 1990, surgiram novos desafios: as divisões de classe, a racialização e a heteronormatividade que operavam dentro desses programas (ALEXANDER, MOHANTY; 2016, p.xvi).

Para Scott (1988, p. 58-64), os estudos históricos de movimentos dos trabalhadores na Grã-Bretanha à época de Marx – como o Cartismo, o Owenismo, o Luddismo – também falharam em construir movimentos de classe que incluíam a participação das mulheres. À época, havia uma concepção da diferença sexual que estava intimamente ligada com o âmbito do natural, ao contrário da concepção de classe a partir da qual os movimentos de trabalhadores se organizam, como construto social que deveria ser superado.

A representação masculina da classe também afetou a definição que o movimento dos trabalhadores deu aos problemas dos trabalhadores. Já que as mulheres não eram consideradas trabalhadoras, foi difícil encontrar uma solução para a crise competitiva criada por alguns tipos de comércio masculino que empregavam mulheres com uma baixíssima remuneração que não fosse a remoção das mulheres da força de trabalho (SCOTT, 1988, p. 64).

Ainda segundo Scott, somente quando compreendemos a construção generificada da classe trabalhadora é que chegamos a novas perspectivas sobre velhos problemas como os problemas de competitividade para mulheres, a diferença na remuneração entre os sexos, a organização da classe trabalhadora feminina, problemas que são centrais para o movimento dos trabalhadores como um todo, não apenas às mulheres. Scott (1988) vai além e argumenta que não apenas Marx invisibilizou o trabalho feminino em sua obra, mas também a tradição marxista posterior, como Thompson em *A formação da classe operária inglesa*. Ainda que esse apagamento na análise de Thompson fosse fruto da suposição de alguma igualdade entre os trabalhos masculino e feminino na classe operária, isso fez com que a especificidade do trabalho doméstico e reprodutivo fosse ignorado ou desprezado na abordagem da consciência de classe das mulheres: ou havia trabalhadoras excepcionais que se comportavam como homens, dentro dos moldes de um racionalismo admirado por Thompson, ou havia aquelas que, uma vez que demasiado atreladas à domesticidade, foram incapazes de desenvolver consciência de classe (SCOTT, 1988).

Observamos também que Marx, focado exclusivamente nas relações de produção, oculta de sua análise trabalhos referentes ao “setor de serviços” em outras abrangências, a exemplo de advogados, médicos, e variadas profissões liberais que, na segunda metade do século XIX europeu, já se encontravam bem estabelecidas. Quanto às mulheres trabalhadoras, sabe-se que ao longo do século XVIII, dentre a população urbana de Londres, o serviço doméstico era a ocupação mais comum para as mulheres. De fato, a análise do trabalho das mulheres nas sociedades capitalistas ocidentais, por muito tempo, deixou às margens o trabalho do cuidado, aquele que não é remunerado ou, ainda hoje, é precarizado em serviços



terceirizados como o das trabalhadoras da limpeza, alimentação, enfermagem, professores primários.

Existe uma demanda crescente dentro do movimento feminista para que se contabilize a “economia do cuidado” enquanto atividade produtiva. Carole Pateman (1989) sugere que a divisão entre tais tipos de trabalho não era tão naturalizada assim no século XIX, ao analisar as categorias elencadas em alguns censos britânicos ao longo do tempo. Segundo a autora, em 1851, na Grã-Bretanha, as mulheres envolvidas com trabalhos domésticos não remunerados foram categorizadas enquanto classe produtiva. A classificação mudou apenas após 1871, e em 1911 as donas de casa já tinham sido removidas da população economicamente ativa. Um censo australiano de 1891 diferenciava duas categorias: “os ganha-pão” e os “dependentes” (PATEMAN, 1989, p. 187).

De todo modo, Federici (2021, p. 64) insiste em formas de expandir a teoria da reprodução social iniciada por Marx, levando-a aos lugares que ficaram de fora de sua obra, mas rejeitando os conceitos de trabalho e do sujeito revolucionário de Marx. Em *O Capital, Livro I*, é notório o momento em que Marx explica a luta de classes:

o capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora (MARX, 2011, p. 223).

As mulheres, desde então, conseguiram adentrar a esfera do campo dos “direitos iguais”, mencionados por Marx nos embates jurídicos travados entre capitalistas e trabalhadores, contudo, não em todos os tipos de trabalho – especialmente quando falamos de trabalho reprodutivo, do cuidado e doméstico. Até os dias de hoje, as mulheres têm lutado, e apenas mais recentemente elas lutam organizadas enquanto uma categoria política e social, sempre em contestação e em processo constante de reinvenção. As frentes de luta feministas são amplas: na historiografia, autoras como Scott (1988) apontam para o apagamento da participação feminina na construção de movimentos operários e da própria consciência de classe. Como observou Rago (2012, p. 5):

as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, em seus direitos, mas em suas ações. Suprimidas da História, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado. O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes.

No campo dos movimentos sociais, persiste a luta por remuneração justa dos trabalhos domésticos e de cuidado, pelo acesso pleno aos direitos reprodutivos e pelo fim da violência feminicida. Contudo, o capitalismo fagocitou facilmente o feminismo liberal, e que mulheres brancas que se tornam CEO sob o discurso liberal da igualdade de salários ainda mantém o *status quo* da concentração de riquezas e contribuem para o agravamento da crise climática global.

Há outras opções de feminismo, e a crítica da luta de classes se mostra relevante novamente nesse sentido. O aprofundamento dos valores neoliberais das últimas décadas chama a atenção para a impossibilidade de pensar um "caminho do meio". Nossa forma contemporânea de capitalismo, predatório e financeirizado, dominou o globo terrestre nos últimos quarenta anos e levou a humanidade à crise que vivenciamos hoje. A atmosfera está poluída, as democracias liberais corrompidas, e reformas modestas não significam conquistas significativas para reverter tal cenário. Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 3-5), é necessário que se trace um caminho feminista grevista, que se una a outros movimentos anticapitalistas e antissistêmicos para que o feminismo se torne um movimento majoritário, dos 99%. Apenas através da conexão do feminismo com movimentos ambientalistas, antirracistas e em prol dos direitos dos imigrantes e do trabalho, o feminismo alcançará os desafios de nosso tempo presente.

### Referências

ALEXANDER, . MOHANTY, C. **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**. New York e London: Routledge, 1996.

ANDRADE, Megue. **Corpos à margem e o ethos filosófico: para pensar gênero e a filosofia**. Dissertação de Mestrado em Metafísica, Universidade de Brasília, 2018.

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T., & FRASER, N. **Feminism for the 99%: A Manifesto**. Verso, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. “Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos”, **Cadernos Cemarx**, nº10, 2017, pp.

BHATTACHARYA, Tithi. “O que é a teoria da reprodução social?”, **revista outubro** nº 32, 2019, pp. 101-113.

- BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021, 285p.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. IN: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
- DEUTSCHER, P. **Foucault's Futures: A Critique of Reproductive Reason**, Columbia University Press, 2017.
- DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista**. São Paulo: Ubu, 2021, 156p.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo editorial, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007. (16ª ed.).
- GIMENEZ, Martha. **Marx, Women and Capitalist Social Reproduction**. Haymarket books, 2019.
- GOWING, Laura. **Common Bodies: Women, Touch and Power in Seventeenth-Century England**. New Haven e Londres: Yale University Press. 2003, 260p.
- HARVEY, David. **Para Entender o Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013,
- HILL, Bridget. **Women, Work and Sexual Politics in Eighteenth-Century England**. Londres e Nova Iorque: Routledge. 1989, 277 p. 335.
- hooks, bell. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South end press, 1984.
- LIVINGSTONE, Rebecca M. **Unsettled Households: Domestic Homicide in Seventeenth-Century England**. Tese, Tulane University, 2007, 283p
- MACHADO, B. A. Articulando utopias: algumas possibilidades do encontro entre feminismo negro e o marxismo da reprodução social. **Lutas Sociais**, 22 (40), 2018, 23–35.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011. 715p.
- MURARO, Rose. **Os seis meses em que fui homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020 (8ª edição). 302p.
- OKIN, Susan. **Women in Western Political Thought**. Princeton University Press, 1992.
- OYEWUMI, Oyeronke. **La Invención de las Mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá, Colombia: Editora En la frontera, 2017.
- PATEMAN, Carole. **The disorder of women: Democracy, Feminism and Political Theory**. Stanford University Press, 1990. 236p.
- RAGO, Rago, M. (2012). “Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil”. **Cadernos AEL**, 2(3/4). Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612>

SAFIOTTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of History**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988. 242 p.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, jul/dez 1993.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020, 140p.

## Mundos do Trabalho infantil: Registros de uma fotógrafa imigrante

*Worlds of child labor: registers from an immigrant photographer*

Maria Clara Lysakowski Hallal,<sup>1</sup>UFPEL

Taiane Mendes Taborda,<sup>2</sup> UFPEL

### Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar como Hildegard Rosenthal - uma fotógrafa imigrante - capturou um grupo específico de habitantes/ocupantes da cidade de São Paulo em 1940: os jovens trabalhadores que exerciam suas atividades na urbe paulistana. Para isso, utilizamos três fotografias e para a análise ser efetiva, empregamos um método baseado em duas etapas, sendo a primeira: "Processos técnicos fotográficos", e o segundo momento: "Processos interpretativos fotográficos". Como conclusões, compreendemos que os registros da fotógrafa nos auxiliam a compreender os mundos do trabalho da década de 1940 e, além disso, nos provoca incômodos e faz refletir sobre a situação específica desse grupo retratado - jovens, maioria não brancos, de classe baixa, que exerciam suas atividades remuneradas de maneira informal, sem mecanismos de seguridade social.

**Palavras-chave:** Mundos do trabalho infantil; Fotografias; Hildegard Rosenthal.

### Abstract

This article aims to investigate how Hildegard Rosenthal - an immigrant photographer - captured a specific group of inhabitants/occupants of the city of São Paulo in 1940: the young workers who carried out their activities in the city of São Paulo. For this, we used three photographs and for the analysis to be effective, we employed a method based on two stages, being the first: "Photographic technical processes", and the second: "Photographic interpretative processes". As conclusions, we understand that the photographer's records help us to understand the world of work in the 1940s and, moreover, it makes us uncomfortable and makes us reflect about the specific situation of this portrayed group - young people, mostly non-white, from a lower class, who performed their remunerated activities in an informal way, without social security mechanisms

**Keywords:** Worlds of child labor; Photographs; Hildegard Rosenthal.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2010). Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2022). Especialização em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2016). Mestra em História pela UFPEL (2014). Atualmente é Doutoranda em História pelo PPGH – UFPEL, com financiamento CAPES. É pesquisadora do Laboratório de Política e Imagem (LAPI UFPEL). Tem interesse em estudos sobre cultura visual, cidades, gênero e processos migratórios. E-mail para contato: clarahallal@hotmail.com

<sup>2</sup> Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (2006). Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Castelo Branco (2008) e Mestrado em História pela UFPEL (2012) na área de concentração em Fronteiras e Identidades. Atualmente é Doutoranda em História pelo PPGH - UFPEL e professora de Ensino Fundamental e Médio. E-mail para contato: taianemt@gmail.com

Pensar os mundos do trabalho e dos(as) trabalhadores(as) em 1940 sob a perspectiva de uma fotógrafa imigrante – Hildegard Rosenthal - é o tema deste artigo. Para tanto, procuramos situar as experiências de trabalho infantil, em uma perspectiva Thompsiana (1981), selecionadas pelas lentes da fotógrafa. Entendemos que pensar os mundos do trabalho inclui os modos de ver das camadas sobrepostas de uma cidade, isto é, como os diferentes sujeitos se estabelecem, relacionam-se e exercem atividades produtivas dentro daquela urbe.

Portanto, este artigo objetiva investigar o olhar de uma fotógrafa imigrante – Hildegard Rosenthal – para um grupo específico de habitantes/ocupantes da cidade de São Paulo em 1940: os pequenos/jovens trabalhadores que ocupavam a urbe paulistana. Faz-se necessário, primeiramente, entender a trajetória de Hildegard Rosenthal e sua importância para o cenário fotográfico brasileiro do período. Após, discutiremos a questão do trabalho infantil e, por último, apresentaremos e analisaremos as fontes: três fotografias de jovens trabalhadores, todos do sexo masculino.

### **Hildegard Rosenthal: trajetórias e percursos**

Para situar Hildegard Baum Rosenthal, apresentamos sua trajetória. Ela nasceu na Suíça, em 1913, na cidade de Zurique, mas logo sua família foi para a Alemanha. Em Frankfurt, ao longo de sua juventude, fez cursos de fotografia e técnicas de revelação fotográfica. Sua juventude foi marcado por contexto histórico envolvendo a República de Weimar, que foi um período após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que durou de 1918 até o início do regime nazista, em 1933. Momento em que a Alemanha passou por períodos de turbulência política, mas, também, especialmente entre 1923-1928, o país viveu um momento de estabilidade política e econômica, refletindo em novas iniciativas nas artes e cultura alemã (FIOCHI, 2020).

Essas novas iniciativas refletiram em vários aspectos dentro da cultura alemã, mas, nas artes, especialmente, as fotografias tiveram mudanças profundas em suas técnicas. A partir de então, foram utilizados nas imagens, novos ângulos, novos temas (como registrar o dia a dia das pessoas), planos oblíquos e utilização de distorção e novas perspectivas imagéticas (FABRIS, 2011).

Nesse cenário, Hildegard Rosenthal se aprofundou em fotografar e permaneceu na Alemanha até 1933, momento que se muda para Paris a fim de estudar Pedagogia. No novo país e cidade, a fotógrafa conhece aquele que seria o seu marido, o Walter Rosenthal. O casal permanece na França até 1934, quando, por questões de trabalho, retornam à Alemanha. No ano seguinte, Hildegard foi contratada como fotógrafa pela agência jornalística *Rhein*

*Manischer Bildverlag*, ocasião em que executou trabalhos de fotografias e matérias para a imprensa, permanecendo no cargo até o início de 1936. Sobre esse breve período de volta ao país, Rosenthal comenta: “Mas nós voltamos, infelizmente, outra vez, para a Alemanha. E depois tínhamos que fugir de lá” (ROSENTHAL, 1981).

A fuga que Rosenthal comenta e o retorno à Paris, em 1936, se deve porque Walter era de ascendência judaica, e, com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, com o advento do totalitarismo na Alemanha e a consolidação do III Reich, a perseguição contra esse grupo aumentou consideravelmente. Ainda em 1936, com o avanço das políticas antissemitas<sup>3</sup> na Alemanha, Walter resolveu acompanhar sua família (seu irmão Hans Rosenthal e seus pais) para o Brasil, a fim de adquirem terras em Rolândia, Paraná<sup>4</sup> (DINES, 2018).

Enquanto Walter emigrou para o Brasil, Hildegard Rosenthal permaneceu em Paris por mais um ano, trabalhando como *au pair* na casa dos artistas Marc Swarc, pintor, e da sua esposa, Eugenia Markov, escritora. Em tal local, conheceu artistas e recebeu uma recomendação para se encontrar no Brasil com Lasar Segall, pintor judeu que havia emigrado para o país há alguns anos. Esse encontro auxiliaria a fotógrafa a se estabelecer no Brasil futuramente, e especialmente ingressar no mundo de artistas e exposições – momento em que ela adentrou nesse cenário e registrou esses trabalhos.

Em 1937, Hildegard Rosenthal chega ao Brasil e ela e Walter se casam. Em seguida, estabelecida em São Paulo, Hildegard Rosenthal trabalha em empresas de revelação de fotografias, até virar sócia de uma nova empresa, a *Press Information*, que enviava reportagens e fotografias do Brasil para outros países. Permaneceu no local até por volta de 1950, momento em que nasce a sua primeira filha e a fotógrafa passa a dedicar-se a imagens do universo infantil. Porém, em 1970 foi redescoberta e teve os seus trabalhos relançados e expostos em mostras pelo Brasil e exterior. A fotógrafa faleceu em 1990, mas seus últimos 15 anos de vida foram dedicados a esse processo de expor seus trabalhos.

Enquanto Hildegard Rosenthal desenvolvia suas atividades no Brasil e em especial, em São Paulo, o país estava no período denominado Estado Novo (1937-1945), momento do terceiro governo da Era Vargas<sup>5</sup>, e ações antidemocráticas foram feitas, como o fechamento

---

<sup>3</sup> Episódios que marcam as perseguições contra os judeus (entre 1933 -1936), especialmente na Alemanha: 1933: queima dos livros e prisão de intelectuais judeus; instalação da Câmara de Cultura do Reich; 1935: Leis de Nuremberg; judeus proibidos de exercer qualquer tipo de profissão e ocupar cargos públicos; proibição de casamentos e relações sexuais entre alemães arianos e judeus.

<sup>4</sup> Rolândia é um local que foi colonizado na década de 1930 por imigrantes alemães, sendo ocupado, aproximadamente, por 400 famílias, entre as quais 80 eram de origem judaica. Além disso, o local ficou conhecido por abrigar judeus fugidos da ascensão dos regimes totalitários e da Segunda Guerra Mundial.

<sup>5</sup> As fases da Era Vargas: Governo Provisório (1930-1934) do Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

do Congresso Nacional, das Assembleias Estaduais e das Câmaras Municipais. O período foi reconhecido como ditatorial, mas, ao mesmo tempo, era necessário manter a população satisfeita. Para isso, avançou o nacionalismo brasileiro, junto à projeção do Brasil e da cultura nacional (GOMES, 1994).

Era parte importante desse projeto a incorporação da classe trabalhadora ao contexto institucional do país. Nesse sentido, a carta constitucional de 1934 iconizava a direção do governo Vargas, que apresentava diretrizes relevantes de regulação das relações de trabalho formal, conforme afirma Biavaschi:

No período de 1930 a 1942, além de uma normalização dirigida à seguridade social e aos acidentes de trabalho, verificaram-se: um pujante processo de institucionalização de regras de proteção ao trabalho – dirigidas à nacionalização do trabalho, às mulheres, aos menores, aos comerciantes, aos industriários, aos marítimos, aos mineiros, aos ferroviários, aos bancários, às estabilidades, ao salário mínimo; [...] (BIAVASCHI, 2005, p. 122).

Ainda, para a (o) fotógrafa (o) trabalhar em pleno Estado Novo, especialmente nas ruas do Brasil, era necessário um salvo conduto, assinado pelo diretor do DIP. O instrumento, na verdade, nas palavras de Ana Maria Mauad, “era um órgão censor e repressor de atividades culturais no Brasil [...]” (MAUAD, 2020, versão para Kindle, posição 20). Mas, ainda assim, foi nesses órgãos institucionais que a fotografia passou a ser valorizada. A partir de então, fotógrafos estrangeiros foram contratados para a nova função, como os já citados Jean Manzon (1915-1990), que chegou ao Brasil em 1940, e Marcel Gautherot (1910-1996), que desembarcou no país em 1939 (COELHO, 2006).

A fotógrafa em questão – Hildegard Rosenthal – não foi contratada pelo governo varguista. Contudo, as consequências daquele governo – como a censura, necessidade do salvo conduto, e mais tarde os resultados decorrentes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1941, influenciaram no fotografar da profissional. Fato elucidado na sua entrevista quando comenta que: “Durante o governo de Vargas eu tive dificuldade, sim. Precisava de autorização para trabalhar nas ruas” (ROSENTHAL, 1981). Nesse contexto, o governo impôs as restrições impostas pelos imigrantes/cidadãos dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) que moravam no Brasil, que, dentre outras, proibia que se falassem língua em público que não o português, associações e clubes tiveram de mudar de nome e modificar ou encerrar suas atividades ligadas a suas culturas de origem, dentre outras. Em relação a essa situação, Hildegard Rosenthal elucidada que, depois da guerra, sua maior dificuldade era em relação ao material (ROSENTHAL, 1981).



Portanto, a fotógrafa teve suas dificuldades durante o período varguista, contudo, não podemos esquecer que, as décadas de 1930 e 1940, foram, especialmente, um período rico para o circuito das artes em São Paulo. Enquanto a cidade se desenvolvia e se modernizava, oriunda da instalação das fábricas e crescimento da urbanização, criou-se novas linguagens fotográficas, e muito deve-se ao grupo de fotógrafas(fotógrafos) imigrantes que trouxeram para o Brasil suas técnicas. Sendo essas oriundas, em muitos casos, de novos equipamentos - compactos, ágeis, sem tripé - o grande formato ficou para trás -, podia-se criar registros mais rápidos. Criou-se dessa forma, uma nova linguagem sobre as pessoas da cidade, tirava-se fotografias do dia a dia, sem necessidade de poses ou grandes esperas durante o ato de fotografar.

Portanto, Hildegard Rosenthal, ainda que não fosse contratada pelo Estado, agiu independentemente ou, por meio da agência de notícias que trabalhava, fazendo parte desse novo grupo de profissionais que registrou o Brasil, especialmente de São Paulo e os novos atores sociais da urbe, produzindo uma documentação da cidade. Para o momento, estabelecemos o olhar da fotógrafa para os pequenos/jovens trabalhadores que ocupavam a urbe paulistana na década de 1940.

### **Situação da criança e jovem no Brasil - anos 1940**

O trabalho infantil é um tema discutido na atualidade: no ano de 2019, já havia mais de 1,7 milhões de crianças e adolescentes sob essa condição<sup>6</sup>. Em todo o mundo, o número de jovens que trabalham já chegou a 160 milhões nos tempos atuais, e houve um aumento<sup>7</sup> de 8,4 milhões de meninas e meninos nessa situação<sup>8</sup>. De acordo com Lombardi:

O uso do trabalho infantil continua, portanto, a ser uma prática usual na atualidade, sendo motivo de preocupação da UNICEF (um Fundo das Nações Unidas específico para a Infância), criado em 1946 como uma agência da ONU (Organização das Nações Unidas) para promover a defesa dos direitos das crianças, prestar ajuda para o atendimento de suas necessidades básicas e contribuir para o seu pleno desenvolvimento. Para esta agência o trabalho infantil é definido como toda forma de trabalho abaixo dos 12 anos de idade, em quaisquer atividades econômicas; qualquer trabalho entre 12 e 14 anos que não seja trabalho leve; todo o tipo de trabalho abaixo dos 18 anos enquadrado pela OIT nas "piores formas de trabalho infantil" (LOMBARDI, 2010, p. 137).

<sup>6</sup><https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo> Acesso em: 20/10/2021

<sup>7</sup> O aumento se refere entre 2016 a 2020.

<sup>8</sup><https://data.unicef.org/resources/child-labour-2020-global-estimates-trends-and-the-road-forward/> Acesso em: 20/10/2021

Em 1940, período do recorte temporal deste trabalho, o total da população do estado de São Paulo era de 5.845.111. E desse quantitativo, o grupo com idades de 10 a 19 anos, 761.345 eram meninos, e 767.565 meninas<sup>9</sup>. Na região metropolitana de São Paulo, a população era de aproximadamente 1,5 milhões e desse número, cerca de 85% vivia na capital. Em relação à população infantil, existia um discurso oficial que envolvia a importância da escola, entrelaçada com discussões sobre a saúde infantil (KUHLMANN JR, 2004).

A situação da criança brasileira, de forma geral, a partir dos anos 1920 até 1940, era vista sob duas óticas: o menor<sup>10</sup> era o termo utilizado para a criança descuidada, que possuíam, conforme Irma Rizzini

Uma infinidade de características negativas [da família], tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas (RIZZINI, 1993, p. 96).

Já para as crianças de famílias de classe média e alta, o cuidado era resguardado, inclusive sua infância e o direito de estudar. Em relação às leis trabalhistas para as (os) jovens, em 1927 foi criado um código específico sobre os menores que proibiu o trabalho antes dos 12 anos, inclusive para jovem aprendiz (LOPES, 2019).

Em 1923, foi criado outro Decreto<sup>11</sup>, dentre outras coisas, criou a carteira de trabalho e regulamentou o trabalho juvenil, mas somente em indústrias, não contemplando outras ocupações. A idade mínima para o exercício de atividades passou a ser de 14 anos. Logo, menores entre 14 e 18 anos podiam trabalhar e ter a carteira de trabalho (MATOS, 2019). Esse era o contexto dos mundos do trabalho juvenil em 1940 no Brasil, período que Hildegard Rosenthal retratou meninos, aparentemente com idades entre 10-16 anos, exercendo atividades como carregadores de feira, entregador (venda) de jornais e sapateiro mirins.

As pesquisas que cercam os mundos do trabalho têm, cada vez mais, incorporado em suas análises a categoria de “experiência”, tão bem fundamentada nos estudos do historiador britânico E. P. Thompson (1981, p. 112), para quem “é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento [...]”. Desse modo, trabalhadoras e trabalhadores são forjados pelas experiências que advém de suas condições

---

<sup>9</sup> Censo demográfico de 1940

<sup>10</sup> Neste trabalho utilizamos a palavra "menor" por opções de semântica.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d20910.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d20910.htm). Acesso em: 02/10/2021.

materiais e é a percepção delas, mais do que exatamente a vivência dessas experiências, que resultaria na consciência de classe.

Para Thompson, através das experiências é possível melhor compreender as mudanças e permanências históricas, bem como reconstituir a história de homens e mulheres reais, comuns. Assim, as investigações históricas inter-relacionam múltiplas evidências que não se submetem passivamente aos questionamentos, mas antes, nas palavras do autor,

[...] esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15, grifos do autor).

A partir dessa definição são analisadas as imagens produzidas pela fotógrafa compreendendo que elas oportunizam a historicização das experiências de trabalho dos sujeitos fotografados, uma vez que foram escolhidas por ela experiências laborais específicas, as vivências cotidianas de jovens trabalhadores, para registrar a classe trabalhadora paulista em 1940.

Ao fazer essas seleções, Rosenthal fixa a imagem do trabalho infantil em atividades que ainda persistem na vida diária de muitas crianças brasileiras. Igualmente importante é fazer a intersecção com a questão étnica reconhecendo esse elemento de análise como essencial na leitura dessa sociedade, revelada nas fotografias, que impõe principalmente a crianças negras a opressão do trabalho nas ruas. Essas variáveis não podem ser observadas isoladas porque “em dado contexto, são relevantes no posicionamento e na identificação das pessoas, assim como no seu acesso a espaços e recursos” (BIROLI, 2018, p. 34).

A partir dessas reflexões, é preciosa a contribuição de Lopes (2019) ao analisar as fotos 3x4 de jovens trabalhadores constantes em fichas de qualificação profissional. Embora o foco do autor seja o trabalho formal, é possível traçar paralelos na observação das imagens:

Dessa forma, as fotografias dos jovens trabalhadores se tornam indícios importantes à compreensão sobre o trabalho infanto-juvenil nas décadas de 1930 e 1940, já que permitem não apenas dar a ver seus rostos, como também apontam para as condições de trabalho nas quais estavam envolvidos e que nem sempre respeitavam a legislação vigente (LOPES, 2019, p. 349).

Portanto, em relação às fotografias dos jovens trabalhadores que serão analisadas, Hildegard Rosenthal fez um corte transversal daquela sociedade paulistana, e retratou os meninos/jovens trabalhadores da cidade.

### **Fotografias de jovens trabalhadores da cidade de São Paulo**

Hildegard Rosenthal, uma mulher imigrante, fotógrafa, deslocava-se pelo Brasil para fotografar o país e os brasileiros. Em muitos momentos, por encomenda de revistas, jornais ou da agência que trabalhava. Em outras situações, por iniciativa própria, para conhecer a cidade (ROSENTHAL, 1981). As fotografias dos jovens trabalhadores são fruto de uma série de imagens de crianças pela cidade de São Paulo, independentes, que Hildegard Rosenthal realizou na urbe paulistana. Posteriormente, algumas dessas imagens, especialmente, dos carregadores de feira e menino jornaleiro (fotografias 1 e 2) foram publicadas no jornal Estado de São Paulo, em matérias (escritas por jornalistas), em que denunciavam o trabalho infantil. Logo, as fotografias foram encaixadas à posterior nas matérias escritas por contratados pelo jornal.

Para a análise das fontes ser efetiva, dividimos em dois momentos. A primeira etapa é baseada nas questões técnicas das fotografias, sendo denominado “Processos técnicos fotográficos”. Nesse momento, situações como iluminação e plano fotográfico são levados em consideração. O segundo eixo denominado “Processos interpretativos fotográficos”, auxilia a compreendermos as relações entre bibliografia e questões formais dos registros. Portanto, apresentamos a primeira foto em que aparecem dois meninos negros, com caixotes de vime, encarregados de auxiliar os frequentadores das feiras.

**Fotografia 1:** Carregadores de feira, São Paulo, SP, c. 1940.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.

Hildegard Rosenthal caminhava por São Paulo, seja com uma encomenda fotográfica para executar, ou simplesmente passeando e usufruindo da cidade, como gostava de fazer (ROSENTHAL, 1981). Por isso, ao analisarmos suas fotografias, é como se a fotógrafa nos convidasse a olhar esses atores sociais de São Paulo. Por conseguinte, a imagem explicitada está na horizontal, e permite que nós, expectadores, compreendamos que os motivos principais são dois meninos, negros, e que exercem a função de carregadores de feira.

De forma geral, havia a necessidade das pessoas, especialmente trabalhadores, utilizarem roupas mais formais, inclusive infantis (CRANE, 2006). No caso dos garotos retratos, a composição dos seus vestuários, nos passa a sensação que o tamanho das roupas são inadequadas para os meninos, parecem maiores do que seus corpos. Ainda há sinais de desgaste e manchas. Assim, devido a suas condições financeiras, o vestuário tem que ser reaproveitado ou usado além do que o tempo permite.

Pelo olhar e posição dos meninos, a fotografia foi simulada. O plano médio permite entendermos o contexto do registro. Era uma feira livre - com algumas barracas dispersas atrás dos garotos, e pessoas - homens, mulheres -, caminhando. Também é possível observar o desenquadramento na fotografia. Aliás, na maioria dos registros da fotógrafa, ocorre essa questão. Como disse Jacques Aumont, o desenquadrar é "desviar o olhar do centro de interesse da cena. Desenquadrar é sempre enquadrar de *outra maneira*" (AUMONT, 2012, p. 164, grifos do autor).

Portanto, ao privilegiar o foco fotográfico nos meninos, mas oportunizando espaço para que o observador entenda toda a composição imagética, Hildegard Rosenthal permite que consigamos compreender o local da feira livre, e o caminhar dos passantes. E ainda, pelos olhares dos garotos, podemos entender que eles estavam observando o público do lugar, para ver os potenciais clientes e estarem à disposição quando fossem chamados.

Os carregadores das feiras, em geral, ficavam em pontos específicos ou circulavam em busca dos fregueses. Dependendo do local em que os consumidores morassem, os pequenos trabalhadores podiam deixar as mercadorias na casa dos compradores (SATO, 2012). O serviço dos garotos era sem vínculo empregatício, mas não eram totalmente livres, isto é, dependiam da boa vontade ou favores dos comerciantes. Podendo haver, inclusive, uma remuneração entre as duas partes (os jovens trabalhadores podiam, em alguns casos, pagar uma pequena contribuição para o feirante, em troca de serem chamados para auxiliar o cliente).

Os motivos que levaram (e ainda levam) os pequenos ajudantes de feira, assim como outras crianças trabalhadoras, a ingressarem tão cedo no mercado de trabalho, ainda que informal, são diversos. Pode ser, nas palavras de Fábio Machado Pinto: "da necessidade de um rendimento maior para as famílias empobrecidas (...) são oferecidas as posições mais inferiores, más condições de trabalho, má remuneração, tarefas desgastantes e longa jornada" (PINTO, 1997, p. 52).

A falta de opção e a necessidade de ajudarem suas famílias, levava (e ainda leva) esses pequenos trabalhadores ao mercado de trabalho. E como a maioria não aparentava ter nem a idade mínima para trabalhar (14 anos) ou mesmo que tivessem, não era fácil conseguir um emprego razoavelmente remunerado, os garotos acabavam exercendo funções nas ruas. E o espaço favorecia para ampliar o leque de opções para conseguirem alguma renda para si e a sua família, mas também que não garantia direitos e segurança.

Importante ressaltar o atravessamento da questão étnica nessa leitura. Os(as) filhos(as) da escravidão, mesmo depois de mais de um século libertos(as) dos grilhões, ainda são jogados(as) às tarefas de mais baixa remuneração e que exigem maior esforço físico. Afinal, “ser negro” é visto historicamente como um fenômeno negativado. Essas percepções são levadas ao âmbito do trabalho, muitas vezes a partir de representações dos negros como predispostos a exercer determinadas funções” (SILVA; SARAIVA, 2020, p. 537).

Nota-se, analisando a imagem, que estamos observando o olhar de Hildegard Rosenthal sobre aqueles meninos ali representados. É uma documentação sobre o trabalho infantil – como uma mulher branca, europeia, viu e observou aqueles garotos negros, em

situação informal de trabalho. Logo, observamos do ponto de vista dos processos interpretativos fotográficos que, a fotógrafa, registrava a geografia humana em constante circulação. As cenas que ela fotografava são resíduos de atores sociais/ da vida daqueles personagens. Portanto, nas palavras da própria Hildegard Rosenthal, “Eu tinha contato direto com a população, meu tema preferido eram as crianças” (ROSENTHAL, 1981).

Ao longo de sua trajetória profissional, o tema crianças/jovens perpetuou-se em seus trabalhos, desde questões como o brincar das meninas/meninos até o trabalho infantil. A próxima fotografia continua no tema do trabalho infantil, agora mostra um pequeno jornalista, ou melhor, entregador de jornal. Esses garotos que entregavam os periódicos, percorriam as cidades – bares, botequins, e estabelecimentos comerciais -, carregando uma sacola com vários exemplares e gritavam as principais notícias do dia. Apresentamos a imagem:

**Fotografia 2:** Menino jornalista, São Paulo, SP, c. 1940.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS

A fotografia do menino jornaleiro está na vertical e o plano médio permite que se veja a sua sombra (podemos ver até mesmo o reflexo da fotógrafa no balcão do bar) refletida na parede e no vidro atrás de si, indica que era um dia solar. Ainda, pensando sob o ponto de vista interpretativo fotográfico, alguns elementos aparecem na cena: o sorriso do garoto, nos indica sensação de travessura. Sentimento mais evidente ao vermos a meia - em uma perna, está até o joelho e na outra está sem o acessório ou, possivelmente, abaixado. É uma forma de demonstrar, por parte dos envolvidos, que aquele pequeno trabalhador ainda era uma criança.

Na hora do registro, Hildegard Rosenthal estava na mesma altura do menino. E essa facilidade de registrar crianças, também se deve ao próprio porte da fotógrafa. Nas palavras dela: "Eu sou de estatura pequena, eu me visto simplesmente. Eu tenho jeitinho de puxar um papo" (ROSENTHAL, 1981). Logo, retratar o público infantil era fácil para a profissional - podia se abaixar, quando necessário, ou percorrer facilmente os caminhos do trabalho que os garotos faziam.

Compreendemos que o fato de Hildegard Rosenthal ser uma mulher imigrante em busca de raízes, do desejo de entender aquele novo país, a ajudou a ter olhos para os habitantes e, especialmente, para os pequenos trabalhadores da urbe paulistana. Nessa direção, apresentamos a próxima imagem, em que é retratado um menino engraxate.

**Fotografia 3:** Pequeno engraxate, São Paulo, SP, c. 1940.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.



Tudo indica que fotografia do pequeno engraxate foi combinada entre os envolvidos, e a horizontalidade da imagem, permite que observemos o garoto, sentado na calçada, no meio do seu ofício. Ainda, podemos ver o paralelepípedo da rua. A fotógrafa se abaixou no momento do registro, logo, o ângulo é o *contre-plongée*.

Outro fator a ser observado, é que trata-se de um menino não branco, o que em níveis de exploração do trabalho, o coloca em uma situação mais difícil. Pois, conforme Flávia Biroli (2016), a exploração não é igual para todos os envolvidos nos processos de trabalho. Assim como as mulheres negras são as que mais sofrem, os homens negros também não usufruem dos benefícios que o patriarcado poderia dar a eles, ainda mais um garoto.

Também se pensava na década de 1940, que quanto mais cedo a criança, especialmente a de classe baixa, pudesse ser inserida no mercado de trabalho, mais estaria comprometida com o seu futuro e da sua família (SANTOS, 2000). Assim, mesmo em crianças com idade inferior à permitida (menores de 14 anos), e exercendo funções de certa forma, perigosas, na rua, sem amparo do Estado, o trabalho era incentivado. Obviamente para os jovens de classe baixa. Com isso, os estudos eram, em muitos casos, negligenciados.

Portanto, no início da década de 1940, as contradições que ainda hoje envolvem o trabalho infantil apresentavam-se nas ruas da cidade de São Paulo. Pois, pensava-se que as crianças e jovens deveriam possuir estudos e serem saudáveis. Contudo, tais recomendações eram aplicadas, com mais rigor, nas classes médias e altas, pois nas classes baixas, o trabalho infantil era tolerado e até mesmo incentivado. Logo, por meio dos registros de Hildegard Rosenthal, pudemos visualizar, entender e discutir o olhar de uma estrangeira para esse grupo específico de trabalhadores - os jovens/crianças que exerciam atividades informais de trabalho.

### **Considerações Finais**

Este artigo objetivou investigar o olhar de uma fotógrafa imigrante – Hildegard Rosenthal – para um grupo específico de habitantes/ocupantes da cidade de São Paulo em 1940: os pequenos/jovens trabalhadores que ocupavam a urbe paulistana. Por meio de três fotografias, apreendemos um recorte da captura da profissional para esses jovens trabalhadores.

Em três fotografias apresentadas, Hildegard Rosenthal retratou um grupo de jovens trabalhadores, todos do sexo masculino. São eles: carregadores de feira, menino jornalista e pequeno engraxate. E desse grupo, apenas o jornalista era um garoto branco. Logo, a

fotógrafa nos mostrou que, ao menos em sua visão, o trabalho infantil mais penoso era dado a meninos negros (entendendo que carregar caixotes na feira e ser engraxate são ofícios mais trabalhosos e exigem mais esforço físico).

Portanto, compreendemos que o olhar de Hildegard Rosenthal para esse grupo específico de habitante da urbe de São Paulo- os jovens trabalhadores - era de uma estrangeira, tentando compreender aquele Brasil composto de contradições - pois, o trabalho infantil sob certos aspectos era incentivado (especialmente de jovens de classe baixa). Logo, a fotógrafa provoca incômodos ao expectador dessas fotografias, e nos faz refletir sobre a situação desse grupo retratado naquele período de 1940.

### Fontes

ROSENTHAL, Hildegard. Entrevista realizada com Hildegard Rosenthal. Entrevista concedida a Boris Kossoy e Hand Gunter Flig. **Instituto da Imagem e do Som**, São Paulo, maio, 1981. Disponível em: <http://acervo.mis-sp.org.br/audio/entrevista-de-hildegardrosenthal-parte-14-0#> Acesso em: 04/02/2020.

ROSENTHAL, Hildegard. Carregadores de feira, São Paulo, SP, C. 1940. Acervo: IMS.

ROSENTHAL, Hildegard. Meninos jornaleiro, São Paulo, SP, C. 1940. Acervo: IMS.

ROSENTHAL, Hildegard. Pequeno engraxate, São Paulo, SP, C. 1940. Acervo: IMS.

### Referências Bibliográficas

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 2012.

BIAVASCHI, Magda. **O Direito do Trabalho no Brasil – 1930-1942**: A construção do sujeito de direitos trabalhistas. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, p. 719 - 68, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>. Acesso em: 20/10/2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. v. 2: censo demográfico: população e habitação.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2006

COELHO, Maria Beatriz. O campo da fotografia profissional no Brasil. **Varia hist**. Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p.79-99, June 2006, Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752006000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em 20/08/2020

DINES, Yara Schreiber. O autorretrato e o alter ego de Hildegard Rosenthal, em São Paulo/Brasil, duplos diálogos com a fotografia moderna. **Labrys**, études feministes/ estudos feministas. São Paulo, s/v, s/p, Julho/ 2017 - junho 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510012>. Acesso em: 15/07/2020

FABRIS, AnnaTeresa. **O desafio do olhar**: fotografias e artes visuais no período das vanguardas históricas, Vol I. São Paulo: Martins Fontes, 2011

FIOCHI, Marco Aurélio. **Cidade, indústria e modernidade na representação fotográfica de Hans Günter Flieg (1940-1960)**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/29547>. Acesso em: 10/10/2021.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.53-72.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. Trabalho e educação infantil em Marx e Engels. **Revista HISTEDBR** On-line. Campinas, n.39, p. 136-152, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/ADIR/Downloads/lcoutinho,+art08\\_39.pdf](file:///C:/Users/ADIR/Downloads/lcoutinho,+art08_39.pdf) ISSN: 1676-2584. Acesso em: 20/06/2022.

LOPES, Aristeu Elisando Machado. Jovens trabalhadores em 3x4: fotografias e história do trabalho no Rio Grande do Sul, 1933-1943. **Varia Historia**. Belo Horizonte, Vol. 35, n. 67, p.345-376, jan/abril 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/wJh3XkvsTwPLkmF5gVSzJB/?lang=pt>. Acesso em: 20/09/2022.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

MAUAD, Ana Maria. Isso não é uma janela: uma fotografia e sua história. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis; MENESES, Patrícia. **A imagem como experimento**: debates contemporâneos sobre o olhar (org.). Vitória: Editora Milfontes, 2020. *E-book* (156p.), p.11-22. Disponível em: [https://editoramilfontes.com.br/acervo/A\\_imagem\\_como\\_experimento.pdf](https://editoramilfontes.com.br/acervo/A_imagem_como_experimento.pdf). Acesso em: 10/06/2022.

PINTO, Fábio Machado. **A universidade e o trabalho infantil**: a produção docente sobre o trabalho infantil na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão), Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/22324>. Acesso em: 10/10/2021

PRIMEIRA lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos . **Senado**, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em: 1 ago. 2022.

RIZZINI, Irma. **A assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, 1993.

SANTOS, Glauber Maciel dos. **Trabalho Infantil no Brasil**. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Proteção Integral para Crianças e Adolescentes, Fiscalização do Trabalho, Saúde e Aprendizagem. Florianópolis: DRT/SC, 2000. p. 07.

SATO, Leny. **Feira livre**: organização, trabalho e sociabilidade. São Paulo: EDUSP, 2012.

SILVA, Matheus Arcelo Fernandes e SARAIVA, Luiz Alex Silva. Relações raciais e histórias de vida: trabalhadores industriais negros em foco. **Organizações & Sociedade** [online]. São Paulo, v. 27, n. 94, p. 532-555, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270947>. Acesso em: 10/08/2022.

TRABALHO infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo. **UNICEF**, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>. Acesso em: 20/10/2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

**Professores e Trabalhadores: memórias docentes sobre o Curso de História da  
FAFIN/FFCL (atual UFRN)**

*Teachers and Workers: teaching memories about the History Course at FAFIN/FFCL  
(current UFRN)*

Clivya da Silveira Nobre,<sup>1</sup> UFRN

**Resumo**

O objetivo deste artigo foi investigar de que maneira um grupo de professores aposentados do Curso de História da Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN), posteriormente chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), construiu representações da formação ofertada no Curso e das condições do trabalho docente, no período anterior à incorporação do Curso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1968. Para isso, foram analisadas entrevistas feitas com os docentes da primeira e segunda gerações, em 2006 e em 2018. Foram mobilizados os conceitos de Trabalho (LEFEBVRE, 2013), Geração (SIRINELLI, 1986), Fonte Oral (PORTELLI, 2016) e Memória (NORA, 1993). Foi utilizada a metodologia de análise de fontes orais. Foi notável a influência nesse processo do objetivo de atender demandas do tempo presente da produção das fontes orais, pela circunstância comemorativa dos momentos (efemérides dos 50 e 60 anos do Curso).

**Palavras-chave:** História do Ensino Superior de História; UFRN; Memória; História Oral; Trabalho.

**Abstract**

The objective of this article was to investigate how a group of retired professors from the Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN) History course, later called Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), constructed representations of the training offered in the course and the conditions of teaching work, in the period prior to the incorporation of the course to Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), in 1968. For this, interviews with teachers of the first and second generations were analyzed, in 2006 and in 2018. The concepts of Work (LEFEBVRE, 2013), Generation (SIRINELLI, 1986), Oral Source (PORTELLI, 2016) and Memory (NORA, 1993) were mobilized. The methodology of analysis of oral sources was used. The influence in this process of the objective of meeting the demands of the present time of the production of oral sources was remarkable, due to the commemorative circumstances of the moments (ephemeris of the 50th and 60th anniversary of the course).

**Keywords:** History of Higher Education of History; UFRN; Memory; Oral History; Work.

**Introdução**

O professor é um trabalhador, e como tal, precisa de uma formação adequada e acessível e isto é uma conquista da classe trabalhadora docente. Discussões sobre a necessidade da educação básica estar ao alcance da população como um todo para que a nação

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista CAPES. Licenciada em História pela UFRN.

brasileira fosse cidadã e democrática remontam ao Brasil Imperial,<sup>2</sup> porém isto só se tornou lei em 1934<sup>3</sup>. A partir deste momento, o ensino básico passou por uma expansão, acompanhada do crescimento da categoria dos professores. Mas, como ter especialistas em disciplinas como História, Geografia, Letras, se existiam poucos Cursos superiores nestas áreas, no país<sup>4</sup>? Diante desta inquietação, os integrantes da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) tomaram a iniciativa de fundar a Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN), em 1956 (Ata da sessão solene..., 1956), com os primeiros Cursos de História, Geografia e Letras Neolatinas do Rio Grande do Norte. A própria APRN teve como objetivo o “elevamento [sic] moral e profissional da muito nobre classe a que pertence [a classe dos professores]” (LIMA, 1921, p. 10), objetivo que também permeou a fundação da FAFIN. Mas, como toda conquista social, a formação de professores no estado não estava garantida.

Em 1960, a FAFIN passou a ser administrada por outra instituição, a Fundação José Augusto, e foi chamada de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal (FFCL). Até ser integrada à já existente Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1968, a FFCL passou por dificuldades financeiras, superadas a partir dos esforços de seus alunos, professores e funcionários<sup>5</sup>. Portanto, o recorte temporal selecionado para a análise visa identificar as especificidades deste período para a história do ensino superior de História no Rio Grande do Norte. O Curso de História que foi da FAFIN e da FFCL, e que hoje está atrelado à UFRN,<sup>6</sup> ainda existe em 2023, após 65 anos do início de suas atividades. Em 2006

---

<sup>2</sup> Ao longo do período do Império e da Primeira República, a elite intelectual brasileira dedicou-se a repensar estratégias para a construção e consolidação da identidade nacional, dentre as quais a instrução pública e o ensino de História se destacaram. Manoel Bomfim (GONTIJO, 2001), Esmeralda Masson de Azevedo (SANTOS, 2017), Rui Barbosa (LOURENÇO FILHO, 2001) e Américo Brasiliense (REIS, 2013) foram alguns dos pensadores que discutiram estas questões. Nestas circunstâncias, os intelectuais consideraram a popularização da educação e do letramento a principal maneira de garantir a cidadania e a integração dos grupos sociais populares à nação democrática e progressista. Este processo se intensificou nas décadas de 1920 e 1930, para atender a demanda por qualificação dos trabalhadores. Neste período, ocorreram profundas transformações sociais, econômicas e culturais, que provocaram maior urbanização, industrialização, e o crescimento da classe média urbana, composta principalmente por profissionais liberais (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 1-2).

<sup>3</sup> De acordo com a Constituição de 1934, art. 149: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.” (BRASIL, 1934).

<sup>4</sup> Foi só a partir da década de 1930, que ocorreu a fundação dos primeiros cursos superiores exclusivamente dedicados à História no Brasil, entre eles os da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (FFCL-USP), em 1934, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB), em 1939, e da Faculdade de Filosofia de Recife, a FAFIRE, em 1940 (atualmente incorporada à UFPE), com o objetivo de formar professores para atender a demanda da expansão da educação.

<sup>5</sup> De acordo com (LIMA, 2002, p. 20-21) e (MEDEIROS, 1987, p. 18), este processo foi de tensões entre os interesses defendidos pela elite política e intelectual local, que administrava a FFCL, e os dos funcionários e alunos, favoráveis à federalização.

<sup>6</sup> Para maior fluidez da leitura, a partir daqui, o curso de História em análise será referido a partir do nome da instituição ao qual estava atrelado no período. Por exemplo, se estiver sendo discutido o curso entre 1957 e 1960,

e em 2018, nas datas em que foram comemorados os 50 e 60 anos de sua existência, foram produzidas, transcritas e arquivadas, de maneira institucional, entrevistas com alguns professores que atuaram ou que foram formados no Curso de História naquele período anterior à federalização.

Deste modo, o objetivo do presente artigo é analisar as entrevistas de três destes profissionais, João Wilson Mendes Melo, Alberto Pinheiro de Medeiros, e Cláudio Augusto Pinto Galvão, para identificar de que maneira elas apresentaram representações da formação ofertada no Curso de História e as condições de trabalho de seu corpo docente, no período anterior à federalização (1956-1968)<sup>7</sup>.

### **Os Entrevistados**

Ao todo, foram feitas, com professores, seis entrevistas em 2006, e oito entrevistas, em 2018. Por meio dos dados identificados neste material, os entrevistados foram categorizados em gerações, de acordo com as datas de ingresso no corpo docente do Curso de História, de aposentadoria, assim como os anos em que alguns deles foram estudantes neste espaço de ensino. De acordo com o teórico Jean-François Sirinelli, os intelectuais podem se relacionar com mais facilidade com os sujeitos que têm similaridades em sua trajetória, como idades próximas ou vivências em comum, e estes grupos, ou gerações, se relacionam com outros que os antecederam ou sucederam, seja por meio da influência ou da ruptura. Ele orientou que o mapeamento destas relações pode ser uma estratégia de investigação da memória e identidade compartilhadas pelos indivíduos (SIRINELLI, 2003, p. 254-255).

De acordo com esta definição, é possível afirmar que o corpo docente do Curso de História teve três gerações: a dos professores precursores, ou primeira geração, composta pelos intelectuais que iniciaram o Curso; a da segunda geração, cujos integrantes foram os alunos formados pelo Curso em questão, a partir de 1960, que retornaram como docentes; e a terceira geração, de ingressantes na docência universitária ao longo da década de 1970, após a federalização da FFCL. Após estas três gerações, os professores que passaram a compor os quadros do Curso de História tiveram origens e trajetórias profissionais e de formação muito distintas, por isso não compõem gerações como as anteriores, de acordo com a definição de Sirinelli. Os entrevistados em 2006 e 2018 pertenciam às três primeiras gerações do Curso.

---

será chamado curso de História da FAFIN, se for sobre o período entre 1960 e 1968, será curso da FFCL, e, de 1968 em diante, curso de História da UFRN.

<sup>7</sup> Dentre as demais entrevistas feitas em 2006 e 2018, aquelas que contemplaram a perspectiva destes três professores citados foram as que melhor representaram a história do Curso no período anterior a sua incorporação à UFRN, pois os demais entrevistados, de modo geral, ingressaram no corpo docente após este período. Isto justifica a escolha dos três registros selecionados para a presente análise.

No Quadro 1 foram sistematizados os dados sobre os docentes e as entrevistas feitas com eles, como seus nomes, quais foram formados pelo Curso de História em questão, período de suas passagens no espaço de ensino como alunos e como professores, e as datas das entrevistas.

**Quadro 1. Dados sobre os docentes do Curso de História da FAFIN/FFCL/UFRN entrevistados em 2006 e 2018, nas iniciativas institucionais dos 50 e 60 anos do Curso (em 2006 e 2018, respectivamente)**

<b>Docente</b>	<b>Formação superior</b>	<b>Período de estudante no Curso de História</b>	<b>Período de docência no Curso de História</b>	<b>Geração</b>	<b>Data das entrevistas dadas</b>
João Wilson Mendes Melo	Direito	Não se aplica	1957 - 1987	Primeira	Uma entrevista em 2006
Mariza Moura de Miranda	História	1960 - 1963	1963 - 1989	Segunda	Uma entrevista em 2018
Alberto Pinheiro de Medeiros	História	1958 - 1960	1965 – 1988	Segunda	Duas entrevistas em 2006
Cláudio Augusto Pinto Galvão	História	1959 - 1962	1963 – 1998	Segunda	Uma entrevista em 2018
Marlene da Silva Mariz	História	1969 - 1972	1976 – 1995	Terceira	Uma entrevista em 2006 e outra em 2018
Wicliffe Andrade da Costa	História	1970 - 1973	1976 - atualidade (2023)	Terceira	Uma entrevista em 2006 e outra em 2018
Maria Ferdinanda Silveira Soriano da Cruz	História	1968 - 1970	1976 – 2010	Terceira	Uma entrevista em 2006
Márcia Maria Lemos de Souza	História	1970 - 1973	1976 – 1996	Terceira	Uma entrevista em 2018
Maria Leneide Câmara de Oliveira	História	1970 - 1973	1976 – 1991	Terceira	Uma entrevista em 2018
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva	Biblioteconomia	Não se aplica	1976 - atualidade (2023)	Terceira	Uma entrevista em 2006 e outra em 2018
Fausto Pinheiro Neto	Ciências Econômicas	Não se aplica	1974 – 1997	Terceira	Uma entrevista em 2018

Fonte: quadro produzido pela autoria, de acordo com os dados encontrados no DVD 50 anos de História e no acervo do LABHO-UFRN.



Através do Quadro 1, é possível notar que João Wilson Melo foi o único professor da primeira geração a ser entrevistado, deste modo, ele apresentou um ponto de vista único, o de um fundador do FAFIN, que participou ativamente do início de sua estruturação. Já os professores Alberto Medeiros, Cláudio Galvão e Mariza Miranda foram os únicos da segunda geração, ou seja, que compartilharam a experiência de estudar e lecionar no Curso de História antes do processo de mudança para a administração federal. Porém, a entrevista de Mariza Miranda não contemplou os aspectos analisados no presente artigo, as características do ensino no Curso antes de 1968, pois priorizou outros temas, portanto, não foi incluída na presente investigação. Para o objetivo do artigo, foram selecionados os registros orais de João Wilson Mendes Melo, de Alberto Pinheiro de Medeiros e de Cláudio Augusto Pinto Galvão.

A primeira geração de professores se caracterizou pela formação na área do Direito de seus integrantes, assim como o envolvimento deles na estruturação da FAFIN, e o perfil profissional de autodidata. Estes são os intelectuais que mobilizaram as ferramentas do método histórico, para produção de historiografia escrita e/ou ensinada, e que não tiveram formação superior específica na área de História. Antes mesmo da fundação das faculdades de filosofia no Brasil, existiram estudiosos que

Construíam seus textos políticos recorrendo a fontes e metodologias diversificadas (arquivos privados, material iconográfico etc.) e, principalmente, contextualizavam a questão que examinavam na vida socioeconômica do país, da região, da cidade (GOMES, 1996b, p. 61).

Até a consolidação do ensino superior das ciências humanas no Brasil, os limites entre as áreas das chamadas “humanidades” ainda não eram muito definidos, era comum que os intelectuais atuassem simultaneamente em áreas como História, Geografia, na escrita literária e jornalística, por exemplo (GOMES, 1996a). Ao produzir historiografia, eles utilizavam os critérios da objetividade e do compromisso com as fontes documentais, e desta forma, puderam ser considerados historiadores (GOMES, 1996a).

A partir de 1960, com a formatura dos primeiros alunos, o Rio Grande do Norte passou a ter historiadores universitários formados localmente. Naquele período, como já dito, a FAFIN mudou de nomenclatura, ao ser chamada FFCL, sob a administração da Fundação José Augusto (GALVÃO, 2018, p. 4). A partir de então, ocorreu a criação de novas cátedras,<sup>8</sup> e estas novas vagas possibilitaram que ex-alunos pudessem ingressar na docência universitária. Trata-se da *segunda geração*, unida por semelhanças de idade (nascidos na década de 1930), de experiência profissional (já tinham carreira no magistério básico) e de

---

<sup>8</sup> De acordo com: (GALVÃO, 2018, p. 4), (MELO, 2006, p. 3-4) e (LIMA, 2002, p. 25).

formação (se graduaram em História na mesma instituição e no mesmo período, e também atuaram no ensino superior ao mesmo tempo).

Os fatos históricos afetam os sujeitos de diferentes idades de maneiras diferentes, com maior ou menor impacto, o que pode criar diferentes gerações atreladas à solidariedade de idade (SIRINELLI, 1987, p. 107). Nesse caso, os aspectos políticos e sociais que permearam as experiências dos docentes os influenciaram de maneiras diferentes de acordo com variáveis, se eram graduandos ou professores da graduação, por exemplo. Os entrevistados da segunda geração foram docentes juntos durante parte da década de 1960, e ao longo das décadas de 1970 e 1980. Desse modo, enfrentaram de maneira conjunta as diferentes demandas políticas, acadêmicas e governamentais que recaíram sobre os docentes do nestas três décadas. Todas estas vivências comuns foram características que distinguiram estes professores num recorte geracional, diferenciando seus olhares sobre a memória do Curso dos pontos de vista assumidos pelas demais gerações.

### **O ensino no Curso de História da FAFIN/FFCL pelas narrativas orais docentes: João Wilson Melo**

João Wilson Melo foi um dos entrevistados em 2006 que integrava a primeira geração. Ao construir uma narrativa sobre si, Melo enfatizou sua busca por garantir um ensino de História baseado na interpretação, no diálogo e na crítica histórica. Ele afirmou: “Aperfeiçoei-me através do estudo de didática para que não realizasse aquela aula discursiva como se fazia antigamente, mas fizesse uma aula prática, uma aula que transmitisse conhecimento e que servisse para a formação dos alunos” (MELO, 2006, p. 2). Além disso, o professor atribuiu à influência da corrente historiográfica da Escola dos Annales a sua opção por privilegiar em suas aulas o ensino sobre o legado cultural dos diversos povos mais do que a memorização de fatos, nomes e datas ligados à história política. Quando questionado se os demais professores do Curso também tinham intenções semelhantes em suas aulas, Melo afirmou: “Algumas das outras disciplinas de História seguiram essa corrente francesa. [...] Para muitos professores, sim. A disciplina Introdução deu essa noção geral. Os novos professores licenciados já saíram com essa noção nova de história” (MELO, 2006, p. 11-12).

Diante desta afirmação foi notável que este professor precursor buscou construir uma representação do Curso, que ajudou a estruturar, como um espaço de formação ligado às mais atualizadas concepções históricas, e que esta perspectiva não se restringia a iniciativa dele. Provavelmente ele estava se referindo aos professores da segunda e terceira gerações, que foram seus alunos, e não aos seus colegas precursores. Entretanto, ao responder a questão

sobre o ensino naquele espaço de ensino como um todo, Melo optou por apontar esta perspectiva como um aspecto geral. Desse modo, é compreensível que Melo buscou produzir uma representação do espaço institucional do Curso de História no qual o ensino crítico e significativo era uma prioridade, através do relato que ele fez sobre o próprio trabalho.

### **As narrativas orais do Professor Alberto Medeiros**

Dentre os entrevistados em 2006, o representante da segunda geração foi Alberto Pinheiro de Medeiros, e a descrição feita por ele do Curso de História da FAFIN/FFCL apresentou opinião negativa sobre a presença de professores no ensino superior de História sem formação específica na área. Ao contar uma situação em que dividiu com um bacharel em Direito o ensino de História da América, em 1965, Medeiros se posicionou da seguinte maneira:

A disciplina foi dividida em História da América I e II, eu fiquei com uma e a outra foi dada a um advogado, que não tinha feito História nem nada, a minha vantagem foi essa. Ele estava ali para depois ser transferido para a faculdade de Direito, fiquei revoltado e os alunos também, ele não aguentou e teve que sair. Deram logo a transferência dele para faculdade de Direito, por que podiam ter colocado outro, licenciado em História, pois existia (MEDEIROS, 2006a, p. 8).

Ao opinar sobre esta ocasião, Medeiros centrou sua crítica no fato de que naquele ano, em 1965, já havia graduados em História no estado, formados pelo Curso da UFRN, buscando espaço no mercado de trabalho, e que poderiam ocupar aquela vaga. Porém, ao se referir aos professores da geração dos precursores, dos quais ele foi aluno, ele analisou a questão da falta de formação na área de atuação de outra maneira: “[No momento da fundação] não havia faculdade de História, logo não havia ninguém licenciado em história, então eles aproveitaram quem? Advogados. Todos eram advogados” (MEDEIROS, 2006a, p. 9).

Deste modo, foi possível notar que Medeiros considerou justificável a presença de advogados como docentes de História no ensino superior dentro do contexto da fundação do Curso, quando ingressaram os precursores. Ele entendeu a escassez de profissionais formados na área no Rio Grande do Norte como sintoma da falta de um espaço de ensino superior de História naquele momento, logo, inaugurar a graduação em História foi uma etapa fundamental para a resolução deste problema, mesmo que, para isso, inicialmente, os docentes desta graduação fossem advogados.

Quando questionado sobre sua formação acadêmica, Medeiros atribuiu a sua própria iniciativa a origem dos conhecimentos e habilidades aprendidas e desenvolvidas ao longo de sua carreira na docência. Ele afirmou:

Quando fiz o curso as disciplinas eram muito restritas, acredito que minha formação mesmo foi fora da faculdade, pesquisando, sempre gostei de ler e quando passei a ensinar... Acredito que minha formação se deu principalmente devido à leitura, à pesquisa fora do curso que eu fiz (MEDEIROS, 2006a, p. 6).

Ou seja, o professor demonstrou ter ciência de que a formação promovida pelo Curso de História em seu tempo de aluno, naqueles três primeiros anos após a fundação, não era mais considerada a ideal no momento presente da entrevista, em 2006. Isto é compreensível ao considerar que, até 1960, o currículo era composto por apenas quatro cátedras (LIMA, 2002, p. 25). Para se afirmar como um profissional qualificado, mesmo diante das limitações de sua formação regular, ele destacou seu esforço para complementar seus estudos mesmo depois de formado, por meio de estudos por conta própria.

No período em que Alberto Medeiros graduou-se, todos os professores do eram da primeira geração, logo, quando ele descreveu o ensino de seu ponto de vista de antigo aluno, ele se referiu à prática docente dos professores precursores. Quando questionado sobre o engajamento político dos estudantes nos momentos em que ele era graduando, Medeiros explicou o pouco envolvimento político do corpo discente no geral pelo posicionamento político dos professores: “A influência dos professores era para a direita e isso influenciava os alunos. Eu quando assumi a cadeira de história da América [...] nunca influenciei a posição política dos alunos” (MEDEIROS, 2006b, p. 12). Desta forma, de modo geral, Medeiros caracterizou os professores precursores como conservadores. Além disso, fez uma comparação entre a própria prática docente com a dos professores da primeira geração. Logo após apontar a influência política de seus mestres, Medeiros enfatizou que na sua própria atuação no ensino seu comportamento era o oposto, sempre respeitando a liberdade de escolha política de seus alunos.

Apesar disso, Alberto Medeiros teve o cuidado de evidenciar que existiam exceções entre os professores precursores, quanto ao posicionamento político. Ao se referir a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, voltada para o combate ao analfabetismo em Natal e para a popularização da educação, Medeiros contou:

Fui para lá a convite do meu professor de História da América, Professor Moacyr de Góes. [...] Esta Campanha foi uma frente com o Professor

Moacyr de Góes, que foi o secretário de educação. Uma linha de frente marxista, católica e dos evangélicos (MEDEIROS, 2006b, p. 15; 27).

Ao recordar uma iniciativa que considerou progressista, e encabeçada por um os professores da primeira geração, Medeiros construiu uma representação do Curso e de seus professores marcada pela complexidade, na qual, apesar da predominância do conservadorismo, também tinham exceções, como no caso de Moacyr Góes e sua iniciativa progressista de popularização do ensino.

Outro aspecto que Alberto Medeiros apontou no perfil docente do período inicial foi a severidade nas relações com os alunos. Para exemplificar isto, ele trouxe à entrevista um relato de uma experiência que vivenciou com o professor Hélio Dantas, descrito por professores de diferentes gerações de forma similar, como um professor rígido. Medeiros contou:

Eu ensinava no Ateneu e depois ia assistir à aula dele [de Hélio Dantas], nisso eu estava de terno, correndo, quando eu entrei na sala de aula, suado, eu tirei o terno, então ele me repreendeu: “Saia, vista o terno, peça licença e depois volte” e depois me pediu desculpa, mas era a época. Depois se transformou num grande amigo, homem de uma cultura extraordinária (MEDEIROS, 2006a, p. 8-9).

Neste relato, Medeiros descreveu Dantas como um professor pouco flexível quanto ao cumprimento das regras de vestimenta e de comportamento do alunado, e este fato não foi apontado com tom de crítica negativa, mas de compreensão, visto que o entrevistado destacou que esta característica nas relações em sala de aula “era a época”, ou seja, eram comuns e naturalizadas no período rememorado. Houve uma preocupação em explicitar as especificidades do perfil docente esperado no período de atuação da primeira geração.

Além disso, ao relatar que Hélio Dantas logo em seguida se desculpou, e que no decorrer dos anos se tornaram amigos, Alberto Medeiros não posicionou o colega como um antagonista em sua narrativa, como alguém com quem tivesse uma relação de alteridade. Pelo contrário, ele aproximou de si a figura do professor precursor, ele o apresentou como alguém com quem compartilhava uma identidade comum. Isto também se verificou em outras entrevistas de professores da segunda geração, graduados antes das transformações da Reforma Universitária e da federalização do Curso, e que tiveram uma formação mais parecida com a do grupo da primeira geração.

Apesar disto, a descrição feita por Alberto Medeiros da própria prática docente privilegiou a flexibilidade e o diálogo na relação com os discentes, o que pode ter contrastado com a maneira como ele retratou aquele que foi seu professor. Nos dizeres do intelectual:

Vocês aprendam isso quando estiverem ensinando, a ver o nível da turma. E outra coisa, a conversar com o aluno... Lá em Pedra Grande, a primeira prova que apliquei, um texto para ser interpretado, uma aluna chegou e disse: “professor, vou entregar, não estou entendendo nada”, porque é difícil, viu? Aluno do interior. Então eu disse: “não, você não vai entregar, não, vai fazer a prova. Leia a primeira vez, leia a segunda, leia a terceira, depois de você entender o texto você vai responder. Porque as respostas estão todas aí”, ela tirou um sete... (MEDEIROS, 2006a, p. 10-11).

Em tom de aconselhamento, Medeiros fez da vivência narrada um exemplo para seus entrevistadores, professores em formação. Diante da dificuldade de uma aluna em analisar o texto base da avaliação, o professor foi paciente, compreensivo, e por meio do diálogo e da aproximação com a discente, conseguiu atingir o objetivo de auxiliar no seu bom desempenho na prova, de acordo com a representação de si construída pelo entrevistado. Esta imagem contrastou com a impressão deixada pela descrição do rigor de Hélio Dantas, de que o precursor era mais distante do corpo discente. O contraste e a sutil comparação entre a prática docente do narrador e a de indivíduos da primeira geração foi uma característica identificável em outras entrevistas de sujeitos da segunda geração e das gerações seguintes.<sup>9</sup> Provavelmente, esta comparação foi uma estratégia para enfatizar a própria qualidade do ensino promovido pelos entrevistados em sua trajetória docente no Curso de História.

Um dos usos da memória é construir a identidade de grupos do presente através da alteridade entre suas características e a de outro mais antigo, “dado como radicalmente outro” e “concebível num regime de descontinuidade” (NORA, 1993, p. 18), ou seja, isolando as experiências anteriores no passado e estabelecendo com elas uma relação de alteridade. Nesse caso, quanto mais “exótico”, “diferente” e “ultrapassado” se representa as vivências e os grupos mais antigos, mais forte é a mensagem de que houve uma “evolução”, uma mudança para melhor, dos sujeitos do presente, que estão mobilizando a memória, em contraste com o que foi rememorado, os sujeitos do passado. Desse modo, a identidade constituída através destes processos se constrói por meio da comparação com o passado diferente de si.

No caso de Medeiros, o jogo entre alteridade e identidade foi marcado por ambiguidades. Se, por um lado, ele falava dos professores da primeira geração como profissionais com os quais tinha proximidade, também destacou aspectos nos quais a própria prática docente poderia ser considerada superior, como na questão do diálogo com os alunos e a flexibilidade.

---

<sup>9</sup> Em (NOBRE, 2022) foi aprofundada a discussão sobre a relação entre os professores da terceira geração e os precursores.

### As narrativas orais do Professor Cláudio Galvão

Cláudio Galvão foi um dos professores da segunda geração, entrevistado em 2018. A maneira como ele construiu, através de suas memórias, uma representação do Curso de História no período em que foi graduando e professor, teve elementos que caracterizaram o olhar que a segunda geração tinha sobre os precursores, assim como a entrevista de Alberto Medeiros. A maneira como o entrevistado descreveu os professores da primeira geração demonstrou busca por compreender as especificidades das demandas do período em que estes profissionais atuaram. Um exemplo disto foi a maneira como Cláudio Galvão explicou os motivos para a grade curricular ser mais restrita naquele período:

A Faculdade de Filosofia tinha um curso de História, esse curso de História, se você for comparar o currículo desse curso com o currículo de hoje, você vai achar que era uma brincadeira, por conta da diferença no número de disciplinas oferecidas hoje e o que eram oferecidas naquele tempo. Realmente, era uma coisa muito precária para iniciar, entretanto, era assim que muitas, quase todas, faculdades de filosofia do Brasil funcionavam assim. Tanto que a nossa Faculdade praticamente imitou, seguiu o modelo de outras faculdades do sul ou de Pernambuco, Rio de Janeiro, mais ou menos aquilo. Algumas inovações estavam sendo feitas na USP naquela fase dos professores da França, que produziram muitas novidades (GALVÃO, 2018, p. 3).

A grade curricular foi estruturada pelos professores precursores, e se limitar a compará-las com a variedade de disciplinas do Curso de História da UFRN no momento presente da entrevista, 2018, poderia transmitir uma imagem negativa do trabalho feito pelos professores da primeira geração. Para evitar isso, Galvão foi além desta descrição, ao citar as dificuldades enfrentadas nos anos iniciais, como a falta de referências de currículos mais completos em outras universidades Brasil afora. Além disso, o entrevistado enfatizou a busca dos precursores por aprender o que havia de mais inovador no ensino superior de História no país naquele momento.

As exigências para integrar o corpo docente da instituição de ensino superior no período em que Cláudio Galvão foi aluno e que foi professor de lá eram muito diferentes das demandas do tempo presente da entrevista, em 2018. A falta de formação específica em História de alguns professores da primeira geração foi, em outras entrevistas,<sup>10</sup> apresentada como causa para o ensino do Curso ter sido “tradicional” em suas primeiras décadas. Isto, e a ausência da necessidade de passar por um concurso público para ser professor na

---

<sup>10</sup> Analisadas em (NOBRE, 2022).

universidade,<sup>11</sup> poderiam ter causado estranheza na comunidade universitária que teria acesso às memórias presentes nas entrevistas. Porém, antes mesmo que os entrevistadores trouxessem este tema para a conversa, Cláudio Galvão se adiantou para explicar as circunstâncias desta situação:

A Faculdade de Filosofia pagava por aula e pagava muito pouco, não era como hoje: tempo integrado, educação exclusiva, não tinha nada disso, ganhava por aula, faltou cortava o ponto [risadas], deu aula ganhava por isso e isso no fim do mês era, não rendia um montante que pudesse “ahh” [gesticulando com as mãos] não era. Então, por isso ninguém, muito pouca gente se interessava por isso (GALVÃO, 2018, p. 4).

Galvão destacou as dificuldades enfrentadas por aqueles que foram seus professores e seus colegas de trabalho, dificuldades que ele próprio enfrentou, nos primeiros anos após a fundação do espaço de ensino, que ainda pertencia à FAFIN, antes da federalização, em 1968. Diante da falta de recursos e do baixo valor do pagamento dos professores, a oferta de trabalho no ensino de nível superior era maior do que a procura. Cláudio Galvão citou estes desafios e, logo em seguida, estabeleceu uma comparação com as condições de trabalho dos professores universitários federais no momento da entrevista, em 2018: “tempo integrado, educação exclusiva”, provavelmente se referindo às condições salariais que possibilitam o exercício da docência universitária em tempo integral e ao estímulo maior para a formação continuada.

Se os professores do Curso das décadas de 1950 e 1960 enfrentaram maiores dificuldades e tiveram menos oportunidades de se aperfeiçoarem do que aqueles atuantes no tempo presente da entrevista, comparações de qualidade do ensino promovido no espaço de formação docente nos dois momentos não seriam justas. Esta foi a ideia que Galvão transmitiu ao escolher citar estes aspectos, enquanto produziu uma representação do Curso do passado. Este olhar mais atento para as circunstâncias que influenciaram no ensino dos precursores, notado nas palavras dos entrevistados da segunda geração, pode ter relação com a proximidade entre ambos os grupos, que tiveram vivências comuns e isto pode ter colaborado no estabelecimento de uma identidade compartilhada. No caso específico de Cláudio Galvão, esta proximidade era ainda maior, pois foi um professor da primeira geração que deu a ele a oportunidade para atuar na docência superior. Ele narrou esta entrada da seguinte maneira:

A antiga disciplina de História Antiga e Medieval se transformou em Introdução ao Estudo da História, História Antiga e História Medieval. Eu já

---

<sup>11</sup> O concurso público só passou a ser o único meio de ingresso na docência na UFRN a partir do decreto de 1987 (Ministério da Educação, 1987). Antes disso, havia outras maneiras, como entrevista e indicação.



estava no trabalho de ensinar a algum tempo, e soube dessa alteração, dessa novidade, e fui lá falar com o professor João Wilson [Melo] que era o professor mais antigo, que tinha sido meu professor, e perguntei a ele como é que se fazia para entrar no Departamento de História, para ser um dos professores dali do Departamento de História. Aí, ele perguntou: “você está interessado?” “Estou sim!” [respondi]. [...] Ele disse: “falei com o professor Hélio Galvão, vou indicar seu nome para ser professor de História.” Ele [João Wilson] tinha sido meu professor, e tinha acompanhado meu trabalho, então ele me indicou porque ele tinha alguma esperança que eu pudesse estar certo [risadas] (GALVÃO, 2018, p. 4).

Seu ingresso nos quadros do Curso de História, em 1963, se deu por meio de indicação do professor precursor João Wilson Melo, para lecionar História Medieval, após o desmembramento da cátedra de História da Antiguidade e Idade Média, da qual o próprio João Wilson Melo tinha sido titular. Isto ocorreu apenas sete anos após a fundação do Curso, num período em que ainda estava em processo de estruturação, ainda num período em que o ensino superior no Rio Grande do Norte não era parte da Universidade Federal. Este contexto vivenciado pelos professores da segunda geração pode ter os aproximado dos professores precursores, e ainda mais no caso de Cláudio Galvão, que recebeu de João Wilson Melo a confiança necessária para ocupar a própria cátedra que outrora fora do professor da primeira geração.

Uma contribuição teórica de Lefebvre (2013) foi tornar mais abrangente a operacionalização do conceito de trabalho. Ele ultrapassou a perspectiva material/física e adentrou no domínio do simbólico, dessa forma, aspectos culturais e da linguagem puderam ser considerados produtos do trabalho. Desse modo, é possível afirmar que, quando professores aposentados tiveram suas narrativas orais registradas por meio de entrevistas, eles também exerceram um trabalho, através da representação do espaço do Curso. No caso dos docentes deste Curso de História da FAFIN/FFCL, eles produziram representações através da narrativa oral que estabeleceram ao contar suas recordações do período em que foram alunos e/ou professores da instituição.

### **As Entrevistas**

Considerando a data do decreto fundador da FAFIN, 1956, como marco inicial do Curso de História, foi celebrado em 2006 os seus 50 anos, com um evento e com a produção do DVD *50 anos de História*<sup>12</sup>. Nesta ocasião, os alunos da disciplina de História Oral foram orientados a entrevistar professores aposentados e ativos, que tivessem integrado o corpo

---

<sup>12</sup> As entrevistas estão disponíveis no DVD *50 Anos de História*. Este documento está arquivado no repositório digital do Laboratório de Imagem da UFRN (LABIM-UFRN). O DVD completo está no acervo da Divisão de Documentação do Departamento de História da UFRN.

docente à vinte anos ou mais, e os resultados das entrevistas foram transcritos e arquivados em texto digital, salvo no DVD<sup>13</sup>. Estes registros podem ser considerados fontes orais, pois, de acordo com Alessandro Portelli, a fonte oral se define por ter como características a produção por meio de relações múltiplas, como a dos pesquisadores entrevistadores com os entrevistados, do momento contemporâneo a entrevista com o passado recordado, e da memória individual e privada da vida do entrevistado com a memória coletiva do grupo ao qual ele pertence (PORTELLI, 2016, p. 12). Ou seja, as respostas dadas sofreram a influência das perguntas feitas e as demandas que as nortearam. Estes aspectos foram observáveis nas entrevistas analisadas.

Sobre o processo de produção de fontes orais por entrevistas, ou, em suas palavras, por “perguntas exploratórias”, Ecléa Bosi afirmou:

Uma pergunta traz em seu bojo a gênese da interpretação final [...] Se a memória é, não passividade, mas *forma organizadora*, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do seu grupo (BOSI, 1993, p. 283).

Ou seja, quando um entrevistador, nesse caso os graduandos orientados pelos professores de História Oral, e estes, pelas demandas institucionais, faz certa pergunta ao professor entrevistado, ele já antevê uma resposta. Um exemplo disto foi a frequente pergunta sobre as diferenças entre o ensino superior de História na época que os docentes estavam em atividade e no tempo presente da entrevista. Esta questão já pressupôs que ocorreram mudanças, e estimulou comparações entre os dois tempos. Porém, escapando aos direcionamentos das questões feitas, foi possível notar um “mapa afetivo e intelectual” constituído pelos professores ao levar as conversas nas direções que queriam, mesmo quando fossem diferentes das perguntas feitas. Até quando outros aspectos estavam sendo questionados, os recordadores, mais cedo ou mais tarde, de modo geral, colocaram em pauta as práticas de seus professores, os precursores, seja para justificar, seja para comparar com as próprias práticas. Identificar os traços deste mapa permite compreender a experiência do grupo dos professores aposentados de representar o Curso pela rememoração.

As entrevistas de 2006 ocorreram a partir da iniciativa institucional do Departamento de História da UFRN para salvaguarda da memória do curso e de seu patrimônio humano, nas comemorações dos seus 50 anos. Foram momentos de celebrar a trajetória deste espaço

---

<sup>13</sup> “Trabalho referente à II Unidade da Disciplina História Oral, ministrada pela Professora Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Fraga, no Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no período letivo 2006.1” (MEDEIROS, 2006b, p. 2).

universitário, mas também de tentativa de construir uma memória institucional. Isto ficou nítido no texto “Protagonistas dos 50 anos”, a parte da apresentação do DVD 50 Anos de História<sup>14</sup> sobre a produção das entrevistas. De acordo com o texto:

Para colaborar com a construção de fontes históricas sobre a Trajetória do Curso, dedicamos este, como tema central para os alunos da disciplina História Oral (2006.1), subdividindo o tema em vários outros subtemas [...] Todo esse material ficará à disposição do Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de Documentação para utilização em outras disciplinas (Arquivística), bem como em pesquisas realizadas pelo Departamento de História/UFRN. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006).

Deste modo, de acordo com o documento institucional, o objetivo do projeto das entrevistas foi construir fontes voltadas para a história do Curso ao longo de suas fases, para que estas servissem de material para análises historiográficas futuras. O registro destas fontes num dos principais arquivos do Departamento de História da UFRN naquele momento, o Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de Documentação (NEHAD)<sup>15</sup>, foi mais uma evidência de que os envolvidos nas atividades que geraram o DVD tinham a intenção de que as representações do espaço de formação presentes neste documento digital fossem a base de uma representação oficial da trajetória do Curso. Portanto, a análise dos relatos presentes no DVD foi um caminho para a compreensão da representação a qual pretendiam consolidar.

As ações de salvaguarda da memória foram retomadas em 2018, quando ocorreram as comemorações dos 60 anos do Curso. De maneira similar a 2006, alunos da turma de História Oral de 2018 entrevistaram professores ativos e aposentados<sup>16</sup>. As perguntas feitas, tanto em 2006 quanto em 2018, de modo geral, foram similares, e incluíram aspectos como formação básica, formação superior, experiência profissional, participação em ações de pesquisa, extensão e movimentos políticos, comparações entre o Curso no período em que foram alunos, no período em que exerceram a docência e no momento presente da entrevista, e a experiência da aposentadoria.

Em 2018, a proposta também foi à nível institucional, do Departamento de História da UFRN, para a preservação tanto da trajetória do espaço de ensino superior de História como também do legado dos profissionais ligados a ele, como professores e técnicos administrativos. A circunstância motivadora deste projeto foi a efeméride dos seus 60 anos,

---

<sup>14</sup> Este DVD foi o registro do resultado das atividades departamentais celebrativas dos 50 anos do curso. As entrevistas feitas nesta ocasião, assim como outros dados sobre aspectos do curso, foram transcritas em arquivos de texto digitais e salvos no DVD.

<sup>15</sup> Atualmente este arquivo é chamado “Acervo da Divisão de Documentação do Departamento de História - UFRN”, onde o DVD 50 Anos de História ainda pode ser encontrado.

<sup>16</sup> O professor Magno Santos lecionou esta disciplina no semestre em questão. As entrevistas estão arquivadas no acervo do Laboratório de História Oral (LABHO-UFRN).

portanto, a celebração da trajetória do espaço de ensino e a busca pela consolidação de uma representação institucional da trajetória do curso foram as principais demandas atendidas pela produção das entrevistas. Isto foi evidenciado a partir dos dizeres no relatório final da comissão responsável por celebrar os 60 anos:

Uma das preocupações dos integrantes da Comissão era contribuir para construção de instrumentos de pesquisa e ações de salvaguarda da memória do curso e reverter alguns problemas como a dispersão das fontes, a ausência de instrumentos de pesquisa e o esquecimento dos sujeitos. Eram problemas que revelavam as fragilidades das políticas institucionais de preservação da memória da UFRN e, em especial, do próprio Departamento de História. [...] Por meio das entrevistas, teve início uma ação voltada para a construção de memórias de docentes do departamento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018, p. 5-7).

Diante destas circunstâncias, é possível compreender a orientação dada pelos entrevistadores, com perguntas que, além de adentrar nas vivências dos professores entrevistados, também visaram compor representações da configuração do espaço de ensino em períodos mais remotos. Os professores aposentados foram quase esquecidos pelas políticas institucionais, e suas participações no Curso estavam passando por um processo de gradual esquecimento. Estas entrevistas foram oportunidades para os entrevistados cristalizarem uma representação de si próprios na história institucional do Curso.

Foi possível notar a necessidade e a ênfase dos docentes em construir uma representação da própria atuação no ensino como associada a ideias que poderiam ser consideradas modernas e atualizadas no momento presente das entrevistas, como o ensino de uma história crítica e significativa, a superação das dificuldades iniciais, e a busca por ter uma postura docente flexível e aberta ao diálogo com os estudantes. Desse modo, a ocasião em que os registros memorialísticos foram feitos, nas comemorações de 50 e 60 anos do Curso, contribuiu nas opções narrativas dos entrevistados. Eles buscaram gravar na história institucional os desafios que eles e seus colegas enfrentaram e como os superaram, para evitar que seus esforços e contribuições para a trajetória do Curso caíssem no esquecimento. Desse modo, há ligação da ocasião em que os registros memorialísticos foram feitos, nas efemérides de 50 e 60 anos do Curso, e do momento político e social dos períodos rememorados (décadas de 1950 e 1960), com as opções narrativas dos entrevistados.

### **Considerações Finais**

Nas entrevistas, João Wilson Melo, Alberto Medeiros e Cláudio Galvão, cada um à sua maneira, construíram representações do ensino no Curso de História da FAFIN/FFCL, e

das condições de trabalho nesta instituição. Os principais aspectos apontados por João Wilson Melo foram os próprios esforços para garantir que a formação de professores de História fosse crítica e significativa, como a busca de leituras sobre o que ele considerava a perspectiva teórica mais atualizada, a corrente francesa da Escola dos Annales.

Já Alberto Medeiros apresentou outra perspectiva, ao apontar o currículo restrito do curso, com uma quantidade de disciplinas considerada menor do que a ideal pelo professor, e sua própria busca por sanar esta limitação com pesquisas externas. Além disso, apresentou outros aspectos, como a rigidez e o conservadorismo político na sua formação como aluno do curso, mas também enfatizou como suas opções didáticas e políticas se afastaram deste perfil.

Cláudio Galvão também citou as limitações curriculares em sua graduação, mas apresentou como uma consequência da pouca quantidade de cursos superiores em História no país naquele momento, nos quais os professores de ensino superior do Rio Grande do Norte pudessem se basear no planejamento do currículo da FAFIN/FFCL. Além disso, registrou o desafio enfrentado por ele e seus colegas: a falta de recursos financeiros e os baixos salários, assim como a falta de possibilidade da dedicação exclusiva ao trabalho na faculdade em questão.

Os sujeitos históricos produziram o espaço institucional através da representação. Uma instituição não é construída apenas com tijolos e cimento, mas também pela linguagem e seus signos, manejadas por seus integrantes para produzir o espaço nas mentes de quem os ouve ou lê. E historiadores, acostumados como são a criar e recriar imagens de tempos idos pelo ensino e pesquisa da História, sabem como poucos como elaborar um espaço articulando símbolos. Este é o caso dos atores-autores da memória institucional do Curso em questão: os professores.

Todo ato de trabalho, pode ser a produção de um espaço. E foi isto que os professores fizeram: articularam suas recordações, suas concepções sobre o ensino e as habilidades desenvolvidas na operação historiográfica em anos de carreira para criar o espaço do Curso de História da UFRN, registrado em meios institucionais: o DVD e o acervo do Laboratório de História Oral (LABHO-UFRN). A relação entre o sujeito produtor e o espaço produzido é dialética, deste modo, os atores construíram o cenário, mas o cenário também os construiu. nas entrevistas, os alunos entrevistadores, com as orientações por eles recebidas na disciplina de História Oral, também colaboraram no resultado final dos depoimentos. Não foi feita apenas a representação do curso, mas também de seus professores.

### Fontes Orais

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. [Entrevista concedida a] Diorge Trindade, Felipe Rodrigues e Samara Dávalos. Natal, 2018. [Entrevista arquivada pelo Laboratório de História Oral – UFRN].

MEDEIROS, Alberto Pinheiros de. [Entrevista concedida a] Vitor Assunção, Miguel Pereira Neto e Renato Brandão. Natal, 2006a. [Entrevista transcrita e registrada no DVD 50 Anos de História].

MEDEIROS, Alberto Pinheiros de. [Entrevista concedida a] Eduardo Bezerra de Oliveira Junior, Jadson Lucas Pinheiro de Carvalho e Josivan Tomaz da Silva. Natal, 2006b. [Entrevista transcrita e registrada no DVD 50 Anos de História].

MELO, João Wilson Mendes. [Entrevista concedida a] Vital Nogueira de Souza. Natal, 2006. [Entrevista transcrita e registrada no DVD 50 Anos de História].

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. **DVD 50 Anos de História**. Natal: 2006. 1 CD-ROM.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Letras, Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. Comissão de Coordenação das Atividades dos 60 anos do Curso de História. **Relatório Final das Atividades Desenvolvidas 2016-2018**. Natal, 2018.

### Demais fontes

ATA de sessão solene da instalação da Faculdade de Filosofia de Natal, 1956.

BRASIL. Artigo nº 149. [Constituição de 1934]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Resolução nº 67/87 – CONSAD**. Natal, 1987a. Disponível em: <[https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/coligiados/filtro\\_busca.jsf](https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/coligiados/filtro_busca.jsf)>. Acesso em: 28 jul. 2022.

### Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. A Pesquisa em Memória Social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.

FERREIRA, Marieta; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996a.

GOMES, Ângela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 59-84, 1996b.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868-1932) e o Brasil na História**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

- LEFEBVRE, Henri. **La production del espacio**. Tradução de Emilio Martínez. [s.l.]: Capitán Swing Libros, 2013.
- LIMA, Maria Helena Oliveira. **Uma História do curso de História em Natal: 1957 – 1968**. Monografia (Bacharelado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.
- LIMA, Nestor. Síntese do nosso Movimento Pedagógico - conferência inaugural da Associação de Professores. **Revista Pedagógium**, Natal, n. 1, p. 9-25, 1921.
- LOURENÇO FILHO, Manoel. **A pedagogia de Rui Barbosa**. 4. ed. Brasília: INEP, 2001.
- MEDEIROS, Alberto Pinheiro de. O curso de História na UFRN: 30 anos de existência. **Revista História – UFRN 30 anos: 1957 – 1987**, Natal, v. 1, n. 1, 1987.
- NOBRE, Clivya. Memória sobre os outros, memória sobre si: representações da prática docente no Curso de História da UFRN, pelo olhar da “Geração de 1976”. **Revista Latino-americana de História**, v.11, n.27, pp.92-111, 2022a. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/1217/386697>>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- REIS, Aaron. Américo Brasiliense e suas Lições de História Pátria (1876): concepções de ensino em um manual autorizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, n. 29, p. 437-449, 2013.
- SANTOS, Magno. “Scenas da História do Brazil”: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 204-230, 2017.
- SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? une histoire en chantier : l'histoire des intellectuels. **Vingtième Siècle - revue d'histoire**, Paris, n. 9, p. 97-108, jan.-mar. 1986.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-271.

## Dossiê Educação

### Ensino de História Antiga: interações culturais nos cultos religiosos em Roma

*Teaching Ancient History: cultural interactions in religious cults in Rome*

Fábio Borges Ribeiro Júnior,<sup>1</sup> UNESC

#### Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre uma experiência de ensino de História vivida no período de estágio supervisionado do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Durante o estágio, realizado em uma turma do Ensino Médio, foi desenvolvida uma atividade de ensino a partir das práticas religiosas existentes em Roma no Período Imperial. Inicialmente, o artigo apresenta uma discussão a respeito da união entre teoria e prática existente no estágio a partir da pesquisa e reflexão teórica. Posteriormente há a caracterização do tema da atividade de ensino realizada com os estudantes. Por fim, há uma discussão sobre a atividade realizada, observando seus fundamentos teóricos e os resultados alcançados pela ação docente.

**Palavras-chave:** Ensino de História; História Cultural; História Antiga; Império Romano; Religiões.

#### Abstract

This article is a reflection on a history teaching experience lived during the supervised internship period of the History Course at the Universidade do Extremo Sul Catarinense. During the internship, carried out in a high school class, a teaching activity was developed based on the religious practices existing in Rome in the Imperial Period. Initially, the article presents a discussion about the union between theory and practice existing in the internship from research and theoretical reflection. Subsequently, there is the characterization of the theme of the teaching activity carried out with the students. Finally, there is a discussion about the activity carried out, observing its theoretical foundations and the results achieved by the teaching action.

**Keywords:** History Teaching; Cultural History; Ancient History; Roman Empire; Religions.

#### Introdução

Este artigo é uma reflexão teórica sobre o ensino de História, a partir da experiência vivida durante a realização da disciplina de Estágio III, do curso de História, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), cursada no primeiro semestre de 2022. O estágio foi realizado em uma turma de Ensino Médio de uma escola localizada em Criciúma/SC, parte da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/UNESC) entre 2020 e 2022.



A disciplina de Estágio III contou com vários momentos: inicialmente as discussões teóricas e o período de observação, que serviram para embasar o planejamento das aulas. A atuação, momento chave da experiência do estágio, foi realizada com base no plano. Posteriormente seguiu-se um período de organização dos registros das atividades desenvolvidas e de reflexão sobre a ação docente.

Neste artigo, destaca-se uma das atividades realizadas durante a atuação em sala de aula, desenvolvida com o objetivo de levar os estudantes à apropriação de conhecimentos históricos sobre as trocas culturais na História Antiga, especificamente no Império Romano. A atividade mediada pelo estagiário trouxe para a discussão o tema das trocas culturais em torno dos cultos religiosos na Roma Antiga, buscando nesse estudo a apropriação pelos alunos do tema da história de Roma vista em um contexto mais amplo, considerando não apenas as relações político-militares, mas também as interações e trocas culturais entre os romanos e os povos vizinhos. Também se buscou a compreensão dos alunos sobre as influências de outros povos na cultura romana, evidenciando o caráter histórico das culturas, que são forjadas ao longo do tempo pelos seres humanos. Assim, é possível superar outras abordagens, como a da mitologia greco-romana apresentada como uma tradição estanque e fixa.

Portanto, neste artigo, inicialmente será abordada a importância do estágio na formação docente. Na segunda parte será caracterizado o tema das atividades desenvolvidas. Por fim, serão discutidos os objetivos e os resultados da atividade realizada em sala de aula.

### **O estágio na formação docente**

O estágio é parte fundamental dos cursos de licenciatura e o período onde se tem contato direto com as escolas da educação básica. Pimenta e Lima (2006) destacam que o estágio é mais que a aquisição e aplicação de técnicas de ensino ou a reprodução da prática profissional de outros professores. As autoras afirmam a necessidade de o estágio ser uma prática embasada em teoria, indispensável para formar o professor como um pesquisador, que confronta as suas ações e as práticas escolares com teorias educacionais.

Portanto, o estágio não deve dicotomizar teoria e prática (PIMENTA; LIMA, 2006). Nesse sentido, é preciso discutir as experiências de atuação no estágio, contribuindo para uma formação docente mais consciente e crítica – consciente das limitações e dos potenciais das metodologias, crítica da realidade social em que se insere. Assim, as práticas escolares e a ação docente se tornam objetos de pensamento teórico, que passa a embasar novas práticas. Através das disciplinas de estágio esse movimento de reflexão sobre o trabalho docente tem a possibilidade de começar ainda na formação inicial dentro da universidade.

Assim sendo, a disciplina de Estágio III do Curso de História da UNESC caracteriza-se por ser realizada obrigatoriamente em uma turma do Ensino Médio. A disciplina inicia-se com discussões sobre o ensino de História e os currículos da educação básica. Depois, os acadêmicos se encaminham para a observação das aulas da professora ou professor supervisor/a da escola escolhida para atuação. Com os apontamentos feitos no período de observação sobre a realidade escolar, as turmas escolhidas e a metodologia da professora supervisora, os acadêmicos iniciam o planejamento das aulas. Tanto os professores orientadores da disciplina quanto a professora supervisora têm papel importante nesse momento, auxiliando na escolha de metodologias adequadas e de bibliografia pertinente sobre os temas das aulas.

O período central da disciplina é a ação docente em sala de aula, onde cada acadêmico encontra seus desafios e potenciais em meio à prática docente. Após esse período, segue-se o registro de modo organizado das experiências vividas na disciplina, trazendo também uma reflexão sobre a ação docente. Nesse momento se faz um balanço de dificuldades, desafios, superações e resultados alcançados, confrontando a ação docente com teorias e pesquisas. Assim, se concretiza a aproximação entre teoria e prática na formação docente da universidade.

Como a atuação da maioria dos colegas matriculados na disciplina de Estágio III, a experiência aqui relatada e discutida ocorreu em escola pública. A escola escolhida para o estágio faz parte da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, localizada em Criciúma/SC. O estágio aconteceu em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio.

### **Interações e trocas culturais no âmbito religioso na Roma Antiga**

Sobre o ensino de História Antiga, Carvalho (2020) chama a atenção para a necessidade de romper com abordagens eurocêntricas, que dicotomizam Oriente e Ocidente e destacam Grécia e Roma como raízes da Europa, separando-as das demais sociedades da Antiguidade. Além disso, essas abordagens trazem a noção de evolução na História das civilizações, onde o Ocidente é o padrão e as demais experiências históricas são consideradas atrasadas. Assim, Carvalho (2020) sugere, que ao ensinar História se busque compreensão da interação entre as sociedades do mundo antigo e do multiculturalismo existente no período. Roma e Grécia devem ser compreendidas em suas relações de trocas culturais com os povos que viviam em torno do Mediterrâneo. Uma das possibilidades desse ensino é abordar os diferentes cultos praticados em Roma e no Império. Muitos desses cultos tinham origem em

outros locais e contextos e, quando chegavam em Roma, eram ressignificados e apropriados pela população na sua prática religiosa.

Sendo assim, foi desenvolvida uma atividade, que consistiu em um trabalho em equipe em forma de seminário, em que cada grupo ficou encarregado de explicar para a turma um dos cultos existentes em Roma. Por questão de tempo e organização, foram escolhidos apenas quatro cultos religiosos, que precisam ser aqui caracterizados para melhor entendimento.

O primeiro culto apresentado é a religião tradicionalmente praticada pelos romanos. A esse respeito, Rosa (2006) e Parra (2010) evidenciam, que os deuses romanos eram cultuados sempre com a preocupação ritual. Para os romanos era necessário observar estritamente os rituais religiosos para manter a harmonia na relação entre deuses e humanos (a chamada *pax deorum*). As autoras também mostram que a religião romana estava dividida em classes de sacerdotes, com pouca participação das mulheres. Estas encontravam um espaço restrito no grupo das sacerdotisas da deusa Vesta (as virgens Vestais), que tinham o dever de se manterem castas e a função de preservar a chama de Roma acesa para garantir o bom destino da cidade. Além disso, Rosa (2006) e Parra (2010) destacam que a religião romana tinha uma importante relação com as autoridades políticas e militares, que buscavam orientação para decisões na interpretação dos sinais dos deuses (tanto na natureza quanto nos Livros Sibílicos). Nesse sentido, vê-se um papel importante da manutenção das tradições. No entanto, Rosa (2006) cita como uma das características da religiosidade em Roma, uma abertura às inovações. Isso se explica por que estas não foram vistas como novidades pelos seus contemporâneos, mas através de certos mecanismos, como a interpretação dos Livros Sibílicos, as novidades eram tidas como reconhecimento de poderes ou divindades desde muito ativas no mundo.

Assim, enquanto Roma manteve a importância da manutenção rigorosa do ritual em suas práticas religiosas, a cidade esteve aberta a incorporação e adaptação de novas práticas e outras divindades. Nesse sentido, foi se instaurando uma diversidade religiosa em Roma, onde cultos com origem em diversos lugares se instalaram, sendo também modificados e ressignificados:

Um aspecto da cultura romana que estava sendo modificado desde a Helenização é a religião. Várias experiências religiosas de diferentes lugares do Império, ou mesmo fora dele, se instalavam e se modificavam em Roma no primeiro século e início do segundo. Vários cultos diferentes daqueles tradicionalmente praticados em Roma chegaram à cidade após o Helenismo e, ao que parece, adquiriram um grande número de seguidores, principalmente no Principado (PARRA, 2010, p. 21).

Deste modo, a segunda manifestação religiosa abordada foi o culto de Cibele (a “*Magna Mater*”), com origem na Frígia, que chegou a Roma em 204 AEC, após consultas aos Livros Sibílicos, no contexto da invasão de Aníbal Barca à Península Itálica durante as Guerras Púnicas. O culto da deusa possuía rituais de flagelação, com um grupo de sacerdotes eunucos à frente das práticas rituais, se constituindo, assim, uma inovação em relação às tradicionais práticas romanas. Parra (2010) também mostrou através da análise de fontes literárias romanas que os setores populares eram os principais praticantes desse culto.

O terceiro culto abordado na atividade e que também foi bastante popular em Roma foi o culto de Ísis, que tinha origem no Egito. Parra (2010) destaca que o culto passou por todo o Mediterrâneo, chegando a Roma no século I AEC, sendo inicialmente proibido pelo Senado. Posteriormente até mesmo imperadores associaram sua imagem aos deuses egípcios, como forma de fortalecer sua autoridade. Em Roma, Ísis teve seus atributos identificados com divindades já cultuadas na cidade (como Deméter) e suas festas públicas incorporadas ao calendário religioso romano, sendo seu festival mais famoso celebrado no período de navegações em março (o *Navigium Isidis*). O culto isíaco ainda trouxe a novidade da maior participação feminina nos rituais religiosos (PARRA, 2010). A religião tradicionalmente praticada em Roma reservava pouco espaço para as mulheres nos seus rituais, sendo marcante a atuação das Vestais.

O último culto trabalhado na atividade de ensino foi o culto de Mitra. Esse deus tinha origem persa, e chegou a Roma no século II EC. Segundo Marques (2017), Mitra pode ser interpretado tanto como um deus que governa as relações entre os homens, garantindo a ordem do mundo, quanto como um deus guerreiro. Em muitas fontes antigas do mito aparece essa duplicidade, pois o deus persa nasce da rocha trazendo em suas mãos uma tocha acesa (a luz) e um punhal (como um guerreiro). Há uma narrativa cosmogônica, no entanto, o mito mais importante do culto de Mitra é o do sacrifício do touro. Nele o deus persa entra em luta com o animal, capturando-o e sacrificando-o em uma caverna. A própria organização do culto mitraico remete a esse mito, realizando seus sacrifícios em cavernas ou locais subterrâneos semelhantes a cavernas. Marques (2017) revela a dificuldade de encontrar os significados dos mitos de Mitra, por se tratar de mitos muito antigos que foram ressignificados no Império Romano. Sabe-se, porém, que o culto era bastante praticado pelos militares romanos, e por isso mesmo difundido por todo o Império. Ainda assim, não havia uma exclusividade militar, sendo também praticado por outras classes sociais. Além disso, uma das particularidades, que diferia o culto mitraico dos demais era a proibição da participação feminina, sendo um culto reservado apenas para homens (MARQUES, 2017).

Deste modo, podemos ver que os cultos praticados em Roma no período imperial tinham origens diversas, práticas distintas e crenças de diferentes classes sociais. Cabe ressaltar que todos os cultos apresentados sofreram modificações ao longo do tempo e foram adaptados às culturas dos locais em que chegaram. Nesse sentido, Parra (2010) utiliza o conceito de hibridização cultural, apresentado por Peter Burke (2003), para explicar as adaptações sofridas pelos cultos religiosos até sua chegada em Roma, bem como as adaptações ocorridas no âmbito religioso da sociedade romana:

Essa re-contextualização [*sic*] ocorreu, na verdade, várias vezes até que os cultos aqui tratados fossem adaptados à sociedade romana. Isso se deu, pois, os cultos passaram primeiro pela Grécia, o que modificou várias características e só mais tarde foram levados a Roma. O processo aqui descrito pode ser chamado, como propõe Burke, de hibridização cultural, ou seja, ideia que os encontros culturais levam a algum tipo de mistura cultural que resultam em culturas híbridas. É assim, portanto, que se pode considerar a cultura romana, no primeiro e início do segundo século, principalmente sob o aspecto religioso: uma cultura híbrida (PARRA, 2010, p. 119).

Assim sendo, o objetivo da realização dessa atividade foi levar os estudantes a uma apropriação da história de Roma, para além da visão do domínio político-militar romano sobre outros povos, compreendendo que haviam trocas e interações culturais entre os povos de em torno do Mediterrâneo. Deste modo, buscou-se uma aproximação com o campo cultural e nesse caso, através do estudo dos diferentes cultos praticados em Roma, a atividade buscou superar as abordagens de ensino que se debruçam apenas sobre a mitologia greco-romana e apresentam a ideia de uma cultura fixa, sem influências de outros povos. Portanto, a atividade focou na religiosidade em Roma como um campo de interações e trocas culturais entre diferentes povos.

### **Discussão sobre a atividade desenvolvida em sala de aula**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes da Educação Básica. No nível do Ensino Médio, a BNCC não traz objetos de conhecimento (conteúdos) como no nível Fundamental, mas apenas competências e habilidades. Nesse sentido, cabe às escolas e professores desenvolver seus trabalhos com os conteúdos que permitam que os alunos desenvolvam as habilidades. Assim, entre as habilidades a serem desenvolvidas no estudo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, encontra-se a seguinte habilidade:

Habilidade 3 (EM13CHS103): Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros) (BRASIL, 2018, p. 572).

No desenvolvimento dessa habilidade espera-se levar os estudantes a compreensão de processos históricos de diversas naturezas (política, econômica, cultural, etc.) através da elaboração de hipóteses e argumentos, buscando uma apropriação ativa dos temas estudados. Assim, a atividade realizada durante o estágio buscou desenvolver essa habilidade, levando os estudantes a se apropriarem dos assuntos estudados, construindo suas hipóteses e argumentos sobre o processo histórico das trocas culturais nas práticas religiosas em Roma.

Além disso, historicamente a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina tem adotado em seus documentos normativos a perspectiva histórico-cultural, tendo como concepção central a educação integral, considerada como o desenvolvimento pleno do aluno como ser humano, através da autonomia, emancipação e liberdade na apropriação do conhecimento e da cultura, visando a participação cidadã na sociedade (SANTA CATARINA, 2014, 2020). Dentro dessa perspectiva é importante a apropriação do conhecimento pelo estudante, através da interação tanto com os objetos de estudo quanto com os colegas e com o professor – sendo este, um mediador no processo de ensino aprendizagem (REGO, 1995). Assim, a atividade se desenvolveu também de acordo com essa concepção de educação, que é adotada pela escola, parte da Rede Estadual de Ensino.

Para tanto, inicialmente foram realizadas aulas introdutórias sobre Roma Antiga, que funcionaram como uma contextualização histórica, onde os alunos puderam se apropriar da história romana em linhas gerais. Assim, ao iniciar a atividade, os estudantes já tinham conhecimento dos tempos, espaços e principais conjunturas que formam a trama da história de Roma. Nessas aulas o estagiário também pôde perceber os níveis de aprendizagem e o envolvimento dos alunos com o assunto estudado.

Posteriormente, foi realizada a atividade de ensino aqui relatada. Ela se constituiu em um trabalho em equipe em forma de seminário, onde os estudantes de cada grupo deveriam ler, interpretar e discutir textos, previamente preparados e selecionados pelo estagiário, para socializar com a turma seu entendimento do assunto. Para a atividade cada equipe recebeu um texto sobre um dos cultos existente no Período Imperial em Roma: o culto tradicionalmente praticado em Roma, o culto de Cibele, o culto de Ísis e o culto de Mitra. Como forma de mediar a atividade dos estudantes, os grupos se orientaram por um pequeno roteiro elaborado

pelo estagiário, contendo as questões básicas a serem abordadas no seminário. Dessa forma, o objetivo era o desenvolvimento de um estudo coletivo da turma mediado pelo estagiário. Podem ser questionadas a seleção e a produção antecipada de textos pelo estagiário, mas isso ocorreu por conta das limitações da escola na oferta de conexão com a Internet. Assim, nem todos os estudantes conseguiriam acessar adequadamente documentos, páginas ou sites da rede, necessários para a prática de pesquisa. Nesse sentido, buscou-se superar essa dificuldade inicial levando os alunos à interpretação e discussão do material elaborado pelo próprio estagiário.

O formato de seminário foi escolhido para a atividade por se pensar que esse era o modo mais adequado de desenvolver o aprendizado dos alunos, a partir dos temas definidos. Isso, por que o aprendizado aqui é tido como uma apropriação do conhecimento pelos alunos, em uma relação ativa do estudante com o objeto de estudo, com vistas a enriquecer a sua compreensão sobre a realidade e nela atuar:

Há uma atividade do sujeito em relação aos objetos de conhecimento para assimilá-los; ao mesmo tempo, as propriedades do objeto atuam no sujeito, modificando e enriquecendo suas estruturas mentais. Por esse processo, formam-se conhecimentos e modos de atuação pelos quais ampliamos a compreensão da realidade para transformá-la, tendo em vista necessidades e interesses humanos e sociais (LIBÂNEO, 1990, p. 84).

Também foram mobilizadas nos estudantes as habilidades de síntese e de interpretação de textos. Os alunos precisaram ler e interpretar o texto, selecionando e sintetizando dos materiais entregues as informações mais relevantes para suas apresentações sobre o tema. Era necessário que, a partir dos textos, os alunos construíssem e expusessem suas próprias compreensões dos assuntos, gerando assim uma apropriação ativa do conhecimento histórico.

No entanto, a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades não devem ser vistos como processos individuais, ocorrendo isoladamente. Conforme a perspectiva histórico-cultural, é necessário considerar a interação com os outros estudantes e com o professor no processo de ensino e aprendizagem:

Essas [interações sociais] passam a ser entendidas como condição necessária para a produção de conhecimentos por parte dos alunos, particularmente aquelas que permitam o diálogo, a cooperação e troca de informações mútuas, o confronto de pontos de vista divergentes e que implicam na divisão de tarefas onde cada um tem uma responsabilidade que, somadas, resultarão no alcance de um objetivo comum (REGO, 1995, p. 110).

Por isso mesmo, a atividade se deu coletivamente. O trabalho foi realizado por equipes, onde a apropriação do conhecimento pelos estudantes se deu primeiramente na interação entre os membros de cada grupo na leitura, interpretação e discussão dos textos e, posteriormente, na interação entre os grupos durante a apresentação de cada equipe sobre a sua compreensão do assunto. Além disso, a mediação do estagiário buscou direcionar o trabalho para que os alunos se apropriassem das relações que os temas estabelecem entre si e com os assuntos já estudados.

Durante o processo foi possível verificar que os estudantes estavam se apropriando do conhecimento já em meio às leituras e discussões em grupo, pois os membros das equipes dialogaram entre si sobre as principais questões trazidas pelos textos. Ao longo dessa primeira parte do processo os estudantes também procuraram o estagiário para sanar as dúvidas a respeito dos temas. Nesse sentido foi possível constatar que os alunos se mostraram interessados pelo tema, relacionando a questão religiosa da Antiguidade com questões atuais do campo religioso, utilizando também suas perspectivas e experiências anteriores na apropriação do conhecimento histórico trabalhado.

Posteriormente, durante a apresentação das equipes (o seminário propriamente dito), as carteiras da sala foram organizadas em forma de semicírculo para que todos pudessem ouvir as contribuições dos colegas e também levantar questões sobre os temas. Nessa parte, o estagiário, mediando o estudo, buscou trazer à memória dos alunos assuntos já estudados para que estabelecessem a relação entre eles e os temas apresentados no momento. Durante a apresentação, alguns alunos fizeram perguntas sobre os temas de outros grupos buscando uma compreensão sobre o assunto apresentado. Nesse sentido, também na apresentação dos seminários se deu a interação entre os estudantes, fomentando a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento dos alunos.

Portanto, é possível dizer que, com a realização do seminário, o aprendizado dos estudantes foi enriquecido, pois puderam se apropriar da história de Roma em um contexto mais amplo. O estudo teve como foco o âmbito cultural, abordando as trocas culturais nas práticas religiosas, levando os alunos à compreensão das relações entre os romanos e os povos vizinhos para além das relações políticas ou militares. Os estudantes também puderam se apropriar do conhecimento sobre a cultura romana de uma forma mais ampla, que superou a apresentação da mitologia greco-romana como uma tradição estanque e atemporal, sem influências culturais. Assim, os estudantes puderam aprender sobre História Antiga a partir de uma abordagem que buscou superar uma visão eurocêntrica sobre o período. Além disso, compreendendo as interações culturais nos cultos praticados em Roma, os alunos também



puderam se apropriar de forma geral do caráter histórico e temporal das culturas, que são resultados da atuação humana ao longo do tempo.

As atividades idealizadas durante o estágio foram realizadas conforme o planejamento e foi possível atingir em sala de aula os resultados esperados. Nesse sentido, também a disciplina de Estágio III cumpriu seu objetivo de propiciar aos acadêmicos a ação docente em uma turma de Ensino Médio e a reflexão sobre o ensino de História. A atividade foi planejada conforme os documentos normativos da educação e as orientações de professores mais experientes (orientadores do estágio e supervisora titular da escola). O planejamento da regência no estágio também suscitou uma pesquisa bibliográfica sobre os temas das aulas, evidenciando a importância da pesquisa para o professor da educação básica.

É preciso ressaltar a importância do tempo disponibilizado na disciplina para o registro e organização das experiências vividas durante o estágio. Esse último momento da disciplina de Estágio III possibilitou a reflexão sobre a ação docente em sala de aula, cumprindo a proposta de unir teoria e prática na formação de professores desde a universidade.

## **Conclusão**

Nesse artigo foi possível refletir sobre uma atividade de ensino, desenvolvida durante o estágio supervisionado. Nesse sentido, o artigo é um esforço na busca por unir teoria e prática na formação docente. No período do estágio foi possível desenvolver a pesquisa sobre os temas das aulas e a observação do contexto escolar antes da atuação. Depois foi disponibilizado um período da disciplina de Estágio III para a organização dos registros da experiência vivida e reflexão sobre a mesma. Assim, através da realização do estágio, foi possível desde a formação inicial na universidade unir teoria e prática na formação docente, confirmando que a pesquisa e a discussão teórica são fundamentais para professores e professoras da educação básica.

A atividade de ensino desenvolvida no estágio visou levar os alunos de uma turma de Ensino Médio à compreensão da história de Roma a partir do estudo das interações e trocas culturais existentes nas práticas religiosas dos romanos. Assim, a atividade buscou romper com uma visão eurocêntrica da História Antiga, evidenciando as influências de outros povos na cultura romana. Além disso, como a atividade consistiu em uma realização de trabalho em equipe, os estudantes puderam desenvolver sua interpretação e sua argumentação ao debater ideias e chegar a consensos, sintetizando os pontos principais das informações lidas nos textos. Assim, por meio do seminário, foi possível uma apropriação ativa do conhecimento histórico pelos estudantes, com a mediação do estagiário.

### Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 17 abr. 2022.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- CARVALHO, Alexandre Galvão. Diálogos entre a História Antiga e o ensino de História. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**. Caetité, BA: UNEB – Campus IV, v. 2, n. 6, p. 17-34, 2020.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.
- MARQUES, João Marcos Alves. **O exército romano e as representações do deus Mitra: possibilidades interpretativas**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades. Mestrado Acadêmico em História e Culturas. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83907>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- PARRA, Amanda Giacon. **As religiões em Roma no Principado: Petrônio e Marcial (séculos I e II d.C.)**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93398>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis pedagógica**. Catalão, GO: UFG – Regional Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ROSA, Cláudia Beltrão da. A Religião na Urbs. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (orgs.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 137-160.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. [S. l.]: [S. n.], 2014.

*Artigos Livres***A relação entre população, voto e política, antes e durante o período da Ditadura Militar no Brasil**

*The relationship between population, voting and politics, before and during the period of the Military Dictatorship in Brazil*

Cellini Chrystini Gomes Ribeiro,<sup>1</sup> UNINTER

**Resumo**

Por meio deste artigo analisaremos a relação do povo com a política antes e durante o período de Ditadura Militar no Brasil, apoiando-se sobre o trabalho do Professor Marcos Napolitano e do Cientista Jairo Nicolau em busca de compreender melhor o período entre a crise de 30 até o fim do Regime Ditatorial Militar, evidenciando a relação do voto com o papel da população como protagonista na luta por mudanças ao longo do período histórico analisado.

**Palavras-Chave:** Voto, Populismo, Ditadura Militar.

**Abstract**

Through this article we will analyze the relationship of the people with politics before and during the period of Military Dictatorship in Brazil, relying on the work of Professor Marcos Napolitano and Scientist Jairo Nicolau in search of a better understanding of the period between the crisis of 30 until the end of the Military Dictatorial Regime, highlighting the relationship between voting and the role of the population as protagonists in the struggle for change throughout the analyzed historical period.

**Keywords:** Vote, Populism, Military dictatorship.

**Em um cenário de crise iniciam-se as mudanças**

Em meio à crise de 1929, causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, onde a economia de vários países se encontrava desestabilizada, no Brasil o reflexo é sentido na venda do café que despencou e no índice de desemprego que aumenta, logo surge uma onda de opositores ao governo, era esse o cenário que se encontrava o último ano do governo de Washington Luís. Apesar do povo se encontrar insatisfeito, a elite ainda aguardava as eleições seguintes, onde era esperada que Washington indicasse um candidato de Minas Gerais dando continuidade a república café com leite (sistema de alternância entre candidatos de São Paulo e Minas Gerais para a presidência). Contrariando todas as expectativas, Washington indica um candidato de São Paulo, os mineiros então como resposta resolvem apoiar Getúlio Vargas que era até então ministro da fazenda.

---

<sup>1</sup> Graduada como Bacharela pelo curso de História do Centro Universitário Internacional UNINTER.

No dia 1 de Março de 1930 acontece a eleição presidencial, Getúlio Vargas candidato com apoio mineiro e Júlio Prestes candidato escolhido por Washington com apoio de São Paulo, o candidato paulista vence e assume a presidência, porém após o vice de Getúlio ser assassinado, o povo fica descontente com o governo de Júlio Prestes, Getúlio se une com a Aliança Liberal e depõem Júlio Prestes do poder exilando-o, tornando então, Getúlio Vargas o novo Presidente do Brasil.

No cenário eleitoral o povo pedia por eleições mais modernas, transparentes e fiscalizadas, em meio essas requisições devemos destacar que as mulheres já vinham a tempos buscando seus direitos em questão ao voto, por meio do movimento sufragista, ocupando espaços importantes no meio da imprensa com, por exemplo, o jornal “A Família” que tinha publicações focadas na defesa do voto feminino, mostrando a urgência de mudanças no âmbito eleitoral.

Em 1932 Getúlio aprova então o primeiro Código Eleitoral onde é criado por fim a Justiça Eleitoral, alguns dos benefícios que podemos destacar é que agora as mulheres brasileiras poderiam votar, o voto passava a ser secreto, restrito aos analfabetos e a idade mínima para votar passa a ser 21 anos sendo reduzida em 1934 para 18 anos. Outra mudança que podemos citar é “Um aspecto inovador do Código de 1932 foi à exigência de registro prévio dos candidatos antes do pleito. Partidos, aliança de partidos ou grupos de pelo menos cem eleitores tinham que registrar no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) [...]” (NICOLAL, 2002, p. 21). A Justiça Eleitoral ficaria responsável por todos os trabalhos eleitorais, desde o alistamento e organização das mesas até a apuração dos votos e proclamação dos eleitos.

Nos anos seguintes do governo de Vargas, inicia-se uma onda de protestos e manifestações, em Março de 1935 é criada a ANL (Aliança Nacional Libertadora), formada em sua maioria por intelectuais, militares e proletários, que defendiam a liberdade de expressão, a instauração do governo popular e principalmente a reforma agrária.

Em 1935 Getúlio cria Lei de Segurança Nacional, que tinha como objetivo punir crimes contra a “ordem política e social” e fecha a ANL, logo após surgem várias greves e protestos ao longo do País contra Getúlio Vargas, por meio de movimentos como a Revolta em Natal, onde militares com apoio de operários e funcionários públicos iniciaram um levante, tomando posse do Quartel do 21º Batalhão de Caçadores, a fim de mostrar o descontentamento acerca de algumas mudanças que ocorreram no Exército na época.

Em 1937 Vargas busca convencer políticos sobre a necessidade do golpe, mostrando que a proposta do Estado Novo seria favorável aos ideais integralistas, aprovando uma nova constituição, elaborada por Francisco Campos que era na época Ministro da Justiça, onde

partidos políticos são dissolvidos, as eleições são canceladas, e a censura nos veículos de imprensa e opinião pública aumentam.

A partir de 1943 o Estado Novo começava a perder força, com o povo pedindo por mais direitos e a volta da redemocratização, Vargas se sentindo pressionado estabelece no dia 28 de Fevereiro de 1945 “Um novo sistema eleitoral introduzido para as eleições da Câmara dos Deputados. Os partidos apresentavam uma lista de candidatos em cada estado e os eleitores votavam em um único nome.” (NICOLAL, 2002, p. 22). Porém no dia 29 de Outubro de Getúlio Vargas foi deposto, em seguida iniciou-se um processo de desmontagem da estrutura do Estado Novo, com isso é aberto às eleições para a presidência, onde Eurico Gaspar Dutra é eleito e toma posse no ano de 1946.

Com o início do mandato de Dutra é oficializado a Nova Constituição, que reforçava os ideais da democracia, definindo um período de cinco anos para o mandato presidencial, garantindo o Voto Secreto e os limites dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a Nova Constituição garantia também a liberdade de imprensa e de opinião pública por meio de greves e protestos.

Já em 1951 Vargas volta ao poder após vencer as eleições para Presidente do ano de 1950, promovendo o desenvolvimento econômico do país com a exploração do petróleo e energia elétrica, visando o bem estar social. Porém o projeto de Getúlio de investir na economia interna trouxe insatisfação de grupos que tinham interesses no capital internacional, sua visão nacionalista também não impediu o aumento da inflação, trazendo à insatisfação popular que reagiram por meio de manifestações, uma dessas era a “Greve dos 300 mil”. Buscando atender aos pedidos da população Getúlio nomeia João Goulart como Ministro do Trabalho, que toma como medida aumentar o salário dos trabalhadores em 100%, provocando o descontentamento dos coronéis e donos de empresas.

Por volta de 1954 Vargas se encontrava em um cenário de insatisfação popular, sem apoio dos militares, sendo constantemente criticado pela imprensa e abandonado pelo próprio partido. Com a exigência das forças armadas para que renunciasse a presidência, Getúlio que não tinha desejo de deixar o poder, então decide, por fim em sua própria vida.

Após a morte de Getúlio o cargo de Presidente é ocupado por seu vice, Café Filho que deveria ficar no cargo até o ano de 1956 quando ocorreriam as próximas eleições. Os partidos lançaram então as candidaturas, o PSD se juntando ao PTB anunciando os nomes de Juscelino Kubitschek para a presidência e João Goulart como vice. Intimidados pela possível aprovação que Juscelino teria com o povo, o partido UDN anuncia o nome de Juarez Távora para a presidência com Milton Campos como vice.

Devemos destacar que em 1955 “[...] foi criada a folha individual de votação, que continha informações de cada eleitor (inclusive fotografia) e o obrigava a votar em uma única seção.” (NICOLAL, 2002, p.25) evitando assim a duplicação de votos que geralmente ocorria por conta do eleitor ter a possibilidade de votar em qualquer seção do país.

Outra mudança que podemos citar é “[...] uma nova lei adotou que a cédula oficial, e passou a ser confeccionada e distribuída pela justiça eleitoral. A partir de então, os eleitores passaram a ter que preencher a cédula na seção eleitoral.” (NICOLAL, 2002, p.25), a eleição acontecia em turno único e não era possível a reeleição. Apesar das novidades no sistema eleitoral, a eleição de 1955 foi a que teve menor quantidade de votos entre as eleições dos anos de 1945 a 1960, como resultado Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente com 36% dos votos.

A eleição seguinte no ano de 1960 promoveu uma grande mobilização dos eleitores, por conta de nos anos anteriores ter sido realizado “um alistamento dos eleitores brasileiros que além de criar um novo título eleitoral, o recadastramento cancelou títulos irregulares, eliminou os mortos mantidos no cadastro e alistou novos eleitores.” (NICOLAL, 2002, p. 162). Isso contribuiu muito na apuração dos votos, ajudando a prevenir eventuais fraudes ou imprecisões.

Apenas três candidatos estavam concorrendo para a presidência, Jânio Quadros pelo PTN, Ademar Barros pelo PSP e Henrique Teixeira Lott do PSD. O resultado apontou Jânio Quadros como Presidente, com 48,30% dos votos. Porém seu mandato não durou muito tempo, já que em 25 de Agosto de 1961 Jânio renunciou, alegando ter deixado o cargo por “pressões terríveis”. O vice João Goulart assume então a presidência.

### **Brasil antes do golpe**

O presidente João Goulart, também conhecido como Jango, assume o poder em 1961 meses após a criação da “Campanha de Legalidade” liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que buscou garantir a posse do vice-presidente, combatendo os opositores e defendendo a Constituição. A campanha teve como resultado a criação de uma Emenda que colocou Goulart na presidência, porém também adotou o sistema de Governo Parlamentarista que limitaria as decisões do Presidente, além de definir a realização de um plebiscito em 1965 que decidiria a manutenção do sistema político.

Importante citarmos que João Goulart conseguiu antecipar o plebiscito para o ano de 1963, e foi o povo que decidiu se o Regime Parlamentarista deveria ser mantido ou não. A

maioria (83% dos votos) votou “Não”, decidindo o fim desse sistema e aprovando o Presidencialismo.

Apesar de o povo ter votado ao seu favor em 1963, com o passar do tempo Jango foi perdendo apoio com suas propostas de reformas de base, que afetavam os setores agrário, educacional, fiscal, político e eleitoral. As suas ações provocaram dívidas externas e o aumento da inflação.

Em Março de 1964, o Presidente faz um discurso na central do Brasil, onde defendia suas reformas, dando ênfase na reforma agrária e na nacionalização das refinarias de petróleo. A elite conservadora que já estava insatisfeita organizou como resposta, junto da imprensa, empresários importantes da época e o Clero na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Os militares logo reagiram contra Jango, enviando tropas entre os dias 31 de Março e 1 de Abril para o Rio de Janeiro onde o Presidente estava. Três dias depois João Goulart partiu para o Uruguai e os militares assumem o poder.

### **Os primeiros Atos Institucionais, e o impacto no cenário político e popular**

Em 9 de Abril é criado o Ato Institucional N° 1, oficializado pela junta do governo formada pelo Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, o General Artur da Costa e Silva e Almirante Augusto Rademaker. O AI-1 convocou eleições indiretas para Presidente e a extensão do cargo até o ano de 1966, a eleição ocorreu por meio do Congresso Nacional onde é eleito o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Além das eleições presidenciais, o AI-1 também garantia o poder de alterar a constituição e caçar mandatos. Já de início o Presidente “cassou os direitos políticos de 37 pessoas, entre as quais três ex-presidentes, seis governadores estaduais e 55 membros do Congresso Nacional e dez mil funcionários públicos foram demitidos [...]” (GUISONI, 2014, p. 28). Devemos destacar que o povo não teve participação na escolha do Presidente, logo os interesses populares não foram priorizados, podemos notar isso no fato de que muitos dos direitos trabalhistas foram perdidos, a União Nacional dos Estudantes foi fechada e sua sede queimada, os movimentos sindicais e agrários sofreram repressão, sendo colocados na ilegalidade.

Decretado em outubro de 1965 o AI-2, tornou definitiva a eleição indireta para a presidência, fechou todos os partidos políticos, adotando o sistema de bipartidarismo, onde passava a existir apenas 2 partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que representava os apoiadores do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que

representaria a oposição. O povo ficou limitado a votar apenas em candidatos que o governo aprovava como elegíveis, porém isso não durou muito já que em fevereiro de 1966 surge o AI-3, tornando as eleições para governadores indiretas e a escolha dos prefeitos por indicação.

Com o decreto do AI-4 em Junho de 1966 o governo convoca uma Assembleia Constituinte, que tinha como objetivo criar uma Nova Constituição que favorecesse o governo militar. A partir desse momento muitos populares que de início apoiavam o golpe, começaram a criticar as decisões impostas por meio dos Atos Institucionais. As manifestações contra o Governo de Castelo Branco já aconteciam desde o início de seu mandato, mas foi em 1966 que a esquerda armada começou a reagir aos atos do governo.

### **A oposição grita, o AI-5 cala**

Eleito por meio de voto indireto, Arthur da Costa e Silva toma posse em março de 1967. De início o governo Costa e Silva trouxeram algumas mudanças, a nova Constituição passou a valer, foi criada a Lei de Segurança Nacional, e com a abertura para investimentos estrangeiros no País e a inflação teve uma queda relativa. Devemos destacar que o Governo Costa e Silva foi marcado por repressão, censura e busca por manter as aparências de que o Brasil estava passando por um momento de progresso.

Durante seu governo Costa e Silva deu continuidade ao “Plano de Ação Econômica do governo” (PAEG), que trouxe reajuste no salário do povo trabalhador, além da redução dos gastos com obras públicas. Aumentando ainda mais o clima tenso que se tinha na relação do povo com o governo, que já se mostrava insatisfeito desde quando foi retirado o voto popular direto. “O ano de 1968 foi marcado pela retomada e radicalização das vanguardas, em vários campos: cinema, artes e música” (NAPOLITANO, 2014, p. 108), é nesse cenário que várias classes sociais do Brasil começam a se manifestar.

Durante o Governo Costa e Silva podemos citar, os protestos liderados pelo movimento estudantil, que se fortaleceram em março de 1968 após o estudante Edson Luís ser morto pela polícia durante um protesto no rio de janeiro, o movimento ganhou apoio de artistas e intelectuais que se juntaram em 26 de Junho na Passeata dos Cem Mil. Em resposta o governo decretou em Julho do mesmo ano que estava proibido a realização de protestos, porém essa repressão fez com que diversos grupos de estudantes aderissem à luta armada.

Outros movimentos de oposição que também estavam acontecendo na época eram o movimento dos operários, as críticas feitas por artistas por meio da música, poesia, pintura e cinema, no âmbito político tivemos a frente ampla organizada por Carlos Lacerda e o discurso



do deputado Marcio Moreira Alves que criticava o governo militar e pedia ao povo Brasileiro que boicotassem o desfile de 7 de Setembro.

O governo buscando reprimir ainda mais esses movimentos publica o AI-5, que permitia que a polícia e o exército prendessem qualquer pessoa sem a necessidade de um mandado judicial ou um motivo em específico, o Habeas Corpus foi extinto e não havia mais direito de requerer um advogado. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas foram fechados, dois órgãos ligados ao governo foram criados, o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), vários mandatos foram cassados e foi instituída a censura previa a todo material de imprensa e artístico, o Brasil se encontrava em um novo cenário de medo e repressão, “O Ato inaugurou uma nova época, na política e na cultura, demarcando um corte abrupto no grande baile revolucionário da cultura brasileira [...]” (NAPOLITANO, 2014, p. 120). O efeito da publicação do AI-5 foi imediato, com perseguição a várias pessoas, prisão de membros políticos da oposição e vários artistas deixando o país.

O Governo Costa e Silva durou até Março de 1969, quando o Presidente precisou se afastar definitivamente após sofrer um derrame e falecer em outubro do mesmo ano.

Quase um ano após a publicação do AI-5, em 30 de Outubro de 1969 o Congresso é aberto para a escolha do novo Presidente, General Emílio Garrastazu Médici indicado pelos oficiais-generais em uma eleição onde os membros da ARENA votaram a favor de Médici e o MDB se absteve.

Inicia-se então o Governo Médici, marcado por anos de intensa repressão, perseguição e tortura aos opositores. Além das campanhas nacionalistas, que ganharam força com a participação do Brasil na copa de 1970 e a busca pela estabilidade econômica do país, com o crescimento do PIB e do poder de consumo.

Mas a resistência à repressão continuou forte, com a luta armada se organizando com a guerrilha rural e urbana, onde grupos assaltavam bancos e cofres de políticos, sequestravam apoiadores do governo em troca da soltura de presos da oposição e combatiam os agentes do governo, dentre esse grupos podemos destacar a ALN (Ação Libertadora Nacional) que tinha como principal líder Carlos Marighella que escreveu o "Mini Manual do Guerrilheiro Urbano" que ensinava táticas de guerra e a importância de manter a oposição à ditadura, “O nome de Marighella crescia na mídia como símbolo do guerrilheiro, temido e admirado.” (NAPOLITANO, 2014. p 122), a COLINA (Comando de Libertação Nacional) que atuava junto de movimentos estudantis e de trabalhadores e o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) que esteve ligado ao sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick.

Nos jornais “não faltaram momentos de censura prévia, como a que recaiu sobre o jornal O Estado de S. Paulo” (NAPOLITANO, 2014, p. 133) porém havia resistência, as matérias censuradas eram muitas vezes substituídas por receitas ou poemas. Já os artistas que ainda estavam no Brasil tomaram frente de movimentos como a Tropicália e a criação de músicas com letras subversivas que passavam despercebidas pelos censores.

Porém com o passar dos anos o plano econômico começou a perder força, sofrendo com a crise do petróleo de 1973 tendo suas relações externas afetadas, refletindo no crescimento da dívida pública e da desigualdade social. A ditadura começava então a perder o apoio dos políticos e da elite brasileira.

### **A esperança do fim**

Em 15 de Março de 1974 o General Ernesto Geisel toma posse como o novo presidente escolhido pelo congresso. Seu governo tem como destaque o início do processo de abertura política, a fim de encerrar o período de ditadura. Uma das ações do novo governo foi demitir o General Sylvio Frota, que planejava um golpe para restaurar a ditadura, outra ação importante foi extinguir o AI-5.

Com o resultado das eleições de 1974 o MDB consegue avançar no cenário político elegendo 16 Senadores das 22 vagas. O governo logo reagiu criando a “Lei Falcão” que limitava a propaganda eleitoral na TV, mais tarde em 1977 Geisel, fecha o Congresso para impor uma reforma, criando a eleição indireta para um terço do senado, garantindo que a maior parte do Senado fosse da ARENA.

O período de Geisel no poder foi impactado pela crise econômica, abertura política e a avanço da oposição, essas e outras questões teriam impacto no governo seguinte quando João Figueiredo se torna Presidente no dia 15 de Março de 1979, dando continuidade no projeto de abertura política. Já de início em Agosto do mesmo ano Figueiredo assinou a Lei da Anistia Política, que dentre muitas coisas, anulava a suspensão dos direitos políticos e revogava as penalidades de exílio. A partir dessa Lei vários políticos e artistas que estavam em exílio no exterior conseguiram retornar ao Brasil.

Além da Lei da Anistia, foi aprovada também a Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu o sistema de bipartidarismo e trouxe a possibilidade da criação de novos partidos. Podemos citar alguns partidos criados a partir da aprovação dessa lei como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Social (PDS), Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre outros.

Próximo ao fim do Governo de Figueiredo com a volta dos partidos e o enfraquecimento da ditadura, a oposição vê uma oportunidade de reivindicar seus direitos como eleitor, tomando frente do movimento “Diretas Já”, que teve seu início em Goiânia por meio de um congresso presidido por Ulisses Guimarães Presidente do PMDB na época, junto de membros do PT, após esses vários outros comícios foram realizados no país.

Apesar de toda mobilização popular, junto do apoio da mídia e de artistas, a Ementa Dante de Oliveira que visava recuperar o voto direto não foi aprovada pela Câmara dos Deputados, por conta disso as eleições de 1985 para a presidência foram indiretas, com vitória da oposição ao ser indicado como presidente Tancredo Neves do PMDB, marcando assim o fim do regime ditatorial militar.

### **Uma reflexão sobre o cenário atual**

No cenário atual podemos notar o quanto a questão do voto evoluiu ao longo do tempo, os usos de novas tecnologias auxiliaram no processo de facilitar a vida do eleitor, o uso da urna eletrônica, por exemplo, é a maneira mais moderna em termos de segurança, praticidade e sigilo no sistema eleitoral. O uso das redes sociais também é visto com frequência como um espaço onde a população pode expressar as suas aprovações e descontentamentos quanto ao cenário político do Brasil. A facilidade de buscar informações pela internet também auxilia o cidadão a entender seus direitos e como o seu voto tem um peso muito importante nas decisões do País, isso nos leva no cenário atual onde podemos notar um maior engajamento de jovens que estão se preparando para exercer seu direito ao voto pela primeira vez, segundo o TSE entre Janeiro e Abril de 2022 o País ganhou aproximadamente 2.042.817 novos eleitores na faixa etária entre 16 e 18 anos, mostrando um aumento significativo no interesse dos jovens em participarem da vida política.

### **Conclusão**

Após entender toda a dinâmica política do período desde o golpe de 30, era Vargas e Regime Ditatorial Militar, podemos constatar que o sistema eleitoral passou por muitas mudanças, vezes voltadas para o objetivo de facilitar à vida do eleitor e tornar o processo mais seguro, em outros casos as mudanças foram drásticas a ponto de ser cancelado o voto direto. O importante é destacar que o voto como ferramenta de expressão da população muitas vezes em sua falta teve a necessidade de ser substituído pela voz do povo, por meio de protestos, manifestações e greves a fim de reivindicar seus direitos.

Ao observar toda a trajetória da evolução do sistema eleitoral brasileiro, podemos notar o reflexo nos tempos atuais, onde a população tem informação a respeito ao voto com mais facilidade, possuindo meios de se manter ativo nas questões políticas com o uso de redes sociais, jornais online e outras ferramentas que facilitam a vida do eleitor.

Por fim, podemos concluir que durante a ditadura, os opositores protestavam para que o voto direto retornasse em esperança de que a democracia fosse restaurada, mostrando o quanto a luta popular teve peso na restauração do sistema político, pois o povo sabia o quanto era importante à participação social na escolha de seus governantes.

### **Referencias Bibliográficas**

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2002.

NICOLAU, Jairo. **As eleições presidenciais de 1960: Uma análise a partir dos dados municipais**. 2022.

## O Patrimônio e a Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira: o reflexo do PNDH-3 no legislativo municipal de Porto Alegre e o caso da Avenida Castelo Branco

*The Memory and the Heritage of the Brazilian Military Dictatorship: The influence of the PNDH-3 in the Municipal Chamber of Porto Alegre and the Castelo Branco Avenue*

Angélica Vedana,<sup>1</sup> UNL

### Resumo

A partir do processo de abertura política no Brasil, na década de setenta, reeleições e interpretações acerca da memória da ditadura civil-militar (1964-1985) tiveram início, gerando uma trajetória de disputas acerca do que deveria ser lembrado e do que deveria ser esquecido ou até mesmo silenciado. No âmbito das reparações, projetos de lei, a nível local, regional e nacional, podem contribuir para o alcance de políticas voltadas à ressignificação da memória da ditadura civil-militar. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo perceber a influência do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) na elaboração de projetos de lei tramitados na Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre, nomeadamente no caso da Avenida Castelo Branco, objetivando analisar o caráter dessas proposições e as disputas em torno dessa memória.

**Palavras-chave:** Memória; Patrimônio; Câmara de Vereadores; Ditadura civil-militar; Justiça de Transição.

### Abstract

The memory of the civil-military dictatorship (1964-1985) experienced a series of interpretations and reinterpretations that began in the seventies with the process of political opening in Brazil, thus generating a trajectory of disputes regarding what should be remembered, forgotten or even silenced. Within the scope of reparations, bills, at local, regional and national levels, can contribute to the achievement of policies aimed at redefining the memory of the civil-military dictatorship. In this sense, this research seeks to understand the influence of the Third National Human Rights Plan (PNDH-3) in the elaboration of bills processed in the City Council of Porto Alegre, namely in the Castelo Branco Avenue Case, through the analysis of the character of these propositions and the disputes surrounding this memory.

**Keywords:** Memory; Heritage; City Council; Civil-Military Dictatorship; Transitional Justice.

### Introdução

No presente estudo, busca-se investigar o patrimônio da ditadura civil-militar brasileira em Porto Alegre, através de projetos de lei elaborados por vereadores no contexto da Câmara Municipal da cidade, os quais versam acerca da memória e sua dimensão

---

<sup>1</sup> Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade do Minho e doutoranda do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: vedana.angelica@gmail.com

patrimonial, e as alteram de alguma maneira na realidade concreta, privilegiando a análise de proposições tramitadas entre 2009 e os dias atuais.<sup>2</sup> O recorte temporal diz respeito à um momento do país em que uma atenção maior voltou-se à concepção de políticas reparatórias de memória e tem como ponto inicial a aprovação do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2009 e da Comissão Nacional da Verdade em 2011. Nessa perspectiva, o presente artigo pretende perceber a influência do PNDH-3 na elaboração dos Projetos de Lei encaminhados a partir de 2009 e compreender de que maneira este marco fundamental da promoção dos direitos humanos no Brasil figura na dimensão patrimonial da gestão da memória da ditadura civil-militar brasileira no âmbito do legislativo municipal.

A partir do processo de abertura política no Brasil, na década de setenta do século XX, releituras e interpretações da memória da ditadura civil-militar tiveram início, gerando assim uma trajetória de disputas acerca do que deveria ser lembrado e também do que deveria ser esquecido. Nesse sentido, desde o fim do regime militar até os dias atuais, políticas de memória foram sendo requeridas por segmentos da sociedade civil e desenvolvidas pelo Estado, delineando o processo de Justiça de Transição no Brasil, através de iniciativas de reparação do passado. No âmbito dessas reparações, projetos de lei, a nível local, regional e nacional puderam e podem contribuir para o alcance de políticas voltadas à construção da memória da ditadura civil-militar, da ressignificação do patrimônio e a consequente realização de uma justiça transicional mais completa no cerne da sociedade brasileira.

A Justiça de Transição, conceito amplamente empregado na presente pesquisa, é fruto de uma complexa discussão teórica pautada por referências como Paulo Abrão e Marcelo Torelly<sup>3</sup>, Paul Van Zyl<sup>4</sup>, Félix Reátegui<sup>5</sup> e Ruti Teitel<sup>6</sup>. Segundo Abrão e Torelly, a Justiça de Transição é calcada em quatro pilares, os quais são complementares na concretização do processo transicional, sendo eles: a reformulação das instituições, a justiça, o direito à memória e à verdade e as reparações (sendo elas de naturezas distintas, tais como reparação histórica, jurídica, financeira ou simbólica, por exemplo). Como forma de definição de certo termo, Paul Van Zyl (2011) considera o conceito como o empenho investido no restabelecimento da paz após um espaço de tempo marcado por violência, confrontos e violação de direitos humanos; acepção esta compartilhado por Ruti Teitel (2011), cuja

<sup>2</sup> O presente artigo faz parte da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Patrimônio Cultural na Universidade do Minho, que resultou na dissertação intitulada *A Memória da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985): Os Projetos de Lei da Câmara Municipal de Porto Alegre e o Reflexo no Patrimônio da Cidade*. Ver mais em: Vedana (2021).

<sup>3</sup> Ver (Abrão, P.; Torelly, M. D., 2014).

<sup>4</sup> Ver (Van Zyl, P., 2011).

<sup>5</sup> (Reátegui, F., 2011).

<sup>6</sup> (Teitel, R., 2011).

formulação acerca da justiça transicional diz respeito ao aspecto da justiça conectado a momentos de transição e alterações políticas, os quais obtém como retorno esforços no sentido de encarar os delitos praticados em contexto de opressão estatal, por exemplo. Já Félix Reatégui (2011), ao abordar o conceito como algo não linear e diferente a depender do contexto nacional no qual é enquadrado, o caracteriza como integrante de “(...) momentos de revelação da verdade, exercício da justiça penal, mecanismos de impunidade e novos desenvolvimentos normativos e jurisprudenciais que abrem o caminho para a sanção judicial de graves delitos.” (REATÉGUI, 2011, p. 38).

Neste sentido, a presente pesquisa entende a Justiça de Transição como uma maneira de concretizar demandas e anseios oriundos de países nos quais a abertura política não resultou em mudanças estruturais abrangentes no que concerne restauração de um corpo nacional democrático; este meio de mudança se dá, então, a partir de políticas de memória, reparações financeiras, simbólicas e históricas, e reforma de instituições configuradas, em um passado recente, nos moldes de regimes repressivos.

### **Memória e Patrimônio: conceituando um campo de batalhas**

Sendo a memória uma ação coletiva ligada a eventos e perspectivas de se enxergar o passado e, em decorrência disto, de se organizar e selecionar quais fragmentos do passado devem ser preservados no presente e no futuro, podemos pensar nosso objeto de pesquisa enquanto um campo de disputa e resultado do mesmo. No que diz respeito a relação entre identidade, patrimônio e memória, o sociólogo Michael Pollak (1992) percebe a memória como um elemento constituinte da identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator que contribui para o sentimento de continuidade e de coesão de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si. Sendo a identidade social de um grupo ou indivíduo a imagem que ele faz de si, para si e para os outros, essa imagem figura como uma construção em um processo contínuo, estando, assim, sujeita a subjetividades, seleções, lembranças ou esquecimentos; esta pode ser constantemente alterada, principalmente em momentos de crise, pois estes possibilitam a abertura de portas para uma reflexão mais profunda acerca das identidades, consolidando-as a partir de uma revitalização da memória coletiva de determinados grupos.

Por isso a importância de se ter um vestígio material que invoque recordações e memórias combativas, e que oportunize a visibilidade para a luta desses segmentos da população. Nesta perspectiva, Elizabeth Jelin e Victoria Langland (2003) elucidam a questão de maneira bastante clara:

Otras veces, se trata de proyectos con intencionalidad, donde los emprendedores ponen su energía en lograr establecer la materialidad de un monumento, una placa o un nombre, con un sentido relativamente unívoco y claro del pasado que quieren conmemorar. Este sentido, sin embargo, puede no corresponder necesariamente a la memoria de quienes fueron los actores y participantes del acontecimiento a recordar, sino al escenario político y el marco interpretativo presente en el momento del proyecto de conmemoración. (JELIN; LANGLAND, 2003, p. 9).<sup>7</sup>

Sabe-se que o uso político da memória é intrínseco e recorrente quando das tentativas, pelos mais diversos e - frequentemente dominantes - grupos, de construção de identidades e sentimentos de coesão “oficiais” em diferentes âmbitos e sociedades. Portanto, a memória é e sempre será motivo e fruto de confrontos, uma vez que, ao oficializar uma memória específica de determinado segmento da população, outras inúmeras tendem a ser silenciadas e esquecidas, bem como suas histórias e reivindicações. Enzo Traverso, ao dissertar acerca de “memórias fortes” e “memórias fracas”, ressalta que “existem memórias oficiais, alimentadas pelas instituições, ou seja, os Estados, e memórias subterrâneas, escondidas ou interditas” (TRAVERSO, 2012, p. 71). As dinâmicas envolvidas nos processos de construção de memórias envolvem aspectos como reconhecimento e força, os quais são, segundo Traverso, volúveis e podem valer-se de alterações na ressignificação dessas memórias.

Portanto, quando falamos sobre as regulares disputas sobre a memória de heranças difíceis, é primordial que lembremos das inúmeras histórias não oficiais negligenciadas por anos e ainda mais oprimidas por símbolos quase onipresentes como as placas de ruas, estátuas e demais monumentos presentes no espaço físico. Sobre este território de disputas nos quais símbolos e monumentos são transformados, Elizabeth Jelín e Victoria Langland (2003) afirmam que

Estos espacios se convierten en lugares de luchas entre quienes intentan transformar su uso y de ese manera (o para) borrar las marcas identificatorias que revelan ese pasado, y otros actores sociales que promueven iniciativas para establecer inscripciones o marcas que los conviertan en “vehículos” de memorias, en lugares cargados de sentidos (JELIN, LANGLAND, 2003, p. 4).<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> “Em outras ocasiões, trata-se de projetos com intencionalidade, onde os empreendedores colocam sua energia na tentativa de estabelecer a materialidade de um monumento, uma placa ou um nome, com um sentido relativamente unívoco e claro do passado que desejam comemorar. Este sentido, contudo, pode não corresponder necessariamente à memória daqueles que foram os atores e participantes do acontecimento a ser lembrado, mas sim o cenário político e a conjuntura interpretativa presente no momento do projeto de comemoração” (JELÍN; LANGLAND, 2003, p. 9, tradução nossa).

<sup>8</sup> “Estes espaços se convertem em lugares de lutas entre aqueles que tentam transformar seu uso e assim apagar as marcas de identificação que revelam esse passado, e outros atores sociais que promovem iniciativas para



O debate em torno de memória(s) é bastante complexo e rico em contributos, gozando de pontos de contato e convergência com outros campos conceituais ou teóricos. Este é o caso do vínculo quase que inerente que a memória possui com o patrimônio cultural, uma vez que o elo com o passado-presente é o fio norteador que guia e contempla essas ligações e os modos de se relacionar com aquilo que já transcorreu. Esta relação é marcada, em uma via, pela materialização de memórias em patrimônios tangíveis, os quais podem ser utilizados – em suas mais distintas vertentes – com forma de afirmação e visibilidade para determinados grupos e regimes. O aspecto material, sempre acompanhado do imaterial, simboliza desejos, interesses e impasses de temporalidades específicas.

O patrimônio aparece como fruto da relação dos indivíduos e grupos com seu tempo, sobretudo no século XIX, quando a tendência de substancializar a memória em monumentos palpáveis se desenvolve mais concretamente. Assim, no século em que preocupações com a memória coletiva eram percebidas como consequência de mudanças céleres e constantes, a necessidade de fixação de certas expressões encontra palco na materialização daquilo que deve ser lembrado; os monumentos passam, então, a sustentar processos coletivos de recordação, ancorando uma gama de ideias a serem preservadas junto do patrimônio físico representado pelos elementos edificados.

### **Os logradouros públicos e o patrimônio**

Na última década, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, verificou-se o aumento do número de Projetos de Lei voltados a questão do patrimônio e da memória da ditadura civil-militar brasileira, - no que diz respeito ao processo de ressignificação e construção dessas dimensões históricas -, isso devido, principalmente, à ampliação da discussão pública acerca dos resquícios do regime militar brasileira nos mais distintos âmbitos da sociedade. Dessa forma, enxerga-se a Câmara enquanto um território de disputas que discute a implementação de medidas em um outro espaço de conflitos – o centro urbano.

A cidade, espaço urbano povoado físico e simbolicamente, é testemunha concreta de acontecimentos, símbolos e discursos de momentos e regimes específicos, os quais buscam transformar seu legado em marcas duradouras no cotidiano e na anamnese coletiva dos habitantes de determinado território. Nesse raciocínio, os logradouros constituintes de um espaço– enquanto patrimônio de toda uma cidade -, são suportes cobiçados quando da

---

estabelecer inscrições ou marcas que os convertam em “veículos” de memórias, em lugares carregados de sentidos” (JELIN; LANGLAND, 2003, p. 4, tradução nossa).

materialização da memória e do discurso de certo regime ou grupo particular, sendo a nomeação dos mesmos um trabalho pensado e sua análise, um dever.

O patrimônio e a memória gozam de papel crucial no momento da elaboração de novos prismas e perspectivas a despeito do passado, possibilitando a reflexão acerca do mesmo – um dos pilares da Justiça de Transição – e a resposta positiva aos apelos sociais encontrados na luta pela reparação e pela defesa dos direitos humanos. Isso porque ambos os conceitos fazem parte de projetos políticos, os quais podem servir tanto para a manutenção de estruturas passadas autoritárias quanto para o aumento da visibilidade de determinados grupos minoritários excluídos da sociedade, de maneira simbólica e material. Não é novidade que os espaços materiais e memoriais, planejados e enaltecidos por atores sociais, representam um eixo de mudança e quebra de paradigmas e visões consolidadas de determinado período histórico. Nesse ângulo, tanto a partir da demarcação dos locais utilizados pelo regime quanto a refutação dos mesmos a partir de discussões públicas, alterações e instruções pedagógicas, percebe-se que os enquadramentos intencionais corporificados em marcas físicas na paisagem urbana são responsáveis pela consolidação e pelo fortalecimento de memórias, dos interesses e das ideologias por trás das mesmas.

Os muitos emblemas construídos propositalmente a nível político e histórico por grupos que estejam no poder são referências simbólicas de uma dimensão política que se expressa através de monumentos, bandeiras, datas comemorativas, ritos, denominação de espaços públicos, entre outros. Essas marcas no cotidiano literal de sociedades sofrem mutações de acordo com quem está no poder e são geralmente apagadas e transmutadas a cada vez que um regime cai. No entanto, em países como o Brasil, onde uma ruptura propriamente dita foi evitada pela repressão e substituída por uma transição de abertura política comandada pelos próprios militares que estiveram no poder por mais de 20 anos, a permanência de referências ao regime se manteve mais atual do que nunca, mesmo passados 35 anos do fim pactuado da ditadura brasileira. Em consonância com Pedro Henrique Torres e sua reflexão acerca de homenagens no Brasil, o mesmo afirma que

Na história do Brasil é mais comum a construção de um monumento do que sua destruição. Em nosso país, a estátua de D. João VI não foi derrubada quando passamos de Colônia a Império. Menos ainda as de D. Pedro I e D. Pedro II, quando a república foi proclamada. Getúlio Vargas, mesmo tendo protagonizado o Estado Novo e se aproximado dos nazifascistas ganhou da ex-governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, um busto gigantesco na Praça da Glória (TORRES, 2015, p. 382/383).

Trazendo essas reflexões para o objeto de pesquisa privilegiado neste estudo, é fundamental que abordemos o conceito de toponímia, sua relação e importância enquanto patrimônio e também os significados por trás deste relevante marco cultural e histórico. A toponímia pode ser qualificada ligeiramente como a ciência responsável pelo estudo dos nomes geográficos ou nomes próprios de lugares, podendo ser tipificada como um campo do conhecimento de caráter interdisciplinar, cuja essência mescla áreas científicas distintas, tais como a arqueologia, a geografia e a história, por exemplo. O aspecto cultural que pode ser extraído dos estudos toponímicos vem sendo estudado nas últimas décadas, principalmente aliado às mudanças de regimes políticos e as alterações que os mesmos implicam na paisagem urbana, durante sua existência e após suas quedas

No caso mais recorrente entre nossas fontes, a denominação de logradouros, especificamente de ruas, Reginaldo Dias (2000) reconhece que

A perpetuação da história oficial pode ser verificada na denominação das vias públicas de todo o Brasil, mas as cidades, onde o batismo efetivamente ocorre, costumam imprimir, por conta de sua própria história, contornos específicos a esse processo. Analisar a organização dos nomes de rua de uma cidade é aferir dimensões significativas de sua relação com a história (DIAS, 2000, p. 105).

O patrimônio, enquanto um abrigo da memória e das disputas nelas ligadas, constitui um território de impressões e conflitos entre grupos distintos, nomeadamente entre aqueles que detiveram e detém o poder, e aqueles que tiveram suas memórias marginalizadas e silenciadas historicamente. O espaço físico tem o poder de oprimir e ausentar visões de mundo advindas de grupos excluídos da sociedade, mas também de suscitar reflexões a despeito dos crimes praticados e da continuidade do autoritarismo nos dias atuais. Ainda que os direitos humanos não tenham sido priorizados por parte do Estado nas últimas décadas da maneira que deveriam, é inegável que políticas públicas nesse sentido não tenham sido evidenciadas e formuladas ao longo do tempo, conferindo valor para essa urgente temática.

Um exemplo de um documento importante na luta por políticas de memória é a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)<sup>9</sup>, cuja edição foi responsável por trazer aspectos inovadores no que concerne a valorização dos direitos humanos no Brasil, principalmente na relação com as homenagens feitas através da nomeação de logradouros públicos, no patrimônio histórico e cultural.

---

<sup>9</sup> Criado a partir do decreto 7.037, o PNDH-3, terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado no fim do segundo governo Lula, no âmbito da proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil, figurou como parte estrutural de uma plataforma do governo federal brasileiro voltada para a monitorização, proteção e difusão dos direitos humanos no Brasil.

### **O PNDH-3, o caso da Avenida Castelo Branco e a Câmara Municipal de Porto Alegre**

Dividido em seis eixos orientadores e mais de vinte diretrizes que perpassam as ideias centrais de igualdade, direitos humanos e democracia no Brasil, o PNDH-3 foi concebido de maneira a ampliar o alcance e o debate das suas duas versões antecedentes, de forma a aprimorar e dar voz às questões relevantes ao bom desempenho de uma democracia ainda perseguida pelos fantasmas de um passado recente autoritário. Para além dos objetos já conhecidos na luta pela promoção e preservação dos direitos humanos – tais como o direito à alimentação, moradia, vida, igualdade, educação, justiça, liberdade e o esforço na prevenção da violência e da banalização da morte –, um novo e fulcral aspecto é evidenciado no terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos: o direito à memória e à verdade.

A última diretriz do PNDH-3, de número 25, exprime significativa dimensão vigente em reparações vinculadas ao pós-redemocratização, representando a materialização dos anseios correspondentes aos traços de políticas autoritárias ainda presentes; Surge então o desígnio de “fomentar debates e divulgar informações no sentido de que logradouros, atos e próprios nacionais ou prédios públicos não recebam nomes de pessoas identificadas reconhecidamente como torturadores” (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010, p. 177), cuja essência vem certamente de encontro com os princípios e objetivos da presente pesquisa, além de conferir respaldo técnico e oficial para que investigações acerca das disputas pela memória refletidas no patrimônio sejam contempladas e, cada vez mais, incorporadas à nível institucional e civil.

Um exemplo claro pode ser encontrado em um dos Projetos de Lei analisados pela presente pesquisa: o PLL nº 203/11, de autoria dos ex-vereadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Fernanda Melchionna e Pedro Ruas, que “Altera a denominação da Avenida Castelo Branco para Avenida da Legalidade”. A relevância de se dispor um tributo público à Campanha da Legalidade, encabeçada por Leonel Brizola no ano de 1961, é verificada quando do anseio por construir uma retórica da memória coletiva<sup>10</sup> que seja distinta do discurso oficial do regime militar:

além da importância desse logradouro para a garantia de uma homenagem justa e adequada ao Movimento de 1961, outro fator merece ser ponderado no presente caso. A futura Avenida da Legalidade é uma via de trânsito rápido, ou seja, sem acesso direto às moradias, aos comércios ou às indústrias da Cidade. Com isso, a mudança proposta não afetará o cotidiano

---

<sup>10</sup> O conceito de Memória Coletiva aqui utilizado é o cunhado por Maurice Halbwachs (1990).

de nenhuma cidadã ou cidadão porto-alegrense. Pelo contrário, haverá apenas uma mudança simbólica no espaço em comento, ou melhor, uma ressignificativa e proposital mudança simbólica (PORTO ALEGRE, 2011a, p. 2).

Em consonância com os preceitos propostos na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e, principalmente com a diretriz de número 25, citada anteriormente, no documento de Exposição de Motivos do Projeto de Lei do Legislativo nº 203/11 ainda é destacado que

é nessa direção que a nossa sociedade caminha nos dias atuais, colimada, principalmente, nas ações já promovidas por Argentina, Chile e Uruguai, no enfrentamento dos crimes contra a humanidade cometidos no bojo de regimes autoritários semelhantes ao vivido pelo Brasil no período entre 1964 e 1985. Exemplo claro disso encontramos no Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 –, construído mediante um processo de diálogo entre poderes públicos e sociedade civil, representado por diversas organizações e movimentos sociais, que em sua Diretriz 25 propõe (PORTO ALEGRE, 2011a, p. 3).

A ideia principal por trás do projeto diz respeito à conscientização dos cidadãos acerca de seu passado, para que as atrocidades cometidas não sejam normalizadas, comemoradas ou repetidas no presente e no futuro. Seria, então, um projeto visando a reflexão da sociedade a respeito do passado traumático recente, pois a retirada da homenagem representaria um assunto a ser debatido, tal como foi de fato coberto pela mídia na época.<sup>11</sup> Na entrevista concedida em janeiro de 2020 para a realização desta pesquisa, Fernanda Melchionna dissertou acerca do debate levantado pela proposição que, como veremos, foi bastante aprofundado três anos depois, em 2014, com a reformulação da proposta de 2011:

eu acho que em 2011, claro, foi difícil perder porque nunca é bom quando tu bota à votação, mas a gente sabia que não era fácil porque esse debate não é muito feito no Brasil, né. Infelizmente, ao fato de não ter justiça de transição faz com que se perca uma memória histórica muito importante; e a ditadura civil militar, como tu sabe bem, foi muito seletiva, né, no sentido de perseguir as organizações, matar as principais lideranças dessas organizações, aposentar, já fizeram uma limpa no primeiro ano com o Castelo Branco de dentro do exército de vozes destoantes, organizaram todo um aparato ideológico para com a escola superior de guerra fazer uma ideologização (MELCHIONNA, 2020, grifo nosso).

---

<sup>11</sup> Conforme a ex-veredora Fernanda Melchionna: “Na Câmara teve muito debate, os movimentos de memória, liberdade e justiça também lutaram para que fosse alterado, teve tanta mobilização, debate contra movimentos que lutam por justiça de transição, familiares de vítimas, enfim, né, que participaram e muita imprensa, debate, TV, rádio, polêmica na cidade, muita...” (Melchionna, 2020).

Os motivos do projeto também beiram a contextualização entre as ditaduras do Cone Sul, devido à menção realizada sobre os países como Argentina, Chile e Uruguai, e a maneira com a qual esse passado foi e é tratado nos dias de hoje. Para além disso, há a clara citação e influência do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)<sup>12</sup>, o qual, pelo que se pode analisar até então, serviu como documento de apoio oficial à elaboração de políticas de memória em outras esferas que não a nacional, municipalizando o dever de contribuição com o processo de Justiça de Transição no Brasil. Nesse sentido, a fala de Melchionna no debate do projeto, em uma sessão plenária em dezembro de 2011, destaca, quase como um direito de resposta, as críticas feitas ao projeto, as quais afirmavam que os vereadores proponentes do projeto de lei estariam buscando o revanchismo e o apagamento da história, ao invés de resgatar a construção de uma memória justa do regime brasileiro:

Nós estamos debatendo, sim, os símbolos que têm a ver com o resgate da nossa história, porque não é apagar a história, Ver. Tessaro. Nós não queremos apagar a história; ao contrário, queremos resgatar a história para que os ditadores e aqueles torturadores – muitos ainda estão vivos e lamentavelmente ainda estão nos Parlamentos brasileiros – sejam punidos, sejam presos, para que a verdade seja resgatada para o povo brasileiro e que nunca mais se repita. Nós queremos, sim, resgatar a história (PORTO ALEGRE, 2011b, n.p).

A proposição da alteração do nome deste logradouro constitui parte importante das tentativas de reparação e ressignificação de parte da história brasileira, cuja escrita original foi liderada por quem estava no poder, sem quaisquer menções aos reprimidos pelo regime instaurado.

Em busca de que a Justiça de Transição fosse posta em prática no Brasil – tendo em vista que quase trinta anos após a redemocratização, em 2014, ainda existiram impasses para a anulação do tributo à um ditador-presidente –, esforços foram e ainda são empreendidos para que uma história alternativa à oficial seja reescrita e dê voz àqueles que foram calados e silenciados mesmo após o fim da ditadura militar. O propósito pedagógico e moral desta mudança visava suscitar uma maior discussão acerca de todos os abusos cometidos anteriormente e promover uma consciência cidadã e ética entre os indivíduos brasileiros sobre

---

<sup>12</sup> Conforme apontado no próprio projeto de lei: “Exemplo claro disso encontramos no Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 –, construído mediante um processo de diálogo entre poderes públicos e sociedade civil, representado por diversas organizações e movimentos sociais, que em sua Diretriz 25 propõe a seguinte ação programática: “propor legislação de abrangência nacional proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos” (PORTO ALEGRE, 2011a, p. 2).

os crimes contra a humanidade que ocorreram nas décadas de sessenta, setenta e oitenta em todo o Brasil.

É possível verificar, no ano de 2014, a promulgação de um projeto de lei – o PLL 001/14, desta vez bem-sucedido quando da votação da proposição em plenário -, que pôde ser visto como uma continuação daquele proposto em 2011 e também como uma forma de não desistência. O embate iniciado concerne uma questão altamente sensível em um país onde reparações legais, morais e históricas por crimes e violações de direitos humanos cometidos durante 21 anos de regime militar ainda sofrem de dolorosa instabilidade. Os então vereadores propuseram uma alteração significativa não só em nível municipal, mas, sobretudo em nível nacional: a principal avenida da capital gaúcha, denominada Castelo Branco, em consagração ao primeiro ditador do período e também um dos principais articuladores do golpe de 1964, passaria a ser denominada Avenida da Legalidade e da Democracia.

O segundo projeto nessa mesma esteira de atuação, desenvolvido por Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, em 2014, gozou de maior cobertura da por parte da imprensa, o debate chegou na população e o projeto finalmente teve a tão esperada aprovação. Entre discussões acaloradas pela memória em disputa dentro de um espaço que também emerge enquanto campo de batalha político – a Câmara de Vereadores – e pequenas vitórias diárias personificadas em apoio e espaço na mídia, o PLL 001/14 foi votado pela maioria simples dos vereadores em função. De acordo com a fala de Pedro Ruas no dia 27 de agosto de 2014, dia da votação do referido projeto, a avenida Castelo Branco nunca havia passado por o rito do legislativo de nomeação de rua, de modo a ressaltar a ausência de qualquer tipo de autorização para tal homenagem.

Esse importante projeto de lei condensa muito do que já foi discutido até então, em termos de referencial teórico nesta pesquisa, explicitando a necessidade de repensarmos o patrimônio ao nosso redor – nas cidades que habitamos –, de modo a modificar o presente e o futuro da comunidade ou sociedade em que vivemos, garantindo a descontinuidade de práticas e significados autoritários e antidemocráticos no cotidiano. A raiz das preocupações por trás dos dois projetos elaborados por Fernanda Melchionna e Pedro Ruas se insere nas discussões e nos esforços de realização dos mecanismos simbólicos, econômicos, psicológicos e históricos que constituem a chamada justiça transicional, buscando a implementação de políticas de memória e do patrimônio que possam auxiliar em mudanças concretas na realidade de milhões de pessoas. O patrimônio, neste sentido, é evocado como meio de atingir o objetivo compartilhado pelo PNDH-3, documento citado, novamente em 2014, no projeto de lei em questão:

Com efeito, a transição de regimes autoritários para regimes democráticos depende de tais medidas, sob pena de os abusos do passado se repetirem novamente no futuro. A ressignificação de espaços como praças e logradouros resgata esse debate e traz para o âmbito da Cidade elementos de apoderamento do lugar, especialmente em suas dimensões simbólicas, por meio dos processos anamnéticos (PORTO ALEGRE, 2014, p. 3).

Ao analisarmos a importância do PNDH-3, vemos sua voz ecoando na descentralização e municipalização da luta pela verdade e pela memória, como no exemplo do Projeto de Lei Complementar analisado. É relevante pensarmos essa influência uma vez que, em termos de Justiça de Transição, espera-se que o Estado assuma a responsabilidade pelos crimes ocorridos em seu nome, sendo que o modelo trazido pelo Plano Nacional dos Direitos Humanos pode representar um passo nesse sentido, ao sugerir que não sejamos plateia ativa dos vestígios de um período extremamente cruel e traumático para tantas gerações da população brasileira.

### **Comentários finais**

A introdução do direito à memória e à verdade, pelo PNDH-3, está presente nos projetos em questão e marcou um importante passo na trajetória desses direitos no Brasil, para além de municipalizar a defesa dos direitos humanos. Constatou-se também que, apesar do caráter particular e até mesmo mais “isolado” da Câmara, no que diz respeito à centralização de iniciativas de âmbito estatal, avanços foram feitos no campo da memória e do patrimônio da cidade. Dessa forma, percebe-se que a inserção de princípios básicos do direito à memória e à verdade através do PNDH-3, serviu de base e influência para a luta pela memória na cidade de Porto Alegre. Assim, compreendeu-se que a motivação por trás das proposições dos vereadores, sejam elas referentes à alteração de nome de ruas ou a instituição de um dia em memória aos mortos e desaparecidos durante o regime militar brasileiro, esteve em consonância com políticas de memória nacionais, principalmente o PNDH-3 e com a preocupação em fazer a população da cidade conhecer seu passado e estar ciente dos erros cometidos, para que os mesmos não se repitam.

O anseio por descentralizar iniciativas públicas de ressignificação da memória e do patrimônio e trazê-las para a particularidade de um município – que enfrentou coletiva, mas também individualmente um período ditatorial sob controle dos militares –, gozou de relevante espaço na proposição de iniciativas e leis, a partir de 2009, na Câmara Municipal de Porto Alegre, contando com a influência direta da noção do direito à memória e à verdade evidenciados na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos.



## Fontes

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 22 dez. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

MELCHIONNA, Fernanda. Entrevista concedida à Angélica Vedana. Porto Alegre, 27 jan. 2020. [A entrevista encontra-se transcrita em no Anexo “B” em VEDANA, Angélica. **A Memória da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985): Os Projetos de Lei da Câmara Municipal de Porto Alegre e o Reflexo no Patrimônio da Cidade**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2021.]

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal de Porto Alegre. **Ata da Centésima Décima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, em 14 de dezembro de 2011**. Porto Alegre, RS: CMPA, 2011b. Disponível em: [https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais\\_sesoes\\_plenarias\\_antigas/2011/12/14/119a%20s0%20-%2014dezembro2011.htm](https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sesoes_plenarias_antigas/2011/12/14/119a%20s0%20-%2014dezembro2011.htm). Acesso em: 20 nov. 2020.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal de Porto Alegre. **Projeto de Lei do Legislativo nº 203/11, de 2011**. Altera a denominação da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade. Porto Alegre, RS: CMPA, 2011a.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal de Porto Alegre. (2014). **Projeto de Lei do Legislativo nº 001/14, de 2014**. Altera a denominação da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade. Porto Alegre, RS: CMPA, 2014.

## Referências

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a Memória Histórica. **História & Ensino**. Londrina: v. 6, p. 103-120, out. 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. (orgs.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madri: Siglo Veinteuno de España Editores S.A., 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo: v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REÁTEGUI, Félix. **Introdução**. In F. Reátegui (Org.), *Justiça de Transição: manual para a América Latina* (pp. 33-44). Brasília, BF: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TEITEL, Ruti. **Genealogia da Justiça Transicional**. In Reátegui, F. (Org.), *Justiça de Transição: manual para a América Latina* (pp. 135-170). Brasília, DF: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TORRES, Pedro. Henrique Campello. Memória dos Anos de Chumbo nas Cidades Brasileiras. **Estudos de Sociologia**. Araraquara: v. 20, n. 39, p. 381-398, jul./dez. 2015.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VEDANA, Angélica. **A Memória da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985): Os Projetos de Lei da Câmara Municipal de Porto Alegre e o Reflexo no Patrimônio da Cidade**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2021.

VAN ZYL, Paul. **Promovendo a Justiça Transicional em sociedades pós-conflito**. In Reátegui, F. (Org.), *Justiça de Transição: manual para a América Latina* (pp. 47-72). Brasília, DF: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

**“Pra não dizer que não falei das flores” e “Tropicália”: um estudo comparativo da canção de protesto e da canção de vanguarda**

*“Pra não dizer que não falei das flores” and “Tropicália”: a comparative study of the protest song and the vanguard song*

Carlos Eduardo da Silva Pereira,<sup>1</sup> PUCRS

**Resumo**

O presente artigo visa colocar em perspectiva as canções *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores* de Geraldo Vandré e *Tropicália* de Caetano Veloso, buscando traçar um comparativo entre as duas músicas evidenciando diferenças estéticas e de forma e o contexto no qual estavam inseridos os intérpretes. Na primeira seção desse texto serão levantados tópicos importantes em relação à observação dos objetos de estudo e será abordado um panorama do campo da oposição cultural à ditadura civil-militar. Na segunda seção a análise das duas canções é feita colocando em perspectiva as questões estéticas e técnicas de cada música com debates importantes já levantados por outros autores. Na última seção as reflexões finais pontuam uma breve conclusão sobre o texto e situam o debate estabelecido e as possibilidades comparativas entre as duas canções. Além disso, levantamos a questão do papel da arte e dos artistas no cenário político brasileiro atual.

**Palavras Chave:** Tropicalismo; Geraldo Vandré; Caetano Veloso; Ditadura Civil-Militar; Canção de Protesto.

**Abstract**

This article aims to put into perspective the songs *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores* by Geraldo Vandré and *Tropicália* by Caetano Veloso, seeking to draw a comparison between the two songs, highlighting differences in aesthetics and form and the context in which the performers were inserted. In the first section of this text, important topics will be raised in relation to the observation of the objects of study and an overview of the field of cultural opposition to the civil-military dictatorship will be addressed. In the second section, the analysis of the two songs is carried out, putting in perspective the aesthetic and technical issues of each song with important debates already raised by other authors. In the last section, the final reflections punctuate a brief conclusion about the text and situate the established debate and the comparative possibilities between the two songs. In addition, we raise the question of the role of art and artists in the current Brazilian political scenario.

**Keywords:** Tropicalism; Geraldo Vandré; Caetano Veloso, Civil-Military Dictatorship, Song of Protest.

**Caetano e Vandré: reflexões iniciais**

<sup>1</sup>Licenciado em História pela Universidade Luterana do Brasil e Mestre e Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e bolsista CAPES. Dedicou-se, durante o mestrado, ao estudo dos usos do atestado ideológico pelo aparato repressivo sul-riograndense e atualmente pesquisa os impactos da repressão e da prisão na vida profissional de pessoas atingidas pela Ditadura Civil-Militar. Além de desenvolver pesquisas no campo da repressão política pós-1964, também se dedica a discutir os movimentos artísticos e culturais do período, tendo inclusive publicado um artigo sobre o cantor pernambucano Marconi Notaro, um dos principais nomes do cenário Udigrudi da cidade do Recife. E-mail: eduardoclrs8@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2398147049606728>

O presente texto visa analisar de forma comparativa duas canções: *Tropicália* de Caetano Veloso e *Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores* de Geraldo Vandré. As duas canções, cada uma à sua forma e maneira representam visões estéticas e políticas próprias dos grupos de oposição à ditadura civil-militar brasileira no campo da cultura.

A análise de dois objetos, nesse caso as canções de Caetano e Vandré, pode nos proporcionar não só um panorama das similaridades entre os dois, mas, sobretudo das suas diferenças. A comparação dos dois objetos, portanto, ao evidenciar as diferenças também nos proporciona o levantamento de questionamentos sobre os motivos de determinadas diferenças. Para Maria Ligia Coelho Prado, entre os objetivos da comparação de objetos estão os de: [...] demonstrar as singularidades por intermédio da observação das diferenças [e] ajudar a produzir explicações causais (PRADO, 2005, p. 22).

A comparação entre os dois objetos parte de um contexto histórico maior, um tecido onde influências, divergências e convergências são colocadas em questão. O contexto aqui observado parte do ponto de vista dos dois objetos que serão analisados nesse texto. As canções de Caetano e Vandré ao representarem (em maior ou menor grau) os grupos dos quais os dois cantores faziam parte – respectivamente os vanguardistas e os nacionalistas<sup>2</sup> –, nos inserem no contexto das artes e da cultura no campo de oposição à ditadura militar. Interessamos observar a cultura nesse período, sobretudo porque ela "desempenhou um papel importante na configuração de uma identidade de oposição ao regime militar, sobretudo entre os jovens da classe média escolarizada" (NAPOLITANO, 2017, p. 48). E os dois objetos recebem especial atenção nesse texto porque as artes de espetáculo passaram a ser supervalorizadas, sendo elas um dos principais espaços de atuação da esquerda derrotada (NAPOLITANO, 2017, p. 62). Nesse mesmo campo da cultura, bastante mobilizado, também se evidenciavam divisões e divergências, sendo possível de acordo com Alexandre Stephanou, a identificação de ao menos três grupos: os vanguardistas, os nacionalistas e o comercial (STEPHANOU, 2001).

E essas divisões demonstram que, ao utilizar a música como fonte histórica, conseguimos compreender que “a organização musical não ocorre nem se estabelece num vazio temporal e espacial. As escolhas dos sons, escalas e melodias [...] são produtos de opções, relações e criações culturais e sociais, e ganham sentido para nós na forma de música” (MORAES, 2000, p. 211). No entanto, para identificar essas escolhas e as diferenças quando comparamos músicas e movimentos culturais como pretende este artigo são impostas ao

---

<sup>2</sup> Ao longo do texto abordaremos com mais detalhes a conexão entre os dois cantores e seus respectivos grupos,

historiador uma série de dificuldades metodológicas. Isto porque para “o historiador que está relativamente distante dos debates [...] da musicologia e da música propriamente dita, naturalmente se coloca como primeiro problema às investigações lidar com os códigos e a linguagem musical” (MORAES, 2000, p. 211). Mas apesar dessas dificuldades, o historiador que utiliza a música como fonte histórica precisa superar essas dificuldades e

mesmo não sendo músico ou musicólogo com formação apropriada e específica, o historiador pode compreender aspectos gerais da linguagem musical e criar seus próprios critérios, balizas e limites na manipulação da documentação (MORAES, 2000, p. 211).

E essa é mais uma das contribuições que este texto pretende trazer, já que busca analisar duas músicas compreendendo não só questões como o contexto histórico na qual estão inseridas, mas também aspectos técnicos que envolvem desde a letra até o campo harmônico utilizado pelos artistas.

### **Pra não dizer que não falei das flores e Tropicália: da estética a política.**

Para Stephanou, que listou os três grandes grupos do campo da cultura no período da ditadura civil-militar brasileira<sup>3</sup>, Caetano e Vandré estavam inseridos em dois grupos que divergiam, sobretudo nas questões estéticas, mas também nas questões políticas (STEPHANOU, 2001). Os grupos de Caetano e Vandré eram, respectivamente, o dos vanguardistas e o dos nacionalistas. Para o primeiro, a questão da arte e da estética deveria estar em primeiro plano, acompanhando não só os desenvolvimentos tecnológicos do período, mas também "escancarando" as metamorfoses da sociedade brasileira, sua capacidade de adaptação e seus hábitos antropofágicos (DE ARAÚJO; NETO, 2014). Já o segundo grupo apostava na música de protesto que:

[...] se utilizava de manchetes de jornais, pichações estudantis, palavras de ordem e discursos engajados para a construção de suas letras, que geralmente eram protagonizadas por violeiros, boiadeiros, camponeses, favelados e oprimidos em geral (STEPHANOU, 2001, p. 145).

---

<sup>3</sup> Para Stephanou (2001) os três grandes grupos do campo da cultura no período da ditadura civil-militar eram os vanguardistas, os nacionalistas e os comerciais. O presente texto está centrado nos dois primeiros grupos, no entanto, com a finalidade de buscar a melhor compreensão dos leitores deixaremos aqui uma breve definição do autor sobre esse terceiro grupo e seu posicionamento nos debates estéticos-artísticos: “Apesar das antagônicas posições estéticas e políticas, as duas correntes [vanguardistas e nacionalistas] tinham em comum o impulso para o debate, para a ação criativa. O que não acontecia com a corrente comercial ou de caráter não-contestatório, criada pela nascente indústria cultural. Ela se manteve longe de assuntos políticos, problemas sociais ou debates culturais. O melhor exemplo é a Jovem Guarda, movimento musical liderado por Roberto Carlos, baseado no modelo pop americano, e que vendia uma rebeldia estéril, bem comportada e desprovida de conteúdo” (STEPHANOU, 2001, p. 160-161).

Analisar as canções *Tropicália* e *Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores* é uma tarefa que auxilia no entendimento de parte das características e divergências desses grupos. Mas para, além disso, é possível traçar um panorama de como esses artistas se inseriam dentro da convivência com seus pares, dentro do campo da cultura, e como respondiam cada um a sua forma e através de sua arte, às mudanças de um mundo e um Brasil em constante transformação. As letras das duas músicas que seguem talvez nos forneçam explicações e novos problemas a serem pensados.

Canção	Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores (Caminhando) <sup>4</sup>	Tropicália <sup>5</sup>
Autor	Geraldo Vandré	Caetano Veloso
Ano	1968/1969	1967 (gravação) jan/1968 (lançamento)
Letra	Caminhando e cantando e seguindo a canção Somos todos iguais braços dados ou não Nas escolas nas ruas campos construções Caminhando e cantando e seguindo a canção Vem vamos embora que esperar não e saber Quem sabe faz a hora não espera acontecer Vem vamos embora que esperar não e saber Quem sabe faz a hora não espera acontecer Pelos campos há fome em grandes plantações Pelas ruas marchando indecisos cordões Ainda fazem da flor seu mais forte refrão E acreditam nas flores vencendo o canhão Vem vamos embora que esperar não e saber Quem sabe faz a hora não espera acontecer Vem vamos embora que esperar não e saber Quem sabe faz a hora não espera acontecer Ha soldados armados amados ou não Quase todos perdidos de armas na mão Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição De morrer pela pátria e viver sem razão Vem vamos embora que esperar não e saber Quem sabe faz a hora não espera acontecer Vem vamos embora que esperar não e saber Quem sabe faz a hora não espera acontecer.	Quando Pero Vaz de Caminha Descobriu que as terras brasileiras Eram férteis e verdejantes Escreveu uma carta ao rei Tudo que nela se planta Tudo cresce e floresce E o Gauss na época gravou Sobre a cabeça os aviões Sob os meus pés os caminhões Aponta contra os chapadões Meu nariz Eu organizo o movimento Eu oriento o carnaval Eu inauguro o monumento No planalto central do país Viva a Bossa, sa, sa Viva a Palhoça, ça, ça, ça, ça Viva a Bossa, sa, sa Viva a Palhoça, ça, ça, ça, ça O monumento É de papel crepom e prata Os olhos verdes da mulata A cabeleira esconde atrás da verde mata O luar do sertão O monumento não tem porta A entrada é uma rua antiga Estreita e torta E no joelho uma criança Sorridente, feia e morta Estende a mão

<sup>4</sup> Todas as informações sobre a música "Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores" foram retiradas do álbum "Geraldo Vandré No Chile". As informações foram obtidas no encarte, na capa e no conteúdo do LP. VANDRÉ, Geraldo. **Geraldo Vandré no Chile**. [S. l.]: Banco Benvirá, 1969. Vinil.

<sup>5</sup> Todas as informações sobre a música "Tropicália" foram retiradas do álbum "Caetano Veloso". As informações foram obtidas no encarte, na capa e no conteúdo do LP. VELOSO, Caetano. **Caetano Veloso**. [S. l.]: Philips Records, 1968. Vinil.

		<p>Viva a mata, ta, ta  Viva a mulata, ta, ta, ta, ta  Viva a mata, ta, ta  Viva a mulata, ta, ta, ta, ta  No pátio interno há uma piscina  Com água azul de Amaralina  Coqueiro, brisa e fala nordestina  E faróis  Na mão direita tem uma roseira  Autenticando eterna primavera  E no jardim os urubus passeiam  A tarde inteira entre os girassóis  Viva a Maria, ia, ia  Viva a Bahia, ia, ia, ia, ia  Viva a Maria, ia, ia  Viva a Bahia, ia, ia, ia, ia  No pulso esquerdo o bang-bang  Em suas veias corre muito pouco sangue  Mas seu coração  Balança um samba de tamborim  Emite acordes dissonantes  Pelos cinco mil alto-falantes  Senhoras e senhores  Ele põe os olhos grandes  Sobre mim  Viva Iracema, ma, ma Viva Ipanema, ma, ma, ma,  ma  Viva Iracema, ma, ma Viva Ipanema, ma, ma, ma,  ma  Domingo é o fino-da-bossa  Segunda-feira está na fossa  Terça-feira vai à roça  Porém O monumento é bem moderno  Não disse nada do modelo do meu terno  Que tudo mais vá pro inferno, meu bem  Que tudo mais vá pro inferno, meu bem  Viva a banda, da, da  Carmem Miranda, da, da, da, da  Viva a banda, da, da  Carmem Miranda, da, da, da, da  Viva a banda, da, da  Carmem Miranda, da, da, da, da</p>
--	--	--

As músicas de Vandré e Caetano, lançadas dentro de um mesmo período nos evidenciam as diversas diferenças entre o grupo da vanguarda e o grupo dos nacionalistas e acima de tudo, as singularidades de cada artista. Do ponto de vista técnico, a música de Vandré   mais simples. Conduzida somente pela voz e violão, o instrumental de *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores* também   simples do ponto de vista melódico, somente duas notas são tocadas a música inteira. O Mi menor e o R  maior criam suspensões sonoras,

dando sempre a impressão de que a cada verso a música está em um processo crescente. Para Stephanou:

A forma conservadora e o conteúdo progressista marcaram a música de protesto brasileira e latina. O melhor exemplo é Pra não dizer que não falei das flores, de Geraldo Vandré. A letra é claramente revolucionária, convocando para a luta armada, e a melodia é composta de apenas dois acordes musicais. É como se a música tivesse de ser simples, para não atrapalhar a mensagem (STEPHANOU, 2001, p. 145).

Em questão poética, a canção de Vandré também era simples. Com rimas na oxítone e sonoridade simples o autor rimava utilizando o "ão", os "ões" e o "er". Algo que combinava de muitas formas com o instrumental, que dava a impressão de estar em constante crescimento. A letra possuía não só a simplicidade técnica, mas também uma forma direta de ler e interpretar o Brasil da época, nesse sentido, a “forma conservadora” da canção, somada a questão poética e a uma tentativa de fornecer uma visão prática ou simples da realidade brasileira corroborava com sentimentos e anseios que parte da população sentia. Para Stephanou:

O sentimento de impotência diante da situação e a crescente insatisfação com os militares encontraram uma resposta, através da canção. A música se tornou um símbolo das manifestações contra o regime [...] Na opinião do maestro Júlio Medaglia, a "canção despojada, limpa e linda" de Vandré, foi construída sobre um "refrão" que "chama para o canto em conjunto, comunicação imediata, favorecida pela fluência da melodia armada" (STEPHANOU, 2001, p. 165).

A escolha da simplicidade não era mera coincidência. A música de Vandré se aproximava em muitos sentidos da simplicidade de outros estilos musicais populares do Brasil, por isso a aproximação também no que diz respeito a leitura da sociedade e às formas de sentir o que acontecia no país. De acordo com Cardoso (2015) a grande busca do cantor era a de estar sempre em contato com o povo, entendendo a música como forma de agir no mundo. Para estar em contato com esse "povo" e agir nesse "mundo" era necessário, portanto, buscar por ritmos que estivessem presentes na vida das camadas populares.

Geraldo Vandré procurou abordar, mesmo diante das influências melódicas características da *Bossa Nova*, formas musicais e temáticas que expressassem e se aproximassem das culturas com as quais se identificava, exemplo disso, a “Canção Nordestina” gravada no primeiro LP. Uma *toada* composta unicamente por ele, que apresenta na sua letra uma visão acerca das experiências vividas pelas pessoas do sertão nordestino. Para Geraldo Vandré, a música assumia cada vez mais um sentido “comunicativo” e,



assim como outros cantores, acabou enveredando por experiências paralelas à Bossa Nova que iam delineando uma característica que se consolidaria mais tarde em sua obra (CARDOSO, 2015, p. 4).

A questão da simplicidade na música de Vandré "não significa que o compositor era incapaz de compor can es julgadas mais elaboradas, denota sim uma inten o de realiza o de uma comunica o imediata" (CARDOSO, 2015, p. 4). A comunica o imediata almejada por Vandré pode ser observada na maneira como a can o foi utilizada por determinados grupos em protestos, passeatas e atos públicos. Mas só conseguimos mensurar a efetividade dessa comunica o quando se torna possível observar pelo menos parte da a o do aparato repressivo contra o músico no período. De acordo com Marilu Santos Cardoso:

Há, no dossiê de Geraldo Vandré, documentos que tratam especialmente da utiliza o de suas músicas por grupos sociais no Brasil durante o período em que o cantor esteve exilado. Esse tipo de a o da repressão nos d  indícios de que as can es de Vandré, sobretudo a can o conhecida popularmente como "Caminhando", adotada por diversos setores como um "hino da resistência", foram, em determinados momentos, utilizadas pelos agentes do DOPS/SP para criminalizar e "constatar" uma forte articula o entre as ideias de Vandré e os diversos setores da resistência (CARDOSO, 2015, p. 17).

A música *Para Não Dizer Que Não Falei Das Flores* ou *Caminhando* como também era conhecida, exemplifica em muitas questões, escolhas técnicas e estéticas do artista. Obviamente Vandré possuía uma vasta obra musical, que foi caracterizada pela constante pesquisa de ritmos populares e parcerias muito proveitosas, e o trabalho desse artista não pode ser reduzido a essa can o (CARDOSO, 2015). Mas a importância dessa música em particular chama a aten o, e principalmente nesse caso em que se busca um olhar comparativo, as escolhas estéticas de Vandré nos evidenciam divergências com os tropicalistas que começam na música e se estendem por outros campos.

Geraldo Vandré tinha sérias divergências e críticas em rela o ao que era feito pelos tropicalistas, tendo em vista todo o debate sobre sua concep o a respeito da música popular brasileira. Podemos perceber que as articula es em torno das preferências musicais passam por questões políticas e pelas concep es que cada grupo ou pessoa adotava. O fazer artístico   tão complexo quanto as rela es humanas, porque fazem parte e são expressões dessas, dão indícios sobre a forma como cada um compreende a realidade e se posiciona diante dela (CARDOSO, 2015, p. 8).

A divergência política de Vandré para com os tropicalistas era bastante evidente, principalmente no campo político e no entendimento do papel do artista e da música na sociedade: longe de promover uma "revolu o estética", o cantor buscava agir, atuar no real.

Por outro lado, é interessante observarmos também as marcas de singularidades e diferenças na música do movimento tropicalista, que no outro espectro da cena musical engajada do período, apresentava uma proposta alternativa. E para isso, a música *Tropicália* de Caetano nos dá um panorama interessante.

A primeira coisa que chama a atenção no disco Caetano Veloso de 1968 (álbum da música *Tropicália*) é um nome: Rogério Duprat. O maestro aparece como produtor nesse disco. A maior influência de Duprat talvez esteja na presença da orquestra, que se faz marcante em praticamente todo o disco. A presença da orquestra também evidencia que o disco de Caetano se sobressaia em relação ao que faziam muitos dos nacionalistas (como Vandré), que apostavam em instrumentos mais populares. A complexidade técnica de uma música não pode ser observada somente pela quantidade de instrumentos presentes em sua execu o, mas no conjunto da obra. No entanto, *Tropicália* de Caetano possui uma combina o de instrumentos bastante interessante. A música   conduzida por voz, instrumentos de percussão, instrumentos de sopro, instrumentos de corda, orquestra e ruídos. A combina o desses instrumentos com ruídos traz   tona o barroco presente no disco, que foi característica importante desse  lbum. No disco de Caetano o barroco aparece:

[...] como erótico, já que impugna o deleite, desperdício e prazer, utilizando-se do erotismo como uma “transgressão do útil”, diálogo “natural” dos corpos. Esse erotismo caracteriza-se pela ruptura do nível denotativo, direto e natural da linguagem, aceitando o barroco como espaço que comporta a perversão provocada pelas metáforas e pelas figuras, elementos recorrentes em toda sua frui o estética (DE ARAÚJO; NETO, 2014, p. 146).

O desperdício, ou melhor, o exagero em muitos pontos, contam a favor da música de Caetano, que no quesito arranjo também se mostra tecnicamente superior   de Vandré. Entre as notas da música *Tropicália* está o l  bemol, o d  sustenido, o d  menor, o r  bemol, o mi bemol e o sol sustenido. As notas utilizadas na música não são muito complexas, no entanto, seu arranjo e progressão melódica são construídos de forma mais bem elaborada. *Tropicália* aparece do ponto de vista técnico/est tico, como uma síntese daquilo que o tropicalismo almejava enquanto movimento artístico. As metamorfoses e a união entre passado e futuro, povo e modernidade são a marca de uma letra repleta de alegorias. A letra de *Tropicália* "apresenta 'um painel histórico que resulta em metaforiza o do Brasil', com uma prolifera o de imagens que apresenta as contradi es sociais, culturais e políticas do país" (DE ARAÚJO; NETO, 2014, p. 147). Ao mesmo tempo, diferente da forma direta com que Vandré l  o Brasil

de seu tempo, Caetano utiliza de recursos retóricos e simbologias para falar da realidade que observava.

Do ponto de vista da poesia, as rimas da canção de Caetano também são mais complexas que as de Vandré. Caetano mescla as rimas entre oxítonas e paroxítonas, como nos trechos: "Com  gua azul de Amaralina/Coqueiro, brisa e fala nordestina" e "Senhoras e Senhores/ Ele põe os olhos grandes sobre mim". Duas passagens da mesma música, com rimas em partes distintas de cada verso, sendo que o segundo trecho termina a rima antes de terminar o verso. *Tropicália* assim como as outras can es desse disco "instigou o debate sobre a 'qualidade poética' das letras de música e sua inser o naquele contexto sociopolítico, em tempos de Ditadura Militar" (DE ARAÚJO; NETO, 2014, p. 143).

“Tropicália”, faixa que abre o disco,   definida por Favaretto (2000) como “a matriz estética” do movimento, além de dar nome ao mesmo. Nas palavras do autor, O “Brasil metaforizado”   revelado como o resultante da soma de fragmentos enumerados, justapostos de maneira não-linear, desde a introdu o (uma espécie de pastiche a partir da Carta de Pero Vaz Caminha, no “achamento” do Brasil em 1500) até imagens que remetem a Brasília, capital modernista ainda com ares de novidades em 1968. “Tropicália” apresenta um Brasil alegórico, fragmentário, percorrendo elementos do mais sério e crítico (com cunho político, revisão histórica) até os mais prosaicos, aparentemente banais: “no pátio interno há uma piscina / com água azul de Amaralina/ coqueiro, brisa e fala nordestina e faróis” (DE ARAÚJO; NETO, 2014, p. 148).

A can o de Caetano, portanto, trazia diversas renova es que estavam ora envolvidas no campo político e em outros momentos não. As propostas de Caetano e Vandré, no entanto, não podem ser comparadas sob a  tica de um júri. São concep es, artifícios est ticos e movimentos artísticos completamente diferentes e significativos cada um   sua maneira. Observar esse ponto parte também do princípio de que   necessário reconhecer singularidades sobre cada artista e cada expressão cultural. A interpreta o de uma obra pode também ser variável. Silva (2018), por exemplo, traz   tona em sua recente disserta o de mestrado a posi o de diversos autores sobre a obra de Caetano e dos tropicalistas, e demonstra, através desse debate, como o contexto no qual estavam inseridos tropicalistas e nacionalistas legou ao primeiro grupo um arranjo est tico pautado na experiência e ao segundo grupo a narrativa política da revolu o messiânica.

**Pero Vaz de Caminha e Os Soldados Armados: reflexões finais sobre as possibilidades comparativas**

Seja no messianismo da canção de Vandr e ou no lugar da experiência da *Tropicália* de Caetano como define Rafael Florencio da Silva (2018), o que conseguimos constatar   a potência presente na obra desses dois artistas (que aqui analisamos somente uma pequena fra o dessa produ o). As duas músicas aqui analisadas são reflexos e ao mesmo tempo pontos de partida para o período em que estão inseridas. Enquanto Vandr e representa a resistência cultural e a valoriza o do nacional-popular (NAPOLITANO, 2017), Caetano representava o questionamento:

dentro do próprio campo de oposi o ao regime, por novos valores que a repudiavam, negando o "nacional popular" em nome da vanguarda e do experimentalismo (caso dos grupos contraculturais), do cosmopolitismo liberal, pelo contrário, em nome da cultura popular classista e comunitária ("nova esquerda"). Em suma, a história da resistência cultura no Brasil  , também, a história da crise de uma cultura política e suas expressões artísticas, o nacional-popular (NAPOLITANO, 2017, p. 32-33).

Portanto, as duas músicas pertencem a um período circunscrito na história recente do Brasil Republicano e ao campo da arte engajada. Tanto *Tropicália* quanto *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores* são objetos, pontos de vista e funda es de um Brasil que era revolucionário em vários sentidos, esteticamente novo e conflitante em sua essência.

O que se pode concluir com o presente texto vai além da compara o entre as duas músicas e os dois artistas e atinge a lógica da obra de cada um e sua importância dentro de seus respectivos contextos. Portanto, para além de pensar a oposi o entre nacionalistas e tropicalistas, o presente texto complexifica as diferenças para além da simples divergência e da crítica musical. Tornar a compara o mais complexa, partindo em dire o às questões técnicas e contextuais da can o, possibilita que um olhar panorâmico possa ser traçado em rela o ao conturbado cenário político, cultural e fonográfico do Brasil no período. Além disso, demonstra a urgência do debate sobre qual o papel da arte, sobretudo a engajada, na atualidade.

  de se considerar e buscar compreender de que forma a arte popular brasileira se desenvolveu ao longo das últimas décadas e o que esses movimentos artísticos da década de 1960 e 1970 podem nos trazer de reflexão quando vivemos mais uma guinada autoritária.  s vésperas da elei o de 2022, onde o Brasil deverá escolher entre um caminho mais democrático e uma distopia autoritária,   de suma importância pensarmos o papel da arte e dos artistas no conturbado debate público que se avizinha. Afinal de contas, as questões estéticas podem ser um novo muro entre as diferentes vertentes da arte brasileira na

atualidade? De que forma esses debates se articulam e qual seu potencial de mobilização e desmobilização? São questões que deixo para reflexão.

### Referências Bibliográficas

CARDOSO, Marilu Santos. Música, política, repressão e resistência: Geraldo Vandré. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, v. 27, p. 01 – 28, 2015.

DE ARAÚJO, Luís André Bezerra; NETO, Amador Ribeiro. Labirinto e proliferação de imagens no disco Caetano Veloso, de 1968. **INTERSEMIOSE**. Recife: UFPE, ano III, n. 5, jan/jun, p. 143 – 157, 2014.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, v. 20, p. 203-221, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)**. São Paulo: Intermeios, 2017.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo: USP, n. 153, p. 11-33, 2005.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Rafael Florencio da. **A construção já é ruína: a tropicália de Caetano Veloso sob o processo de modernização do território brasileiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2018.tde-09102018-131017. Acesso em: 4 nov. 2020.

VANDRÉ, Geraldo. **Geraldo Vandré no Chile**. [S. l.]: Banco Benvirá, 1969. Vinil.

VELOSO, Caetano. **Caetano Veloso**. [S. l.]: Philips Records, 1968. Vinil.

## Uma reflexão weberiana sobre o Bolsonarismo: o mito da mediocridade

*A weberian thought on Bolsonaroism: the myth of mediocrity*

Sergio Schargel,<sup>1</sup> UFF

### Resumo

Este trabalho propõe a discussão sobre o messianismo no Bolsonarismo, através de uma discussão teórica sobre textos de Max Weber, na primeira parte, e testes estatísticos qui-quadrado sobre variáveis categóricas do banco de dados do Latinobarómetro, na segunda. Assim, ainda que a base teórica weberiana seja o norte, os testes estatísticos empregados na última seção corroboram com os argumentos apresentados, ao evidenciarem alguns dos motivos da recepção – e consequente messianismo – de Bolsonaro. Conclui-se, por fim, conforme os testes evidenciam, que a associação entre variáveis como apoio à democracia, medo do futuro e a alta taxa de desilusão contra uma elite política, forneceram um ambiente adequado à ascensão do profeta, uma ferramenta de dominação carismática que Bolsonaro soube utilizar astutamente para formar uma seita.

**Palavras-chave:** Teoria política; Max Weber; Bolsonarismo; Jair Bolsonaro; dominação carismática.

### Abstract

This paper proposes a discussion on Messianism in Bolsonaroism, through a theoretical discussion on Max Weber's texts, in the first part, and chi-square statistical tests on categorical variables in the Latinobarómetro database, in the second. Thus, even though the theoretical Weberian basis is the north, the statistical tests employed in the last section corroborate the arguments presented, by highlighting some of the reasons for Bolsonaro - and consequent messianism - reception. Finally, it is concluded, as the tests show, that the association between variables such as support for democracy, fear of the future and the high rate of disillusionment against a political elite, provided an adequate environment for the rise of the prophet, a tool that Bolsonaro knew how to use shrewdly to form a sect.

**Keywords:** Political theory; Max Weber; Bolsonaroism; Jair Bolsonaro; charismatic domination.

### Introdução

Apesar da recessão democrática global, que teve em 2020 o seu décimo quarto ano consecutivo de acordo com a Freedom House (2020), alguns cientistas políticos assistiram com surpresa a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, um candidato assumidamente antidemocrático. Mas o que autores como Leonardo Avritzer (2019) apontam é que o Brasil já enfrentava um processo de fragilização democrática e apoio ao autoritarismo cujo marco

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política pela UFF. Mestre em Letras pela PUC-Rio, mestre em Ciência Política pela Unirio. Bolsista CAPES, ex-bolsista CNPq. Venceu o Prêmio Abralic de melhor dissertação do biênio 2020-2021. Sua pesquisa e produção artística são focadas na relação entre literatura e política, tangenciando temas como teoria política, literatura política, fascismo, antissemitismo e a obra de Sylvania Serafim Thibau. Contato: sergioschargel\_maia@hotmail.com / sergioschargel@gmail.com

inicial pode ser entendido como o questionamento que Aécio Neves incutiu acerca dos resultados das eleições anteriores, em 2014, ferindo um dos preceitos mais básicos de uma democracia: a capacidade de adversários se reconhecerem como legítimos.

Muita tinta se tem sido gasta na tentativa de explicar a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. E com razão: como é possível que o Brasil, que em passado recente experimentou crescimento econômico inédito e conseguiu diminuir parte de seus seculares problemas sociais, passou a vivenciar um processo tão veloz de esvaziamento democrático e cerceamento do espaço cívico? Como explicar que após 30 anos de consolidação de sua democracia, o país se visse ameaçado novamente de ruptura?

Embora seja impossível responder completamente essas perguntas no curto espaço de um artigo, já que elas mobilizam diversos pensadores e variáveis possíveis – afinal, não se explica 57 milhões de votos heterogêneos de forma unívoca – é pertinente crer que um fragmento da resposta pode ser encontrado nos estudos de Max Weber (1982; 2001; 2000) sobre as formas de dominação, especialmente quando colocados em diálogo com outros teóricos como Michel Foucault (1979), Robert Paxton (2007) e Wilhelm Reich (2001). Assumindo a hipótese de que Jair Messias Bolsonaro exerce o tipo de dominação carismática proposta por Weber, a proposta deste trabalho é explorar sua tomada por Messias por uma parcela da população. Assim, através de uma base teórica sobre messianismo e ressentimento, será possível entender alguns dos motivos que levaram à sua ascensão em 2018, bem como a manutenção de parte de sua base de fiéis.

### **O messianismo do ressentimento**

É interessante perceber que, embora um século tenha decorrido desde a publicação das principais teses de Max Weber, muitas ainda são pertinentes para explicar fenômenos contemporâneos como o Bolsonarismo. A começar por seu pensamento acerca dos tipos de dominação, um pensamento que, por sua vez, dialoga com a noção de Foucault (1979, p. 08) de poder como uma rede onipresente que perpassa todos os indivíduos, não limitada apenas, portanto, à coerção física. Dominações, portanto, que não necessariamente são ilegítimas ou dependem da violência. Ao contrário, dominações que são inclusive desejadas pelos dominados. Assim, como mostrou Weber (2000, p. 141), embora as relações humanas pressuponham, em maior ou menor grau, uma forma de dominação, estas ocorrem através de três diferentes formatos: racional, a partir da concordância com preceitos estabelecidos e institucionais; tradicional, como o próprio nome deixa claro, voltada à legitimidade das

tradições; e carismática, que atribui poderes sobrenaturais e mitológicos a um indivíduo ou instituição.

Talvez um dos exemplos mais claros do desejo que o dominado pelo carisma possui de que o poder seja exercido sobre si é, como Foucault lembrou, o fascismo, pois

As relações entre desejo, poder e interesse são mais complexas do que geralmente se acredita e não são necessariamente os que exercem o poder que têm interesse em exercê-lo, os que têm interesse em exercê-lo não o exercem e o desejo do poder estabelece uma relação ainda singular entre o poder e o interesse. Acontece que as massas, no momento do fascismo desejam que alguns exerçam o poder, alguns que, no entanto, não se confundem com elas, visto que o poder se exercerá sobre elas e em detrimento delas, até a morte, o sacrifício e o massacre delas; e, no entanto, elas desejam este poder, desejam que esse poder seja exercido (FOUCAULT, 1979, p. 45).

A discussão sobre a aplicabilidade do conceito de fascismo quando deslocado de seu contexto histórico é por demasiado extensa e não é o foco deste trabalho, dado que já foi aprofundado em outros (SCHARGEL, 2022; MENEZES, 2022). Mas, seguindo a interpretação de Robert Paxton (2007, p. 47) do fascismo como um movimento populista, reacionário, autoritário e fundado em um nacionalismo extremista, é possível compreender o Bolsonarismo como uma versão brasileira do fascismo, ao menos se o conceito for tomado de forma genérica para movimentos contemporâneos, não limitado apenas à Itália de 1920<sup>2</sup>.

O ponto que interessa a este trabalho, porém, é o desejo de dominação pelas massas Bolsonaristas. A paixão incondicional pelo Messias. Nesse sentido, é uma coincidência fortuita que Bolsonaro possua como sobrenome justamente Messias. Para o seu séquito de seguidores mais fanáticos, ele é de fato a encarnação do Messias, uma imagem e retórica que o capitão lança mão com frequência. Considerando a parte considerável de seu apoio por neopentecostais, e como o Pastor Silas Malafaia afirmou em conhecido vídeo (ARENARI, 2020, p. 33), Bolsonaro é visto por uma parcela como um escolhido de Deus para encaminhar a nação à prosperidade. Não é, assim, apenas mais um líder. Mas o líder.

---

<sup>2</sup> Conforme o próprio Paxton (2007, p. 46): “A grande diversidade de fascismos que já observamos não é razão para abandonarmos o termo. Não duvidamos da utilidade de comunismo como termo genérico em razão da profunda diferença verificada entre suas diversas manifestações, como, por exemplo, na Rússia, na Itália e no Camboja. Nem descartamos o termo liberalismo devido à política liberal ter assumido formas díspares na Inglaterra Vitoriana, com seu livre-comércio e suas leituras da Bíblia; na França da Terceira República, com seu protecionismo e seu anti-clericalismo; ou no agressivamente unido Reich alemão de Bismark. Na verdade, o liberalismo seria um candidato à abolição ainda melhor que o fascismo, agora que os americanos vêm a extrema esquerda como “liberal”, enquanto a Europa chama de “liberais os defensores do livre-mercado e do laissez-faire, tais como Margaret Thatcher, Ronald Reagan e George W. Bush. Nem o termo fascismo chega a confundir tanto [...] O termo fascismo deve ser resgatado do uso malfeito que vem tendo, e não jogado fora em razão desse uso”.



Para os que estejam fora de sua seita Bolsonaro está embebedado em autoritarismo, sendo forçados a aceitá-lo em grande parte como dominação racional, considerando sua eleição e a concordância, ainda que frustrante, com as regras do jogo democrático. Mas para o seu séquito a dominação é puramente carismática. Revivendo a frase de Foucault, os Bolsonaroístas desejam a dominação, ainda que, como no caso da pandemia, ela seja em última instância uma dominação suicida. Como lembra Bourdieu, citando Weber (2004, p. 92): “o poder carismático subsiste em virtude de uma submissão afetiva à pessoa do mestre e aos seus dons de graça – carisma -, qualidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito ou do discurso”. Outrossim, a dominação carismática não se impõe pela força, mas por uma noção própria de messianismo que impõe a um indivíduo aspectos mitológicos.

Nesse sentido, pode-se invocar a imagem que Weber (2015, p. 294) cria de três personagens: o mago, o sacerdote e o profeta. Jair Bolsonaro é a personificação do que Weber (2015, p. 303) chamou por profeta: o indivíduo inundado em mágica, ao menos para seus seguidores, e portador de uma mensagem. Diferente, portanto, do sacerdote, que exerce uma forma de poder baseada no intelecto, voltado à ação reflexiva e não ativa, como no caso do mago ou do sacerdote. O sacerdote não tem a magia para moldar o mundo, não possui a “onipotência dos pensamentos” transformada em ação criadora, para evocar uma imagem de Freud (2012, p. 90), mas apenas o interpreta. Em suma, para lembrar a máxima de Marx (2002, p. 103), o sacerdote atua como um filósofo: interpreta o mundo; enquanto o mago o modifica.

A diferença entre o mago e o profeta, entretanto, é mais sutil. Enquanto a figura do sacerdote exerce a dominação carismática a partir do carisma de sua instituição – como a Igreja Católica, por exemplo – o carisma no mago e no profeta atua a partir do indivíduo. Segundo Weber (2015, p. 343), a grande diferença entre ambos se encontra na noção de que o mago não está preocupado com o abstrato, mas com o prático. Em outras palavras, não o interessa uma doutrina, mas utilizar a magia como método para resolver problemas palpáveis, mais próximos de seu real. Já o profeta encarna uma ideia, e sua magia é voltada para a realização dela.

Jair Bolsonaro é um exemplo da imagem de profeta, conforme foi dito anteriormente. Entretanto, é um exemplo curioso e destoante. Bolsonaro é o profeta do nada. Bolsonaro não possui uma trajetória excepcional, ideias revolucionárias ou grandes feitos. Ao contrário, sua vida e suas ideias são marcadas pela mediocridade e maniqueísmo mais simplistas. Um “mau militar”, nas célebres palavras de Ernesto Geisel, que precisou de uma manobra patrimonialista para não ser expulso da instituição (FREIXO, 2020), ligado às milícias

cariocas, a casos não esclarecidos de assassinatos (ABBUD, 2018) e, mais importante, um deputado sem destaque durante quase 30 anos, Bolsonaro é, acima de tudo, um sinal dos tempos. Um homem que se colocou disponível na hora certa, que soube aproveitar uma oportunidade única na sua vida: quando a massa estava desesperada, para voltar às frases de Foucault (1979, p. 45), por uma dominação, por uma estética da violência, pelo niilismo em forma de política, conforme Riemen (SCHARGEL, 2020). Bolsonaro encarna, assim, o espírito de seu tempo: o Messias de um Brasil medíocre, o fracasso de milhões projetado em formato de esperança sobre um indivíduo. Como Messias, ele é o único capaz de “mudar tudo que tá aí”, de onde se compreende suas constantes frustrações com os freios democráticos que o impedem de ser totalitário, bem como os ataques aos demais poderes que se sucedem como consequência. É pertinente pensar que além de contra-ataques da democracia contra os impulsos autoritários de Bolsonaro, talvez as ferramentas de controle mais eficientes tenham sido, ironicamente, os próprios vieses autoritários tradicionais do Brasil. As oligarquias seculares estatais e suas filiais em Brasília forçaram o presidente a fazer seguidas concessões à elite política tradicional, a fim de conseguir se manter até o final do mandato. Essas concessões, porém, o enfraquecem paulatinamente. Sem dúvida, Bolsonaro perdeu muito do seu aspecto messiânico de 2018, se mostrou “mais do mesmo” para uma parcela de arrependidos e corre o risco de não conseguir a reeleição em 2022.

Mas embora Bolsonaro esteja mais fraco do que quando se colocou como *outsider* em 2018 – a despeito de seus 30 anos de política – ainda é tomado como o único capaz de levar a nação à grandeza por uma porcentagem de fiéis que, ao que tudo indica, permanecerá praticamente inalterada independente do que o seu líder faça. Para esses, o Bolsonarismo é uma forma de fundamentalismo religioso. Como Messias, Bolsonaro é dotado de uma magia capaz de operar os milagres necessários. Uma forma de religião mística, portanto, baseada no irracionalismo, na crença nos poderes mágicos do mito. Tanto mais, para essa parcela Bolsonaro é uma forma de projeção. Diferente de outros líderes carismáticos, como foi dito, Bolsonaro não possui qualidade excepcionais de liderança ou inteligência. Mas é justamente a sua insignificância que o concede força: seus milhões de seguidores enxergam nele traços de si próprios, traços da figura abstrata tantas vezes referenciada do “brasileiro médio”. Em outras palavras, a sua chegada à presidência permitiu que esses milhões de homens comuns identificassem seus machismos, racismos, grosserias e violências, em uma época onde essas categorias são contestadas e combatidas. Uma reação, portanto, do homem massa, para usar a figura criada por Ortega y Gasset (1962, p. 259) e retomada por Rob Riemen (SCHARGEL, 2020), a um crescente questionamento de seu poder tradicional. Daí decorre um dos motivos

pelos quais Bolsonaro jamais poderia ser conservador, ao menos no sentido burkeano: suas ações são nitidamente reacionárias, projetam uma reação pautada em um desejo de retorno a um passado idealizado, não na tentativa de manter um presente frente a uma grande ruptura. Quando esse reacionarismo se une ao nacionalismo, ao autoritarismo e a uma base de massas heterogênea pautada em um discurso conspiratório antielite, cresce o aroma de fascismo. Nas palavras de Mary Higgins, interpretando a obra de Wilhelm Reich: “o fascismo é a expressão da estrutura irracional do caráter do homem médio, cujas necessidades biológicas primárias e cujos impulsos têm sido reprimidos há milênios” (REICH, 2001, p. XII).

Não é coincidência, portanto, que Bolsonaro não seja o primeiro líder a ser o Messias do homem médio. Ao contrário, fascistas históricos como Mussolini e Hitler encarnavam exatamente a mesma figura. O crítico literário e historiador italiano Benedetto Croce mencionou, sarcasticamente, que Mussolini havia criado uma nova forma de governo degenerado, somando-se às três formas clássicas de Aristóteles: a “onagrocrazia, o governo dos asnos zurrantes” (PAXTON, 2007, p. 21). A despeito do desdém de Croce, a história une esses três líderes em um ponto: o ressentimento<sup>3</sup>. Esses líderes absorvem a melancolia de se saber consciente, de se saber humano e, portanto, mortal, e a transformam em potência. A racionalização do mundo traz consigo um inescapável sentimento de vazio, um niilismo que precisa ser preenchido. Um universo que não pode ser explicado, a ausência de uma razão compreensível para o binômio nascimento-morte é intolerável à maioria das pessoas. Saber-se mortal, lembrar do eterno *memento mori*, e não encontrar explicação para isso é insustentável. Não é coincidência, portanto, que Rob Riemen (SCHARGEL, 2020) chame o fascismo de manifestação política do niilismo<sup>4</sup>. As religiões, em particular as místicas, ajudam a preencher esse vazio ao concederem sentido ao mundo. Esses movimentos políticos, sejam o fascismo histórico ou o Bolsonarismo, assumem, assim, condição semelhante. Projetam-se para seu séquito como uma religião, da qual surge Bolsonaro como o profeta místico capaz de acabar com o vácuo e fornecer um sentido, uma razão pautada na emoção: “o bolsonarismo se

---

<sup>3</sup> Ressentimentos e medos, claro, eles também plurais. O ressentimento das elites liberais — insatisfeitas com a consecutivas derrotas eleitorais — não é o mesmo do medo de parcelas que apoiaram Bolsonaro porque o viram como uma alternativa à segurança pública. Outros ressentimentos são mais mesquinhos, como o de um fragmento da *alt-right*, os *incels*, ou celibatários involuntários. De acordo com um dos membros do grupo, Bolsonaro é um paladino que veio para destruir “funkeiros”, “maconheiros” e “Zé Droguinhas”: “Existe um carisma forte do Bolsonaro porque ele nos defende no principal ponto que hoje tem causado muitos problemas para os betas. Nossos meninos estão diariamente sendo destruídos pelos funkeiros, oprimidos por zé droguinhas e por isso que há uma grande revolta com os maconheiros. E quem veio contra os maconheiros? Bolsonaro” (DECLERC; NUÑEZ; CESAR, 2019). Um ressentimento, portanto, que advém da solidão amorosa e sexual em consonância com a necessidade de um culpado por esse isolamento, expressão máxima das ideias de Reich do fascista como o homem esmagado pelas inúmeras pressões da civilização moderna.

<sup>4</sup> Embora Riemen ignore que o próprio niilismo foi um movimento filosófico, artístico e político relevante na Rússia do século XIX, bastante distinto do fascismo.

distingue pela relação direta com o líder, aqui cognominado ‘mito’, o que lhe confere um *status* de sacralidade, emparelhando-o à títulos semelhantes, como ‘Duce’ ou ‘Führer’” (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2020, p. 12).

Mas, ainda mais forte do que a melancolia de se saber mortal, é o seu irmão: o ressentimento. Um ressentimento também certamente melancólico, mas ativo, ou melhor, reativo. O psicanalista Wilhelm Reich já havia percebido isso em *Psicologia de massas no fascismo*, de 1933, um ponto em que o documentário sueco *Ungångens arkitektur* (*Arquitetura da destruição*) também retoma: a força motriz por trás do fascismo é o ressentimento. E isso não se aplica apenas aos seguidores, mas também aos profetas; *Arquitetura da destruição* lembra que grande parte do alto escalão Nazista era composto por artistas frustrados transformados em soldados e, posteriormente, em políticos; bem como da importância das técnicas estéticas que transpuseram da arte à política. Já Reich (2001, p. XVII) pensa mais nos apoiadores, na grande massa disposta a ser dominada e a se sacrificar, nos súditos do profeta, ao defender que o fascismo é “a expressão politicamente organizada da estrutura do caráter do homem médio [...] é o caráter mecanicista e místico do homem moderno que cria os partidos fascistas, e não o contrário”. De onde se entende o populismo característico do fascismo: sendo a epítome de uma política do ressentimento, é lógico que não apenas seus seguidores, seus sacerdotes e seu profeta inundados por um conspiracionismo paranóico se coloquem contra uma elite invisível, mas, ainda mais importante, que culpem essa elite por seus próprios fracassos. Se há uma crise – política, econômica, social – a culpada é a elite. Mas não basta a elite, é preciso também minorias. Como lembra Paxton (2007, p. 287), todo fascismo precisa daquilo que Hannah Arendt (1978, p. 12) denominou “inimigo objetivo”, isto é, um alvo desumanizado para motivar esse ataque. Essas minorias são amalgamadas com a elite, de forma paradoxal criando aberrações retóricas, por exemplo, como conspirações que atribuem a supostos bilionários comunistas – e/ou judeus, no caso das conspirações Nazistas - do mercado financeiro o controle de um governo mundial. Entende-se, portanto, o discurso de ser contra “tudo que tá aí”, um ponto em que o reacionarismo se acopla como peixe piloto a este nacionalismo e populismo, projetando uma reação com a intenção de retornar para uma época em que a nação não era controlada por essa elite.

A mentalidade fascista é a mentalidade do zé-ninguém, que é subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado. Não é por acaso que todos os ditadores fascistas são oriundos do ambiente reacionário do Zé-ninguém [...] O Zé-ninguém observou bem demais o comportamento do grande homem, e o reproduz de modo distorcido e grotesco [...] Está claro, hoje em dia, que o “fascismo” não é obra de um Hitler ou de um Mussolini,

mas sim a expressão da estrutura irracional do homem da massa [...] o misticismo fascista é o anseio orgástico restringido pela distorção mística (REICH, 2001, p. XIX, XXV).

Autores como Reich e Weber ajudam a pensar como o Bolsonarismo, ainda que com suas inevitáveis idiossincrasias, colhe muito de movimentos políticos do passado, em especial da dominação carismática e do fascismo. Ainda que movimentos autoritários e populistas sejam únicos, eles dialogam e absorvem antecessores. No caso do Bolsonarismo, não apenas há traços de proximidade com o nazifascismo conforme descrito por Paxton (1998), mas reconstruções de outros movimentos autoritários típicos do Brasil, como a Ditadura Militar e o Integralismo<sup>5</sup>.

Contudo, assim como seus antecessores, o Bolsonarismo é a expressão máxima de uma política do ressentimento. Tanto por parte do líder, por décadas relegado a uma posição de coadjuvante, quanto por seus seguidores. Embora o que foi dito sobre sua mediocridade pareça, a priori, contradizer os preceitos de Weber sobre dominação carismática, não é o que ocorre. Weber (*apud* BOURDIEU, p. 92) afirma que “por carisma, deve-se entender uma qualidade considerada como extraordinária [...] Esta [pessoa, instituição] é considerada como dotada de força e de propriedades sobrenaturais” e, de fato, para os que não estão em sua seita, não há nada de extraordinário no Bolsonarismo. Entretanto, como já foi debatido, os crentes no Bolsonarismo o tomam por Messias. Sua qualidade extraordinária, por mais paradoxal que possa soar, é justamente a sua falta de qualidades. É isso que o destaca, que o faz assumir a figura de profeta da qual o epíteto de “mito” é sintomático. Afinal, o que é o mito? O mito é o que está além da realidade, mas que serve para explicar a realidade. É o amalgama do sobrenatural com o normal, o super-humano. Ou, como diz o poema de Fernando Pessoa (1972, p. 25), “O mito é o nada que é tudo [...] Assim a lenda escorre / A entrar na realidade, / E a fecundá-la decorre”. Poema que encontra eco na teoria de Mircea Eliade (1972, p. 09), ao definir que o mito é “a narrativa de uma criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser”.

Nesse ponto, também se torna necessário notar que, da mesma forma que o foi com o Fascismo italiano e alemão conforme Renzo de Felice (1976, p. 294), embora o Bolsonarismo se alastre por todas as classes e setores sociais, ele é particularmente mais forte entre a pequena burguesia, com 55% das intenções de voto entre os que recebem entre 2 e 5 salários mínimos como apontam dados do Datafolha (2018, p. 24) nas vésperas do segundo turno das

---

<sup>5</sup> Sobre um diálogo aprofundado entre Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo, suas diferenças e aproximações (MENEZES, 2022).

eleições de 2018. Uma pequena burguesia embebida em moralismo reacionário e embrutecido, contraditório e explicitamente hipócrita, com pouca ou nenhuma pretensão de rebuscamento intelectual ou estético. Uma pequena burguesia ressentida, maniqueísta, para qual, mais insuportável do que sua distância econômica e política da elite, apenas a sua proximidade com as classes mais baixas. Que prega um antielitismo, embora sonhe ela mesma em se tornar uma elite, em promover a circulação das elites dita por Pareto (2014, p. 64). Da mesma forma que Lula é o profeta exemplar das classes baixas, por sua trajetória da miséria no sertão nordestino à presidência, Bolsonaro é a personificação desta trajetória pequeno burguesa. Nesse sentido, Bolsonaro é absolutamente orgânico: sua história de mediocridade e ressentimento é a mesma de grande parte de seus eleitores. Ainda que ele, ciente disso, procure reforçar esse estereótipo ao posar com símbolos desta classe, da qual a mesa de café da manhã bagunçada é o maior exemplo (AMADO, 2020). Isso reforça a sensação de ligação entre si e seu público alvo, transmite sinceridade. O conhecido bordão “gente como a gente”, tem em Bolsonaro sua expressão máxima, dado seu despeito pelo decoro e normas explícitas ou implícitas do cargo que ocupa.

Novamente, é inevitável traçar um paralelo com Hitler e Mussolini. Ambos encarnavam a mesma figura de profeta exemplar da moralidade pequeno burguesa, com seus reacionarismos se colocando contra respectivos inimigos invisíveis responsáveis pela degenerescência da nação. Robert Paxton (2007, p. 66) lembra como Sorel – a quem Mussolini admirava –, por coincidência fortuita de palavras, “chamava de um ‘mito’ – um ideal estimulante – capaz de instigar as pessoas a um desempenho além de suas capacidades cotidianas”. É sintomático, portanto, que o mesmo Sorel tenha deslocado este epíteto para Mussolini. Considerando que uma das mais notáveis características do fascismo é a necessidade de um Messias, que se torna sinônimo e essência de seu movimento, a ideia de um mito, do irreal transformado em real, do místico transposto para o político, os impulsiona e dissemina. O mito, aliás, os mitos - O mito do Messias, o mito da utopia regressiva reacionária, o mito da degenerescência social –, mobilizam a base de massas, outra característica sem a qual não há fascismo, à ação política, à reação de um mito contra mitos.

### **O que aconteceu em 2018?**

Os escritos de Weber não são úteis para entender apenas o messianismo do profeta exemplar, mas também parte da lógica de sua seita. Conforme aparece em seus *Ensaio de sociologia*, as seitas protestantes nos Estados Unidos formavam uma espécie de irmandade por associação, distinta da irmandade sanguínea, por exemplo. Isto é, era útil para um

comerciante que se convertesse ao batismo, por exemplo, porque isso tornaria seus produtos particularmente interessante para os batistas. Em suma, em lógica mercantil, as pessoas tendem a privilegiar economicamente aqueles com proximidades ideológicas ou de crença: “É importante que a participação numa seita significasse um certificado de qualificação moral e especialmente de moral comercial para a pessoa.” (1982, p. 351) A própria formação de uma seita se diferencia de uma Igreja porque a segunda possui caráter arbitrário e não está ligada às qualidades individuais, ao passo que uma seita é “uma associação voluntária apenas daqueles que, segundo o princípio, são religiosa e moralmente qualificados.” (1982, p. 351).

Assim, é razoável pensar no Bolsonarismo não como uma Igreja, mas como uma seita. Em relação ao seu considerável apoio entre os evangélicos, quase 70% de acordo com o Datafolha (2018, p. 28), cuja lógica de “irmão vota em irmão” permitiu, em paralelo à formação de um país pós-católico, conforme Arenari (2020, p. 21), a formação de uma bancada política com considerável influência. Embora se diga católico, Bolsonaro está ciente da importância da associação voluntária e carismática para os neopentecostais, não sem motivo flerta abertamente com esses segmentos, inclusive se batizando em gesto simbólico em Israel.

O incrível da seita Bolsonarista, contudo, é a sua paradoxal heterogeneidade e homogeneidade simultânea. Uma seita que engloba grupos absolutamente distintos e contraditórios entre si, de reacionários a fascistas, de conservadores a libertários, de neopentecostais a judeus, cada qual com sua própria agenda de interesses unidos pelo desejo de mudança através de um homem forte. Como foi dito antes, embora seu apoio seja especialmente forte em algumas áreas, como entre neopentecostais e entre a pequena burguesia, o Bolsonarismo se espalha por todos os lados em uma onipresença ideológica que conseguiu capturar, em um de seus muitos oximoros, mesmo parcelas de Lulistas. Bolsonaro foi eficaz em amalgamar o ressentimento e frustração dessas agremiações distintas, bem como suas esperanças e projeções, transformando-as em energia política, ao ponto em que liberais, por exemplo, não hesitam em, contraditoriamente à sua própria ideologia, abrir mão de seu ideal de liberdade, ainda que tentem se vender como uma ala técnica dissociada do resto da seita.

Em parte isso ocorre porque, deslocando a interpretação de Bourdieu sobre Weber, o Bolsonarismo não é uma causa, mas um sintoma:

O profeta traz, ao nível do discurso ou da conduta exemplar, representações, sentimentos e aspirações que já existiam antes dele, embora de modo

implícito, semiconsciente ou inconsciente. Em suma, realiza através de seu discurso e de sua pessoa, como *alas exemplares*, o encontro de um significante e de um significado preexistentes [...] É por isso que o profeta, este indivíduo isolado, sem passado, destituído de qualquer caução a não ser ele mesmo, pode agir como uma força organizadora e mobilizadora (BOURDIEU, 2004, p. 92).

Existia, na população, um caldo cultural de receptividade para um profeta exemplar, um *nihil* de poder e desesperança, explicitado pelas Jornadas de 2013; Bolsonaro estava no local certo, na hora certa e soube aproveitar a melhor oportunidade de sua vida. Dessa forma, embora o movimento leve o seu nome e certamente não existiria da mesma forma sem o seu messianismo, o Bolsonarismo é muito mais profundo, amplo e transcende a figura de Bolsonaro. Isso é evidenciado em parte por dados levantados pelo Latinobarómetro, instituição chilena que mede, anualmente, o apoio à democracia nos países latino-americanos. A segunda parte deste artigo se dobrará parcialmente sobre testes estatísticos sobre dados do Latinobarómetro, visando evidenciar a receptividade ao Bolsonarismo no país em 2018, em diálogo com os escritos de Weber.

Considerando o largo escopo do banco de dados do Latinobarómetro, realizou-se um filtro limitando-o apenas ao Brasil e a variáveis relevantes à proposta de entender o caldo cultural Bolsonarista da população, isto é, a receptividade ao Bolsonarismo. Das mais de cem variáveis do banco de dados, foram filtradas e escolhidas quatro consideradas pertinentes para essa explicação e, conforme o teste qui-quadrado, tornou-se possível, por fim, verificar a receptividade dessas variáveis e suas associações. Foram elas: “Apoio à democracia”, “Situação econômica futura do país”, “O país é governado para o benefício de uma elite” e “Posicionamento sobre integração política com outros países da região”.

Para tal, seguiu-se a definição de Agresti e Finlay (2017, p. 171) do valor-p, como a “probabilidade de que a estatística-teste seja igual ou mais extrema que o valor observado na direção prevista por  $H_0$ ”. Assim, seguindo as regras tradicionais, se o valor-p for menor ou igual a alpha, isto é, 0,05, a hipótese nula será rejeitada; ao passo que se o valor-p for maior que 0,05, a hipótese nula não é rejeitada. Dessa forma, diminui-se o risco ao rejeitar ou não uma hipótese nula.

Uma proporção gerada no R mostra que, na variável qualitativa nominal “Situação econômica futura do país”, a maioria de 30% acredita que a situação econômica melhorará um pouco no futuro, enquanto uma considerável porcentagem de 15% acredita que será muito pior. Já na variável “Apoio à democracia”, embora 40% ainda defendam a democracia como melhor forma de governo, quase 15% admitem governos autoritários como soluções possíveis



e 40% acreditam que não faz diferença. É perceptível, a partir já dessa análise de probabilidade, um apoio considerável a alternativas à democracia. A variável “o país é governado para o benefício de uma elite” recebeu uma resposta afirmativa da esmagadora maioria da amostra: 90%. Por fim, a variável “Posicionamento sobre integração política com outros países da região”: 43% foram contra a integração política, ao passo que 44% foram a favor.

Para tornar possível esta análise, a variável “apoio à democracia” foi tomada por variável resposta. Isto se deu devido a sua relevância à compreensão da recepção do Bolsonarismo no Brasil. Sendo o Bolsonarismo um fenômeno essencialmente anti-democrático, é possível, partindo desta variável resposta, perceber sua correlação com as variáveis explicativas sobre os demais conceitos. Isto é, os demais conceitos são tomados como congruentes ao autoritarismo, como forma de impulsioná-lo. Conforme Agresti e Finlay (2017, p. 254-255), para que exista uma associação é necessário que a distribuição da variável resposta (a que é medida e observada) se altere conforme a variável explicativa (aquela que afeta a resposta) também se altera.

Assim, considerando que todas as variáveis escolhidas são categóricas com valores acima de cinco em todas as células, o teste qui-quadrado foi o método mais apropriado para analisar a relação entre elas. Considerando a população de mais de 200 milhões de brasileiros, o banco de dados do Latinobarómetro fornece uma amostra de 1204 brasileiros entrevistados. A partir dessa amostra, construiu-se uma amostra ainda menor para este trabalho: 1051 brasileiros. Por não interessar ao tema e para permitir o teste qui-quadrado, as respostas “não sei responder” e “sem resposta” foram omitidas.

A partir de uma formulação no *software* RStudio, criou-se a seguinte tabela de contingência sobre as variáveis “Apoio à democracia” e “Anti-elitismo”:

Tabela I – Tabela de contingência entre variáveis “Apoio à democracia” e “O país é governado para o benefício de uma elite”.

	País governado para o benefício dos poderosos ou para o bem de todos		
Apoio à democracia	Benefício de uma elite (1)	Benefício de todos (2)	Total
A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo (1)	379	25	404
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático (2)	153	13	166

Para pessoas como eu, não importa se temos um regime democrático ou não democrático (3)	449	32	481
Total	981	70	1051

Ante a hipótese nula de que não existe relação entre as variáveis e a hipótese alternativa de que existe, o teste qui-quadrado compara as frequências que aparecem na tabela de contingência com hipótese nula e alternativa quanto à independência da variável. Assim, através de aleatorização com uma amostra grande, pode-se testar como hipótese nula se as variáveis são independentes e como hipótese alternativa se elas são dependentes. Isto permite identificar, por exemplo, se as variáveis categóricas são estatisticamente independentes ou dependentes, isto é, se as distribuições das variáveis serão sempre identicamente correlacionadas ou não.

Sob a hipótese nula de não relação, o teste qui-quadrado permite pensar qual o valor esperado para cada célula da tabela de contingência. Isto é, por exemplo, se o valor 379 está próximo do ideal esperado da relação entre as respostas “Democracy is preferable to any other kind of government (1)” e “Benefit of powerful interests (1)”. Para calcular esse valor esperado, faz-se o produto das marginais. No caso, o produto de 981 e 404 permite encontrar o valor esperado dentro da hipótese nula. Assim, para esta relação tem-se:

$$E_{11} = 981 \times 404 / 1051 = 379,39$$

$$E_{12} = 70 \times 404 / 1051 = 26,9$$

$$E_{21} = 981 \times 166 / 1051 = 154,94$$

$$E_{22} = 70 \times 166 / 1051 = 11,05$$

$$E_{31} = 981 \times 481 / 1051 = 448,96$$

$$E_{32} = 70 \times 481 / 1051 = 32$$

Esses valores obtidos para cada célula permitem perceber a existência ou não de relação entre as variáveis. Dessa forma, se as variáveis não tivessem relação, os valores seriam esses:

Tabela II – Valores esperados sob a hipótese nula de não relação

	País governado para o benefício dos poderosos ou para o bem de todos	
--	--	--

Apoio à democracia	Benefício de uma elite (1)	Benefício de todos (2)
A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo (1)	379,39	26,9
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático (2)	154,94	11,05
Para pessoas como eu, não importa se temos um regime democrático ou não democrático (3)	448,96	32

Como se pode perceber, os valores da tabela de contingência estão muito próximos dos valores encontrados pelos produtos das marginais. Assim, a princípio, parece existir sustentação à hipótese nula de não relação. Porém, para confirmar, é preciso seguir uma fórmula de distribuição de probabilidade qui-quadrado para perceber se não há uma flutuação casual:

Imagem I – Fórmula de distribuição

$$Q = \sum \frac{(f_o - f_E)^2}{f_E}$$

Nisso, fo será a representação de uma frequência observada, enquanto fe responde por uma frequência esperada, isto é, interpretação de uma possível frequência caso as variáveis fossem independentes. Assim, para as duas variáveis que estão sendo trabalhadas tem-se:

$$Q = \text{Sigma } (379 - 379,39)^2 / 379,39 \rightarrow Q = 0$$

$$Q = \text{Sigma } (25 - 26,9)^2 / 26,9 \rightarrow Q = 0,1$$

$$Q = \text{Sigma } (153 - 154,94)^2 / 154,94 \rightarrow Q = 0,02$$

$$Q = \text{Sigma } (13 - 11,05)^2 / 11,05 \rightarrow Q = 0,34$$

$$Q = \text{Sigma } (449 - 448,96)^2 / 448,96 \rightarrow Q = 0$$

$$Q = \text{Sigma } (32 - 32)^2 / 32 \rightarrow Q = 0$$

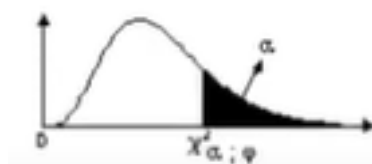
$$Q = 0 + 0,1 + 0,02 + 0,34 + 0 + 0$$

$$Q = 0,46$$

Por fim, à distribuição qui-quadrado. Como pode ser conferido na distribuição qui-quadrado abaixo, ela é um pouco mais assimétrica do que uma distribuição normal. De acordo

com a regra da distribuição, a área preta indica a área de rejeição enquanto até o ponto limite é considerado como resultado de uma flutuação casual. Em outras palavras, a partir da área preenchida de preto a hipótese nula não é rejeitada: as duas variáveis aparentemente não estão associadas.

Imagem II – Distribuição de probabilidade qui-quadrado. Fonte: UFMG.



Assim, é preciso olhar o grau de liberdade, cuja fórmula atende por  $(k-1)(C-1)$ , isto é, o número de linhas menos um vezes o número de colunas. No caso das variáveis utilizadas, portanto, o grau de liberdade responde por:  $(3-1)(2-1) = 2$ . Desta forma, há uma qui-quadrado com dois graus de liberdade. Realizando o cálculo pelo R, o *software* encontrou um p-valor de 0,77. A fórmula de probabilidade deixou ainda mais claro o que já estava perceptível: a distância entre o valor observado e o valor esperado são muito pequenas, isso quando existem. Assim, não é possível rejeitar a hipótese nula: as variáveis “Apoio à democracia” e “País governado em benefício de uma elite” aparentemente não estão relacionados, ao menos segundo a amostra do Latinobarómetro.

Confirmada a não relação entre as variáveis anteriores, será analisado agora a relação entre a variável “Apoio à democracia” e “Situação econômica futura do país”:

Tabela III – Tabela de contingência entre variáveis “Apoio à democracia” e “Situação econômica futura do país”

	Situação econômica futura do país					
Apoio à democracia	Muito melhor (1)	Um pouco melhor (2)	Aproximadamente o mesmo (3)	Um pouco pior (4)	Muito pior (5)	Total
A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo (1)	19	140	129	57	51	396
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático (2)	13	56	39	32	20	160
Para pessoas como eu, não importa se temos um	23	152	134	71	90	470

regime democrático ou não democrático (3)						
Total	55	348	302	160	161	1026

Definido a tabela de contingência, os cálculos foram realizados pelo R desta vez. Com o alpha de 0,05, o R encontrou um p-valor de exatamente 0,05. Assim sendo, rejeita-se a hipótese nula de não associação. Em outras palavras, ao que tudo indica a variável “Apoio à democracia” está associada à variável “Situação econômica futura do país”. Quanto menor o apoio à democracia, menor perspectiva de sucesso econômico.

Por fim, o mesmo teste qui-quadrado será aplicado sobre variáveis “Apoio à democracia” e “Integração política”. O R gerou a seguinte tabela de contingência:

Tabela IV – Tabela de contingência entre variáveis “Apoio à democracia” e “Integração política”

Tabela de contingência					
	Você é a favor ou contra a integração política com outros países da região?				
Apoio à democracia	Muito a favor (1)	Algo a favor	Algo contra	Muito contra	
A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo (1)	83	133	72	88	376
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático (2)	31	46	37	39	153
Para pessoas como eu, não importa se temos um regime democrático ou não democrático (3)	63	132	119	116	430
Apoio à democracia	177	311	228	243	959

Sob um grau de confiança de 6 e um alpha de 0,05, o R encontrou um p-valor de 0,01. Isto implica, portanto, que a hipótese nula não será aceita. Em outras palavras, aparentemente há associação entre as variáveis “Apoio à democracia” e “Integração política da região”.

Os dados e testes estatísticos levantados corroboram, em certa medida, aos argumentos apresentados na primeira seção. Ainda que a variável “Apoio à democracia” aparentemente não esteja associada à variável identificada com antielitismo, ambas apresentam taxas fortes que reforçam a ideia de receptividade de características do messianismo Bolsonarista. Ao menos 55% da população revelou-se contra ou indiferente à democracia, enquanto 90% acredita que o país é governado apenas para uma elite. Essas taxas indicam a predisposição a

alternativas antidemocráticas, bem como ao messianismo do profeta, justamente aquele que vende a imagem de – a despeito de seus 30 anos de política – ser um *outsider* desta elite política. Em outras palavras, indicam que existia de fato um contexto útil para o Bolsonarismo, um argumento reforçado pela associação entre o apoio à democracia, o medo do futuro econômico e a posição contra a integração política regional. O medo do futuro econômico e o discurso antielite, em particular, não falham em retomar os argumentos suscitados na primeira seção sobre o ressentimento como motor dessa forma de dominação carismática.

### **Considerações finais**

Dividido em duas partes, este trabalho procurou mostrar a construção da figura de Jair Bolsonaro como o Messias, o profeta exemplar, o mito. Uma figura que retoma os pensamentos propostos por autores como Weber e, em menor medida, Reich. Uma construção que encontra paralelos históricos em outros líderes messiânicos do passado, como Mussolini e Hitler, a despeito de suas inevitáveis idiossincrasias. O próprio Bolsonaro, assim como esses líderes anteriores, está ciente de sua condição de profeta e a explora, com frequentes referências ao seu sobrenome Messias.

Mas, novamente em paralelo com o passado, Bolsonaro é o Messias da mediocridade. A jornalista Dorothy Thompson, quando de entrevista com Hitler em 1932, afirmou que “fiquei convencida de estar diante do futuro ditador da Alemanha”, ao mesmo tempo em que sugeriu a “impressionante insignificância” (URWAND, 2014, p. 212) daquela figura. Bolsonaro reencarna a sensação descrita por Thompson: é um Messias, um profeta, mas apenas para sua seita. Para todos fora, é a expressão mais absoluta do mesquinho, do pequeno. Um homem embebido de ressentimento, capaz de, por exemplo, exonerar um funcionário público que o havia multado quase 10 anos antes de ser eleito (SERVIDOR, 2019). Mas Bolsonaro é o Messias do espírito do seu tempo, aspecto que a segunda parte deste trabalho procurou mostrar.

Através do banco de dados do Latinobarómetro de 2018, composto por inúmeras variáveis sobre grande parte dos países da América Latina, foi preciso um processo de filtragem que reduzissem essas variáveis apenas ao Brasil e apenas com variáveis úteis para aspectos levantados na seção teórica. Portanto, tomando “Apoio à democracia” como variável principal, foram feitos três testes qui-quadrados cruzando-o com outras variáveis categóricas.

O primeiro, feito manualmente, de modo a ilustrar a metodologia e as fórmulas utilizadas; os demais realizados a partir do software RStudio.

Os resultados encontrados corroboram a argumentação construída na teoria, dada a alta porcentagem de apoio a alternativas antidemocráticas favoráveis para um homem forte, o discurso antielite que pode ser identificado como precedente de um populismo messiânico, o medo e o ressentimento de um futuro econômico incerto e a pretensão nacionalista de isolamento político. Em especial as duas primeiras variáveis, ainda que não tenham se mostrado associadas, revelam uma predisposição ao messianismo Bolsonarista por suas altas proporções. Por fim, a associação confirmada entre apoio à democracia, medo do futuro e isolamento político, fortalece a exposição. Em suma, pessoas que tem medo do futuro ou são receosas contra integração política regional, tendem a se mostrarem favoráveis a medidas não democráticas. Em particular, o medo do futuro econômico é uma variável pertinente para pensar esta propensão ao messianismo.

Os dados estatísticos, na prática, fornecem insumos para visualizar esse possível processo da tomada de Bolsonaro como profeta. Contudo, ainda há amplo espaço para ampliar a pesquisa. Métodos qualitativos como entrevistas em profundidade, grupos focais ou mesmo etnografia poderiam fornecer insumos mais sólidos sobre a hipótese de Bolsonaro como um profeta exemplar. Os cruzamentos estatísticos, bem como a discussão teórica, pavimentam o caminho, dão um início, mas ainda é possível ir além.

Por fim, para encerrar, uma parábola com a ficção. O medo e o ressentimento, características associadas, são materiais úteis para os Messias populistas e/ou fascistas imporem a dominação carismática para a sua seita. O romance de Timur Vermes, *Ele está de volta*, traz Hitler literalmente de volta aos vivos. Ainda que seja o mesmo, ainda que nada tenha mudado em si, a população, o *establishment* político, a mídia, todos o interpretam por comediante. Embora seus discursos anacrônicos sejam idênticos a 1933, ninguém acredita que aquele seja de fato Hitler. O livro termina com Hitler recebendo convites de vários partidos e afirmando que é possível trabalhar novamente com “aquele material”, isto é, o medo e o ressentimento da população.

## Referências

ABBUD, Bruno. Assalto sofrido por Bolsonaro em 1995 culminou com a morte misteriosa de um bandido e de sua família. **Revista Época**, 10 ago. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/assalto-sofrido-por-bolsonaro-em-1995-culminou-com-morte-misteriosa-de-um-bandido-de-sua-familia-22964254>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

- AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as Ciências Sociais**. Porto Alegre: Penso, 2017.
- AMADO, Guilherme. Mesas de café da manhã de Jair Bolsonaro na eleição eram fakes. *Revista Época*, 26 fev. 2020. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/mesas-de-cafe-da-manha-de-jair-bolsonaro-na-eleicao-eram-fakes-1-24265281>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- ARENARI, Brand. Bolsonaro, o primeiro presidente “evangélico” do Brasil. In: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio. **Bolsonarismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Gramma Livraria & Editora, 2020.
- ARENDRT, Hannah. **As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1978.
- AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- DATAFOLHA. **Eleições 2018**. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2021.
- DECLERCQ, Marie; NUÑEZ, Lenny; CESAR, Ênio. A tristeza infinita dos incels: um retrato da juventude em crise no Brasil. *Vice*, 21 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/j5y8q3/a-tristeza-infinita-dos-incels-um-retrato-da-juventude-em-crise-no-brasil>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 1ª. edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- FELICE, Renzo de. **Explicar o fascismo**. Edições 70: Lisboa, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREEDOM HOUSE. New report: Freedom in the world 2020 finds established democracies are in decline. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/article/new-report-freedom-world-2020-finds-established-democracies-are-decline>>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- FREIXO, Adriano de. **Os militares o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo**. Compenhague / Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.
- FREUD, Sigmund. **Obras completas volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Latinobarómetro. **Latinobarómetro 2018: banco de dados**. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MENEZES, Sergio Schargel Maia. **Pode o conceito de fascismo ser aplicado ao Brasil? Uma análise sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo em seus diversos ciclos e estágios**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2022.
- MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio. Introdução. In: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio. **Bolsonarismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Gramma Livraria & Editora, 2020.



- GASSET, José Ortega y. **A rebelião das massas**. São Paulo: Linográfica Editôra LTDA., 1962.
- PARETO, Vilfredo. **Manual of political economy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. 10ª. Edição. Lisboa: Ática, 1972.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SCHARGEL, Sergio. “Fascism is once more at our doors, and we still refuse to see and treat it by its name”: an interview with Cultural Philosopher Rob Riemen. **Revista Cantareira**, n. 33, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40711>>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- SCHARGEL, Sergio. **O fascismo infinito, no real e na ficção**: como a literatura apresentou o fascismo nos últimos cem anos. Porto Alegre: Bestiário/Class, 2022. Disponível em: <[https://www.bestiario.com.br/abralic\\_2022/3-Sergio-Schargel.pdf?fbclid=IwAR1tvJ9accsdhmeer17t3\\_WB2tX-WbygY85WxJglbBrzh-p8EuOsIYGii8](https://www.bestiario.com.br/abralic_2022/3-Sergio-Schargel.pdf?fbclid=IwAR1tvJ9accsdhmeer17t3_WB2tX-WbygY85WxJglbBrzh-p8EuOsIYGii8)>. Acesso em: 05 set. 2022.
- SEVIDOR do Ibama que multou Bolsonaro por pesca irregular é exonerado de cargo de chefia. G1, 29 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/03/29/ibama-exonera-servidor-que-multou-bolsonaro-por-pesca-irregular.ghtml>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- UNDERGÅNGENS ARKITEKTUR** (Arquitetura da destruição). Direção: Peter Cohen. Produção: Peter Cohen. Roteiro: Peter Cohen. Suécia: [s. n.], 1989. Disponível em: <<https://canalcurta.tv.br/series/serie.aspx?serieId=442>>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**. Introdução à bioestatística – Turma Nutrição. Disponível em: <<http://www.est.ufmg.br/~edna/bionutri/NUT-Aula11.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- URWAND, Ben. **A colaboração**: o pacto entre Hollywood e o Nazismo. São Paulo: LeYa, 2014.
- VERMES, Timur. **Ele está de volta**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

## Formação literária de uma nova nação: a história do teatro e o pré-romantismo no Brasil (1808-1836)

*Literary formation of a new nation: the history of theater and pre-romanticism in Brazil (1808-1836)*

Victor Augusto Mendonça Guasti<sup>1</sup>, UFES

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o processo de formação do movimento Pré-Romântico na literatura e no teatro no Brasil, que tem início com a chegada da Família Real (1808) e permanece até 1836. Justifica a escolha do período de transição literária o fato de que é neste intervalo que os alicerces de uma literatura genuinamente brasileira têm suas bases lançadas. A passagem do Arcadismo para o Romantismo ocorre ao mesmo tempo em que o Brasil passa por profundas modificações políticas. Logo, diferente do que fora afirmado pelos grandes críticos de literatura e teatro do século XIX e XX, as obras publicadas durante este período não são pobres de conteúdo ou cópias da produção portuguesa, mas apresentam a defesa de valores liberais e do nacionalismo, utilizando-se do arcabouço arcádico, mas com uma linguagem mais popular e oralizada e uma menor preocupação com a estrutura textual.

**Palavras-chave:** Pré-Romantismo; História do Teatro; Literatura brasileira; Período Imperial.

### Abstract

This article aims to discuss the formation process of the Pre-Romantic movement in literature and theater in Brazil, which began with the arrival of the Royal Family (1808) and lasted until 1836. fact that it is in this interval that the foundations of a genuinely Brazilian literature are laid. The passage from Arcadianism to Romanticism occurred at the same time that Brazil was undergoing profound political changes. Therefore, contrary to what was stated by the great critics of literature and theater of the 19th and 20th centuries, the works published during this period are not poor in content or copies of Portuguese production, but present the defense of liberal values and nationalism, using based on the Arcadian framework, but with a more popular and oralized language and less concern with the textual structure.

**Keywords:** Pre-Romanticism; Theater History; Brazilian literature; Imperial period.

### Introdução

Nos últimos anos, presenciamos um considerável aumento no número de estudos vinculados à História Cultural e que dialogam com a Literatura, pois esta constrói uma representação acerca da realidade que nos permite lembrar o passado e compreender a nossa identidade (DEOUD, 2000, p. 135). Quando tratamos de História do Brasil, a literatura possibilita que possamos compreender como os fatos ocorridos estavam sendo assimilados e

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História das Relações Políticas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, filiado ao Laboratório de História, Poder e Linguagens da mesma instituição, bolsista Capes.

transmitidos, bem como a apropriação que os receptores e críticos faziam destes escritos (CHARTIER, 1990, p. 27).

Um dos momentos em que houve intensa produção literária e registro de crítica e recepção deste conteúdo se encontra no recorte temporal iniciado com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808) e estendido até o Regresso Conservador e a consolidação de um projeto de constituição de uma literatura nacional (1836). É neste período em que há a expansão da Imprensa e o surgimento de diversas tipografias na corte, o que encoraja muitos letrados a publicarem seu jornal ou suas prosas e poemas. Nesta mesma época, há um incentivo real ao fomento das artes, o que leva ao surgimento de teatros e à importação de diversas companhias e peças teatrais, além de investimentos em missões artísticas estrangeiras, sendo a missão francesa (1815) a de maior importância.

As rápidas e profundas mudanças políticas pelas quais passou o Brasil, neste ínterim, alimentou um sentimento identitário e renovador, que já não encontrava espaço no *modus* de escrita típica do arcadismo, sendo necessário imputar uma renovação nas letras nacionais. Este período transitório, o qual denominamos Pré-romantismo, consoante Afrânio Coutinho (2003, p. 24), é constituído por “[...] um corpo de tendências, temas, ideias, sem construir doutrina literária homogênea, com remanescentes clássicas e arcádicas, e elementos novos”. Antonio Candido (1975, p. 182-183.) afirma que o movimento romântico brasileiro manteve profundas e cordiais relações com as estruturas arcádicas, mesmo que tratando de novos temas, tendo em vista que os homens das letras brasileiros foram formados nesta escola. Assim, o período pré-romântico na literatura está intimamente ligado à formação da ideia de Estado Nacional Brasileiro, bem como à busca da construção de uma literatura genuinamente nacional.

Ao pesquisar sobre os escritos literários produzidos no Brasil Imperial na primeira metade do século XIX, nos deparamos com textos que possuem estruturas típicas do Arcadismo, mas com traços e abordagens que são caras ao Romantismo. Destarte, é necessário compreendermos este momento de transição política-literária pelo qual passou o Brasil para compreendermos o conteúdo das produções.

Antes de discutir como se caracterizou o Romantismo no contexto brasileiro, é importante dissertarmos sobre o Romantismo de maneira geral, apresentando sua conceituação, seu surgimento, sua estrutura, seus objetivos e como se deu a sua chegada e a sua consolidação no território brasileiro.

**Romantismo: um conceito em construção e movimento.**

O conceito de Romantismo é complexo e vago, a ponto de alguns teóricos defenderem a abolição do termo (LOVEJOY, 1965). A definição de romântico mais aceita vem do alemão *romantisch*, que pode ser traduzido como “narração em língua vulgar”. Enquanto movimento artístico e literário, o Romantismo tem início no século XVIII, na Alemanha, em resposta à estética e à filosofia iluminista que embasaram o Arcadismo, ou Neoclassicismo. Fruto das reflexões posteriores à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, o movimento irá se estender por praticamente todo o século XIX. O romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, publicado pelo alemão Johann Wolfgang von Goethe, em 1774, é posto como o marco inicial do movimento. Neste, os autores buscavam romper com os valores literários clássicos que valorizavam a cultura e mitologia greco-romana (SALIBA, 2003, p. 51-74).

Elias Thomé Saliba (2003, p. 19) aponta que o novo movimento “[...] nutriu-se fervorosamente, ao mesmo tempo, da realidade e da possibilidade de uma mudança radical na história”. Michael Löwy e Robert Sayre (2015, p. 38) afirmam que o Romantismo europeu foi um movimento de crítica social, de crítica à modernidade e de crítica à civilização capitalista, em nome de valores e ideias pré-capitalistas e pré-modernas. Desta forma, é possível afirmar que o movimento se caracterizou, em linhas gerais:

[pelo] rompimento de uma doutrina e um código; é a denúncia de uma crise e uma pausa. A energia real, de acordo com os teóricos românticos, reside no pensamento e sentimento, o valor espiritual que está contra o sistema, contra a sociedade, contra a mesma cultura, que se expressa, por exemplo, através de uma nova forma de poesia (CASADEI; SANTAGATA, 2007, p. 356).

Para além da poesia e da literatura, o Romantismo foi um movimento que também abrangeu autores de diversas áreas do conhecimento, como ideólogos e políticos, economistas, teólogos, filósofos, historiadores, arquitetos, músicos e pintores. Logo, a multiformidade do movimento faz com que haja uma dificuldade em definir o romantismo como uma única corrente artístico-literária, tendo em vista que ele é contraditório ao defender tautocronicamente:

[...] o revolucionário e contrarrevolucionário, individualista e comunitário, cosmopolita e nacionalista, realista e fantástico, retrógrado e utopista, revoltado e melancólico, democrático e aristocrático, ativista e contemplativo, republicano e monarquista, vermelho e branco, místico e sensual (CASADEI; SANTAGATA, 2007, p. 19).

Consoante Paolo D'Angelo (1997, p. 11), a capacidade do Romantismo de influenciar, abranger e modificar radicalmente as mais diversas áreas do conhecimento acabou por transformar toda a cultura europeia. Contudo, a coerência do movimento pode ser encontrada no fato de que os românticos compartilhavam aspirações que enobreciam a imaginação inconsciente, o mito, os símbolos, a diversidade e a mudança.

Um ideal que nasce e ganha destaque dentro do movimento Romântico é o nacionalismo e o patriotismo. Com o advento do conceito de *povo*, os escritos românticos irão buscar formular uma unidade para a coletividade, baseando os seus escritos nas tradições populares, na linguagem e nas características coletivas, com o objetivo de formular um mito nacional que valorizasse a unidade a partir de uma identidade comum. Alfredo Bosi (1994, p. 95) aponta que

A nação afigura-se ao patriota do século XIX como uma ideia-força que tudo vivifica. Floresce a História, ressurreição do passado e retorno às origens (Michelet e Gioberti). Acendra-se o culto à língua nativa e ao folclore (Schlegel, Garrett, Manzoni), novas bandeiras para os povos que aspiram à autonomia, como a Grécia, a Itália, a Bélgica, a Polônia, a Hungria, a Irlanda. Para algumas nações nórdicas e eslavas e, naturalmente, para todas as nações da América, que ignoraram o Renascimento, será este o momento da grande afirmação cultural.

Na França, o Romantismo - que serviu de modelo ao brasileiro -, surge como uma reação ao período pós-revoluções, emergindo no momento da restauração da monarquia Bourbon. Os escritos apontam para a decepção que havia por parte de alguns intelectuais e pensadores por verem que a nova ordem político-econômica capitalista burguesa tinha transformado os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade em exclusão, exploração e desigualdade social (SALIBA, 2003, p. 59).

O movimento romântico francês começa tardiamente, frente aos movimentos alemão e inglês, dado a um certo conservadorismo literário, social e político que ainda pairava sobre a França, mesmo depois da Revolução de 1789. Por isso, os autores e artistas românticos buscavam destruir a tradição clássica que sufocava a subjetividade. Em sua visão, as mudanças sociais e políticas levaram as regras e os temas do arcadismo a perderem o sentido. Assim, o movimento francês era mais estético do que especulativo, em que se incluía todos os gêneros da arte (GENGEMBRE, 2003).

Em Portugal, o Romantismo é fruto da influência estrangeira, principalmente francesa. O movimento nasce atado à sucessão de problemas e modificações políticas pelos quais passava o território luso e além-mar. O país, que outrora fora inundado com ouro colonial

brasileiro, inicia o século XIX envolvido em diversos problemas. Dado às invasões francesas, fruto da desobediência portuguesa ao bloqueio continental, Portugal viria a fuga da família real para o Brasil em 1807, o domínio inglês, a revolução liberal em 1820, o regresso da família real em 1821, a independência do Brasil em 1822, a contra revolução absolutista e as guerras liberais em 1834. Todas essas crises e mudanças políticas levaram os pensadores, literatos e artistas portugueses a iniciar um processo de renovação das artes lusitanas, com destaque para o papel de pioneirismo e de liderança de Almeida Garrett e Alexandre Herculano (GUERREIRO, 2015, p. 67-68).

### **Construindo um romantismo à brasileira (1808-1836)**

O início do movimento Romântico no Brasil é envolto em uma controversa discussão. Um grupo teórico defende que o Romantismo brasileiro foi precedido por um momento de transição, denominado Pré-Romantismo. Os que defendem que houve um período de transição entre o Arcadismo e o Romantismo dito puro apontam que ele ocorreu entre o período de 1808 a 1836, afirmando que a produção filosófico-literária ocorrida neste recorte temporal possui elementos do Romantismo, mas com o neoclassicismo ainda muito presente, em especial na estética do texto. Ao defender a existência do período de transição literário, Afrânio Coutinho (1986, p. 16) aponta que:

Entre os dois momentos, medeia, aliás, uma fase de transição – pré-romântica – em que lutam as tendências novas e o espírito antigo, expressa tal hesitação na mistura e interpretação de tendências estéticas, de formas novas com temas cediços ou de assuntos novos com gêneros superados, tudo mostrando a indefinição e a incaracterização da época, dominada por um subarcadismo ou pseudoclassicismo. Correntes diferentes cruzam-se e misturam-se, barrocas, arcádias, iluministas, neoclassicistas, rococós, românticas, oriundas a maioria de fontes europeias.

José Veríssimo (1916, p. 124-125), ao analisar a produção dos anos de pré-romantismo, aponta que a produção literária brasileira, entre os anos de 1789 até 1836, foi caracterizada por uma escrita fraca, marginal, que mais se parecia com uma cópia do que era produzido em Portugal do que com uma produção de um conteúdo puramente brasileiro. Por mais que o autor reconheça que a fundação da Imprensa Real (1808) auxiliou no aumento da produção literária na Corte, em sua visão, nenhuma grande novidade se apresentou nestes impressos, mesmo durante as campanhas emancipacionistas de 1821 e 1822.

Os que defendem que o romantismo já se inicia em 1808, desembarcando no Brasil junto com a família real, utilizam como base a teoria de Vítor Emanuel de Aguiar e Silva

(1988, p. 86) que, ao analisar as mudanças de correntes literárias, afirma que as mudanças na literatura não acontecem de modo abrupto, rígido e imediato, “[...] mas sucedem-se através de zonas difusas de imbricação e de interpenetração”. Ao seu ver, o fato de que a literatura está em constante transformação, pois a produção e a recepção dos textos mudam continuamente, faz com que toda corrente literária seja um período de transição, sem possibilidades para confecção de uma literatura pura, totalmente nova, isenta de nuances do passado ou de apontamentos para o futuro.

O projeto de deslocamento dos escritores brasileiros do arcadismo para consolidação do romantismo nacional, que não seja uma cópia portuguesa, tem início efetivamente em 1833, com um grupo de jovens brasileiros que residiam e estudavam em Paris. Influenciados pelo pujante Romantismo francês, pela obra de Almeida Garret, e sob a instrução de Manuel de Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães, começam a pensar em constituir uma literatura que seja nacional. Como resultado destas pesquisas, em 1836, é fundada a *Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes* (SCHWARCZ, 2004, p. 158.) e lançado o poema *Suspiros Poéticos e Saudades*, escrito por Gonçalves de Magalhães, obra considerada como o marco fundador do Romantismo no Brasil (BOSI, 1994, p. 105).

Todavia, concordamos que o surgimento da Imprensa Nacional e o abrandamento da censura levaram ao surgimento de jornais e à impressão de grande diversidade de livros que, por consequência, favoreceram a circulação da palavra escrita e possibilitaram o surgimento de uma literatura nacional. De 1808 a 1822, 1154 títulos, entre livros e periódicos, foram impressos. E, junto a estes impressos, surgem as primeiras livrarias e as primeiras revistas literárias (STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 156). Também neste momento chega ao Brasil a missão francesa, tendo como objetivo estudar e europeizar o novo centro de poder do Império Português. Assim sendo, pode-se afirmar que o movimento iniciado em 1808 foi um Pré-romantismo Franco-Brasileiro, dadas a influência e a colaboração dos franceses para a literatura nacional (VERÍSSIMO, 1916, p. 124).

Estes franceses que aqui chegam estão imergidos no ideal nacionalista pós-revolução de 1789, influenciando os objetos do Romantismo do Brasil, em especial nos romances indianistas, que resgatam a figura do nativo brasileiro, retratando-o como um mítico herói nacional, valorizando sua cultura e seus costumes. Por não terem existido heróis medievais no Brasil, foi a figura do índio a possibilidade de representação de pureza, inocência, do não corrompido pela sociedade, em suma, o bom-selvagem de Jean Jacques Rousseau. Esse mesmo ideal será o ponto de partida para a confecção de obras que despertem o sentimento nacionalista no povo da nação recém-criada.

Corroborar a ideia de um movimento franco-brasileiro o lançamento das obras: *Resumè de L’Histoire Literarie du Brésil*, publicada em 1826 por Ferdinand Denis, o primeiro trabalho histórico-literário que buscou compilar as manifestações literárias do Brasil colônia e sugerir a confecção de uma literatura puramente brasileira; *Èlègies Bréseiennes*, publicada em 1823 por Edouard Corbière, juntamente à obra *Os Índios Brasileiros*, publicada em 1830 por Teodoro Taunay, que enalteciam a figura do nativo brasileiro e foram fundamentais para o surgimento do movimento indianista Romântico (FERREIRA, 2012, p. 4).

Outra importante característica do Pré-romantismo brasileiro é a presença de um grande número de jornalistas polígrafos que, mesmo utilizando modelos neoclássicos e iluministas, buscam “[...] elaborar e divulgar conceitos filosófico-morais, de problemas históricos, econômicos e jurídicos, mas também de questões de estética e de crítica literária” (STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 158). Coutinho (2001, p. 173), ao caracterizar esse grupo, aponta que eles vão construindo o Romantismo de forma marginal, pois utilizam-se dos recursos e dos temas propostos no novo estilo, sem abraçá-lo plenamente. O sentimento antilusitano e a missão francesa contribuem para o afastamento da influência portuguesa, cedendo lugar à francesa e à inglesa. O jornalismo ganha força e intensidade, misturando o literário e o político. Fortalece-se a eloquência sacra e profana, a poesia lírica, a história e as ciências naturais.

A mistura entre o literário e o político está intimamente ligada ao fato de os escritores Pré-Românticos e os Românticos verem, na literatura, uma vertente do nacionalismo necessário para a consolidação da nação recém-formada. Consoante Antônio Candido (2002), nacionalismo e romantismo se confundiram no Brasil. Como a burguesia brasileira era pequena e fraca politicamente e havia a predominância do trabalho escravo na agricultura e não de um trabalho assalariado nas indústrias urbanas, o Romantismo brasileiro não buscou realizar críticas sociais, mas, sim, promover uma emancipação sócio-filosófico-literária. Mesmo no período anterior a 1822, já se advogava pela emancipação das letras brasileiras, face ao que era produzido em Portugal, a partir da produção de temas que falavam do Brasil e não de epopeias europeias.

Dentre os principais nomes do Pré-romantismo brasileiro, estão homens que também foram destaque no cenário político e jornalístico do período. José Bonifácio de Andrada (1763-1838), Evaristo da Veiga (1799-1837), Ladislau dos Santos Titara (1802-1861), Domingos Borges de Barros (1780-1855) e Manuel Alves Branco (1797-1855) são alguns exemplos destes homens em que as letras e o exercício político se confundiam (VERÍSSIMO,



1916, p. 125). No entanto, foi entre os oradores sacros que o Pré-Romantismo pôde ser melhor percebido.

A expulsão dos jesuítas legou aos franciscanos a missão de zelar pela arte da oratória sacra junto à corte brasileira. São estes os responsáveis por formar “[...] um clero culto, brilhante, refinado, do qual sai toda uma escola de pregadores, oradores habituados aos triunfos do público” (STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 159). Dentre os franciscanos, deve-se maior destaque ao Frei Francisco do Mont’Alverne (1784-1858), que por muitos é considerado o primeiro intelectual de formação exclusivamente colonial. Foi o principal expoente do pré-romantismo, tendo em vista que, em seus sermões e escritos, é possível encontrar uma gama de elementos românticos, como o forte patriotismo (CANDIDO, 1975, p. 267).

Nos escritos de Mont’Alverne, encontram-se incisivos apóstrofes e reticências, falas sobre interrogações, figuras de acumulação e um ideal de individualismo libertário e heroico, que não fazia diferença entre um mártir cristão ou um patriota oitocentista. Homens como o ator e encenador de teatro João Caetano (1808-1863) frequentavam suas missas para ouvir seus sermões. De fato, seus escritos e sua eloquência influenciaram os primeiros nomes do Romantismo brasileiro, que herdaram do frade o gosto sensual da palavra, o confuso idealismo nacionalista do início do século XIX e a exacerbada defesa da bandeira de liberdade e de emancipação político-espiritual do Brasil (STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 159-160).

Outros sacerdotes, como Antônio Pereira Sousa Caldas (1762-1814), Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) e Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860) também contribuíram no processo de transição da literatura nacional. Souza Caldas, com suas obras líricas de carácter filosófico, Lopes Gama, com seu jornal satírico e contendo ilustrações, Januário e Marcelino com seus jornais e suas comédias teatrais de cunho político, fugiram às regras e às normas neoclassicistas e inovaram na forma de escrever e transmitir suas mensagens (VERÍSSIMO, 1916, p. 133; STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 159).

### **O Pré-Romantismo nos palcos**

Outro espaço que passou por uma transição influenciada pelo novo momento político e pelos novos movimentos artísticos foi o cênico. Contudo, antes de discutir o Pré-Romantismo no teatro brasileiro, é importante salientar que sua periodização não ocorreu por correntes, mas, sim, por uma narrativa estruturada a partir de uma linhagem de obras e autores principais. Os grandes estudiosos do teatro brasileiro no século XX, como Alexandre José de

Melo Moraes (1816-1882), Silvio Romero (1851-1914), José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) e Décio de Almeida Prado (1917-2000), construíram suas análises tendo como base as obras que tiveram maior destaque, seja na crítica do período ou no fato de ter subido aos palcos nas principais casas de espetáculo, e não pelas correntes literárias (GONÇALVES, 2017, p. 37). Eles recorrem ao Romantismo para justificar, tal qual os literatos, o surgimento de um movimento genuinamente nacional no teatro brasileiro, colocando como marco a peça *Antonio José ou O poeta e a Inquisição*, escrita por Gonçalves Magalhães e encenada pela companhia do ator João Caetano dos Santos, o protagonista da tragédia, em 13 de março de 1838.

As primeiras encenações teatrais ocorridas em território brasileiro remontam ao século XVI, quando os jesuítas encenavam seus Atos como uma ferramenta de catequização dos indígenas, tendo destaque as peças escritas e dirigidas pelo padre José de Anchieta. Gradativamente, a dramaturgia seculariza-se e continua a evoluir entre os brasileiros durante o século XVIII, período em que as rudimentares casas de espetáculos de Salvador, Ouro Preto, Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam peças de ópera italiana (WINDMÜLLER, 1984, p. 62). Mas é a chegada da família Real ao Brasil que inaugura um novo momento na história do teatro no país.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, Dom João VI determina a fundação de uma casa de espetáculos que comportasse teatros e óperas, fosse decente e recebesse a elite política e intelectual que vivia na Corte. Assim, em 1813, é inaugurado o Real Theatro de São João<sup>2</sup>, que tornar-se-ia a principal casa de espetáculos de todo o Império, referência para a atividade dramática e musical brasileira (MAINENTE, 2016, p. 22-24).

Sua importância e o financiamento régio permitiu que, no apogeu de suas atividades, a casa possuísse mais de 100 músicos contratados de forma permanente, contando, inclusive, com um grupo de *castrattis*.<sup>3</sup> As temporadas de funcionamento do Teatro eram atreladas às comemorações cívicas anuais e ao poder régio, que financiava, censurava e usufruía das encenações como um mecanismo de autopromoção e de extensão das celebrações régias (FERRET, 2012, p. 124), tendo em vista que:

Casamentos, nascimentos, ou quaisquer outros atos suscetíveis de se comunicarem afetivamente com a cidade, terminavam na atmosfera

---

<sup>2</sup> O teatro mudou de nome diversas vezes em sua história, também passou por diversas reconstruções e reformas. Atualmente seu nome é Teatro João Caetano e se encontra no mesmo terreno, na Praça Tiradentes, centro da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Os *castratti* eram homens que “[...] por meios cirúrgicos que o tornam eunuco, conserva, depois de adulto, sua voz de criança” (PACHECO, 2009).

acolhedora e palpitante das salas de espetáculo, por entre vivas e aclamações dirigidas à plateia, com o palco servindo de ponte entre os súditos e o poder (PRADO, 1972, p. 89).

A ampliação da cultura política, fruto do processo político corrente, levou a um considerável aumento no número de frequentadores nos espetáculos. Assim, a vivência pública da sociedade carioca ganhou uma nova roupagem, refletida diretamente nas relações que ocorriam dentro dos espaços físicos das casas de espetáculo. Logo, o novo momento inaugurado em abril de 1831<sup>4</sup>:

atraía um público variado, que tinha suas preferências e não acatava pacificamente os projetos pedagógicos e muitas vezes elitistas de literatos que viam nos palcos [...] Era um espaço para ostentar riqueza, observar o luxo alheio e intangível, rir sem escrúpulos e chorar sem medida. [...] Quando possuía camarotes e torrinhas, permitia o convívio e as trocas, reforçando e ameaçando as hierarquias a um só tempo. Quando tinha apenas a rua, podia ganhar toda a cidade, amplificando a imagem caleidoscópica que o definia (MARZANO, 2010, p. 122).

Marco Morel (2010, p. 232-234) afirma que o teatro passa a ser mais um lugar de disputa no campo político, sendo um espaço privilegiado de conflito, diálogo e consenso. À luz do liberalismo, os cidadãos passam a utilizar o ambiente das casas de espetáculo para se expressar com gestos, palavras e comportamentos que sequer estavam em sintonia com o tema da peça apresentada. Logo, as ações informais da plateia a tornaram “[...] atores políticos, sujeitos históricos e gestores de lutas simbólicas”, fazendo com que a participação direta e indireta nas casas de espetáculos espalhadas pelo Rio de Janeiro criassem uma cultura política híbrida e multifacetada, favorecendo o florescimento das discussões que seriam temas recorrentes quando estabelecido o Romantismo (BASILE, 2009, p. 59). Desta forma, o movimento de renovação das artes fez com que o Teatro se tornasse o local em que “[...] os habitantes da cidade representavam seus papéis sociais, seus interesses, críticas, desejo de ver e ser visto, em um dos principais espaços de lazer da época” (SAMPAIO, 2018, p. 68).

Estabelecida a Regência, o Teatro é ressignificado e passa a ter uma função civilizatória. O palco passou a cumprir um novo papel político-pedagógico, transmitindo, através de elementos artísticos e do próprio texto encenado, valores que fortalecessem e

---

<sup>4</sup> No dia 7 de abril de 1831 o imperador Dom Pedro I abdicou ao trono do Brasil, após diversas crises políticas, econômicas e sociais. Estando vago o trono, a falta de idade do infante Pedro II fez com que o mecanismo garantido nos artigos 122, 123 e 124 do Capítulo V do 5º Título da Constituição Imperial fosse acionado. Desta forma, era inaugurado o Período Regencial. Este novo tempo teve por características forte instabilidade política e diversas revoltas, que podem ser interpretadas como uma resposta ao vazio (ou o silêncio) do Estado. Este ambiente possibilitou que diversos grupos que não participaram ativamente do processo de independência buscassem, de diversas formas, ocupar o espaço público-político e lutar por seus ideais (MOREL, 2003).

exaltassem a jovem nação e o governo estabelecido. Se, antes, o discurso político encenado enaltecia o imperador e seu poder, na Regência, busca transmitir a mensagem de ser um governo brasileiro que governa para os brasileiros (MAINTENE, 2016, p. 17). Desta forma, os temas das peças encenadas no Teatro Constitucional, após 1831, tornavam-se “[...] um instrumento privilegiado de educação política, fomentador de laços de união e comunhão em torno da construção da nação” (BASILE, 2009, p. 67). Criticando o ex-imperador, essas peças buscavam enaltecer a liberdade, a independência, o Congresso Nacional e seus ilustres deputados patriotas, e o infante Imperador, que seria um governador genuinamente brasileiro (SAMPAIO, 2018, p. 70).

O sentimento antilusitano também exerceu a função de catalisador para o advento do Romantismo no teatro nacional. A rivalidade que havia entre os artistas brasileiros e os artistas portugueses aumentou de forma considerável após a renúncia de Dom Pedro I, levando os brasileiros – que se viam preteridos em papéis e financiamento diante dos portugueses – a fundar Companhia Dramática Nacional, a qual não permitia a presença de portugueses (PAIXÃO, 1936, p. 144.).

Este movimento levou os artistas brasileiros a importar as modas teatrais e culturais de Paris, com o claro objetivo de renovar as artes nacionais e se desvencilhar do modelo de dramaturgia português (GONÇALVES, 2017, p. 28.). Por mais que o Período Regencial tenha apresentado um retrocesso na quantidade de peças e de óperas apresentadas no Rio de Janeiro, entre os 203 títulos que foram encenados entre 1830-1835, é possível perceber como o sentimento nacionalista pautava o que era levado aos palcos (SAMPAIO, 2018, p. 27).

Outro ambiente teatral que contribuiu para a renovação das artes cênicas no Brasil foi o das companhias itinerantes, que montavam seus palcos nas praças em diversas épocas do ano, em especial durante as festividades civis e religiosas, como a festa do Divino Espírito Santo. Nestes palcos, as comédias de costumes<sup>5</sup> e as entremezes<sup>6</sup> apresentadas fugiam ao controle da censura governamental, podendo apresentar as mais diferentes críticas ao governo e aos políticos (ABREU, 1996, p. 49-50). Sendo o ingresso de valor acessível, a população em geral tinha a oportunidade de frequentar esse ambiente e, através dessas encenações, podiam perceber as mudanças socioculturais que ocorriam, mesmo que nesses textos e

---

<sup>5</sup> As comédias de costumes ou farsas são peças que tratam dos comportamentos humanos e dos contextos sociais de forma cômica. A sátira apresentada retrata assuntos privados como a vida amorosa e a busca pela ascensão social, partindo sempre dos códigos sociais ou da ausência deles. A atuação dos personagens se dá de forma pitoresca, empregando diálogos repletos de ironias e linguagem amoral (AGUIAR, 2003).

<sup>6</sup> Este estilo de encenação teve origem nas cortes da Idade Média, em que breves representações cênicas eram realizadas em momentos celebrativos como casamentos, banquetes e coroações. Na maioria das vezes, eram apresentações rudimentares, em que atores retratavam personagens míticos, dançarinos e guerreiros (BARATA, 1977).

encenações não houvesse inovação literária. Assim, a mensagem política que era passada acabava por dar ao teatro um novo lugar: o de crítico político e social (GONÇALVES, 2017, p. 166-167).

### **Conclusão**

O processo político que culminou na Independência do Brasil também influenciou os artistas, que buscaram uma independência cultural. Se não era possível fundar uma literatura genuinamente brasileira, diante das circunstâncias que se apresentavam, a negação do que era proveniente de Portugal levou os artistas e escritores brasileiros a se aproximarem dos franceses.

Diante das múltiplas reformas e mudanças por que passava o Brasil, a literatura e o teatro buscavam traduzir o novo momento, apresentando as diversas possibilidades de construção da nova Nação, valorizando o nacionalismo e o patriotismo e alimentando os valores do liberalismo. Mesmo que arraigado nas estruturas arcádicas, frutos da herança colonial, os temas que eram abordados e discutidos na Europa também passam a ser tratados pelos brasileiros.

Logo, é possível afirmar que, durante os anos de 1808 a 1836, a literatura brasileira passou por um processo de transição, o qual denominamos Pré-Romantismo. Este período caracteriza-se por obras que apresentam traços do Romantismo, como uma linguagem mais popular e oralizada, menor preocupação com a estrutura textual e defesa de um certo nacionalismo – dentro do projeto político de cada autor. Mas, também, há muito do arcadismo, como a preocupação com a estética e a recorrência de temas que remetem à cultura greco-romana.

Os principais nomes que contribuíram para este processo de transição literária emergiram do clero regular, em especial dos franciscanos e dos sacerdotes políticos que, envolvidos com a imprensa e influenciados pelos ideais liberais, se dispuseram a inovar em suas formas de escrever e abraçar a causa e a defesa da soberania nacional. Assim, este período intermediário, que renovou a forma de escrever e de pensar no Brasil, ainda tem muito o que ser investigado e discutido.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro: 1830-1900**. 1996. 242f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

- AGUIAR, Flávio. **Antologia de comédia de costumes**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2003.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Livraria Almedina, 1988.
- BARATA, José de Oliveira. **Entremez sobre o entremez**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1977.
- BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil imperial**, v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53 - 220.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.
- CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. 1. São Paulo, 1975, p. 267.
- CASADEI, Alberto; SANTAGATA, Marco. **Manuale di letteratura italiana medievale e moderna**. Roma: Editori Laterza, 2007.
- COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Vol. I a VI, 6ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- D'ANGELO, Paolo. **L'estetica del Romanticismo**: Lessico dell'estetica. Bologna, Itália: Mulino, 1997.
- GENGEMBRE, Gérard. **Le romantisme en France et en Europe**. Paris: Pocket Classiques, 2003.
- GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. **O teatro e o político: práticas sociais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1830-1850)**. 2017. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.
- GUERREIRO, Emanuel. O nascimento do Romantismo em Portugal. **Diadorim**, Rio de Janeiro, n. 17 vol. 1, p. 66-82, julho 2015.
- LOVEJOY, Arthur O. The Need to Distinguish Romanticisms. In: HALSTED, JOHN BURT (Org.). **Romanticism: Problems of Definition, Explanation, and Evaluation**. Boston: D. C. Heath, 1965.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MAINENTE, Renato Aurélio. **Reformar os costumes ou servir o público: visões sobre o teatro no Rio de Janeiro oitocentista**. 2016. 274f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2016.
- MARZANO, Andrea. A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro do século XIX. In: \_\_\_\_\_; MELO, Victor Andrade de (org.). **Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**". Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 97-123.
- MOREL, Marco. **As transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PACHECO, Alberto José Vieira. **Castratti e outros virtuosos: a prática vocal carioca sob a influência da Corte de D. João VI**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- PAIXÃO, Múcio. **O Theatro no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1936.
- SALIBA, Elias Thomé. **As Utopias Românticas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SAMPAIO, Josiane Nunes Machado. **A política invade a cena:** a vida teatral no Rio de Janeiro entre 1831-1848. 2018. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador:** Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da Literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira:** De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Paris, França: Aillaud, 1916.

WINDMÜLLER, Käthe. **O “Judeu” no Teatro Romântico Brasileiro:** uma revisão da tragédia de Gonçalves de Magalhães, Antonio José ou o Poeta e a Inquisição. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos da FFCLH/USP, 1984.

## **Aprimoramento da repressão à ociosidade no pós abolição (1888): uma questão irremediável**

*Improvement of the repression of idleness in the post-abolition (1888): an irremediable question*

Ingrid Stefanny Santos da Conceição<sup>1</sup>, UFAL

### **Resumo**

O presente artigo tem como foco, a análise do combate à ociosidade no Brasil após a abolição da escravidão (1888). Nessa conjuntura, havia a expectativa que os ex-escravizados provocariam um caos social, ao passo que, o processo de repressão ao que se denominou de vadiagem foi fomentado pela emergência do Projeto nº33/1888 de autoria do Ministro da Justiça, Ferreira Vianna. O trabalho instrumentalizou-se da Análise de Discurso como método para problematizar a apresentação do Projeto nº33/1888, concomitante à luz da teoria da Criminologia Crítica. Observou-se que o Projeto nº33/1888 possuía um viés de controle social e racial, visando integrar por meio do trabalho compulsório os ex-escravizados. O artigo, dentro de seus limites, busca trazer uma contribuição sobre o pós abolição e a marginalização social, salientando a negação de cidadania a determinados extratos sociais na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Pós abolição; Análise de Discurso; Vadiagem; Ociosidade.

### **Abstract**

This article is focused on the analysis of the fight against idleness in Brazil, after the abolition of slavery (1888). At this juncture, there was an expectation that the former enslaved would generate social chaos, while the process of repression of what was called vagrancy was fostered by the emergence of Project nº 33/1888, authored by the Minister of Justice, Ferreira Vianna. The work used Discourse Analysis as a method to problematize the presentation of Project nº33/1888, concomitantly in the light of the theory of Critical Criminology. It was observed that Project nº33/1888 had a bias of social and racial control, aiming to integrate the ex-enslaved through compulsory work. The article, within its limits, seeks to make a contribution on post-abolition and social marginalization, highlighting the denial of citizenship to certain social strata in Brazilian society.

**Keywords:** Post-abolition; Discourse Analysis; Loitering; Idleness.

### **Introdução**

A vadiagem é uma questão presente na história do Brasil, seja na simbologia que o termo carrega ou do ponto de vista legal, considerando a persistência do Decreto-Lei 3.688/41 na Lei de Contravenções Penais.<sup>2</sup> Dessa forma, Goetter (2012) salienta a importância que as

<sup>1</sup> Ingrid Stefanny Santos da Conceição é graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente é monitora de Estágio Supervisionado 1. Email: ingriddstefanny@gmail.com.

<sup>2</sup> BRASIL. Decreto-Lei 3.688/41. Dispõe sobre a Lei das Contravenções Penais, no qual a vadiagem está inserida. Fora apenas em 08 de agosto de 2012, através do Projeto de Lei 4.668/04 de autoria do então Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, que remove da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41) a punição para



representações a respeito dos “não-trabalhadores”, confeccionada ao longo de cinco séculos na sociedade brasileira retrata o quanto o ideal do trabalho é fundamental na preservação das estruturas desiguais, mantendo a hegemonia “dos que comandam o trabalho sem, necessariamente, trabalhar” (GOETTER, 2012, p. 101).

Vadios, vagabundos, indolentes e preguiçosos, são alguns dos adjetivos empregados àqueles que se encontram “fora” do mundo do trabalho. Representações construídas e reconstruídas continuamente como garantia de manutenção do ícone-trabalho. Representações que, também, sofreram mudanças na medida que novas relações de trabalho e novos trabalhadores foram necessários, e outros desnecessários, na reprodução das relações de poder que sustentam as bases material e simbólica para a opulência de poucos e a desclassificação social de muitos (GOETTER, 2012, p. 101).

Nosso recorte temporal está circunscrito ao ano de 1888, onde utilizamos como fonte os Anais da Câmara dos Deputados. Dessa forma, consideramos que no final do século XIX há uma redefinição do vadio, em que a ociosidade e a vadiagem convertem-se em sinônimos, tornando algumas condutas passíveis de correção através dos Termos de bem viver,<sup>3</sup> ou seja, “todos os trabalhadores em potencial que, em lugar de se empregarem na atividade produtiva, trabalhavam de maneira autônoma eram desocupados” (SOTO, 2000, p. 503 apud MARTINS, 2011, p. 162).

A década de 1880 apresenta essa especificidade na forma dos processos criminais, sempre se remetendo à ocupação em que se emprega o indivíduo. Portanto, é de suma importância para o poder essa questão relativa ao vínculo fixo à alguma forma de trabalho por parte dos indivíduos, para dessa forma serem mais bem vigiados (MARTINS, 2011, p. 162).

Ao se pensar a ociosidade como sinônimo de vadiagem é necessário ter como ponto de partida a centralidade do trabalho, em especial em um país que tivera durante séculos o trabalho cativo como principal meio de produção. Kowarick (2019) pontua que a ordem escravocrata, baseada na destruição de formas autônomas de subsistência, afetou as relações de trabalho de forma contundente dificultando a formação de um mercado de mão de obra livre no Brasil. Nessa perspectiva, o processo da abolição da escravatura traz à tona uma

---

vadiagem. O plenário da Câmara aprovou o projeto que revoga a pena de prisão para casos de vadiagem. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/381252-camara-aprova-fim-da-pena-de-prisao-para-vadiagem/> Acesso em: 20 jan. 2021.

<sup>3</sup> Os termos de bem viver foi um documento processual sustentado pelo Código Criminal de 1830, tal documento elencava as práticas cotidianas dos indivíduos marginalizados. Nesse sentido, o que se fazia era uma vigilância, seguida de segregação espacial, ao passo que rotulava esses sujeitos segundo categorias de delinquência, a partir de suas práticas socioculturais (MARTINS, 2011, p. 19-20). Nesse sentido, o trabalho utilizará ociosidade e vadiagem como sinônimos.

miríade de problemáticas que estarão presentes seja no imaginário social, bem como nos debates da Câmara dos Deputados em 1888.

Assim, é considerando os pontos supracitados que nos debruçaremos sobre o sentido do discurso de apresentação do Projeto nº33/1888 sobre a vadiagem, proferido pelo então Ministro da Justiça Ferreira Vianna, e acima de tudo pontuando o seu viés racial.

### **Contexto pré abolição**

No dia 03 de maio de 1888 fora presidida por Cruz Machado, a Sessão Imperial de abertura da 3º Sessão, da 20º Legislatura da Assembleia Geral. Nesse evento, os deputados e senadores foram nomeados para a deputação que receberia no Paço do Senado a Princesa imperial regente, Isabel e seu esposo Conde d'Eu. A Princesa Isabel falando em nome de seu pai, fizera um pronunciamento que abordava questões que iam desde a saúde do Imperador até temas relacionados ao ordenamento social (BRASIL, 1888). É sobre este último, no que tange a repressão à ociosidade, que nos debruçaremos. Atentemos a alguns trechos da conferência da regente:

Muito importa a segurança pública aperfeiçoar a nossa legislação repressiva da ociosidade, no intuito de promover pelo trabalho a educação moral (BRASIL, 1888, p. 11).

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente[...]com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários [...] Mediante providencias que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o credito agrícola e aviventem a indústria nacional, pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomará força e impulso e nos habitará a chegar mais rapidamente aos nossos auspiciosos destinos (BRASIL, 1888, p. 12).

Nota-se que a data da fala da Princesa Isabel é anterior à abolição da escravidão, porém a mesma já era um projeto irremediável. Tal fato, fez emergir uma miríade de preocupações com o reordenamento da dinâmica do trabalho mediante uma nova moral social imposta aos libertos. Portanto, há uma peculiaridade no caso brasileiro, onde havia uma corporificação de formas punitivas embasadas na estrutura socioeconômica capitalista e no trabalho livre, mas aplicadas a um país agrário escravagista (TEIXEIRA; SALLA; MARINHO, 2016).

### Aportes teóricos

Para um debate interdisciplinar em relação à tipificação penal da vadiagem, buscaremos um diálogo com a Criminologia, que “enquanto campo do saber, não possui uma unidade teórica ou metodológica” (ROORDA, 2016, p. 22). Entretanto, o fator que as unifica de acordo com Roorda (2016) é seu encadeamento entre as demandas da estrutura sociocriminal e as tecnologias de poder. Dessa forma, partiremos dos princípios da Criminologia Crítica onde a mesma “historiciza a realidade comportamental do desvio e ilumina a relação funcional ou disfuncional com as estruturas sociais, com o desenvolvimento das relações de produção e de destruição” (BARATTA, 2018, p. 160).

[...] a criminalidade não é uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a norma penalmente sancionadas (BARATTA, 2018, p. 161).

Nesse aspecto, nos voltamos para a questão do desvio como um ponto fundamental para a apreensão do que se denominou como vadio. Para isso, não podemos deixar de salientar a contribuição teórica de Howard Becker para essa temática. O sociólogo americano fora responsável pela concepção do comportamento desviante como comportamento rotulado. Ou seja, não é mais o desvio que determina o controle social, mas o controle social que determina o delito (ROORDA, 2016).

[...] os grupos sociais criam o desvio estabelecendo as normas cuja infração constitui o desvio, aplicando estas normas a determinadas pessoas[...] Deste ponto de vista, desvio não é uma qualidade do ato cometido pela pessoa, mas um consequência da aplicação de normas e de sanções a um “delinquente, por parte de outras pessoas. O desviante é uma pessoa à qual a rotulação foi aplicada com sucesso; o comportamento desviante é um comportamento rotulado como tal (BECKER, 1963, p. 9 apud BARATTA, 2018, p. 243).

O que Becker concerniu, influenciou os criminólogos de base crítica, no sentido que a criminologia sai do enfoque do criminoso ou crime para se inclinar aos “processos de reação social que constitui o próprio desvio, isto é, nos processos de criminalização primária (a elaboração de regras sociais) e secundária (a escolha dos desviantes)” (ROORDA, 2016, p. 25). Perrot (2017) pontua que o século XIX cria uma miríade de códigos e consequentemente, delinquentes, onde apreender a história econômica e social do direito e da jurisprudência, é o

que parece um primeiro eixo de reflexão. Nesse sentido, pensando especificamente no final século XIX, o qual está localizado a nossa discussão, é necessário compreendê-lo enquanto um período singular no que tange a delinquência e criminalização.

Segundo Martins (2011) é possível observar mudanças relevantes das formas punitivas no decorrer do século XIX, onde “a punição passa do suplício, que era a forma de punição do corpo, para uma espécie de punição da alma” (FOUCAULT, 2001, p. 18 apud MARTINS, 2011, p. 9). Ou seja, os autores concordam que no século XIX emerge formas sutis de dominação, configurando uma sociedade disciplinar. Entretanto, não há uma problematização se essa disciplina se volta a sujeitos específicos, em especial considerando que o Brasil fora um país escravocrata, e que tal processo influi significativamente na lógica de criminalização de determinados sujeitos e concomitantemente as suas condutas.

Nesse sentido, Davis (1998) sublinha que a genealogia estritamente foucaultiana não dá conta de explicar os fenômenos das sociedades que tiveram a escravidão como modo de produção, “o sistema escravocrata possuía suas próprias formas de punição, que permaneceram primariamente corporais e do tipo que antecedia o surgimento do encarceramento como punição” (DAVIS, 1998, p. 100). Para a autora, a apreensão de como o sistema punitivo absorve, firma e converte as estruturas e ideologias de racismo é um efeito da instituição escravidão, onde as especificidades históricas de sociedades escravocratas “pode servir de base para uma genealogia do encarceramento que se diferenciaria significativamente da genealogia de Foucault” (DAVIS, 1998, p. 98).

É absorvendo e buscando uma reflexão que leve em consideração as especificidades do caso brasileiro, podemos considerar que “mesmo que as formas de punição inerentes e associadas à escravidão tenham sido revogadas inteiramente pela abolição, o persistente status de cidadania de segunda classe para o qual os ex-escravos foram relegados teria um impacto implícito nas práticas punitivas” (DAVIS, 1998, p. 100). Assim, Davis nos dá algumas chaves de leitura para interpretarmos que o sistema punitivo vai além do viés disciplinar, ele é fundamentalmente racializado.

### **Medo e preconceito**

Carvalho (1987) pontua que, a crise dos ciclos econômicos, paralelo ao crescimento da população livre nos últimos anos do período escravocrata, fez com que a inclusão da mão de obra de ex-escravizados ocorresse de forma paulatina, desembocando em um contingente de desempregados nos centros urbanos. Nesse sentido, Vasconcelos e Oliveira (2016) coadunam

com Carvalho (1987) ao apontar que, a partir da abolição em 13 de maio de 1888, houve um crescimento vertiginoso de alguns centros urbanos, ocasionado pelo aumento do êxodo rural. Nessa conjuntura de mudanças drásticas, em que ocorreu a transformação do trabalho cativo para o trabalho livre e assalariado, os libertos se deparam com uma resistência à sua incorporação no mercado de trabalho (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2016).

A problemática supracitada, já existia anteriormente à libertação dos escravizados, considerando que os libertos/livres em diversos contextos, foram preteridos em relação à mão de obra estrangeira, pois supostamente os trabalhadores estrangeiros já chegariam ao Brasil com um fator fundamental: submetidos à disciplina do trabalho. Porém, é necessário “frisar que o assim chamado elemento nacional, após a Abolição, tendeu a ser absorvido pelo processo produtivo só em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa ou, até mesmo, nula” (KOWARICK, 2019, p. 98).

No Brasil, o fim da escravidão e as reconfigurações sociais no pós-abolição tiveram também contornos regionais específicos. A instituição praticamente se “dissolveu” no nordeste, terminando ali mais cedo do que no centro-sul. Um deslocamento maciço de escravos das regiões nordestinas, com destino principalmente ao sudeste, com base no tráfico interno, foi responsável por mudanças profundas nas duas regiões (RIOS; MATTOS, 2004, p. 174).

Dessa forma, Albuquerque (2009) pontua que, a secular relação escravista fundada no binômio senhor/escravo ao ser desmantelada impactou as políticas de sujeição, onde o desfecho do processo emancipatório brasileiro ressaltou a importância conferida à ideia de raça naquele contexto. Segunda a autora, após a aprovação da Lei Áurea, houve uma expectativa de caos entre os proprietários, pois estava se configurando também o abalo simbólico das antigas relações sociais, ou seja, uma desmoralização e perda da força moral dos antigos senhores.

Nesse sentido, Rios e Mattos (2004) salientam que, os ex-escravizados possuíam projetos para suas vidas, de modo que no pós abolição, buscaram possuir maior independência e as rédeas a respeito dos seus ritmos e formas de trabalho. Deste modo “a recusa ao trabalho e as revoltas contra o tratamento que lhes lembrasse a escravidão, dentre eles restrições à mobilidade espacial e os castigos físicos” (RIOS; MATTOS, 2004), se mostrava como uma forma de se impor aos desmandos que outrora lhes foram obrigados.

Levando em consideração o que fora supradito, pode-se delinear um contexto social no qual a criminalização de algumas condutas sociais foi imposta a um determinado segmento

da sociedade. Como demonstra a fala do deputado Bulhões Carvalho, na sessão de 7 de junho de 1888:

Era mais a ideia do governo, e não podia deixar de ser a de um governo conservador, reprimir a vagabundagem, localizando o serviço dos libertos [...].

Bem sei que, na parte relativa à repressão da vagabundagem, o governo teve de capitular diante dos adversários. Sabia que o partido liberal não o acompanharia senão na extinção imediata, incondicional. Ele o sabia e foi dito no Senado por um ilustre representante do Rio Grande do Sul [...]. Porque não apresenta as leis relativas à repressão da vadiagem? Porque sabe que nesse terreno não será acompanhado pelos adversários de cujo apoio precisa, assim como do apoio da imprensa que o nobre deputado pelo 20º distrito de Minas declarou que era republicana (BRASIL, 1888, p. 83).

Conforme aponta Albuquerque (2009), a perda de controle sobre a população pobre e racializada que não se mostrou disposta a obedecer, foi motivo para que os proprietários ante a inquietação dos negros, e não apenas dos recém libertos, fizessem os antigos senhores culpabilizarem os abolicionistas e a incompetência do aparato repressivo pela situação de instabilidade do país. Nesse sentido, Azevedo (1987) ao examinar o combate à vadiagem presente nos discursos das elites políticas e intelectuais do século XIX, constatou a associação da ociosidade, violência, desordem e imoralidade aos negros, enquanto construía concomitantemente a figura do cidadão ideal em detrimento dos denominados vadios.

Chalhoub (1983) ressalta que havia algumas noções a respeito dos libertos, os mesmos eram considerados despreparados para vida em sociedade em decorrência do seu antigo estado de escravizado, o que não lhes possibilitava a noção de respeito à propriedade, justiça e liberdade. Sobre essa perspectiva o autor pontua que:

A liberdade do cativo não significava para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furtar, roubar, etc. Os libertos traziam em si os vícios de seu estado anterior [...] Era necessário, portanto, evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso havia de se reprimir os seus vícios. Estes vícios seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade (CHALHOUB, 1983, p. 56).

Poucos dias após a controvérsia levantada por Bulhões Carvalho, onde o mesmo explanou sua revolta com a inépcia do governo em relação à coibição da vadiagem, fez a sua queixa como de tantos outros deputados e ex-proprietários de escravizados ecoar rapidamente. De acordo com Chalhoub (1983) o então Ministro da Justiça Ferreira Vianna, considerava que

uma das respostas do governo aos temores gerais de comprometimento da ordem era o projeto de repressão à ociosidade, pois havia um consenso de que a ordem estava ameaçada.

A perseguição e combate à ociosidade e a ode ao trabalho, emergente no final do Segundo Reinado e começo da Primeira República, atrelaram pobreza e vadiagem, ao passo que buscaram inserir os ex-escravizados e brancos pobres em uma concepção de trabalho engendrada pelas elites, as últimas consideravam fundamental para o Brasil, incorporar um ideal de “ordem” e “modernidade”. De tal modo, ganhou notoriedade projetos que aspiravam combater as “classes perigosas”, visando colocar o Brasil nos rumos do “progresso” (CHALHOUB, 2012).

Assim, em sessão no dia 20 de junho de 1888, o Ministro da Justiça, apresentou o Projeto n°33/1888. Perrot (2017) pondera que não existe fatos criminais essencialmente, mas sim, um julgamento criminal que os funda, designando concomitantemente seus objetos e seus atores, um discurso criminal que traduz as obsessões de uma sociedade. Observamos claramente essa pontuação da autora no contexto brasileiro no pós-abolição e, a função social que a repressão à ociosidade desempenha na sociedade brasileira no final do século XIX.

### **O discurso por trás do Projeto n°33/1888**

A sociologia jurídica aponta a existência de uma “relação entre mecanismos de ordenação do direito e da comunidade, e por outro lado, relação entre o direito e outros setores da ordem social” (BARATTA, 2018, p. 21). Nesse sentido, devemos nos debruçar sobre o Projeto n°33/1888 levando em consideração quem o escreve, no caso o então Ministro da Justiça Ferreira Vianna. O mesmo fora bacharel em Direito e deputado do Partido Conservador pelo estado do Rio de Janeiro (1869-1877; 1881-1889) (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005), tornando-se Ministro da Justiça em 1888. A contextualização supracitada é necessária considerando a linha metodológica escolhida, em que iremos nos voltar para o discurso de apresentação do Projeto n°33/1888, e não necessariamente sobre os artigos penais em si.

Conforme já citado, utilizaremos a Análise de Discurso como método. Dessa forma, Gregolin (2001) ressalta que é fundamental sublinhar o que entendemos por Análise de Discurso, pois existem inúmeros conceitos sobre a mesma. Adotaremos a análise semiótica do discurso, debruçando-se na expressão das significações, tratando de investigar e especificar como é possível chegar a significar algo (CARDOSO, 2012). Assim, iremos considerar o discurso como:

[...] um suporte abstrato que sustenta os vários Textos (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é o responsável pela concretização, em termos figuras e temas, das estruturas semio-narrativas. Através da Análise do Discurso, é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que diz?) (GREGOLIN, 2001, p. 17).

Cardoso (2012) pontua que os historiadores utilizam o diálogo com a linguística e a semiótica, pois o método histórico visto em sua expressão tradicional, que via a hermenêutica como passo primário de crítica interna dos testemunhos — buscando uma compreensão do texto como uma operação linguística — leva em consideração as especificidades da linguagem da época, hábitos culturais do período, o autor e contexto de uso das palavras no texto. Assim, utilizaremos a Análise de Discurso partindo dos seguintes preceitos:

[...] como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2009, p. 15).

Nesse sentido, empregaremos a orientação do linguista francês Greimas, que propõe uma análise a partir de um percurso gerativo de sentido. Para o autor, existe uma relação entre a significação e as ciências humanas, ressaltando que:

Para transformar o inventário dos comportamentos em antropologia e as séries de acontecimentos em História, não temos outro meio senão interrogar-nos acerca do sentido das atividades humanas e o da História. Parece-nos que o mundo humano se define essencialmente como o mundo da significação. Só pode ser 'humano' na medida em que significa algo (GREIMAS, 1966, p. 11).

A partir dos preceitos metodológicos citados que nortearam nosso trabalho, nos voltamos ao que interessa concretamente, o discurso por trás do Projeto nº33/1888 proferido por Ferreira Vianna. Alguns trechos de análise:

**Ferreira Vianna:** Sr. Presidente, a ineficácia demonstrada pela experiência na repressão que a lei impõe aos que incorrem na penalidade dos arts. 295 e 296 do Código Penal, é sentido desde muito e meus ilustres antecessores, sem discrepância, reclamaram providências no sentido de assegurar melhor a instituição dos termos de bem viver, que a nossa legislação imitou da



inglesa. Não é de hoje, Sr. Presidente, que reconheço a necessidade urgente de reprimir, principalmente nos centros populosos, a ociosidade... [...]

**João Penido:** Mãe de todos os vícios. (BRASIL, 1888, p. 309).

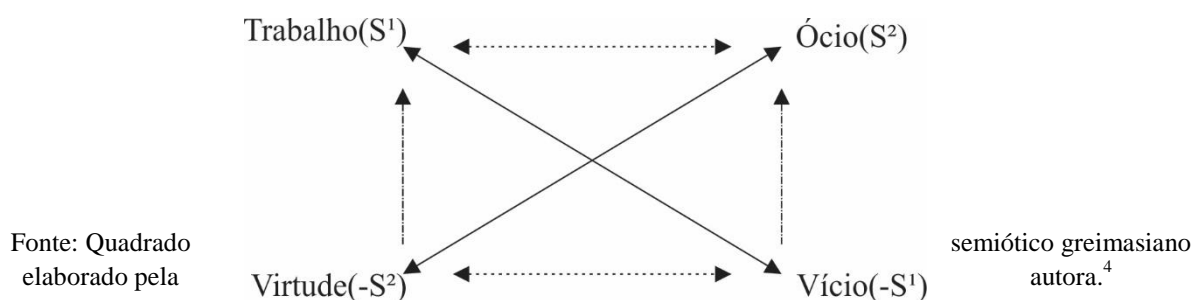
**Ferreira Vianna:** ... fonte de todos os vícios, como acertadamente lembra o nobre deputado por Minas Gerais. [...] Ora V. ex.<sup>a</sup>., como a Câmara, concordará que punir o ocioso, o que por indústria vaga nas ruas e mendiga, apesar de sua validade, com a pena de prisão simples, é promover o que se tem em vista reprimir, porque no país não existem as casas de trabalho, em que devam os condenados infratores dos termos de bem viver cumprir a pena. Nesta deficiência convertem-na em prisão simples. Não conheço ociosidade mais condenável do que a prisão simples. [...] há necessidade indeclinável de tornar exequível a pena nós estabelecimentos de trabalho, que o projeto, que tenho a hora de oferecer a Câmara, prefere ser o de agricultura. Nele prevalecem as ideias mais conformes com as instituições (ilegível) em todo mundo; procurei apenas acabar com o caráter de opressão e vexame para lhe dar maior correção e disciplina. [...] o vadio, o mendigo e toda está espécie de ociosos não são propriamente criminosos, nem o legislador como tal os pode julgar: são ameaças de crimes e delitos, urgidos pela necessidade, adversos e estranhos ao trabalho.[...] A polícia não pode prescindir de tomar sobre eles medidas sem severidade, mas eficazes; para este serviço concebi o projeto e adoptei um princípio na aplicação da penalidade, que se conforma com o espírito moderno, ou pelo menos, com o meu espírito, que é antes de amor que de temor. A pena, neste caso, é simplesmente disciplinar[...] (BRASIL, 1888, p. 309-310).

Como já fora ressaltado, partiremos da semiótica greimasiana, através do quadro semiótico, o mesmo constitui-se:

[...] em apresentação gráfica, visual, da articulação de uma categoria semântica, isto é, de um elemento de significação achado no discurso dado, do qual é a estrutura profunda, o núcleo do sentido. O ponto de partida do quadrado semiótico são dois termos geradores, S<sup>1</sup> e S<sup>2</sup>, que apresentam entre si uma relação de contrariedade [...]. A seguir, com base em cada termo gerador dedica-se o seu oposto, ou seja, o termo com que se mantém uma relação de contrariedade: surge assim -S<sup>1</sup> e -S<sup>2</sup>, com os quais, pondo-os cada um em diagonal relativamente ao seu oposto, surge o quadrado semiótico. Se os termos geradores são chamados de contrários, seus opostos serão subcontrários. S<sup>1</sup> e S<sup>2</sup> são contrários porque, no interior do texto examinando, a negação de um implica a afirmação do outro (ou, no mínimo, pode implicá-la) e vice versa. Assim, -S<sup>2</sup> implica em S<sup>1</sup> e -S<sup>1</sup> implica em -S<sup>2</sup>. Entre outras palavras: existe uma relação de complementariedade entre -S<sup>2</sup> e S<sup>1</sup> ou entre -S<sup>1</sup> e S<sup>2</sup> (CARDOSO, 1997, p. 110).

Nesse sentido, Gregolin (2001) pondera que o primeiro passo de geração de sentido se dá a partir da diferença/oposição entre dois termos dentro do âmbito semântico, onde “o texto é fundado sobre relações orientadas, primeira condição para a narratividade” (GREGOLIN, 2001, p. 15). Trata-se do nível fundamental ou profundo que corresponde ao mínimo de sentido sobre o qual o texto é construído. Na fala de Ferreira Vianna, temos a oposição central do texto: ócio *versus* trabalho.

Figura 1- Quadrado Semiótico



Dessa forma, Cardoso aponta (1997) que ao formalizar o quadrado semiótico acima, podemos perscrutar sua nomenclatura, onde:

- ↔ representa uma relação de contradição
- ↔ representa uma relação de contrariedade recíproca
- ⋯→ representa uma relação de complementariedade
- S<sup>1</sup> — S<sup>2</sup>: eixo dos contrários
- S<sup>2</sup> — -S<sup>1</sup>: eixo dos subcontrários
- S<sup>1</sup> — -S<sup>1</sup>: esquema positivo
- S<sup>2</sup> — -S<sup>2</sup>: esquema negativo
- S<sup>1</sup> — -S<sup>2</sup>: dêixis positiva
- S<sup>2</sup> — -S<sup>1</sup>: dêixis negativa<sup>5</sup>

Gregolin (2001) ressalta que o princípio da narratividade é a transformação, e o encadeamento desses valores produz a sucessividade do texto. Tais valores fundamentais podem ser eufóricos (positivos) e disfóricos (negativos). Assim, a oposição ócio/trabalho é chamada de tímida, é a mesma que irá nortear a linha argumentativa do texto. No discurso proferido pelo então ministro Ferreira Vianna, temos a valoração negativa do ócio, associado à criminalidade e degeneração, em oposição ao trabalho encarado como virtude.

O segundo nível é o narrativo, é no mesmo que emergem os sujeitos, esse são divididos em dois: sujeitos de fazer e sujeitos de ser ou estar, ambos envolvidos em ações ou estados, constituindo-se em fases, onde no programa narrativo define-se como um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado que íntegra, estados e transformações. Nesse

<sup>4</sup> Baseado no quadrado semiótico disponível na obra *Narrativa, Sentido, História* (CARDOSO, 1997, p. 111).

<sup>5</sup> O positivo e o negativo são em tal nomenclatura, apenas convenções espaciais, não implicando em uma valoração (CARDOSO, 1997, p. 111).

sentido, Greimas (1966) pondera a respeito das relações de conjunção (quando o sujeito tem uma relação de apropriação com seu objeto) e relação disjuntiva (quando o sujeito tem uma relação de privação com seu objeto).

Gregolin (2001) sublinha que, o segundo nível do percurso gerativo de sentido, constitui-se de fases: *a) manipulação; b) competência; c) performance; d) sanção*. Nesse sentido, Cardoso (1997) ressalta que se utiliza valores modais, onde modalidade “é aquele que modifica o predicado de uma frase. Do ponto de vista semiótico, chamar-se-á de modalidade a produção de um enunciado de valor modal, ou seja, um enunciado que sobredetermina ou rege outro enunciado, chamado de descritivo” (CARDOSO, 1997, p. 121).

Nesse sentido temos os valores modais: *a) poder (posso ter aquele objeto ou não posso ter); b) querer (quero aquele objeto ou não quero); c) dever (devo ter aquele objeto ou não devo); d) saber (devo saber aquele objeto ou não saber)*. Assim, atentemos a função abaixo:

$$PN = F[S1 T(S2 \rightarrow OV)] \quad (1)$$

F= função

T= transformação → por meio da repressão

S1= sujeito de fazer → Ministro Ferreira Vianna

S2= sujeito de estado → “vadio”

->= conjunção

OV= objeto de valor → trabalho

No discurso analisado temos: Sujeito de fazer (Ferreira Vianna) → Ação (repressão à ociosidade) → Sujeito de estado (vadio) → Valor Modal (não querer trabalhar) → Valor (trabalho).

Assim, vemos a fases ditadas por Gregolin (2001), onde o destinador {Ferreira Vianna} propõe aos deputados a se debruçarem e aperfeiçoar o seu projeto, partindo do pressuposto que os “vadios” necessitam adquirir competência a realizar a ação de trabalhar, onde a performance dos ociosos ao trabalharem alteram o seu estado, onde posteriormente ao realizar a ação, os sujeitos são recompensados (sansão positiva) ou punidos (sansão negativa). No caso em questão os sujeitos podem sofrer uma sansão positiva, deixando de serem possíveis criminosos ou uma sansão negativa, com uma pena.

Consideramos que todo texto se torna único ao passo que o mesmo é discursivizado, ou seja, a existência de uma estrutura discursiva. É no nível discursivo que surgem os “truques” da enunciação, nesse último existe um sujeito enunciador (que fala) e faz escolhas de termos, palavras, narrativas, para chegar ao efeito de sentido desejado. Para construir essa manipulação da enunciação o sujeito enunciador se apossa de três categorias: tempo, espaço e pessoa, “contando a história a partir de um determinado ponto de vista” (GREGOLIN, 2001, p. 16).

No discurso de apresentação do Projeto nº33/1888 observamos que: a) O enunciador na sua sintaxe discursiva, utiliza-se da primeira pessoa, buscando um efeito de sentido de pessoalidade, de esforço pessoal na busca do aperfeiçoamento da repressão à ociosidade: “para este serviço convênio o projeto e adotei um princípio na aplicação da penalidade, que se conforma com e espírito moderno, ou pelo menos, com meu espírito, que é antes de amor que de temor (BRASIL, 1888, p. 310); b) A espacialização do discurso aparece quando Ferreira Vianna fala que “Não é de hoje, Sr. Presidente, que reconheço a necessidade urgente de reprimir, principalmente nos centros populosos, a ociosidade [...]”. Ou seja, há um espaço em especial necessitando de uma maior coibição à ociosidade, as grandes cidades (BRASIL, 1888, p. 309,); c) “[...] A ineficácia demonstrada pela experiência na repressão que a lei impõe aos que incorrem na penalidade dos arts. 295 e 296 do Código Penal, é sentida desde muito e meus antecessores, sem discrepância, reclamaram [...] Não é de hoje, Sr. Presidente, que reconheço a necessidade urgente de reprimir [...]. Aqui observamos uma dupla temporalização, onde ressaltado que os problemas são anteriores ao ministério Ferreira Vianna, concomitantemente é apontado a necessidade de modificá-la o mais rápido possível (BRASIL, 1888, p. 309).

Fiorin (2012) ressalta que “no que tange à análise das condicionantes históricas que incidem sobre o discurso, criticou-se muito o fosso metodológico que se estabelece entre análise linguística e o estudo das circunstâncias históricas em que surge um dado discurso” (FIORIN, 2012, p. 178). Nesse sentido, “o saber sócio-cultural comum, que garante aos parceiros da comunicação uma interpretação suficientemente isotópica do contexto extralinguístico, no interior do qual a comunicação tem lugar e ganha sentido” (GREIMAS; COURTINE, 1986, p. 119 apud FIORIN, 2012, p. 178). Portanto, o texto possui as marcas do período em que fora proferido, possuindo em seu interior uma carga ideológica que o orienta.

O sentido é uma relação determinada do sujeito—afetado pela língua—com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com

língua, com a história, com os sentidos. Está é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2009, p. 47).

Ao analisar o discurso do então ministro Ferreira Vianna, observamos que o mesmo está inserido dentro de um determinado contexto sócio histórico, ou seja, o pós abolição. Nesse universo de mudanças sociais significativas, alguns pressupostos já existentes na sociedade brasileira emergem de forma significativa, a exemplo do temor em torno dos libertos. Para além do que está superficial, no discurso que consiste na necessidade de reprimir à ociosidade, é fundamental observar o não dito. Tais silêncios são norteados pela ideologia que permeia a sociedade em que o discurso se insere, concomitantemente notamos a hegemonia desses preceitos mediante os sujeitos que possuem determinado status social.

[...] a linguagem é uma prática; não no sentido de efetuar atos, mas porque prática sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica. O sentido é história. O sujeito do curso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas, diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discurso, onde a ideologia torna possível a relação entre pensamento, a linguagem e o mundo. Ou em outras palavras, reúne sujeito e sentido. Desse modo o sujeito constitui o mundo que significa. Pela ideologia (ORLANDI, 2009, p. 96).

Assim notamos que, apesar do discurso do Ministro Ferreira Vianna alegar uma suposta modernidade no seu projeto, as bases que impulsionaram a sua elaboração foram oriundas das discussões que ocorreram na Câmara dos Deputados, onde os seus membros fizeram uma interpretação da obra do francês Frégier e o “conceito de classes perigosas” que o mesmo ajudou a consolidar<sup>6</sup>. Chalhoub (1996) pontua que tal noção empregada a realidade brasileira de forma no mínimo peculiar, desembocou em uma desconfiança generalizada sobre os sujeitos pobres e em especial às pessoas racializadas.

A linguagem, os costumes e os valores arraigados não costumam andar em sintonia com a legislação. Às vezes, andam na frente. Em outras, seguem atrás. Em paralelo com a libertação dos escravos, andou mesmo foi a

---

<sup>6</sup> Zaffaroni salienta que a obra “Des Classes Dangereuses de la population dans les grandes Villes et des moyens e les rendre meilleurs”, pontua que o trabalho possui um discurso pré positivista, entretanto ressalta que, Frégie, chefe de polícia francês, publicou o aludido texto em 1840, o mesmo é um documento singular. Entretanto é um escrito pouco conhecido, porém foi utilizado como base teórica durante os debates parlamentares em 1888, no último ano do regime imperial (ZAFFARONI, 2005, p. 144).

demanda dos ex-proprietários por leis para obrigar os novos homens livres a lhes servir pacificamente e pelo menor preço (SILVA, 2018, p. 24).

A teoria da Criminologia Crítica associada à Análise de Discurso, nos dá algumas pistas a respeito do pronunciamento de Ferreira Vianna, pois ao passo que o Ministro pontua que o seu “espírito, que é antes de amor que de temor. A pena, neste caso, é simplesmente disciplinar[...]” (BRASIL, 1888), notamos que a partir do fim da escravidão, a pena para coibir a ociosidade e a conduta desviante do “vadio”, passou por um recrudescimento. Se antes o Art. 295<sup>7</sup>, definia como pena a prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias, o Projeto nº33/1888 propunha no Art. 3<sup>8</sup>, o trabalho obrigatório nos estabelecimentos correccionais por um ano no máximo e três meses no mínimo, no que tange os reincidentes a pena aumentava de três anos no máximo e um ano no mínimo.

Como Davis (1998) aponta, os libertos na medida que foram depostos da sua condição de escravizados passaram a receber a alcunha de criminosos em potencial. Assim compreendemos que, “o sistema de justiça criminal desempenhou um papel significativo na construção do novo status social dos ex-escravos como seres humanos cuja cidadania era reconhecida para ser negada” (DAVIS, 1998, p. 102).

### **Considerações finais**

O presente trabalho, buscou dentro das suas limitações, analisar de forma sistemática o discurso proferido pelo Ministério da Justiça, Ferreira Vianna em 1888, no contexto de pós abolição da escravatura. Nesse sentido, empregamos a Análise de Discurso como metodologia, o que nos levou a apreensão que Ferreira Vianna tinha um discurso alinhado com a ideologia dominante da época, que consistia em reprimir os libertos, com um projeto que se voltava para a inserção dos mesmos na agricultura, ou seja, a manutenção das bases sociais girando em torno do latifúndio.

Nessa perspectiva, observa-se que a abolição da escravidão não fora concomitante ao princípio de emancipação dos libertos, os últimos ficariam subordinados a leis que lhes infligiam o trabalho compulsório. É fundamental nos atentarmos para a alteração das relações sociais de produção que a sociedade brasileira passava, onde os princípios de acumulação de terras, exploração da mão de obra negra, e a recusa em encarar o ex-escravizado como sujeito

---

<sup>7</sup> BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)> Acesso em: 5 jan. 2022

<sup>8</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/29904> . Acesso em: 20 jan. 2021.

de si, em si e para si, a nenhum momento foi alterado. Apesar da significativa mudança social com o fim da escravidão, as concepções sobre os negros continuavam as mesmas no imaginário da sociedade, se revertendo em leis de repressão a determinados corpos passíveis de pena.

Em linhas gerais, o que se fez mais consistente ao longo da pesquisa, foi a noção de que o pós abolição se caracterizou como um momento de incertezas sociais, em que os detentores do poder econômico ditaram as regras a serem seguidas, na qual a tutela mediante a obrigação do trabalho, demonstra que a abolição brasileira e a forma como o negro foi inserido na sociedade de classes no Brasil, está intrínseco à negação de cidadania, onde a rapidez com que surgiu o Projeto nº33/1888, não referia-se apenas ao viés disciplinar, o mesmo estava ligado a uma noção racializada da punição, envolto no recrudescimento penal como resposta aos anseios da elite imperial, ou seja, o projeto como uma caricatura da sociedade da qual emerge.

### Fontes

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888). Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2/browse?value=Brasil.+Congresso+Nacional.+C%C3%A2mara+dos+Deputados%2C+1888&type=subject>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos Privados. Antônio Ferreira Viana. In: \_\_\_\_\_. Inventário das coleções. Rio de Janeiro, 2005, p. 45-48. dig. (AN/SCO/SDP 064, v. 1) - Não impressos. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/antonio-ferreira-viana> . Acesso em: 03 mar. 2022.

### Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e Crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução: Juarez Santos. 6. ed. Rio de Janeiro. Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2018.

CHALHOUB, Sidney. Vadios e Barões no Ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos deputados em 1888. **Estudos Ibero-Americanos**. v. 9, n. 1, 2, 31 dez. 1983. p. 53-68. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36351>> Acesso em: 12 mai. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas: 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-241.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, Sentido, História**. Campinas: Papyrus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DAVIS, Angela Yvonne. Racialized punishment and prison abolition. In: JAMES, J. (ed.). **The Angela Y. Davis Reader**. Tradução: Amós Caldeira. Malden: Blackwell Publishers, 1998. p. 97-106. Disponível em: < <https://traducoesaboliconistas.com/2022/01/18/punicao-racializada-e-abolicao-prisonal/>> Acesso em: 20 fev.2022.

FIORIN, José Luiz. Tendências da análise do discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: v. 19, 2012. p. 173-179. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636834>. Acesso em: 26 set. 2021.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**. São Paulo: v. 39, 2001. p. 13-21. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em: 26 set. 2021.

GREIMAS, Algirdas Julius. **Semântica Estrutural: pesquisa de método**. 2. ed. São Paulo: Eultrix, 1966.

GOETTERT, Jones Dari. Aos "vadios", o trabalho: considerações e torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. **Formação (Online)**. [S.l.], v. 2, n. 9, jan. 2012. p. 251-286 ISSN 2178-7298. Disponível em: <<https://revista2.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1018>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MARTINS, Eduardo. **A invenção da vadiagem: os termos de bem viver e sociedade disciplinar no Império do Brasil**. Curitiba: CRV, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise e Discurso: princípios e procedimento**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004. p. 170-198. Disponível em: <<http://revistatopoi.org/site/topoi8/>>. Acesso em: 03 set. 2022.

ROORDA, João Guilherme Leal. Criminologia, Direito Penal e História: possibilidades de entrecruzamentos à luz do controle social da vadiagem no início do século XX. **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal**. [S.l.], v. 4, n. 1, jul. 2016. ISSN 2358-



1956. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/redppc/article/view/65754>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

TEIXEIRA, Alessandro; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha Marinho. Vadiagem e prisões correccionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República. **Estudos Históricos**. v. 29. n. 58, 2016. p. 381-400. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/NDxbXBDZnKc5kDrZmfk5Pbm/abstract/?lang=pt#>> . Acesso em: 06 mai. 2021.

VASCONCELOS, Marcos Estevam; OLIVEIRA, Mateus Fernandes de. O combate à ociosidade e a marginalização dos libertos no pós-emancipação. **CES Revista**. [S.l.], v. 25, n. 1, abr. 2016. p. 147-157. Disponível em: <<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cesRevista/article/view/645>> Acesso em: 19 mai. 2022.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Las “classes peligrosas”: el fracaso de um discurso policial prepositivista. **Revista Sequência**. n. 51, dez. 2005. p. 141-168, Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15174>> Acesso em: 20 jan. 2021.

**As representações do colono em Erechim em *Gatos à Paisana* (1962) de Gladstone  
Osório Mársico**

*The representations of the colonist in Erechim in Undercover Cats (1962) by Gladstone  
Osório Mársico*

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues,<sup>1</sup> UPF

**Resumo**

O artigo analisa as representações do colono no romance, *Gatos à Paisana* do escritor erechinense Gladstone Osório Mársico (1927-1976). A proposta é analisar as representações da colônia e dos colonos de um município do interior do Rio Grande do Sul em meados do século XX, a partir de *Gatos à Paisana* publicada em 1962, nela contém reflexões sobre o período (1900-1962), em Erechim, na narrativa nomeado ficticiamente como Boa Vista. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, fonte oral e utiliza para a análise o conceito de representações de Roger Chartier.

**Palavras-chave:** Representações; Colono; *Gatos à Paisana*; Gladstone Osório Mársico.

**Abstract**

The article analyzes the representations of the colonist in the novel, *Undercover cats* by Gladstone Osório Mársico (1927-1976), the proposal analyzes the representations of the colony and the colonists of a municipality in the interior of Rio Grande do Sul in the mid-twentieth century, from *Undercover cats* published in 1962, it contains knowledge about the period (1900-1962), in Erechim, in the narrative fictitiously named as Boa Vista. The study, in theoretical and methodological terms, dialogues with Cultural History and is situated on the border between Literature and History. The Roger Chartier of Bibliographic Literature Sources, Oral Source and Includes for the Analysis Representation Design Concept.

**Keywords:** Representations; Colonist; *Undercover Cats*; Gladstone Osório Mársico.

**Introdução**

Gladstone Osório Mársico 1927-1976, nascido em Viadutos/RS, ex-distrito de Erechim/RS desempenhou diversas funções durante sua vida. Foi advogado da *Jewish Colonization Association*<sup>2</sup>, ocupou cargo de vereador municipal pelo Partido Trabalhista

---

<sup>1</sup> Licenciada em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2012). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2019). Tem estudo focado na análise de representações na Literatura pós-moderna, estudos entre Literatura e História. Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Pós-Graduação em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa (2021) pela Dom Alberto. Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo, orientada pela Prof. Dra Gizele Zanotto bolsista FUPF(2020-2024).

<sup>2</sup> A *Jewish Colonization Association*, ICA, ou JCA, foi criada em 11 de setembro de 1891 por *Moritz Hirsch*. Com o propósito de facilitar a emigração em massa de judeus da Rússia e outros países do Leste Europeu. A JCA estabeleceu diversas colônias na Argentina. No Brasil, no Rio Grande do Sul estabeleceram em Santa Maria, a colônia *Philippson*, e outra colônia no município de Quatro Irmãos, no ex-distrito de Erechim.

Brasileiro no período de 1956-1959 e foi diretor do projeto de instalação de uma Companhia Telefônica Municipal por volta de 1959-1963. Publicou cinco obras literárias satíricas intituladas, *Minha morte e outras vidas* (1958), *Gatos à Paisana* (1962), *Cogumelos de Outono* (1972), *Cágada (ou uma cidade a passo de)* (1974), e em (1994) *post mortem* foi publicada a obra *Furúnculo*, conforme Rodrigues (2019). A sua obra de maior destaque nacional é o romance *Cogumelos de Outono*, sendo que o crítico literário Temístocles Linhares, em sua obra *História Crítica do Romance Brasileiro* (1987, s/p), considerou *Cogumelos de Outono* “o maior romance satírico jamais escrito entre nós”. Em outra crítica, publicada na revista *Veja*, sessão de Literatura, sob o título, *À espera do Führer*, considerou Gladstone Osório Mársico o “melhor talento satírico da nova literatura brasileira” (VEJA, 1972, p. 88).

Porém, para este artigo, optou-se em analisar *Gatos à Paisana* (1962), publicado pela Editora Sulina. Além disso, Mársico tornou-se o escritor homenageado no evento da Feira do Livro, realizada durante a Semana do Município-Biênio da Colonização e Imigração, no 56º aniversário de Erechim/RS, em abril de 1962. A proposta é justificada pela representação marginal e única da história local que Gladstone O. Mársico fez, quando representou satiricamente o colono erechinense, especificamente em *Gatos à Paisana*. Antes mesmo da chegada nas livrarias de *Gatos à Paisana*, houve divulgação pré-lançamento, no jornal *A Voz Da Serra* de 26 de outubro de 1961, na reportagem intitulada “*Gatos à Paisana*, Pronto para lançamento o novo livro de Gladstone Osório Mársico”, na qual o entrevistado Mársico exibiu uma cópia do seu escrito para Geder Carraro, proprietário deste mesmo jornal, cuja reportagem, salientava que:

O livro agradará indubitavelmente, em primeiro lugar ao povo de Erechim, que vai encontrar nele retratada e com realismo a vida de sua cidade e de alguns de seus habitantes (A VOZ DA SERRA, 1961, capa).

A proposta de análise das representações sobre a colônia e os colonos de um município do interior do Rio Grande do Sul em meados do século XX, a partir da obra *Gatos à Paisana* publicado em 1962, traz reflexões sobre o período imediatamente anterior (1900-1960), em Erechim, na narrativa nomeada ficticiamente como “Boa Vista”. O conceito norteador de representações segue a linha do historiador francês, Roger Chartier que traz as acepções correspondentes na qual:

A representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma

presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é (CHARTIER, 1991, p. 184).

Dessa forma, Chartier (1991) concebe a representação como um instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constroem significados no corpo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social. Pode-se dizer que Mársico compõe a sua literatura com a representação de seu olhar não somente de espectador, mas de participante da coletividade urbana e rural de Erechim, e sua literatura se sobressai a verossimilhança, que segundo Ferreira (2010, p. 2):

O verossímil não é mais, portanto, que uma analogia do verdadeiro, e por isso pode-se dizer que a ficção é a capacidade de um fazer crer, mercê do qual o artifício é tomado como um testemunho autêntico sobre a realidade e a vida. Ou seja, a arte da ficção manifesta-se como arte da ilusão.

O enredo ficcional apresenta analogias a uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, chamada de Boa Vista, cidade de Erechim-RS, visto que historicamente Boa Vista era um dos primeiros nomes para a cidade de Erechim, o tempo da narrativa articula fatos das do início da colonização do século XX e se estende até a década de 1960.

A primeira edição do romance *Gatos à Paisana* foi publicada pela Editora Sulina, e posteriormente republicada em 1982, pela Editora Movimento. Na Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico, no Arquivo Pessoal do autor é possível ter acesso ao primitivo alfarrábio, mas para esta análise será utilizada a primeira edição de 1962. O romance contém 162 páginas, dividido em 31 pequenos capítulos, e possui um narrador em primeira pessoa classificado como onisciente. No desenrolar da narrativa, Mársico se coloca na posição de um advogado de cidade de interior, e inclui as personagens; meu Sócio, a esposa de Gladstone, um Prefeito, um Escrivão, um Juiz, com suas respectivas esposas, e um Padre. Já nas primeiras páginas retrata a política local através da personagem caricatural do Vice-Prefeito e da sua própria inexitosa candidatura a Vice-Prefeito, e segue a narração sobre a formação de uma comissão responsável para resolver os problemas do acesso à comunicação, por meio da criação da Companhia Telefônica. Boa Vista é isolada dos grandes centros e, além disso, tornara-se intransitável nos dias de chuva, devido à falta de pavimentação. Mársico apresenta aspectos minuciosos das personagens que participam desta comissão que viaja de avião, com despesas custeadas pelas empresas candidatas à licitação.

Percorrem por Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, para visitar as empresas interessadas em prestar o serviço da instalação de telefonia e depois ao retornarem à Erechim, descobrem que perderam tempo, e que a empresa que faria a instalação já havia sido decidida pelo Meu sócio, uma personagem do âmbito político misterioso.

Quanto a definição de colono, encontra-se respaldo na historiografia, no artigo intitulado *As contradições da liberdade: Análise de representações sobre a identidade camponesa*, de autoria da historiadora Giralda Seyferth (1992, p. 3), ao afirmar que, para

[...] identificar o pequeno proprietário rural. Ele é chamado *Kolonist* (colono), termo cuja gênese remonta ao início da colonização, no século XIX [...]. Ou seja, os imigrantes e seus descendentes adotaram como definidora da sua identidade social uma categoria classificatória que lhes foi atribuída pela administração colonial: para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização. Trata-se, portanto, de uma categoria administrativa, reflexo da política de colonização, apropriada pelos imigrantes e usada até hoje como identidade básica mais geral dos agricultores de origem europeia, sendo dela excluídos aqueles chamados de caboclos ou brasileiros. Concretamente, colono é a categoria designativa do camponês, mesmo quando este possui outra ocupação além da agricultura, e sua marca registrada é a posse de uma colônia (mesmo reduzida em tamanho) - a pequena propriedade familiar.

Seyferth (1992, p. 4) complementa:

A maior parte daqueles que se identificam como colonos formam a terceira, quarta ou quinta geração de descendentes de imigrantes alemães e italianos que povoaram a região a partir de 1860. A questão do pioneirismo emerge nos discursos com forte conotação étnica, mas o que interessa em primeiro lugar, na elaboração da identidade genérica, diz respeito à própria constituição da sociedade colonial.

A historiadora traz a identificação de quem são estes agentes denominados de colonos, as maiorias pertencem às gerações posteriores das primeiras levas de grupos de imigrantes, que chegaram inicialmente nas colônias da região serrana no final do século XIX, que passavam pelo período de escassez de terras, e que no início do século XX, em busca de terra, se dirigiram na região de Erechim, como também, das gerações da minoria de imigrantes que por intermédio de companhias colonizadoras no Alto Uruguai, como a Empresa Colonizadora *Luce, Rosa & Cia Ltda*, e a *Jewish Colonization Association*, nas quais, os colonos compravam suas terras. O texto segue com a análise da representação do colono em *Gatos à paisana* e sem delongas uma breve consideração final.

**A representação do colono em Erechim em *Gatos à Paisana* (1962)**

Erechim é um município do estado do Rio Grande do Sul, localizado na região do Alto Uruguai, próximo a 70 km com a divisa com o estado de Santa Catarina. Emancipado em 30 de abril de 1918, recebeu o nome de Erechim, termo de origem caingangue que significa campo pequeno. Anteriormente teve outras denominações, como Paiol Grande, Boa Vista, Boa Vista de Erechim e José Bonifácio, Erechim, mas hoje prevalece a nomenclatura de Erechim.

O cientista social erechinense Enori Chiaparini (1998), salienta que a região foi inicialmente habitada por indígenas *caingangs* há pelo menos três séculos. Até 1910, a região do Alto Uruguai servia de refúgio de ex-combatentes da Revolução Farroupilha 1835-1845 e da Revolução Federalista 1893-1895, somada à presença de posseiros, que exploravam a erva-mate. A partir de 1890, Júlio de Castilhos<sup>3</sup> dirigiu o Estado do Rio Grande do Sul num projeto Positivista de imigração e colonização, onde criou o órgão público da Comissão de Terras, ligado à Secretaria de Agricultura, responsável por assentar os imigrantes e torná-los em agricultores. Dessa maneira, com a vinda de colonos (i) migrantes para o Alto Uruguai ocorreu a expropriação e expulsão dos indígenas e dos caboclos<sup>4</sup> de suas terras, por meio da dominação das companhias colonizadoras. No que se refere a situação do indígena nos tempos da colonização do Alto Uruguai, no final do século XIX, Sponchiado, afirma que:

A preocupação em criar aldeamentos inicia quando se dão os primeiros contatos violentos deste povo com a população branca. Os índios que se encontravam “encantonados” na região Norte do Estado aos poucos foram tendo maiores encontros com os colonizadores que penetravam em suas terras pela abertura de estradas e pela invasão de povoadores que se dedicavam a pecuária e a extração de erva-mate [...], quando em 1845, Pe. Antonio de Almeida Leite Penteadado escreve ao Presidente Provincial conde de Caxias, sugerindo a catequização e aldeamento dos índios da região de Passo Fundo. A criação do primeiro aldeamento deve-se à iniciativa do Presidente Manoel Antonio Galvão. Este lançou mão à legislação imperial sobre o índio, que estabelecia um Diretor Geral dos índios para cada Província e um diretor especial para cada aldeia (SPONCHIADO, 1993, p. 8).

---

<sup>3</sup> Júlio Prates de Castilhos jornalista e político brasileiro, presidente do Rio Grande do Sul por duas vezes e principal autor da Constituição Estadual de 1891. Disseminou o ideário Positivista no Brasil.

<sup>4</sup> “O Brasil é um país mestiço, biológica e culturalmente. A mestiçagem biológica é, inegavelmente, o resultado das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais catalogados como raciais, que na vida social se revelam também nos hábitos e nos costumes (componentes culturais). No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resulta da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afrodescendente). Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra” (OLIVEIRA, 2004, p. 57).

Os projetos de ocupação visavam limitar o espaço territorial indígena por meio de aldeamentos, abertura de estradas e estabelecimento de propriedade familiar, foi um período de intenso conflito por terra entre (i) migrantes versus indígenas e caboclos.

Chiapardini (1998) ressalta que as Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, localizadas na região serrana, passaram por uma crise de excedentes populacionais, e que o Alto Uruguai se tornou atraente para migrantes de todo o estado, e imigrantes provenientes da Itália, Alemanha e Polônia, na busca de aquisição de uma colônia. Quanto ao tamanho dos lotes dos colonos,

Os lotes rurais oferecidos aos (i) migrantes pelo governo, tinham tamanho médio de 25 há, dando origem a um regime de pequenas propriedades rurais e a uma agricultura de subsistência. A microrregião de Erechim é, portanto, desde sua colonização, caracterizada como sendo predominantemente composta por minifúndios (CONFORTIN, 1998, p. 51).

A criação da colônia Erechim possibilitou impulsionar o mercado interno do Estado, carente de produtos alimentícios, firmou a pequena propriedade rural, e gerou agricultura primeiramente de subsistência depois de exportação. Hoje no centro de Erechim, podem ser vistas, representações na escultura local, do colono pioneiro, desbravador, e o trabalho árduo exigido pelo estabelecimento no núcleo colonial, através das estátuas do *Lavrador*, da *Mulher Camponesa*, e o *Monumento ao Colono*, esta última é criação de Vasco Prado, possui os seguintes dizeres: “Ao defrontares com este símbolo, pensa naqueles que, alheios aos gozos mundanos, só tem como glória o suor do seu esforço”. A frase acima na citação é de autoria de Victório E. Ricciardi, inaugurada em 28 de novembro de 1953, na 3ª Festa Nacional do Trigo, pelo Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, João Caruso, localizada no canteiro central da Avenida Maurício Cardoso, ao lado da Catedral São José, conforme Martins (2016). Consoante a esse projeto colonizador, na Literatura erechinense se sobressai o escritor Gladstone Osório Mársico porque agrega novos aspectos sobre o modo de vida do colono, e sobre sobretudo sobre o ambiente do colono:

A colônia é o termo empregado pelos habitantes da região para distinguir aquela parcela de gente que mora na zona colonial. Grande parte do eleitorado, naquela época, ainda residia nas circunvizinhanças da cidade, apesar das recentes emancipações de certas áreas do Município e havia que se considerar, também, o sempre discreto, mas eficiente apoio do clero. Comentava-se que proliferavam padres que benziam cédulas para que os eleitores obtivessem indulgência plenária na cerimônia das urnas. Outros percorriam casa por casa dos colonos, fazendo a campanha do candidato cristão (MÁRSICO, 1962, p. 6).

Conforme a citação anterior, Mársico apresenta em sua literatura a definição do termo colônia para distinguir dois ambientes de Erechim, o urbano e o rural. Dessa forma, os colonos da zona rural, seriam aqueles que continham uma possessão de terra e cultivavam em sua terra produtos coloniais, residiam em regiões consideradas longínquas da área central, devido as ruas serem escassas de chão batido e percorrendo distâncias de 15 a 20 km, utilizando o transporte da época que poderia ser; o cavalo, o caminhão, a carroça, ou até mesmo a pé. Estes munícipes migravam para área urbana, porque precisavam de serviços de profissionais da área da saúde, ou até mesmo para vender seu excedente de produtos agrícolas como: feijão, milho, batata, arroz, e frutas típicas da região nas feiras, como até hoje é comum a feira, chamada de Feira do Produtor, na área central em Erechim.

Já, a chamada área urbana continha o centro administrativo das colônias rurais, localizada entre a prefeitura e o prédio da Comissão de Terras, o fórum, a Catedral São José, e um pequeno comércio para venda de tecido para confecção de roupas, ferramentas e utensílios.

Voltando à literatura de Mársico, com base na tabela de população do município de Erechim, em 1960, período que *Gatos à Paisana* foi publicada, Erechim contava com 65.972 habitantes, e que desta população total, 29.590 residiam em área urbana e 36.382 pertencia a área rural, vindo de encontro a representação de Mársico, ao dizer que a maior parte do eleitorado pertencia a zona rural (PSIDONIK, 2015).

Também, mostra a influência da igreja Católica local no voto do colono nas eleições. Na reportagem intitulada, *Alerta Eleitorado Católico e Democrático de Erechim, Desmascarada a Trama Sinistra dos Trabalhistas e Comunistas, publicada no Jornal A Voz Da Serra* de 28 setembro de 1954, aponta o envolvimento religioso na decisão nas eleições:

Aqui fica a nossa advertência aos bons católicos, aos líderes democratas que não desejam vender a sua fé e os interesses da Pátria a bandeira de Moscou. Essa história de imperialismo americano e outras queixadas tolices que os trabalhistas, em coro com os comunistas, vivem a repetir, num estribilho monótono, desde a morte do Ex-Presidente, é uma cortina de fumaça para esconder os seus verdadeiros propósitos. Estão desmascarados. Ninguém se iluda. Recusai os votos aos Trabalhistas, porque assim estareis defendendo a vossa fé e os legítimos interesses da nossa estremecida Pátria. Prestigiai, com o vosso voto, os candidatos da Frente Democrática, apoiando deste modo, o Governo Federal, que escolheu como colaboradores os mais eminentes líderes católicos e afastou dos postos civis e militares os comunistas declarados e também disfarçados, os cripto-comunistas, o que mereceu o apoio decidido de Cardeal Jayme Camara, em visita feita ao Presidente da República, Sr. Café Filho (A VOZ DA SERRA, 1954, capa).



Nota-se a advertência ao eleitorado erechinense, em qual candidato deveria votar na eleição de 1954. Em torno disso, para a análise desse trecho do jornal, torna-se pertinente o estudo de Sônia Mári Cima, em *Reza e política, uma combinação na história do padre Busato em Erechim*, no qual explora a trajetória do padre Benjamim Busato, e a sua participação na política local:

Na vida política foi vereador, na época membro do Conselho de Administração Municipal, no período entre 1946 e 1947, desempenhando o papel de presidente. A função desse órgão era legislar, mas, muitas vezes, assumia atribuições do Judiciário Eleitoral, pois, nas eleições para intendente, a contagem de votos e a outorga de posse cabiam aos conselheiros. O número de votos não era significativo; o que prevalecia era a decisão dos conselheiros (CIMA, 2003, p. 36).

Nota-se uma grande participação deste padre nas tomadas de decisões de Erechim, pois já em 1932, havia sido implantada a Liga Eleitoral Católica na cidade. Além do controle político, outra discussão que marca o contexto histórico do colono de Erechim, que repercute até hoje, iniciada nas décadas de 50 e 60, é sobre a toponímia Erechim, quanto ao uso de “ch”, ou “x”. Essa questão foi pauta discutida no 12º requerimento do vereador Jasson Evaristo de Castro na Câmara de Vereadores, na ata de 03/07/1956:

Os vereadores Gladstone Osório Mársico, Aristides Zambonato e Jasson Evaristo de Castro discutem a “grafia” de Erechim. O primeiro apresenta “EMENDA”, substituindo e “X” de Erechim, de REQUERIMENTO por “CH” e lembra que o assunto já foi amplamente discutido, numa das últimas reuniões da casa (ATA s/n, 03/07/1956. Fls.14).

Esta discussão é representada em *Gatos à Paisana*:

Houve até há bem pouco tempo grande polêmica sobre como escrever o nome da cidade. Havia o grupo do *x* e do *ch*. Tudo começou por culpa da agência do Banco do Brasil que, não se sabe por qual motivo, lançou a moda de *x*. Cada colono que lá comparecia para obter um empréstimo era obrigado a compreender o *x* da questão. O movimento encontrou terra fértil e, em breve, um número apreciável de filólogos amadores encampou a ideia. Houve manifestações aqui e acolá, prós e contras, e até populares cronistas sociais iniciaram *chás* e mais *xás* de apoio às campanhas. A coisa chegou a tal ponto que a colenda Câmara de Vereadores resolveu manifestar-se. Os Edis discutiram por várias horas e mostraram que possuíam incontestemente domínio da língua. Mas, como quisessem ficar de bem com os dois lados, sugeriram que o Prefeito proferisse o voto de Minerva. Acontece que o Prefeito compreendeu o golpe da Câmara, entrou em licença para tratamento de saúde, e coube ao Vice o desempate. Este, de saída, ficou brabo e disse que nada tinha que ver com a Minerva. O voto seria seu. E, no dia seguinte, mandou dizer à Câmara que achava estranha e ridícula toda aquela discussão, pois que ele, desde pequeno, sempre ouvira dizer que o nome da cidade se escrevia com *ss*: *Eressim*.... Os vereadores tiveram um sobressalto,

mas a grande maioria do povo se ufanou de ter elegido um Vice tão sábio (MÁRSICO, 1962, s/p).

Aqui, percebe a semelhança com a votação na Câmara legislativa de Erechim. Em *Os meus Erechim*, de autoria do vereador Aristides Agostinho Zambonato (2000), o autor menciona que o Banco do Brasil recebia correspondências com o nome Erexim, desta forma se iniciou a polêmica, que ganhou força pelos professores, filósofos da língua portuguesa e do judiciário ao enviar documentação ao Ministro da Educação e Cultura, em defesa do “x”. Segundo Zambonato (2000, p. 118), “os tradicionalistas estribaram que Erechim foi registrado com “ch”, quando do decreto de sua origem como Boa Vista do Erechim, e, por isso, não poderia ser modificado”. Também, Zambonato (2000, p. 119), salienta que o Prefeito não queria tomar partido da situação, e que alegava que “ como Prefeito, tinha assuntos de mais relevância para a administração, como estradas, ruas, escolas, e que aquilo ficava para os filósofos, que são autoridades em questões de linguagem e literatura”. Aqui, percebe-se o verossímil, com a representação de Mársico, que nas sessões da Câmara de 1956, ocupava o cargo de vereador, e observava o desenrolar da decisão para a nomenclatura. Contudo, a Câmara de Vereadores determinou oficialmente a grafia correta com “ch”, até hoje aceita.

É importante escrever um parágrafo aqui apresentando uma crítica sobre essa questão. Mostrar que você sabe que Erexim, com “x”, remete à grafia caingangue, que tem sua origem indígena e, ao eleger a escrita da cidade com ‘ch”, a marca do colonizador se sobrepõe à indígena. Sem essa crítica, você simplesmente reproduz uma ode ao projeto colonizador que, além das terras, tornou a escrita a seu modo, o jeito certo, apagando a contribuição linguística e cultural dos povos que anteriormente habitavam a região. E fazer uma conexão com o aspecto arquitetônico que segue adiante.

Em *Gatos à Paisana*, Mársico registrou:

Não posso conter, antes meu desgosto pelo barral que empresta o calçamento, trazido pelas rodas dos veículos como consequência da falta da pavimentação nas rodovias que desembocam na cidade. Vejo primeiramente o Edifício *Ronemberg*, cujo o proprietário teve a ousadia de instalar o único elevador da região, que fez muitos colonos perderem a missa aos domingos para <viajarem naquele fantasma automático que sobe e desce> (MÁRSICO, 1962, p. 169).

O início da construção de calçamento nas ruas se iniciou em 1943, na administração do Prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira, na Avenida Maurício Cardoso, em frente ao Clube do Comércio, localiza-se na área central, ou seja, por volta dos anos 50, começou a efetivar-

se, primeiramente pelas vias principais urbanas. Quanto ao primeiro elevador de Erechim, isto vem à lembrança de Chiaparini (2018, s/p), que salienta, “o primeiro prédio de cinco pisos foi construído pela família Reichmann, na avenida Maurício Cardoso, próximo da Catedral São José, com o primeiro elevador de Erechim”. Já em 1957, iniciou a construção do Condomínio Erechim, com doze andares, sendo o primeiro arranha-céu da cidade, quando concluído no início dos anos 60, era algo estonteante, conforme Chiaparini (2018). Mársico registrou essa modernização da cidade nos anos 50, pelo olhar do colono, que se seduz ao ver a chegada do moderno. Acredita-se que isto tenha relação, conforme suas palavras, porque ele vive

longe do convívio com os centros urbanos, esquecidos ou ignorados pelas autoridades, vendo-se marginalizados social, econômica e geograficamente, para não morrerem culturalmente, desenvolveram a sua tradição cultural, especialmente religiosa e familiar. Continuaram, portanto, a usar sua língua familiar de origem, dividida em dialetos e, por isso, propícia à desagregação na medida em que esses dialetos entrassem em contato e houvesse interferência de outras culturas (CONFORTIN, 1998, p. 28).

Mársico, portanto, apresenta um colono desprovido da educação dos centros urbanos e que se encanta ao conhecer um elevador, e que durante sua viagem nas grandes capitais, com intuito de conhecer as instalações telefônicas, o próprio Gladstone não soube atender um telefone, e o escrivão não soube as regras de etiqueta ao frequentar restaurantes que exigiam requinte etiqueta, como no trecho a seguir:

—Nunca vi tanto garfo na minha vida. — Comentava o Escrivão.  
—Para que essas tigelas com flores? — Inquiria o Juiz. — Algum aperitivo do oriente?  
— Não, excelência, — Respondia um dos garçons com voz melíflua — São para lavar os dedos (MÁRSICO, 1962, p. 26).

Dessa forma, o colono descrito por Mársico, demonstra ser leigo e lhes falta acesso à tecnologia da época. Em *Gatos à Paisana*, o autor descreveu:

Depois da missa houve um churrasco nos porões da Prefeitura, em que fomos saudados por diversos oradores. Por último usou da palavra o Vice. O momento foi de real expectativa. - << É com grande *emoçón* que me dirijo a esta ilustre caravana>>. – Começou ele, e prosseguiu naquele jeito engraçado de colono que faz uma declaração de amor. Prestou contas de seu trabalho na ausência do Prefeito e disse que também colaborara muito nessa oportunidade, para evitar que a cidade permanecesse isolada em dias de chuva (MÁRSICO, 1962, p. 171).

Assim como no excerto anterior, em sua literatura, Mársico não utiliza um nome específico para o colono, tratando-o com o tratamento de Vice-Prefeito, e nele emprega a

caracterização caricatural do colono. Voltando à citação, percebe-se a coincidência da missa com posterior churrasco de comunidade, que conta com discurso do Prefeito ou do Vice-Prefeito. Este costume é comum até hoje e ocorre anualmente na Festa do Frango e do Suíno, nas dependências do município de Barão de Cotegipe, ex-distrito de Erechim. Ainda, na ficção o Vice-Prefeito têm sotaque típico da região, conforme a seguir:

Comentava-se até que havia chegado a era dos quadrúpedes: os cavalos na praça e o burro na sacada... Em parte o povo tinha razão na sua irreverência. E que os Prefeitos anteriores haviam sido quase todos formados, portadores de grau universitário, e, duma hora para a outra, lançou-se uma nova coqueluche eleitoral. Argumentando-se que a maioria dos votantes residia no interior, nas colônias, nada mais popular que um verdadeiro intérprete daquele meio para dirigir os destinos da cidade (MÁRSICO, 1962, p. 30).

Mársico debocha do espaço urbano ao dizer que este assemelha-se ao espaço rural, que apesar da prefeitura localizar-se na área central, existiam no centro da cidade as Casas de Pasto, que eram locais de hospedagem, que continham estábulos, guardava-se e tratava-se cavalos e mulas. Sabe-se que a montaria era o meio de transporte utilizado pelos colonos para se deslocarem de suas colônias e chegarem na Prefeitura ou na Comissão de Terras, logo, em frente à prefeitura prendiam-se seus cavalos. Também, satiriza que as anteriores lideranças, que vinham da capital tinham formação acadêmica, mas que o atual Vice-Prefeito, Pedro Alexandre Zaffari, que assumiu gestão no período de 17 de janeiro de 1957 a 6 de fevereiro de 1957, e a segunda gestão de 1º de janeiro de 1956 a 31 de dezembro de 1959, não tinha escolaridade de nível universitário. Isso vem ao encontro da observação a seguir:

A ausência total de escolas e professores de português fizeram com que a maioria dos colonos recorressem a empréstimos do português ou então, criassem termos novos para aquelas coisas, situações ou atividades para as quais não existiam palavras na língua italiana ou com as quais não tivessem tido experiência em sua pátria (CONFORTIN, 1998, p. 29).

Além da falta de professores, a primeira universidade em Erechim somente é criada na década de 60, a FAPES/CESE/FuRi/URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões em Erechim), o Centro Universitário Alto Uruguai era uma extensão da Universidade de Passo Fundo, em 1969, funcionava dois cursos; de Letras e Estudos Sociais, conforme Confortin (2011). Em *Gatos à Paisana*, consta a descrição:

O Vice-Prefeito residira sempre no interior como comerciante, manjava melhor o dialeto importado do que a gíria brasileira, herdara a incomensurável graça de possuir descendentes de padres e freiras, não passava dia que não se banhasse com a água benta da Igreja, e era justamente o protótipo do imigrante italiano- << o gringo >> habitante das

colônias, filho de pais importados da Calábria, Sicília e outras províncias italianas, que se radicaram no interior do Rio Grande e fizeram de suas terras essa prodigiosa colmeia de trabalho (MÁRSICO, 1962, p. 34).

Mársico descreve o colono religioso católico, que na região de Erechim, “a cultura das colônias italianas estava centrada em volta da Igreja em cada linha ou travessão surgia uma capela ou capitel” (CONFORTIN, 1998, p. 29). Mársico também teve entre os elementos da sua literatura, a chegada de imigrantes da Itália, e usa o termo “gringo”, para designar estrangeiros, provenientes da Itália que vinham para trabalhar na agricultura, conforme o trecho de *Gatos à Paisana*:

O Vice-Prefeito descendia desse grupo biotipológico, mas já participava daquela categoria dos colonos abastados que se dedicavam ao comércio e à criação de suínos. Quando veio à cidade, era respeitável prócer do partido contrário ao de meu Sócio. Mas, este, com uma indiscutível habilidade, necessitando dum conchavo que lhe ampliasse as áreas do poder, viu que chegada a hora de usar aquele elemento, que tinha sólido prestígio na Colônia e nas casas canônicas (MÁRSICO, 1962, p. 34).

Neste trecho, percebe-se o colono agricultor e pecuarista que se sobressai da colônia, quando este ocupa cargo público. Na trama o personagem Vice-Prefeito tinha dois irmãos proprietários de uma empresa de ônibus que exercia controle político na cidade pelo poderio econômico que representava, por isso a empresa achava-se no direito de referendar o nome do candidato a ser votado pelo partido para disputar as eleições do município, com isso o Vice-Prefeito foi o candidato indicado pelos irmãos, que queriam um homem da família para representá-los na Prefeitura. Além disso, há a representação da língua colonial:

Falava de maneira estranha, carregando no sotaque da língua estrangeira que aprendera no berço. Não pronunciava << pão>> mas << pón>>, << emoçón>>, << nón>>; dificilmente empregava os dois erres; dizia: <<caroça>>, << corente>>, << corrida>>; às vezes substituí a x por ss: ssícara, ssarope, ssafariz; outras, mudava o s por ch: chabe, chobe, etc. Era a maneira característica de se expressarem quase todos os colonos italianos da região, em virtude do baralhamento do dialeto, transmitindo de geração a geração, com a língua da pátria (MÁRSICO, 1962, p. 36).

Mársico aborda a língua dos colonos, que era a mistura do dialeto italiano com o português. No livro *A faina linguística: estudo de comunidades bilíngues italiano-português do Alto Uruguai Gaúcho*, da pesquisadora erechinense Helena Confortin, traz um estudo sobre a língua utilizada pelos colonos italianos, que segundo a autora:

A grande maioria dos imigrantes que, a partir do último quartel do século passado chegaram ao Rio Grande do Sul, provinham de várias regiões do norte da Itália. Em sua maioria eram iletrados e conheciam somente o idioma

que tinham aprendido desde o berço: o dialeto vêneto. Este “linguajar” muito cedo começou a sofrer modificações (CONFORTIN, 1998, p. 28).

Dessa forma, até hoje é comum existir agricultores falando com mistura de línguas. Além disso, há o elemento da representação do colono preocupado com o clima e com a lavoura, em *Gatos à Paisana*:

O dia estava muito frio e chovera torrencialmente na véspera. Muitos votantes foram trazidos de jipe dos mais longínquos recantos do município. Os agricultores se queixavam do tempo e temiam a perda de suas lavouras de trigo. Dois dias antes a geada inundara os campos e as colônias. Era impressionante ver a cidade coberta com seu manto branco como se fosse uma colcha de arminho (MÁRSICO, 1962, p. 39).

Mársico vereador, em Erechim no período de 1956-1959, sabia das dificuldades dos colonos no cultivo do trigo na década de 50, nas quais destacavam-se: o plantio em áreas impróprias ou montanhosas de difícil acesso; a produção agrícola ser totalmente dependente do fator climático; a falta de mecanização da agricultura; a escassez infra estrutural de estradas para evacuação da carga; a falta de silos para armazenamento. Ainda hoje, 2022 nota-se que os fatores climáticos continuam interferindo na produção agrícola, inclusive em Erechim e seus ex-distritos, majoritariamente dependentes da economia agrícola emitiram situação de emergência ao Estado devido à estiagem no Rio Grande do Sul que atinge quase 140 mil propriedades rurais, conforme o Canal Rural (2022).

Apesar das dificuldades com o plantio, na década de 50, Erechim destacava-se no cenário brasileiro de produção de trigo, vindo a promover o evento, Festa Nacional do Trigo. Em *Gatos à Paisana*, a representação desta festividade é apresentada da seguinte forma:

Desde a Festa Nacional do Trigo, em que o Município se engalanara para receber as maiores figuras do governo federal, em que tudo eram estímulos para o aumento da produção visando a meta da autossuficiência do cereal-rei, em que só se ouvia reclamações por falta de silos e armazéns para que a produção crescente não se perdesse, - desde então, o tempo se tornou inclemente e parecia se opor à vontade dos patriotas. Naquela Festa quase fora linchado um conhecido senador da República que, no seu discurso na saudação ao povo da cidade, não se ficou sabendo até hoje se por ironia, ou convicção, aconselhara aos agricultores que não se plantasse trigo, mas capim. Com este poderiam criar ovelhas e depois beber champanha e importar francesas. O trigo era cultura primária; o capim a cultura moderna. O povo, que vivia aqueles momentos ardorosos de histeria tritícola, ficou escandalizado e houve quem mandasse depois, ao importuno senador, diversas mudas de capim para que ele as plantasse nos seus arrarais. Mas, agora com o trigo a fenecer nos campos e nas canchadas dos morros, havia muita gente que dava razão àquele improvisado profeta e queria pedir as mudas de volta (MÁRSICO, 1962, p. 40).

No livro *Chatô O rei do Brasil*, o deputado estadual Fernando Morais, escreve sobre o mesmo episódio que ocorreu em 1953, numa das edições das festividades da Festa Nacional do Trigo, durante o churrasco de encerramento no Seminário Nossa Senhora de Fátima em Erechim, no qual estavam presentes; o Presidente da República Juscelino Kubistchek, o vice João Goulart, o ministro da Agricultura Mário Meneghetti, do governador Ildo Meneghetti, Tancredo Neves, o bispo diocesano Padre Cláudio Colling, presidentes de associações de agricultores, e o fundador dos Diários Associados, Assis Chateaubriand que em seu discurso disse-lhes:

Abandonai definitivamente o trigo! Plantai capim, dai de comer a ovelhas, enchei vossas burras de dinheiro- tereis dinheiro mais que suficiente para importar carros, champanhe e mulheres francesas para o vosso deleite! Muito obrigado, gaúchos! (MORAIS, 1994, p. 582).

Aqui, percebe-se a verossimilhança com o acontecimento na Festa do Trigo, quanto a reação da plateia, Morais acrescenta:

Nenhuma vaia, nenhuma palma, só espanto. Dr. Cláudio Colling [Bispo de Erechim] levantou-se e saiu da sala sem se despedir de ninguém, antes mesmo que o mestre de cerimônias tomasse o microfone e anunciasse que a cerimônia estava encerrada (MORAIS, 1994, p. 582).

Nota-se o embaraço inoportuno causado pelo discurso de Chateaubriand em 1953, aos colonos presentes ao evento, no qual sua rentabilidade era dependente do trigo. Este comentário de Chateaubriand tem relação ao declínio da produção de trigo e o início da nova tendência de cultura agrícola:

A cultura de soja foi incorporada, nas décadas de 1950-60, entre as atividades dos colonos, e o trigo se retraía, por razões técnicas (doenças, produtividade) e comerciais (preços). A propaganda retratava um futuro promissor para a soja (RIEDER, 2017, p. 44).

Porém, Erechim ainda nos anos 50, vivia a primeira fase da agricultura, chamada de Agricultura Tradicional, que compreendia o período histórico do início da colonização e que se estendia até a década de 60, cujo objetivo era produção para a subsistência familiar. Já no período de 1960-1980, ocorre a segunda fase agrícola, chamada de Agricultura Moderna, que marca o início da modernização da agricultura, conforme Piran (2001).

Contudo, pode-se afirmar que em *Gatos à Paisana* surgem representações do espaço rural-urbano de Erechim, no início de crescimento urbano, no qual os colonos da área urbana, tomam decisões na Câmara e definem a nomenclatura para a cidade. Existe a caracterização

do mundo do interior do município, quando Mársico traz a representação das péssimas vias de difícil acesso, a dificuldade de transporte, a distância da cidade, as queixas do colono ao depender do fator climático preocupando-se com sua lavoura e a comemoração da Festa Nacional do Trigo, principal evento do município. Além disso, Mársico apresenta uma noção do que é ser colono, ao fazer tipificações, classificando-o como: possuidores de uma língua de berço em comum, descendentes de imigrantes ou migrantes, trabalhadores, agricultores, pecuaristas, participativos em cargos públicos quando já estes estão estabelecidos na agricultura, porém inocentes devido à falta de escolarização, e como bons católicos são influenciáveis pelos padres principalmente, nas eleições. Pode-se observar que a noção de colono na literatura de Mársico, mostra uma concepção de senso comum, mas que se articula a definição acadêmica, e o conceito da historiadora Giralda Seyferth (1992, p. 3), ao afirmar que:

No seu significado mais geral, o termo colono designa habitantes da zona rural dedicados ao trabalho agrícola, mesmo que esta não seja sua única ocupação. Ainda como categoria genérica, serve para identificar descendentes de imigrantes cujas famílias tradicionalmente se dedicam à agricultura. Estes são, porém, conceitos de senso comum, usados pela população em geral - urbana e rural.

O senso comum vincula o colono a desempenhar atividades no espaço agrícola, caracteriza-o como descendente de imigrantes, cuja dedicação principal é trabalhar na agricultura, esta representação do colono, perpetua em Erechim até nos dias atuais.

### **Considerações finais**

O artigo buscou analisar o livro *Gatos à Paisana*, produzido por Gladstone Osório Mársico e suas representações sobre a colônia e os colonos em meados do século XX, com reflexões sobre o período (1900-1960), em Erechim, na narrativa nomeado ficticiamente como Boa Vista. Pode-se afirmar que a obra literária contém a representação do colono, ora trabalhando como agricultor, ora ocupando cargos públicos, revelando a vida na colônia e seus costumes nas áreas urbana-rural. Conclui-se que os trechos analisados carregam em si representações da participação cultural e social dos colonos na cidade de Erechim. Espera-se que esse artigo, através da análise literária, possa contribuir para o campo de pesquisa sobre a participação dos colonos no contexto socioeconômico desta região.

### **Fontes**



A VOZ DA SERRA. Alerta Eleitorado Católico e Democrático de Erechim, Desmascarada a Trama Sinistra dos Trabalhistas e Comunistas. **A Voz da Serra**. Erechim, 28 set. 1954, capa. Fonte: Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font.

A VOZ DA SERRA. Gatos à Paisana, Pronto para lançamento o novo livro de Gladstone Osório Mársico. **A Voz da Serra**. Erechim, 26 out. 1961, capa. Fonte: Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font.

ERECHIM (RS). CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM. [Ata s/n].12º Requerimento do vereador Jasson Evaristo de Castro na Câmara de Vereadores em 03 jul. 1956, Fls.14. Erechim, 03 jul. 1956.

CANAL RURAL. **Estiagem no Rio Grande do Sul já atinge quase 140 mil propriedades rurais**. 04 jan. 2022. Disponível em: < <https://www.canalrural.com.br/noticias/estiagem-no-rio-grande-do-sul/>> . Acesso em: 21 fev. 2022.

CHIAPARINI, Enori José. **Vivências em Erechim**. Entrevista concedida a Gláucia Elisa Zinani Rodrigues. Erechim/RS, 31 ago. 2018, s/p.

## Referências

CHIAPARINI, Enori José. **O Estado criou a colônia Erechim**. Erechim: 1998. Fonte: Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font.

CIMA, Sônia Mári. **Reza e política, uma combinação na história do padre Busato em Erechim**. Passo Fundo: Editora Universitária da Universidade de Passo Fundo, 2003.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. 5(11), 173-191, 1991. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>>. Acesso em: 30 jan.2022.

CONFORTIN, Helena. **A faina linguística: Estudo de comunidades bilíngues italiano-português do Alto-Uruguaí Gaúcho**. Porto Alegre: Edições EST/ URI Campus de Erechim. Erechim/RS: 1998.

CONFORTIN, Helena. **A interiorização do Ensino Superior no Norte do Rio Grande do Sul: o Caso FAPES/CESE- FuRI/ URI**. Erechim/RS: Edifapes, 2011.

FERREIRA, Antonio Sérgio. Relações entre Literatura X História. Diálogos Acadêmicos. **Revista Eletrônica da faculdade Semar/ Unicastelo**. Volume 1. Número. 1. s/p. Edição Outubro/janeiro de 2010. Disponível em: < [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627110749.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627110749.pdf) >. Acesso em: 17 ago. 2022.

LINHARES, Temístocles. **História Crítica do Romance Brasileiro**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.

MÁRSICO. Gladstone Osório. **Gatos à Paisana**. Porto Alegre: Sulina, 1962.

MARTINS, Najaska. Jornal Bom dia. **Monumentos: Um legado à memória coletiva construídos em praças e canteiros, eles marcam parte da história erechinense**. 30 abr. 2016, s/p. Disponível em: < <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/3301/monumentos-um-legado-a-memoria-coletiva> >. Acesso em: 23 jan.2022.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Temas em debate. **Estudos**

avançados. São Paulo, 18 abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CQmMqSJDwGS3vnSRPVZG66H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PIRAN, Nedio. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001.

PSIDONIK, Liziane Dark de Godoy. **O Município de Erechim e sua dinâmica regional a partir dos aspectos da Saúde e Educação Superior**. Erechim: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia – Licenciatura, como requisito para a obtenção do título de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: < <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/881> >. Acesso em: 02 fev. 2022.

RIEDER, Arno. Vida rural de colonos de Erechim (RS), Brasil, em torno da década de 1960. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-47, jan. / jun. 2017. Disponível em: < <http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/6453> >. Acesso em: 17 ago. 2022.

RODRIGUES, Gláucia Elisa Zinani. **A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e o exército de um homem só**. 2019. 235 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/ RS, 2019. Disponível em: < <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2236> >. Acesso em 17 ago. 2022.

SEYFERTH Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.7 n.18, fev. 1992. Disponível em: < [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18\\_06.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_06.pdf) >. Acesso em: 23 mar. 2021.

SPONCHIADO, Breno Antonio. A redução dos Kaigángs ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. Revista: **Perspectiva**. Erechim: 1993, p.8.

VEJA. Sessão de Literatura. **À espera do Führer**. Revista *Veja*, Edição nº 187. 5 abr.1972, p. 88.

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim**. Erechim/RS: EDELBRA, 2000.